



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Instituto de Economia Agrícola



**Prognóstico
82/83**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNADOR

José Maria Marin

SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

SECRETÁRIO

Cláudio Braga Ribeiro Ferreira

Chefe de Gabinete

Edson Pitta Lima

Assessoria Especial

Ruy Miller Paiva

Coordenador da Assessoria Técnica

Mário Ithamar Montagnini

Diretor do Instituto de Economia Agrícola

Natanael Miranda dos Anjos

Diretor do Departamento de Cooperativismo

José Maria Jorge Sebastião

Coordenador da Pesquisa Agropecuária

José Orlando Prúcoli

Coordenador da Pesquisa de Recursos Naturais

Francisco José do Nascimento Kronka

Coordenador de Assistência Técnica Integral

Victor André de Argollo Ferrão Netto

Presidente da Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora

João Walter Agudo Romão

Presidente da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo

Paulo Pena de Mendonça

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Instituto de Economia Agrícola



Prognóstico 82/83

ISSN 0100 526x

Prognóstico 82/83	São Paulo	v 11	p. 1-255	1982
-------------------	-----------	------	----------	------

E R R A T A

onde se lê

leia-se

Pag. 10 linhas 40 a 42	Por último, e já desestimulados na medida em que os prováveis preços mínimos sejam inferiores aos custos variáveis estimados colocam-se amendoim das águas, com 2%, e o arroz de sequeiro, com 6%, de margem de remuneração negativa.	Por último, e já desestimulados, na medida em que os prováveis preços mínimos sejam inferiores aos custos variáveis estimados, coloca-se o amendoim das águas, com 2% de margem de remuneração negativa.
Pag. 234, linha 15	gens poderão crescer 189% para o feijão das águas e 155% para o sorgo. Em outro grupo de	gens poderão crescer 189% para o feijão das águas, 155% para o sorgo e 154% para o arroz. Em outro grupo de
Pag. 234, linhas 18 e 19	com 16% e a mandioca com 13% de aumento. Por último, o arroz com margem remunerativa em queda, relativamente à obtida na safra passada, com de crescimento de uma vez e meia.	com 16% e a mandioca com 13% de aumento.
Pag. 234, linhas 22 e 23	alimentares, acentuado incentivo para o feijão das águas, seguido pelo milho e mandioca e desincentivo para o plantio de arroz de sequeiro. No grupo de oleaginosas, o incentivo está	alimentares, acentuado incentivo para o feijão das águas, seguido pelo arroz, milho e mandioca. No grupo de oleaginosas, o incentivo está
Pag. 235, quadro 142, coluna 13, item Arroz de Sequeiro TM-DIRA Ribeirão Preto	-0,06	0,28
Pag. 235, quadro 142, coluna 14, item Arroz de Sequeiro TM-DIRA Ribeirão Preto	-154	+154

APRESENTAÇÃO

Ao divulgar este 11.º Prognóstico, que analisa o ano agrícola 1981/82 e as perspectivas para a safra 1982/83, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, mais uma vez, espera fornecer subsídios valiosos para a tomada de decisões por parte do produtor, das instituições financeiras, dos industriais ligados ao setor e da própria administração pública.

Trata-se de um documento que insere informações referentes a custos operacionais, política agrícola, mercados de fatores e de produtos e desempenho da agricultura paulista.

Destacam-se, no presente documento, aumentos na produção de alguns produtos na safra 1981/82, e relevantes ganhos de produtividade, nas culturas de amendoim da seca, arroz, batata das águas, batata da seca, feijão das águas, feijão da seca, laranja, mandioca, milho, tomate e trigo. Desta forma, o setor agrícola vem contribuindo para a contenção da inflação, embora com grandes sacrifícios.

Convém salientar que a agricultura passa por momentos difíceis, caracterizados por baixos preços a nível internacional, fato que tem inclusive comprometido o desempenho da balança comercial brasileira.

Assim, espera-se que este trabalho possa contribuir para o melhor direcionamento da produção e eficiência da comercialização, sobretudo com o intuito de manutenção da renda do setor agrícola.

São Paulo, agosto de 1982



Cláudio Braga Ribeiro Ferreira
Secretário de Agricultura e Abastecimento

PROGNÓSTICO 82/83

Sumário

APRESENTAÇÃO	3
1 - INTRODUÇÃO	9
2 - RESULTADO ECONÔMICO E ESTIMATIVA DE CUSTO OPERACIONAL	15
- Resultado Econômico da Safra Agrícola 1981/82	15
- Estimativas de Custo Operacional da Safra 1982/83	16
3 - MERCADO DE FATORES	35
- Defensivo	35
- Fertilizante	42
- Mão-de-Obra	51
- Semente	57
- Terra	63
- Trator	69
4 - MERCADO DE PRODUTOS	79
- Algodão	79
- Alho	86
- Arroz	92
- Batata	98
- Café	103
- Cana-de-Açúcar	115
- Cebola	122
- Feijão	125
- Mandioca	131
- Milho	135
- Oleaginosas: Soja, Amendoim e Mamona	142
- Tomate	160
- Trigo	165
- Banana	169
- Laranja	174
- Outras Frutas	181
- Avicultura	188
- Pecuária de Corte	197
- Pecuária de Leite	200
- Suinocultura	204
5 - PROJEÇÕES DE OFERTA AGRÍCOLA	211
6 - DESEMPENHO DA AGRICULTURA PAULISTA	217
- Valor e Produção Agrícolas	217
- Área Plantada	218
- Indicadores de Preço e de Quantidade	218
7 - POLÍTICA AGRÍCOLA	229
- Comércio Exterior	230
- Preços Mínimos	233
- Crédito Rural	236
- Tributos na Agricultura	243
- Seguro Rural e Programa de Garantia da Atividade Agropecuária	252

PROGNÓSTICO

Publicação anual do Instituto de Economia Agrícola

Corpo Técnico do IEA

Diretor Geral: Natanael Miranda dos Anjos

ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

Antonio Ambrosio Amaro, Afonso Negri Neto, Claus Floriano Trench de Freitas, Oscar José Thomazini Etori, Paul Frans Bemelmans, Paulo Edgard Nascimento de Toledo, Persio de Carvalho Junqueira, Sebastião Nogueira Junior

DIVISÃO DE LEVANTAMENTO E ANÁLISES ESTATÍSTICAS

Diretor: Fernando Antonio de Almeida Séver

Abel Ciro Minniti Igreja, Ana Maria Montragio Pires de Camargo, Denise Viani Caser, Elizabeth Alves, Ismar Florencio Pereira, José Carlos Gomes dos Reis Filho, José Roberto Vicente, Laura Olitta de Souza Barros, Luiz Henrique de Oliveira Piva, Manuel Joaquim Martins Falcão, Maria Carlota Meloni, Maria de Fátima Packer, Maria de Lourdes Sumiko Sueyoshi, Maura Maria Demetrio Santiago, Milton Nogueira de Camargo, Rosa Maria Pescarin Pellegrini, Samira Aoun Marques, Waldemar Pires de Camargo Filho

DIVISÃO DE COMERCIALIZAÇÃO

Diretor: Mauro de Souza Barros

Alfredo Tsuneshiro, Ana Maria Futino, Antonio José Braga do Carmo, Célia Regina R.P. Tavares Ferreira, Clotilde Cantos, Domingos Desgualdo Netto, Eloisa Elena Bortoleto, Everton Ramos de Lins, Flávio Condé de Carvalho, José Luiz T. Marques Vieira, José Roberto da Silva, Lidia Hatue Ueno, Marina Brasil Rocha, Maçia de Lourdes do Canto Arruda, Marisilda Nabhan, Nelson Giulietti, Nilce da Penha Migueles Panzutti, Paulo Augusto Wiesel, Roxana Maria Moraru Topel, Sylvia Regina Hellmeister, Vitoria da Silva Pereira Biller, Yuly Ivete Miazaki de Toledo

DIVISÃO DE POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO

Diretor: Nelson Batista Martin

Alceu de Arruda Veiga Filho, Ana Elisa Brito Garcia, Elcio Umberto Gatti, Gabriel Luiz Seraphico Peixoto da Silva, José Ricardo Cardoso de Mello Junqueira, José Sebastião de Lima, Luiz Carlos Assef, Malimíria Norico Otani, Maria Auxiliadora de Carvalho, Maria Elisa Benetton Junqueira, Michael David Holzhacker, Nelson Kazaki Toyama, Regina Junko Yoshii, Sergio Gomes Vassimon, Sonia Martins Giordano

DIVISÃO DE ECONOMIA DA PRODUÇÃO

Diretor: Minoru Matsunaga

Arthur Antonio Ghilardi, Cesar Roberto Leite da Silva, Daniel Ribeiro Junior, Denyse Chabaribery, Eduardo Pires Castanho Filho, Hiroshige Okawa, Ikuyo Kiyuna, José Eduardo Rodrigues Veiga, José Roberto Viana de Camargo, Maristela Simões do Carmo, Nilda Tereza Cardoso de Mello, Richard Domingues Dulley, Roberto de Assumpção, Selma do Paço Bignarde, Silvia Toledo Arruda, Valquiria da Silva, Zuleima Alleoni Pires de Souza Santos

DIVISÃO DE APOIO À PESQUISA

Diretor: Francisco Alberto Pino

Antônio Augusto Botelho Junqueira, Antonio Roger Mazzei, Celuta Moreira Cesar Machado, Devancyr Aparecido Romão, Julio Humberto Jimenez Ossio, Luiz Carlos Miranda, Maria de Lourdes Barros Camargo

SERVIÇO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO

Diretor: Aguri Sawatani

Cleusa Batista Pastori, Fátima Maria Martins Saldanha Faria, Gabriella Menni Ferreri, Maria Luiza Alexandre Peão, Maria Rodrigues

COMISSÃO EDITORIAL

Coordenador: Ismar Florencio Pereira

Antônio Augusto Botelho Junqueira, Sebastião Nogueira Junior, José Ricardo Cardoso de Mello Junqueira, José Roberto Viana de Camargo, Yuly Ivete Miazaki de Toledo
Bibliografia: Maria Luiza Alexandre Peão

Instituto de Economia Agrícola (IEA)

Av. Miguel Estéfano, 3900 - 04301, São Paulo, SP

Caixa Postal, 8114 - 01000, São Paulo, SP

Telefone: (011) 276-9266

Telex: (011) 34067 - SAGR-BR e (011) 22484 - DNSC-BR

Impresso na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)

Av. Brasil, 2.340 - Caixa Postal 960 - Tel. (0192) 41-3900 - 13.100, Campinas, SP

1 - INTRODUÇÃO

O valor da produção dos 26 principais produtos agrícolas do Estado de São Paulo, na safra 1981/82, atingiu perto de um trilhão de cruzeiros (980,98 bilhões de cruzeiros). Em termos correntes, esse valor foi 73,5% superior ao do ano precedente; em termos reais, descontando a inflação, houve retração da ordem de 5,2%. Considerando a variação quantitativa, a agricultura paulista também apresentou decréscimo (-0,6%).

Esses resultados foram bastante afetados pelas condições climáticas. De um lado, a geada de julho de 1981 fez com que a produção de café se reduzisse em 39,7%, o que, dada a importância da cultura como segunda fonte de renda da agricultura paulista, fez com que o resultado geral fosse influenciado negativamente, reduzindo sua participação no total da renda de 15,3% para 11%. Por outro lado, condições climáticas favoráveis fizeram com que o Estado de São Paulo apresentasse produções recordes, de todos os tempos, para alguns produtos, e onze das dezessete principais atividades vegetais registraram os maiores índices de rendimento médio por hectare. Cana-de-açúcar, batata, chá, feijão, laranja, milho e tomate foram os produtos de maior produção, enquanto que no tocante aos produtos de origem animal ovos e leite tiveram produções quase iguais a antigos recordes.

Assim, sem o café, a agricultura paulista mostra crescimento físico de 6,5% e redução do valor real da produção da ordem de -0,35%, bem menor que a registrada para todos os 26 produtos.

Cana-de-açúcar e carne bovina tiveram ganhos reais elevados, da ordem de 14% e 8%, firmando-se como principais responsáveis na geração da renda bruta do Estado. A primeira vem crescendo significativamente em produção (12,2%) e área plantada (7,3%). A segunda praticamente não teve ganhos de produção, mas com ganho real de preços da ordem de 8%, depois de vários meses de contenção de cotações do boi gordo, elevou sua participação na renda bruta de 9,6% para 11%.

Outros ganhos reais em valor da produção, nesta safra, foram obtidos por laranja, 9%; soja, 7,5%; arroz, 67% (quase dobrou a participação do produto na renda bruta, passando de 1,1% para 2%). O milho teve um comportamento digno de ser comentado, com crescimento de 13% em área, 23,2% em produção e 9% em rendimento, embora seu ganho real em valor tenha sido de apenas 2,1%, decorrente da grande redução dos preços reais, da ordem de 17%.

As maiores quedas na renda real foram atribuídas ao café (32%), já comentada, aos ovos (19%), o algodão (22%), a batata da seca e das águas (32,7% e 53%) e ao feijão da seca e de inverno, (35% e 26%).

Para a obtenção dessa produção, a área plantada no Estado de São Paulo, em 1982, com os 21 principais produtos vegetais foi da ordem de 6,6 milhões de hectares, cerca de 3,3% a

mais que a da safra de 1981.

Portanto, esses resultados indicam que não só o clima ajudou na obtenção de resultados positivos para muitos produtos - 12 dos 26 produtos tiveram mais de 5% de incremento em produção -, mas que também contribuiu para tanto uma política de médio prazo, que vem contemplando investimentos em pesquisa agrícola por parte da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e a implementação de programas federais e estaduais de apoio e fomento às atividades agrícolas.

Como aconteceu em 1981, o ano de 1982 poderá fazer com que a agricultura continue a oferecer substanciais contribuições à redução do processo inflacionário, as quais vêm sendo feitas às custas de perdas da rentabilidade do setor.

Assim, quinze dos 26 produtos da safra 1981/82 analisados pelo IEA tiveram queda em seus preços reais. A magnitude das quedas foi tão significativa que a análise global dos produtos, à exceção dos grupos de produtos animais e de produtos de mercado externo, indica retração nos índices dos preços reais.

O grupo dos 26 teve queda de 7,02%; os produtos vegetais, queda de 6,1%; e os vegetais sem o café, queda de 13,7%. Como os preços do café influenciam bastante o índice geral, a análise geral sem café mostrou queda de 7,3%. Produtos vegetais de alimentação baixaram 29,3%.

Pela primeira vez, a análise do desempenho neste ano englobou os produtos que possuem garantia de preços mínimos. Esses produtos cresceram 10,3% em termos de quantidade, 5,3% em área plantada, mas tiveram queda real nos preços de 20,1%. Portanto, os preços mínimos são um bom indicador "ex-ante" para os agricultores de quais produtos têm maiores possibilidades; entretanto, "ex-post" com a realização da produção os preços sofrem uma depressão em função da maior oferta e das dificuldades em corrigi-los pela evolução da inflação. Exemplo disso é que os ganhos reais dos preços do arroz e soja (27% e 23%, respectivamente) não contrabalançaram as pesadas quedas nos preços reais do milho (17%), algodão (9%), feijão (44%), amendoim (27,5%), mandioca (37%) e mamona (15%).

Para 1982/83, os níveis de preços mínimos base estabelecidos apresentaram reajuste médio de 91% em relação aos vigentes no ano agrícola anterior, aumento esse inferior à taxa de inflação acumulada nos últimos 12 meses, que chegou a 99,5%, e também à variação do INPC, de 101,4%. Embora o reajuste tenha sido superior ao custo médio variável estimado para os produtos paulistas amparados pela política de preços mínimos, os quais foram estimados em 73% pela análise da relação custo/preço mínimo, pode-se considerar como pouco estimulantes os novos níveis estabelecidos, a menos que a remuneração à época da colheita (correção via INPC) possibilite a cobertura dos custos variáveis, podendo gerar, ainda, a remuneração dos demais itens componentes dos custos de produção.

A constatação empírica desse fato evidenciou que o produto agrícola mais estimulado é a mandioca, com margem de remuneração por volta de 70%, vindo a seguir o algodão e o milho, garantidos por margens de 33% e 30%, respectivamente. Numa faixa intermediária, com menores margens, classificam-se o feijão das águas, com 26%; o sorgo, com 23%; a soja com 22%, e a mamona com margem de 13%. Por último, e já desestimulados, na medida em que os prováveis preços mínimos sejam inferiores aos custos variáveis estimados, colocam-se amendoim das águas, com 2%, e o arroz de sequeiro, com 6%, de margem de remuneração negativa.

A grande soma de recursos dispendida pela CFP para a aquisição de alguns produtos, sobretudo milho e feijão, gerando pressões expansionistas da base monetária, ao que tudo indica, norteou a fixação dos novos níveis. Este fato, entretanto, embora cauteloso, pode comprometer a expansão de atividades consideradas desejáveis do ponto de vista econômico e social.

A política agrícola como um todo, por sua vez, foi nas duas últimas safras agravada pelas restrições de ordem monetária, implementada para combater a inflação, tendo em vista a redução da rentabilidade do setor, ocasionada, sobretudo por uma conjuntura de preços baixos, seja a nível interno ou a nível internacional.

Assim, maiores restrições ao crédito rural poderão comprometer o desempenho da safra 1982/83, trazendo a curto prazo novos problemas de abastecimento urbano e o comprometimento do superavit na balança comercial.

Finalizando, pelas dificuldades que a execução da política financeira do País vem passando, cujos reflexos são comentados no capítulo de Política Agrícola, parece que se torna primordial um esforço dos produtores em todos os aspectos em busca de melhores níveis de produtividade, explorando sempre que possível suas vantagens comparativas, visando conseguir melhores margens de remuneração. Agindo assim, a oferta de produtos agrícolas poderá crescer a taxas potencialmente desejáveis, fortalecendo a receita desses agricultores, notadamente pequenos e médios.

**resultado econômico e
estimativa de custo operacional**

2 - RESULTADO ECONÔMICO E ESTIMATIVA DE CUSTO OPERACIONAL

O Instituto de Economia Agrícola elabora, no início do ano agrícola, estimativas de custo operacional para as principais atividades agropecuárias do Estado de São Paulo. Paralelamente calcula o custo operacional efetivo e o resultado econômico da safra que se encerra.

Considera-se como custo operacional todos os desembolsos realizados pelo produtor no decorrer do ano agrícola em cada atividade. Fazem parte destes desembolsos os gastos com adubos, defensivos, herbicidas, operações de máquinas, implementos, animais de trabalho, sementes, calcário, mão-de-obra, e outros itens como embalagem, arame, mourões, etc, totalizando o custo operacional efetivo. A estes custos adicionam-se as despesas indiretas, como despesas gerais, depreciação de máquinas, juros bancários de custeio e de investimento, e para determinadas atividades a depreciação de benfeitorias específicas, totalizando o custo operacional total. A remuneração aos fatores fixos de produção, terra, capital e empresário, não é computada neste custo.

O IEA adota como critério de projeção de preços dos insumos a época de sua utilização durante o ciclo da cultura. Para produtos como leite, ovos e frangos de corte, as estimativas referem-se a um corte no tempo, ou seja, são custos válidos para o mês de junho, tendo em vista que estas atividades têm produção distribuída durante todo o ano.

Deve-se ressaltar que algumas matrizes de coeficientes físicos, as quais dão origem às estimativas de custo, foram parcialmente modificadas. De tempo em tempo são realizadas pesquisas junto aos técnicos e agricultores das diversas regiões agrícolas do Estado, visando proceder a uma atualização tanto a nível de operações agrícolas como do grau de utilização dos insumos para cada atividade. Neste ano, as matrizes que foram parcialmente alteradas referem-se ao algodão, amendoim, arroz, feijão, sorgo, soja, cana-de-açúcar, manna, mandioca, abacaxi e banana.

RESULTADO ECONÔMICO DA SAFRA AGRÍCOLA 1981/82

O custo operacional de produção das principais atividades para o ano agrícola que se finda resulta de um ajustamento das estimativas feitas anteriormente (quadros 2, 3, 4 e 5).

O resultado econômico apresentado nos quadros 6, 7, 8 e 9 é a diferença entre a receita auferida pelos produtores e o custo operacional total. Depende, portanto, do custo incorrido pelos produtores na atividade, do preço alcançado no mercado e da produtividade.

Geralmente, os preços considerados referem-se à média anual. No caso da cultura de batata, o preço foi regionalizado e para as culturas da cana-de-açúcar, café, trigo e cebola trata-se de estimativas preliminares. Para os produtos com mais de uma safra agrícola, os preços constituem a média representativa dos meses de maior intensidade na comercialização de cada safra.

O IEA considera somente o custo operacional de produção, portanto, esta receita líquida calculada deverá remunerar os custos fixos de produção, terra, capital, empresário e despesas gerais.

No grupo dos cereais (quadro 6), a receita líquida mostrou-se positiva para quase todas as culturas. O milho, de uma maneira geral, não apresentou bons resultados. Nas regiões de Ribeirão Preto e Sorocaba, a receita líquida foi positiva porém pequena, não chegando a 10% da receita bruta. Quando se considera todo o Estado, a receita foi negativa (-Cr\$6.963,00/ha).

No grupo das oleaginosas (quadro 7), o amendoim foi a única cultura que apresentou retorno negativo, fato este que se repetiu em relação ao ano anterior. Para o amendoim da seca, DIRA de Marília, o resultado foi de -Cr\$26.188,87/ha, e para o amendoim das águas, região de Guaitira, -Cr\$8.739,88/ha e região de Pompéia, -Cr\$55.653,51/ha. O algodão, principalmente da região de Avaré, apresentou receita líquida inexpressiva, em torno de 5% em relação à receita bruta.

No quadro 8, a cultura da batata apresentou retorno negativo para a região de Sorocaba, tanto na safra das águas (-Cr\$41.333,00/ha) como da seca (-Cr\$184.243,00/ha). Este resultado econômico adverso pode ser explicado em função do custo crescente de um ano agrícola para outro, aliado a uma queda no preço do produto. Embora este declínio no preço também tenha ocorrido em Divinolândia e São Sebastião da Gramma, a diferença apresentada nestes municípios se relaciona ao nível tecnológico inferior aí utilizado.

Como pode ser observado no quadro 9, a cultura de café, na DIRA de Ribeirão Preto, apresentou receita líquida negativa (-Cr\$70.919,00/ha) ao contrário do ocorrido nas DIRAs de Campinas e Bauru, que apresentaram resultados positivos. A ocorrência de geada mais forte na primeira região foi o fator que ocasionou este desnível de rendimento entre elas refletindo-se nos retornos. Ainda neste quadro, tem-se o pêssego com receita líquida negativa (-Cr\$50.489,00/ha), sendo que no ano passado esta se apresentou com resultado positivo (Cr\$89.149,00/ha). Tendo em vista que a produtividade se manteve, tal fato é decorrente de um aumento no custo de produção muito superior ao ocorrido no preço.

ESTIMATIVA DE CUSTO OPERACIONAL DA SAFRA 1982/83

As estimativas de custo operacional para o ano agrícola 1982/83 são apresentadas nos quadros 10 a 16.

No geral, os preços dos insumos tomados como base são relativos ao mês de maio de 1982. Sobre estes preços foram acrescentados percentuais de aumento específico para cada insumo, considerando a época de sua utilização nas diversas atividades agrícolas. Este percentual de aumento foi traçado seguindo as perspectivas de aumentos futuros e o comportamento dos preços nos anos anteriores.

Os preços foram coletados nas diversas firmas de adubos, defensivos, fabricantes de máquinas e implementos agrícolas, e muitos deles são preços regionalizados obtidos nas diversas Casas de Agricultura da rede da CATI no interior.

Os critérios adotados nas estimativas, para cada componente de custo, foram os seguintes:

a) mão-de-obra: este fator de produção apresenta custo diferenciado por região do Estado, para as suas diversas categorias: mão-de-obra mensalista, diarista e volante, além da diferenciação existente por qualificação entre mão-de-obra comum e tratorista. O valor da mão-de-obra comum foi ponderado pelos salários dos mensalistas, diarista e volante considerando a proporção de uso de cada categoria por região. A diária estimada da mão-de-obra comum e tratorista teve como preço básico os salários de abril. Utilizou-se um percentual de projeção levando-se em conta o aumento ocorrido em maio de 1982 e o previsto para novembro do mesmo ano (quadro 1);

b) máquinas e implementos: para o cálculo do custo diário das máquinas e suas respectivas depreciações, tomou-se como base o valor da máquina nova em maio/82. Estão incluídos nos custos diários os gastos com reparos, combustíveis, lubrificantes, filtros, seguro e garagem, em função do número de dias de utilização no ano. Considerou-se um percentual de aumento sobre os combustíveis e lubrificantes da ordem de 20% e dos demais insumos como filtro, mangueira etc. de 30%;

c) fertilizantes: utilizou-se uma média dos preços dos elementos N,P e K, entre as principais firmas, adicionando-se o custo referente ao processo da mistura (Cr\$4.535,00) e do transporte (Cr\$1.712,00). Sobre este total nada se acresceu, dada a informação obtida já estar projetada para o mês de setembro de 1982, quando efetivamente se utiliza a maior parte deste insumo;

d) calcário: considerou-se o valor regionalizado deste insumo adicionando-se os respectivos fretes;

e) defensivos: sobre os preços referentes a maio de 1982, acresceu-se 37% de acordo com expectativas futuras e comportamento do preço do ano passado;

f) sementes e mudas: os preços de sementes foram os da safra agrícola 1981/82, acrescidos de 89% (variação da ORTN no ano). Esta estimativa foi necessária tendo em vista que a Secretaria da Agricultura não divulgou, até o momento dos cálculos, seus preços de sementes. Quanto ao preço da semente de feijão, foi considerado o mesmo da safra passada, sem acréscimos, devido ao estoque de grãos existentes;

g) empreita: ao valor atual das operações efetuadas por empreita adicionou-se 60%, quando realizadas até dezembro de 1982, e 80% para os meses subsequentes;

h) encargos financeiros: h₁) crédito de custeio: segundo classificação feita pelo Banco Central, em termos do valor da produção, expressa em número de MVR, tomou-se como base a categoria médio produtor, que obtém 70% do valor financiável à taxa de juros subsidiados de 45%. Considerando-se que os 30% restantes serão financiados à taxa normal de 73,8% ao ano, utilizou-se para efeito dos cálculos de juros de custeio a taxa média ponderada de 54% ao ano. Para cada atividade, o prazo de financiamento variou em função do ciclo da cultura; h₂) crédito de investimento: para financiamento de máquinas e implementos, o Banco Central estabelece a taxa de juros de 45% a.a. até 100MVR e acima deste valor, a taxa normal de 73,8% a.a.. Para as estimativas, fez-se uma ponderação destas taxas em função dos preços (maio/82), considerando o prazo de pagamento de 5 anos e vida útil média das máquinas e implementos de 10 anos, dado que nem todos eles foram comprados no ano;

i) outros insumos: para os insumos como sacaria, arame, embalagem, etc, considerou-se acréscimo de 30% sobre o valor do mês de maio; e

j) produtividade: utilizou-se o rendimento médio por hectare observado nas pesquisas que geraram os coeficientes técnicos, sendo que alguns deles foram alterados mediante a revisão efetuada junto aos agrônomos regionais e agricultores neste início de ano.

Numa análise comparativa entre o custo operacional ocorrido na safra 1981/82 e a estimativa de 1982/83, observou-se aumento médio de 40% nos fertilizantes, 118% sobre defensivos, de 91% para óleo diesel, 90% para mão-de-obra comum e 104% para a mão-de-obra tratorista. A elevação média dos custos operacionais das atividades em produção entre a safra 1981/82 e a estimativa 1982/83 foi de 86%. No caso das culturas de algodão (regiões de Ribeirão Preto e Araçatuba) e de arroz de sequeiro (Estado de São Paulo), os aumentos foram superiores, ao redor de 127%. Nestas duas culturas, além dos aumentos nos preços dos insumos, os custos foram afetados por alterações introduzidas na matriz de coeficientes técnicos.

As estimativas das culturas da seca e de inverno serão apresentadas futuramente na revista Informações Econômicas, V.13, nº 1, janeiro 1983, tendo em vista uma melhor projeção.

(IEA, 22/07/82)

QUADRO 1. - Estimativa do Valor da Diária da Mão-de-Obra ⁽¹⁾ por DIRA, Estado de São Paulo, 1982/83
(em cruzeiro)

DIRA	Mão-de-obra	
	Comum	Tratorista
São Paulo	957,00	1.580,00
Vale do Paraíba	1.017,00	1.416,00
Sorocaba	1.107,00	1.416,00
Campinas	1.055,00	1.566,00
Ribeirão Preto	1.130,00	1.490,00
Bauru	937,00	1.394,00
São José do Rio Preto	995,00	1.305,00
Araçatuba	1.001,00	1.409,00
Presidente Prudente	1.024,00	1.305,00
Marília	1.023,00	1.245,00
Média do Estado	1.020,00	1.410,00

⁽¹⁾ Valor ponderado para diarista, mensalista e volante.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 2 .- Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Cereais, Estado de São Paulo, 1981/82

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente e muda	Adubo e corretivo	Defensivos e herbicidas	Operação de máquinas (1)	Outros (2)	Colheita por em preita	Depreciação (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	unidade de										
Arroz irrigado (TM)(Região do Vale do Paraíba)	41	60 kg	6.364,80	3.091,50	10.011,50	11.004,24	12.069,53	16.373,56	-	2.956,85	61.871,98	1.509,07
Arroz de sequeiro (TM) (Município de Barretos)	26	60 kg	3.452,78	1.071,98	5.200,92	96,48	9.599,68	8.579,53	8.000,00	2.249,65	38.251,02	1.471,20
Feijão das águas (TA)(Sub-Regiões de Itapeva e Avaré)	8	60kg	11.461,19	8.100,00	4.298,56	1.010,77	179,51	6.309,51	-	460,12	31.819,66	3.977,45
Feijão das águas (TMA)(Sub-Regiões de Itapeva e Avaré)	13	60kg	11.432,70	8.100,00	13.596,40	6.357,17	7.811,11	7.666,38	-	1.784,45	56.748,21	4.365,25
Feijão da seca (TA)(Sub-Regiões de Itapeva e Avaré)	10	60kg	16.884,00	4.725,54	5.221,04	1.599,40	881,08	6.679,98	-	728,10	36.719,14	3.671,91
Feijão da seca (TMA)(Sub-Regiões de Itapeva e Avaré)	14	60kg	13.306,80	5.697,54	6.050,26	1.599,40	11.738,95	6.953,05	-	3.593,77	48.939,77	3.495,77
Milho (TM) Estado	43	60kg	5.364,88	731,50	13.331,80	-	12.012,61	14.052,70	-	2.879,24	48.372,73	1.124,95
Milho (TM)(Região de Ribeirão Preto)	50	60kg	3.023,18	749,59	14.223,32	62,71	9.455,09	13.760,74	-	2.267,00	43.541,63	870,83
Milho (TMA)(Regiões de Tatuí e Capão Bonito)	42	60kg	9.335,46	686,45	8.597,12	64,64	5.903,64	11.230,57	-	1.410,30	37.228,18	886,39
Sorgo granífero (TM)(Região de Jaboticabal)	50	60kg	2.756,54	1.544,00	16.287,05	106,13	9.480,46	12.058,23	-	2.247,95	44.480,36	889,61
Trigo (TM)(Sub-Região de Assis)	23	60kg	1.505,80	3.915,00	12.936,06	18.471,33	10.524,82	8.475,87	-	2.588,16	58.417,04	2.539,87

(1) Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos sacaria, beneficiamento, juros bancários e outras empreitas.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 3. - Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Oleaginosas, Estado de São Paulo, 1981/82

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de obra	Semente e muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas (1)	Outros (2)	Colheita por em preita	Depreciação (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Algodão (TMA)(Sub-região de Orilândia)	118	15 kg	9.824,88	989,21	25.392,58	17.817,76	8.276,25	19.631,06	21.800,00	2.012,50	105.744,24	896,14
Algodão (TM) (Sub-região de Orilândia)	128	15kg	9.880,34	1.090,89	19.508,72	18.742,75	10.896,73	21.452,62	23.600,00	2.625,99	107.798,04	842,17
Algodão (TMA)(Sub-região de Avarê)	105	15kg	13.593,20	830,00	23.369,42	16.035,99	8.285,82	19.576,10	21.120,00	2.214,98	105.025,51	1.000,24
Algodão (TMA)(Sub-regiões de Campinas, Limeira e S. João da B. Vista)	118	15kg	8.305,80	1.157,85	22.767,74	10.821,50	8.887,39	18.461,64	26.180,00	2.127,19	98.709,11	836,52
Algodão (TM) (Sub-regiões Campinas, Limeira e S. J. da B. Vista)	118	15kg	6.761,36	1.157,85	22.767,74	13.225,83	12.796,81	19.951,01	26.180,00	2.871,20	105.711,80	895,36
Algodão (TM) (Sub-região de Araçatuba)	98	15kg	6.254,00	841,62	6.447,84	15.994,01	11.835,24	17.167,15	14.400,00	2.621,73	75.561,59	771,04
Amendoim das seca (TM) (DIRA de Marília)	54	25kg	7.058,10	14.935,00	16.847,62	9.473,12	13.240,09	16.106,60	7.280,00	3.348,34	88.288,87	1.634,98
Amendoim das águas (TM) Município de Guaíra	95	25kg	14.811,30	14.428,20	11.068,45	9.791,05	10.538,62	28.211,63	-	3.110,13	91.959,88	968,00
Amendoim das águas (TM) Município de Pompéia)	59	25kg	6.463,50	18.268,80	10.312,65	12.290,68	15.208,03	27.865,14	12.900,00	4.028,71	107.337,51	1.819,28
Mamona (TMA)(Sub-região de Pres. Wenceslau)	24	50kg	18.862,90	179,52	6.447,84	84,90	6.411,35	10.191,81	-	1.650,44	43.828,76	1.826,20
Soja (TM)(Região de Ribeirão Preto)	38	60kg	2.056,06	2.935,71	10.591,80	4.638,76	7.654,76	5.170,00	-	1.960,34	35.007,43	921,25

(1) Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos sacaria, beneficiamento, transporte, juros bancários e seguro obrigatório, desbaste e pulverização por empreita para o algodão.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

Obs. Tecnologia utilizada: TA = Tração animal; TM = tração motomecanizada, TMA = tração motomecanizada animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 4. - Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Cana-de-açúcar, Batata, Cebola, Mandioca e Tomate, Estado de São Paulo, 1981/82

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas ⁽¹⁾	Outros ⁽²⁾	Colheita por empreita	Depreciação ⁽³⁾	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade de										
Batata das águas (TA) (Município de Divinolândia e S.S. da Grama)	213	60kg	40.872,82	41.067,00	40.629,85	17.298,50	323,95	37.991,44	-	1.068,00	179.251,56	841,56
Batata das águas(TMA) (Município de Divinolândia e S.S. da Grama)	224	60kg	38.041,04	42.611,40	50.100,20	18.008,70	6.193,59	41.442,16	-	1.964,56	198.361,65	885,54
Batata da seca (TMA) (Município de Divinolândia e S.S. da Grama)	232	60kg	60.892,95	87.436,67	60.809,76	30.545,29	35.820,38	56.671,55	-	18.018,46	350.195,06	1.509,46
Batata da seca (TM) (Município de Itapetininga e Ibiúna)	348	60kg	51.045,20	201.700,58	204.950,58	227.308,36	57.965,92	127.723,58	-	17.553,39	888.247,03	2.552,43
Batata das águas (TM) (Município de Itapetininga e Ibiúna)	363	60kg	38.453,50	54.756,00	128.993,12	144.695,78	43.855,58	100.983,80	-	14.563,33	526.301,11	1.449,87
Cana-de-açúcar (nova) (TM) ⁽⁴⁾ (Região de Ribeirão Preto)	100	t	12.379,43	31.000,00	32.893,82	13.696,16	40.500,20	62.700,72	23.040,00	11.698,46	227.908,79	2.279,09
Cana-de-açúcar (soca) (TM) (Região de Ribeirão Preto)	77	t	7.620,70	-	11.672,50	8.671,40	17.540,96	18.270,91	17.760,00	5.695,17	87.231,65	1.132,88
Cana-de-açúcar (ressoca)(TM) (Região de Ribeirão Preto)	60	t	6.406,80	-	12.477,50	8.982,44	16.747,33	16.993,24	14.400,00	5.152,16	81.159,47	1.352,66
Cana-de-açúcar (nova)(TMA) ⁽⁴⁾ (Região de Piracicaba)	88	t	27.652,50	20.500,00	22.874,01	35,69	37.041,65	46.241,73	-	11.929,28	166.274,86	1.889,49
Cana-de-açúcar (soca) (TMA) (Região de Piracicaba)	72	t	13.934,21	-	15.532,40	33,77	18.912,24	15.111,25	-	6.381,29	69.905,16	970,91
Cana-de-açúcar (ressoca)(TMA)(Região de Piracicaba)	59	t	12.492,30	-	13.441,50	35,70	16.915,68	13.375,09	-	5.591,51	61.851,78	1.048,34
Cebola de muda (TMA) (Sub-Região de Casa Branca)	15.902	kg	46.705,82	36.000,00	39.287,77	9.370,05	16.454,93	44.735,11	-	5.871,19	198.424,87	12,48
Cebola de muda (TM) (Sub-Região de Sorocaba)	14.846	kg	90.733,10	48.000,00	130.605,40	12.244,12	17.953,54	84.562,52	-	8.298,94	392.397,62	26,43
Cebola bulbilho(TM) (Sub-Região de Sorocaba)	15.833	kg	103.102,58	115.400,00	86.582,62	14.365,04	42.439,10	88.879,06	-	11.417,29	462.185,69	29,19
Mandioca (TMA) ⁽⁴⁾ (Sub-Região de Assis)	20	t	19.019,19	2.920,00	6.026,40	49,20	335,68	18.917,05	-	191,93	47.459,45	2.372,97
Tomate Sta.Cruz envarado(TM)(DIRA do Vale do Paraíba)	1.250	cx	361.085,77	687,00	263.065,20	134.143,07	119.268,02	402.430,44	-	27.568,70	1.303.248,20	1.046,60
Tomate rasteiro irrigado(TM) (Estado de São Paulo)	30,6	t	24.379,50	8.694,00	66.756,06	92.126,10	57.223,29	47.573,92	51.961,50	14.063,01	362.777,38	11.855,47

⁽¹⁾ Foram incluídos reparos de máquinas, combustível, lubrificantes e operações animal.

⁽²⁾ Foram incluídos sacaria, caixas, beneficiamento, juros bancários, arrendamento e outros insumos.

⁽³⁾ Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

⁽⁴⁾ Cultura de ano e meio.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 5. - Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Culturas Perenes, Estado de São Paulo, 1981/82

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas ⁽¹⁾	Outros ⁽²⁾	Colheita por empreita	Depreciação ⁽³⁾	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Abacaxi (TM) implantação e 2º ano ⁽⁴⁾ 1981	22.260	kg	87.659,63	75.000,00	112.872,00	8.901,33	42.252,63	87.408,00	-	7.837,14	421.930,73	18,95
Banana na várzea (2.200 pés)(Sub-região de Registro)	33	t	34.624,44	-	100.839,20	27.327,81	19.038,44	75.268,31	-	4.080,30	261.178,50	7.914,50
Banana de morro (2.000 pés) (Sub-região de Registro)	24	t	41.618,99	-	62.566,50	5.945,50	-	60.347,10	-	-	170.478,09	7.103,25
Cafê (DIRA de Ribeirão Preto)	60	60kg	44.249,78	-	55.116,42	25.696,54	18.150,74	37.948,98	-	3.756,54	184.919,00	30.819,83
Cafê (DIRA de Campinas)	9,5	60kg	48.087,74	-	58.393,16	11.485,78	11.257,45	33.388,25	-	1.966,32	164.578,70	17.324,07
Cafê (DIRA de Bauru)	7,5	60kg	36.959,87	-	32.239,58	12.948,61	14.164,08	25.576,05	-	2.639,97	124.528,16	16.603,75
Figo formação 1º e 2º ano (2.250 pés)	-	-	158.053,89 ⁽⁵⁾	-	73.577,85	40.267,25	19.960,14	102.512,92	-	7.819,80	402.191,85	-
Figo produção	13.500	enqr.	276.538,48	-	119.362,63	124.707,03	48.148,35	328.868,01	-	21.768,96	919.393,46	68,10
Laranja formação 1º ao 4º ano (TM) (200 pés)	-	-	48.272,74	12.500,00	32.257,97	30.828,70	43.389,08	47.577,93	-	11.027,29	225.853,71	-
Laranja produção (Estado)	400	cx.40kg	16.156,90	-	23.837,04	25.889,62	12.525,49	30.268,76	-	3.160,12	111.837,93	279,59
Maracujã formação (TMA) (1000 pés)	-	-	59.716,30	44.446,50	15.275,43	3.141,93	31.567,59	96.010,25	-	7.579,50	257.737,50	-
Maracujã produção (Estado)	880	cx.17kg	40.142,00	-	41.952,90	20.585,52	44.303,20	95.206,72	-	10.065,45	252.255,79	351,33
Pêssego formação 1º ao 4º ano (TM) (220 pés)	-	-	348.352,70	22.044,00	210.567,40	186.346,03	90.879,27	447.211,11	-	40.972,06	1.346.372,57	-
Pêssego produção (TM) (220 pés)	6.100	cx.2,5kg	211.362,50	-	111.907,60	95.757,69	65.085,13	467.778,69	-	25.797,56	977.689,17	160,28
Uva niagara formação 1º e 2º anos (4.000 pés)	-	-	259.736,94	133.600,33	212.257,50	33.139,24	66.701,89	253.576,02	-	18.174,59	977.186,51	-
Uva niagara (produção)	3.100	cx.8kg	189.678,20	-	156.620,00	28.300,28	7.324,52	320.491,80	-	1.913,07	704.327,87	277,20
Chã da Índia-mudas (400m ²) 45.900 u. (Sub região de Registro)	-	-	133.124,00	-	250,05	-	12.631,08	174.090,00	-	4.548,66	324.643,79	-
Chã da Índia formação 1º ao 3º ano (TM) (9.000 pés)	-	-	158.688,92	85.050,00	136.901,09	1.419,33	30.066,06	107.912,07	-	6.850,72	526.888,19	-
Chã da Índia produção (9.000 pés) (1981)	11.200	kg	59.571,34	-	71.582,39	4.703,27	51.157,66	68.737,66	-	10.209,37	265.961,69	23,75

⁽¹⁾ Foram incluídos reparos de máquinas, combustíveis e lubrificantes.

⁽²⁾ Foram incluídos juros bancários para custeio, e outros insumos, despesas gerais, colheita e empreita. Para banana de morro, a pulverização aérea.

⁽³⁾ Somente do capital em máquinas.

⁽⁴⁾ Cultura semiperene.

⁽⁵⁾ O serviço de preparo de estacas está incluído na mão-de-obra.

Obs: Tecnologia utilizada: TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 6. - Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção de Cereais, Estado de São Paulo, 1981/82

(em cruzeiro)

Cultura	Rendimento (¹)		Receita		Custo operacional		Receita líquida (²)	
	Por ha	Unidade	Por ha	Unidade	Por ha	Unidade	Por ha	Unidade
Arroz irrigado (TM) (Região do Vale do Paraíba)	41	60kg	94.915,00	2.315,00	61.871,98	1.509,07	33.043,02	805,93
Arroz sequeiro (TM) (Município de Barretos)	26	60kg	60.190,00	2.315,00	38.251,02	1.471,20	21.938,98	843,81
Feijão das águas (TA) (Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	8	60kg	35.840,00	4.480,00	31.819,66	3.977,46	4.020,34	502,54
Feijão das águas (TMA) (Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	13	60kg	58.240,00	4.480,00	56.748,21	4.365,25	1.491,79	114,75
Feijão da seca (TA) (Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	10	60kg	56.300,00	5.630,00	36.719,14	3.671,91	19.580,86	1.958,08
Feijão da seca (TMA) (Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	14	60kg	78.820,00	5.630,00	48.939,77	3.495,70	29.880,23	2.134,30
Milho (TM) (Estado)	43	60kg	41.409,00	963,00	48.372,73	1.124,95	- 6.963,73	- 161,95
Milho (TM) (Região de Ribeirão Preto)	50	60kg	48.150,00	963,00	43.541,63	870,83	4.608,37	92,17
Milho (TMA) (Sub-regiões de Tatuí e Capão Bonito)	42	60kg	40.446,00	963,00	37.228,18	886,38	3.217,82	76,61
Sorgo granífero (TM) (Sub-região de Jaboticabal)	50	60kg	40.000,00	800,00	44.480,36	889,61	- 4.480,36	- 89,60
Trigo (TM) (Sub-região de Assis)	23	60kg	77.188,00	3.356,00	58.417,04	2.539,87	18.770,96	816,13

(¹) Rendimento estimado para o ano agrícola 1981/82 baseado no 4º levantamento de previsão de safras do IEA; a produtividade das culturas à tração animal o bedece à proporção observada em levantamento específico.

(²) Receita líquida = receita menos custo operacional.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 7.- Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção de Oleaginosas, Estado de São Paulo, 1981/82
(em cruzeiro)

Cultura	Rendimento (1)		Receita		Custo operacional		Receita líquida (2)	
	Por ha	Unidade	Por ha	Unidade	Por ha	Unidade	Por ha	Unidade
Algodão (TMA) (Sub-região de Orlândia)	118	15kg	123.900,00	1.050,00	105.744,24	896,14	18.155,76	153,86
Algodão (TM) (Sub-região de Orlândia)	128	15kg	134.400,00	1.050,00	107.798,04	842,17	26.601,96	207,83
Algodão (TMA) (Sub-região de Avaré)	105	15kg	110.250,00	1.050,00	105.025,51	1.000,24	5.224,49	49,76
Algodão (TMA) (Sub-regiões de Campinas Limeira e São João da Boa Vista)	118	15kg	123.900,00	1.050,00	98.709,11	836,52	25.190,89	213,48
Algodão (TM) (Sub-regiões Campinas Limeira e São João da Boa Vista)	118	15kg	123.900,00	1.050,00	105.711,80	895,86	18.188,20	154,14
Algodão (TM) (Sub-região de Araçatuba)	98	15kg	102.900,00	1.050,00	75.561,59	771,04	27.338,41	278,96
Amendoim da Seca (TM) (DIRA de Marília)	54	25kg	62.100,00	1.150,00	88.288,87	1.634,98	-26.188,87	-484,98
Amendoim das Águas (TM) (Guaíra)	95	25kg	83.220,00	876,00	91.959,88	967,99	- 8.739,88	- 92,00
Amendoim das águas (TM) (Pompéia)	59	25kg	51.684,00	876,00	107.337,51	1.819,28	-55.653,51	-943,28
Mamona (TMA) (Presidente Venceslau)	24	50kg	66.000,00	2.750,00	43.828,76	1.826,20	22.171,24	923,80
Soja (TM) (Região de Ribeirão Preto)	38	60kg	86.640,00	2.280,00	35.007,43	921,25	51.632,57	1.358,75

(1) Rendimento estimado para o ano agrícola 1981/82 baseado no 4º levantamento de previsão de safras do IEA; a produtividade das culturas a tração animal obedece à proporção observada em levantamento específico.

(2) Receita líquida = receita menos custo operacional.

Obs. Tecnologia utilizada: TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

QUADRO 9.- Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção de Batata, Cana-de-Açúcar, Cebola, Mandioca e Tomate, Estado de São Paulo, 1981/82
(em cruzeiro)

Cultura	Rendimento (1)		Receita		Custo operacional		Receita Líquida (2)	
	Por ha	Unidade	Por ha	Unidade	Por ha	Unidade	Por ha	Unidade
Batata das águas (TA) (Municípios de Divinolândia e S.S. da Gramma)	213	60kg	227.058,00	1.066,00	179.251,56	841,55	47.806,44	224,44
Batata das águas (TMA) (Municípios de Divinolândia e S.S. da Gramma)	224	60kg	238.784,00	1.066,00	198.361,65	885,54	40.422,35	180,46
Batata da seca (TMA) (Municípios de Divinolândia e S.S. da Gramma)	232	60kg	367.024,00	1.582,00	350.195,06	1.509,46	16.828,94	72,54
Batata da seca (TM) (Municípios de Itapetininga, Capão Bonito e Ibiúna)	348	60kg	704.004,00	2.023,00	882.247,03	2.535,19	184.243,03	-529,43
Batata das águas (TM) (Municípios de Itapetininga, Capão Bonito e Ibiúna)	363	60kg	484.968,00	1.336,00	526.301,11	1.449,86	-41.333,11	-113,87
Cana-de-açúcar (Nova) (TM) (3) (Região de Ribeirão Preto)	100	t	256.200,00	2.562,00	227.908,79	2.279,08	28.291,21	282,92
Cana-de-açúcar (Soca) (TM) (Região de Ribeirão Preto)	77	t	197.274,00	2.562,00	87.231,65	1.132,88	110.042,35	1.429,12
Cana-de-açúcar (Ressoca) (TM) (Região de Ribeirão Preto)	60	t	153.720,00	2.562,00	81.159,47	1.352,66	72.560,53	1.209,34
Cana-de-açúcar (Nova) (TMA) (3) (Região de Piracicaba)	88	t	225.456,00	2.562,00	166.274,86	1.889,49	59.181,14	672,51
Cana-de-açúcar (Soca) (TMA) (Região de Piracicaba)	72	t	184.464,00	2.562,00	69.905,16	970,90	114.558,84	1.591,10
Cana-de-açúcar (Ressoca) (TMA) (Região de Piracicaba)	59	t	151.158,00	2.562,00	61.851,78	1.048,33	89.306,22	1.513,67
Cebola de muda (TMA) (Sub-Região de Casa Branca)	15.902	kg	556.570,00	35,00	198.424,87	12,48	358.145,13	22,52
Cebola de muda (TM) (Sub-Região de Sorocaba)	14.846	kg	445.380,00	30,00	392.397,62	26,43	52.982,38	3,57
Cebola de bulbilho (TM) (Sub-Região de Sorocaba)	15.833	kg	1.424.970,00	90,00	462.185,79	29,19	962.784,21	60,81
Mandioca (3) (Sub-Região de Assis)	20	t	111.200,00	5.560,00	47.459,45	2.372,97	63.740,55	3.187,03
Tomate Santa Cruz envarado (TM) (DIRA do Vale do Paraíba)	1.250	cx. 28kg	1.250.000,00	1.000,00	1.308.248,50	1.046,60	-58.248,50	-46,60
Tomate rasteiro irrigado (TM) (Estado de São Paulo)	30,6	t	474.300,00	15.500,00	362.777,38	11.855,46	111.522,62	3.644,53

(1) Rendimento estimado para o ano agrícola 1981/82 baseado no 4º levantamento de previsão de safras do IEA; a produtividade das culturas à tração animal obedece a proporção em levantamento específico.

(2) Receita líquida = receita menos custo operacional.

(3) Culturas de ano e meio.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 9. - Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção de Culturas Perenes, Estado de São Paulo, 1981/82

(em cruzeiro)

Cultura	Rendimento ⁽¹⁾		Receita		Custo operacional		Receita Líquida ⁽²⁾	
	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade
Abacaxi (TM) (implantação e 2º ano) ⁽³⁾	22.260,00	kg	645.540,00	29,00	421.930,73	18,95	223.609,27	10,04
Banana da Várzea (Ciclo de 14 meses) (Região de Registro)	33,00	t	528.000,00	16.000,00	261.178,50	7.914,50	266.821,50	8.085,50
Cafê (DIRA de Ribeirão Preto)	6,00	60kg	108.000,00	18.000,00 ⁽⁴⁾	184.919,00	30.819,83	-70.919,00	-12.819,83
Cafê (DIRA de Campinas)	9,50	60kg	171.000,00	18.000,00 ⁽⁴⁾	164.578,70	17.324,07	6.421,30	675,93
Cafê (DIRA de Baurū)	7,50	60kg	135.000,00	18.000,00 ⁽⁴⁾	124.528,16	16.603,75	10.471,84	1.396,24
Figo produção (TM)	13.500,00	engr.	1.485.000,00	110,00	919.393,46	68,10	565.606,54	41,89
Laranja produção (TM)	400,00	cx.40,8kg	160.000,00	400,00	111.837,93	279,59	48.162,07	120,41
Maracujã produção (1.000 pês)	880,00	cx.17kg	886.160,00	1.007,00	252.255,79	286,65	633.904,21	720,34
Pêssego produção (TM) (2.200 pês)	6.100,00	cx. 2,5kg	927.200,00	152,00	977.689,17	160,28	-50.489,17	- 8,27
Uva Niagara produção	3.100,00	cx. 8kg	1.364.000,00	440,00	704.327,87	227,20	659.672,13	212,80
Chã da Índia produção (9.000 pês)	11.200,00	kg	190.400,00	17,00	265.961,69	23,75	-75.561,69	- 6,75

(¹) Rendimento estimado para o ano agrícola 1981/82 baseado no 4º levantamento de previsão de safras do IEA; a produtividade das culturas à tração animal o bedece à proporção observada em levantamento específico.

(²) Receita líquida = receita menos custo operacional.

(³) Cultura semi-perene.

(⁴) Preço médio corrente.

Obs: Tecnologia utilizada: TM = tração motomecanizada.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 10. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Cereais, Estado de São Paulo, 1982/83

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo ou corretivo	Defensivo	Operação de máquina (1)
	Por hectare	Unidade					
Arroz irrigado (TM) (Região Vale do Paraíba)	39	sc.60kg	13.568,84	7.380,00	14.233,85	27.059,14	24.261,67
Arroz sequeiro (TM) (Sub-região de Barretos)	23	sc.60kg	71.131,00	2.025,40	22.998,78	4.470,76	21.825,01
Feijão das águas(TA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	10	sc.60kg	19.715,67	8.100,00	6.293,28	2.686,88	1.169,88
Feijão das águas(TMA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	16	sc.60kg	15.529,00	8.100,00	18.733,20	16.974,08	15.500,44
Milho (TM) (Estado)	41	sc.60kg	10.498,20	1.387,00	18.840,86	-	24.835,76
Milho (TM) (Região de Ribeirão Preto)	47	sc.60kg	5.149,10	1.421,31	21.080,62	2.338,06	17.122,65
Milho (TMA) (Região de Tatuí e Capão Bonito)	37	sc.60kg	16.674,87	1.301,59	12.586,56	138,02	12.034,22
Sorgo grãífero (TM) (Região de Ribeirão Preto)	52	sc.60kg	5.290,50	2.920,00	23.167,49	1.204,78	20.159,43

Cultura	Outros(2)	Colheita por empreita	Depreciação(3)	Juros bancários		Custo por hectare	Custo por unidade produzida
				Custeio	Investimento		
Arroz irrigado (TM) (Região Vale do Paraíba)	17.550,00	-	6.240,01	16.623,63	1.719,02	128.636,16	3.298,36
Arroz sequeiro (TM) (Sub-região de Barretos)	3.450,00	7.820,00	5.427,24	12.549,77	1.446,00	89.143,96	3.875,82
Feijão das águas(TA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	1.500,00	-	775,95	4.439,89	128,46	44.810,01	4.481,00
Feijão das águas(TMA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	2.100,00	-	4.091,25	8.655,40	1.058,61	90.741,98	5.671,37
Milho (TM) (Estado)	6.150,00	-	6.175,15	13.885,16	1.675,56	83.447,69	2.035,31
Milho (TM) (Região de Ribeirão Preto)	7.050,00	-	4.624,66	12.186,39	1.201,82	72.174,61	1.535,63
Milho (TMA) (Região de Tatuí e Capão Bonito)	5.550,00	-	2.932,64	10.864,18	795,20	62.870,28	1.699,39
Sorgo grãífero (TM) (Região de Ribeirão Preto)	7.800,00	-	5.144,46	8.173,20	1.458,75	75.318,61	1.448,43

(1) Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos sacaria e beneficiamento.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 11. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Oleaginosas, Estado de São Paulo, 1982/83

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas ⁽¹⁾
	Por ha	Unidade					
Algodão (TMA) (Sub-região de Orlandia)	109	15kg	18.263,10	1.914,60	37.673,68	38.203,79	16.195,46
Algodão (TM) (Sub-região de Orlandia)	145	15kg	18.668,90	2.111,40	28.889,56	49.831,74	23.368,79
Algodão (TMA) (Sub-região de Avaré)	100	15kg	21.395,40	2.400,00	26.750,18	17.479,10	20.983,27
Algodão (TMA) (Sub-regiões Campinas, Limeira e S. João da Boa Vista)	145	15kg	13.562,00	2.241,00	33.312,09	9.942,00	21.532,04
Algodão (TM) (Sub-regiões Campinas, Limeira e S. João da Boa Vista)	145	15kg	11.388,83	2.241,00	33.312,09	14.935,65	31.126,07
Algodão (TM) (sub-região de Araçatuba)	100	15kg	12.761,83	2.433,60	15.975,60	36.129,32	24.528,80
Amendoim das águas (TM) (Pompéia)	86	sc.60kg	12.151,80	27.440,00	20.953,19	25.309,46	31.417,16
Amendoim das águas (TM) (Guaíra)	97	sc.60kg	26.876,10	22.540,00	18.578,07	25.395,81	20.043,39
Mamona (TMA) (Presidente Venceslau)	20	sc.60kg	37.061,22	338,64	9.439,92	181,28	12.886,90
Soja (TM) (Região de Ribeirão Preto)	30	sc.60kg	3.444,10	5.645,60	20.344,10	10.627,83	12.918,29

Cultura	Outros ⁽²⁾	Colheita por empreita	Depreciação ⁽³⁾	Juros bancários		Custo por hectare	Custo por unidade produzida
				Custeio	Investimento		
Algodão (TMA) (Sub-região de Orlandia)	2.180,00	43.045,00	4.049,63	34.941,51	1.020,57	197.487,34	1.811,81
Algodão (TM) (Sub-região de Orlandia)	3.720,00	57.275,00	5.554,27	40.879,21	1.517,88	231.816,75	1.598,74
Algodão (TMA) (Sub-região de Avaré)	2.180,00	45.000,00	5.051,41	30.151,80	1.374,01	172.765,17	1.727,65
Algodão (TMA) (Sub-regiões Campinas, Limeira e S. João da Boa Vista)	2.180,00	58.140,00	5.094,54	31.214,05	1.312,00	178.529,72	1.231,24
Algodão (TM) (Sub-regiões Campinas, Limeira e S. João da Boa Vista)	2.180,00	58.140,00	7.652,38	34.007,32	2.068,37	197.051,71	1.358,98
Algodão (TM) (Sub-região de Araçatuba)	6.150,00	40.000,00	5.855,28	30.554,81	1.605,32	175.994,56	1.759,95
Amendoim das águas (TM) (Pompéia)	17.630,00	20.210,00	7.588,50	24.430,08	2.074,32	189.204,51	2.200,05
Amendoim das águas (TM) (Guaíra)	19.885,00	-	5.205,08	20.997,64	1.411,75	160.932,84	1.659,10
Mamona (TMA) (Presidente Venceslau)	-	-	3.318,41	18.871,01	871,87	82.969,25	4.148,46
Soja (TM) (Região de Ribeirão Preto)	-	-	3.432,23	8.344,34	955,09	65.711,58	2.190,29

(1) Foram incluídos reparos de máquinas, combustíveis, lubrificante e tração animal.

(2) Foram incluídos sacarias, transportes por empreita, beneficiamento, pulverização por empreita, seguro e, no algodão TM, em Araçatuba, desbaste por empreita.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

Obs: Tecnologia utilizada: TM = tração motomecanizada; TMA = Tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 12. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Batata, Cana-de-Açúcar, Cebola, Mandioca, Tomate, Estado de São Paulo, 1982/83

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Operação de máquinas
	Por hectare	Unidade					
Batata das águas(TA)(Municípios Divinolândia e S.S. da Gramma)	149	sc.60kg	74.883,90	97.461,00	58.553,54	39.402,41	2.978,01
Batata das águas(TMA)(Municípios Divinolândia e S.S. da Gramma)	157	sc.60kg	72.500,24	101.126,20	70.573,11	40.986,82	12.008,82
Batata das águas(TM)(Municípios e Itapetininga e Ibiúna)	313	sc.60kg	69.359,30	129.948,00	181.309,46	320.806,70	86.732,21
Cana-de-açúcar (nova)(TM) ⁽⁴⁾ (Região de Ribeirão Preto)	100	t	19.082,40	55.800,00	49.229,24	25.439,69	79.412,94
Cana-de-açúcar (soca)(TM) (Região de Ribeirão Preto)	78	t	9.073,10	-	22.195,32	19.296,37	33.907,87
Cana-de-açúcar (ressoca) (TM) (Região de Ribeirão Preto)	60	t	8.375,00	-	22.195,32	19.953,01	32.283,59
Cana-de-açúcar (nova)(TMA) ⁽⁴⁾ (Região de Piracicaba)	95	t	43.797,50	36.900,00	53.239,05	35.792,04	65.572,58
Cana-de-açúcar (soca)(TMA) (Região de Piracicaba)	52	t	24.252,10	-	29.154,00	27.497,77	32.637,42
Cana-de-açúcar (ressoca)(TMA) (Região de Piracicaba)	52	t	21.599,40	-	29.154,00	11.621,71	29.588,59
Cebola de muda (TMA) (Sub-região de Casa Branca)	230	sc.45kg	89.086,13	48.240,00	61.051,28	29.065,96	32.309,36
Cebola de muda (TM) (Sub-região de Sorocaba)	281	sc.45kg	129.023,25	48.240,00	79.572,69	29.915,36	41.144,97
Cebola de muda (TM) ⁽⁶⁾ (Sub-região de Sorocaba)	400	sc.45kg	159.037,71	64.320,00	209.860,40	35.633,59	34.418,73
Cebola de bulbinho(TM)(Sub-região de Sorocaba)	248	sc.45kg	182.091,00	154.636,00	125.072,31	41.697,25	82.191,97
Mandioca (TMA) ⁽⁴⁾ (Sub-região de Assis)	25	t	36.592,71	5.000,00	9.729,00	105,06	499,70
Tomate Santa-Cruz envarado(TM) (Estado de São Paulo)	2.350	cx.	689.736,30	2.460,00	390.482,30	329.012,33	241.134,19

Cultura	Outros ⁽²⁾	Colheita por empreitada	Depreciação	Juros bancários		Custo por hectare	Custo por unidade produzida
				Custeio	Investimento		
Batata das águas(TA)(Municípios Divinolândia e S.S. da Gramma)	22.350,00	-	1.693,71	39.909,90	275,49	337.507,96	2.265,15
Batata das águas(TMA)(Municípios Divinolândia e S.S. da Gramma)	23.550,00	-	3.682,34	43.300,60	863,75	368.591,88	2.347,72
Batata das águas(TM)(Municípios e Itapetininga e Ibiúna)	46.950,00	-	23.866,66	112.739,28	6.353,87	978.065,48	3.124,81
Cana-de-açúcar (nova) (TM) ⁽⁴⁾ (Região de Ribeirão Preto)	-	35.000,00	8.206,07	106.905,53	6.973,46	386.049,33	3.860,49
Cana-de-açúcar (soca) (TM) (Região de Ribeirão Preto)	-	27.300,00	4.109,94	30.178,62	3.272,39	149.333,61	1.914,53
Cana-de-açúcar (ressoca) (TM) (Região de Ribeirão Preto)	-	21.000,00	3.684,56	28.027,87	2.990,04	138.509,39	2.308,49
Cana-de-açúcar (nova)(TMA) ⁽⁴⁾ (Região de Piracicaba)	-	-	15.229,26	95.296,97	5.024,62	350.852,02	3.693,18
Cana-de-açúcar (soca)(TMA) (Região de Piracicaba)	-	-	7.441,23	30.656,15	2.619,82	154.258,49	2.488,04
Cana-de-açúcar (ressoca)(TMA) (Região de Piracicaba)	-	-	6.745,06	24.830,20	2.326,44	125.865,40	2.420,49
Cebola de muda (TMA) (Sub-região de Casa Branca)	24.840,00	-	11.027,90	57.630,03	2.855,20	356.105,86	1.548,29
Cebola de muda (TM) (Sub-região de Sorocaba)	30.348,00	-	10.633,27	72.544,50	2.869,63	444.291,67	1.581,11
Cebola de muda (TM) (Sub-região de Sorocaba)	43.200,00	-	14.986,80	110.660,31	3.748,81	675.866,35	1.689,67
Cebola de bulbinho(TM)(Sub-região de Sorocaba)	26.784,00	-	22.482,74	124.025,67	5.966,78	764.947,72	3.084,47
Mandioca(TMA) ⁽⁴⁾ (Sub-região de Assis)	6.750,00	-	277,67	15.842,65	45,85	74.842,64	2.993,71
Tomate Santa-Cruz envarado (TM) (Estado de São Paulo)	658.845,08	-	59.186,98	312.075,48	15.219,56	2.698.152,22	1.148,15

(1) Foram incluídos: reparo de máquinas, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos: embalagem e beneficiamento. Para mandioca, estão incluídas as empreitadas das operações de aração e gradeação.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

(4) Cultura de ano e meio.

(5) Inclui somente o corte de cana-de-açúcar.

(6) Cultura de tecnologia mais avançada.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

QUADRO 13. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Culturas Perenes, Estado de São Paulo, 1982/83

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas (1)
	Por ha	Unidade					
Abacaxi(TM) implantação e 2º ano (3)	2.340,00	kg	83.751,09	75.000,00	156.612,00	46.505,91	118.345,67
Banana na várzea	30,00	t	76.677,79	-	119.253,20	116.729,60	40.974,21
Banana no morro	24,00	t	97.068,51	-	119.253,20	8.658,10	-
Café (DIRA de Ribeirão Preto)	13,35	sc	82.150,50	-	85.977,56	51.816,75	37.693,15
Café (DIRA de Campinas)	12,20	sc	91.679,30	-	84.780,74	24.160,79	22.673,83
Café (DIRA de Bauru)	10,40	sc	65.706,77	-	45.192,20	27.874,29	28.916,67
Figo formação 1º e 2º ano (2.250 pés)	-	-	300.917,70	-	119.161,65	127.583,90	36.919,04
Figo produção	13.500,00	engr.	526.248,60	-	173.199,00	262.012,78	85.183,29
Laranja formação 1º ao 4º ano (TM) (200 pés)	-	-	92.871,60	43.750,00	47.123,24	69.712,29	90.243,69
Laranja produção	400,00	cx	31.155,00	-	33.664,81	57.606,05	25.968,33
Maracujã formação (TMA) (1.000 pés)	-	-	114.333,00	21.000,00	27.528,22	8.220,58	63.844,48
Maracujã produção	880,00	cx	77.340,00	-	68.939,34	55.306,94	89.475,50
Pêssego formação 1º ao 4º ano (TM) (220 pés)	-	-	743.318,59	79.200,00	319.221,20	583.657,86	155.003,02
Pêssego produção(TM)(220 pés)	6.100,00	cx	442.612,50	-	168.894,10	376.680,51	118.100,17
Uva niagara formação 1º e 2º ano (5.400 pés)	-	-	495.699,63	360.000,90	321.565,00	78.658,00	140.929,28
Uva niagara produção	3.100,00	cx	361.576,40	-	255.477,00	67.383,80	13.423,11
Chã da Índia mudas (400m ²)	45.900,00	u.	279.399,00	-	337,60	-	27.388,84
Chã da Índia formação 1º ao 3º ano (TM) (9.000 pés)	-	-	333.665,67	141.750,00	195.212,03	3.766,04	61.933,71
Chã da Índia produção (9.000 pés)	11.200,00	kg	126.533,59	-	94.595,13	12.479,64	102.714,16

Cultura	Outros (2)	Depreciação de máquinas	Juros bancários		Custo por hectare	Custo por unidade produzida
			Custeio	Investimento		
Abacaxi(TM) implantação e 2º ano (3)	4.660,13	24.531,93	130.916,19	6.751,40	647.074,33	276,53
Banana na várzea	9.135,00	9.230,07	114.272,49	2.664,46	488.936,82	16.297,89
Banana no morro	13.060,00	-	74.982,54	-	313.022,35	13.042,60
Café(DIRA de Ribeirão Preto)	-	8.412,04	69.562,28	2.389,77	338.002,15	25.318,51
Café(DIRA de Campinas)	-	4.452,60	60.289,56	1.205,84	289.242,66	23.708,41
Café (DIRA de Bauru)	-	5.933,27	44.466,28	1.670,14	219.759,62	21.130,73
Figo formação 1º e 2º ano (2.250 pés)	15.862,50	15.726,41	162.120,10	2.683,07	780.974,37	-
Figo produção	243.675,00	74.778,93(5)	348.386,04	6.380,32	1.719.863,96	127,40
Laranja formação 1º ao 4º ano (TM) (200 pés)	-	24.804,71	92.799,24	6.332,30	467.637,07	-
Laranja produção	-	26.152,58(5)	40.066,43	1.810,87	216.424,07	541,06
Maracujã formação (TMA) (1.000 pés)	92.754,00	16.046,87	88.473,68	4.116,53	436.317,35	-
Maracujã produção	70.320,00	73.539,06(5)	97.573,08	5.548,81	538.042,73	611,41
Pêssego formação 1º ao 4º ano (TM) (220 pés)	257.834,05	77.459,83	577.323,78	17.089,63	2.810.107,96	-
Pêssego produção(TM)(220 pés)	349.079,60	114.207,84(5)	392.949,06	10.133,76	1.972.657,54	323,39
Uva niagara formação 1º e 2º ano (5.400 pés)	113.899,00	45.093,84	407.902,99	10.667,55	1.974.416,29	-
Uva niagara produção	205.620,00	105.564,89(5)	243.939,69	807,34	1.253.792,23	404,45
Chã da Índia mudas (400m ²)	328.864,00	9.593,68	-	2.463,26	648.046,38	14,12
Chã da Índia formação 1º ao 3º ano (TM) (9.000 pés)	2.160,00	14.400,89	199.391,60	3.747,51	956.027,45	-
Chã da Índia produção (9.000 pés)	2.160,00	50.585,51(5)	91.390,28	5.482,13	485.940,44	43,39

(1) Incluídos reparos das máquinas, combustível e lubrificantes.

(2) Empresa de pulverização aérea para banana de morro cobertura morta empreitada para uva niagara e outros insumos para as demais culturas.

(3) Cultura semiperene.

(4) O serviço de preparo das estacas está incluído na mão-de-obra.

(5) Inclui também depreciação do pomar com base no custo de formação. Deste, foi deduzida a receita auferida pela produção no período.

Obs: Tecnologia utilizada: TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 14. - Estimativa de Custo Operacional de Atividades de Avicultura e Pecuária de Leite, Estado de São Paulo, junho de 1982

(em cruzeiro)

Produto	Produção	Mão-de-obra	Compras ⁽¹⁾	Alimentação	Vacina, medicamento e defensivo		Reparo de máquinas e benfeitorias
Frango de corte (1.000 aves)	1.755kg	6.195,00	32.000,00	126.618,00	5.058,00	-	
Ovo (1.000 aves)	19.470dz	126.222,00	60.000,00	1.245.942,00	22.140,00	11.372,00	
Leite C	1.000 l	16.615,00	-	19.946,00	1.143,00	853,00	
Leite B	1.000 l	8.972,60	-	36.158,11	979,29	928,57	

Produto	Transporte e Funrural	Depreciação de máquinas e/ou benfeitorias	Outros	Juros bancários		Custo operacional	Custo por unidade produzida
				Custeio	Investimento		
Frango de corte (1.000 aves)	3.905,00	9.987,00	4.332,00 ⁽²⁾	7.500,00 ⁽³⁾	-	187.145,00 ⁽⁴⁾	106,64
Ovo (1.000 aves)	46.241,00	64.109,00	21.372,00 ⁽²⁾	70.084,00 ⁽³⁾	-	1.498.112,00 ⁽⁴⁾	76,94
Leite C	2.819,00	2.128,00	1.659,00	2.276,00	72,00	47.511,00	47,51
Leite B	3.410,00	3.104,42	2.725,84 ⁽⁶⁾	4.659,06	138,41	61.076,30	61,08

⁽¹⁾ Corresponde à reposição do plantel avícola.

⁽²⁾ Energia, gás e cama.

⁽³⁾ Somente alimentação.

⁽⁴⁾ Deduziu-se Cr\$8.450,00 referentes à venda de esterco e sacaria para frango de corte e Cr\$169.370,00, à venda de poedeiras velhas, esterco, sacaria e ovos trincados.

⁽⁵⁾ Não foi considerada a receita referente a esterco, sacaria, bezerros, couro, etc.

⁽⁶⁾ Incluído adubo.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 15. - Estimativa de Custo Operacional de Formação de Pastagem, por hectare, Estado de São Paulo, 1982/83

(em cruzeiro)

Espécie	Mão-de obra	Operação de máquinas	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Depreciação de máquinas	Outros	Juros bancários		Custo por hectare
								Custeio	Investimento	
Colonião (Método CATI)	7.361,70	24.194,70	2.070,00	17.174,00	216,30	8.211,93	-	3.443,63	2.689,84	65.362,10
Colonião (plantio muda)	7.206,00	25.202,80	-	-	206,00	8.282,77	-	5.870,66	2.732,74	49.500,97
Brachiara	11.121,00	25.998,45	-	-	206,00	8.453,58	-	6.718,58	2.781,92	55.279,53
Napier	14.895,00	25.914,94	-	-	206,00	8.408,82	-	5.537,15	2.774,47	57.736,38

⁽¹⁾ O custo de mudas foi incluído na mão-de-obra.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 16. - Estimativa de Custo Operacional de Produção de Casulo Verde, Gália, Estado de São Paulo, 1982/83

(em cruzeiro)

Item	Amoreiral para 6 criações por ano				
	Formação			Formado	
	1º ano	2º ano	3º ano	Manutenção	Por kg de casulo
Investimento acumulado		787.764,30	1.161.715,52		
Despesa com amoreiral (7,26ha)	826.014,49	782.641,73	726.048,14	726.048,14	
Despesa com 6 criações ⁽¹⁾	129.743,81	540.789,49	737.370,97	737.370,97	
Confecção de bosque e esteira	7.606,00	32.520,00	32.520,00	32.520,00	
Depreciação do amoreiral (20 anos)	-	-	-	58.582,73	
Depreciação anual da sirgaria	<u>26.000,00</u>	<u>26.000,00</u>	<u>26.000,00</u>	<u>26.000,00</u>	
Custo operacional total	989.364,30	2.169.715,52	2.683.654,63	1.580.521,84	526,84
Receita (6 criações) ⁽²⁾ (3kg/g de ovo) (Cr\$560/kg)	201.600,00	1.008.000,00	1.512.000,00		
Resíduo de investimento	(-) 787.764,30	(-) 1.161.715,52	1.171.654,63		

⁽¹⁾ 120g de ovos no 1º ano, 600g no 2º ano, 900g no 3º ano e 1.200g no amoreiral formado.

⁽²⁾ Produção de 360g de casulo verde no 1º ano, 1.800kg no 2º ano, 2.700kg no 3º ano e 3.000kg no amoreiral formado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

3 - MERCADO DE FATORES

- DEFENSIVO

O consumo aparente total de defensivos agrícola no Brasil, em 1981, foi de 67.015t, sendo 31,0% inferior ao do ano anterior. Desse total, foram consumidas 19.389t de inseticidas, 22.004t de fungicidas e 25.622t de herbicidas, com decréscimo em relação a 1980 de 39,8%, 39,8% e 9,5%, respectivamente (quadro 17). As importações em 1981 corresponderam a 35,1% do total consumido, enquanto em 1977 equivaliam a 66,5%. No período 1977-81, a produção nacional de defensivos oscilou bastante, observando-se uma tendência de crescimento para fungicidas e herbicidas. Foi nesta última categoria que se obtiveram taxas de crescimento mais elevadas, correspondendo a produção nacional de 1981 a aproximadamente três vezes a de 1977.

Em 1981, as vendas de defensivos atingiram 157,9 mil toneladas no valor de 83,9 bilhões de cruzeiros; em relação ao ano anterior, o crescimento do valor foi de 93,8%, embora se observe decréscimo de 20,5% na quantidade vendida. Em 1981, os inseticidas participaram com 45,8% do total, seguidos pelos herbicidas e fungicidas com 28,0% e 16,7%, respectivamente. No período 1977-81, verificou-se decréscimo das vendas de inseticidas (46,8%) e fungicidas (7,1%), e crescimento das demais classes, sobressaindo-se os herbicidas, com 50,7%. Entre os anos de 1977 e 1981, o preço médio da tonelada vendida de defensivos aumentou 79,9%, em termos reais, sobressaindo-se os dos acaricidas que cresceram 163,5% (quadro 18).

Os preços médios reais dos principais defensivos agrícolas no Estado de São Paulo elevaram-se no período 1977-81 (quadro 19). Foram os seguintes os preços médios de defensivos em maio/82, e suas variações em relação a maio/81: Aldrin 5%, Cr\$3.446,30/sc.25kg (101,9%); BHC 2%, Cr\$1.377,50/sc.25kg (59,5%); 1-10 (DDT Parathion), Cr\$96,50/kg (33,7%); 1,5-10 (DDT Parathion), Cr\$168,90/kg (159,8%); Dithane M-45, Cr\$643,20/kg (86,1%) e sulfato de cobre, Cr\$235,60/kg (17,6%).

O valor corrente dos financiamentos para defensivos agrícolas passou de Cr\$13,6 bilhões em 1979 para Cr\$30,7 bilhões em 1980, com crescimento de 125,4%, observando-se que algumas culturas experimentaram elevações substanciais, caso do café (866,0%) e do feijão (344,9%) (quadro 20). Deve ser ressaltado que há uma concentração muito grande dos financiamentos em um número relativamente pequeno de culturas; assim, em 1980, somente as culturas de soja, café e trigo responderam por 54,1% do total financiado de defensivos.

Informações relativas até o terceiro trimestre de 1981 mostram que, comparativamente a igual período de 1980, o valor corrente dos financiamentos para defensivos aumentou

141,0%, sobressaindo-se o feijão (346,5%) e a batata-inglesa (340,5%).

As condições do crédito rural no Brasil, em termos de volume disponível, taxa de juros e forma de amortização dos empréstimos, exercem uma influência muito grande sobre a aquisição de insumos modernos, nos quais estão incluídos os defensivos agrícolas. Os indicadores disponíveis mostram que, até 1980, essas condições eram favoráveis à compra desses insumos.

O valor das importações brasileiras de defensivos agrícolas, no período de 1977-81, decresceu 75,2%, passando de aproximadamente US\$107,9 milhões em 1977 para apenas US\$26,8 milhões em 1981. O maior decréscimo ocorreu nos herbicidas (83,8%) seguidos pelos fungicidas (79,9%) (quadro 21). Embora tenha diminuído o preço médio do defensivo importado entre 1977 e 1980, que passou de US\$2,85/kg para US\$2,04/kg, ocorreu elevação para alguns tipos de defensivos, como é o caso dos herbicidas, que passaram de US\$4,26/kg para US\$6,91/kg.

Em grande parte, as importações de defensivos caíram no período 1977, em função do processo de substituição de importações consubstanciado nos planos de expansão da produção no Brasil. Assim, por exemplo, os herbicidas que até 1972 eram todos importados passaram inclusive a ser exportados.

As exportações brasileiras de defensivos elevaram-se substancialmente no período 1977-81, passando de US\$5,2 milhões em 1977 para US\$31,5 milhões em 1981 (quadro 22). Em todos esses anos, sobressaíram-se as exportações de fungicidas, que em 1981 corresponderam a aproximadamente US\$16,0 milhões.

O valor das exportações brasileiras de defensivos, que em 1977 correspondia a 4,8% das importações, em 1981 passou a equivaler a 17,5%, mostrando, portanto, um dinamismo muito grande da indústria nacional, o que permite afirmar que o setor industrial de defensivos já conseguiu atingir maturidade tecnológica, a ponto de concorrer vantajosamente no mercado internacional. No entanto, apenas quatro países em 1981 foram responsáveis por mais de 50,0% das transações: Argentina (24,5%), Tanzânia (11,2%), Paraguai (8,6%) e Indonésia (8,1%).

Cumprir destacar que o problema de controle de pragas e doenças na agricultura tem sido visto nos últimos anos de várias formas, em função basicamente do risco envolvido com a utilização de defensivos agrícolas sobre o meio ambiente, afetando a flora, a fauna e o homem. Neste sentido, os esforços da pesquisa têm sido bastante altos para obtenção de tecnologias que reduzam ao mínimo a interferência no ecossistema, com resultados auspiciosos. Uma das linhas de pesquisa é o manejo integrado, em que se procura determinar inicialmente as pragas-chaves, as principais de uma cultura, pois são elas que causam perda real da produção (¹). Pelo sistema de manejo integrado, ficam preservados os inimigos naturais do agroecossistema (cultura), impedindo que outras espécies em potencial se tornem "pragas-chaves". Em função da eficiência sobre as pragas e inimigos naturais chaves é que se escolhem os inseticidas e fungicidas seletivos. O resultado da utilização do manejo integrado é que se consegue diminuir os custos com defensivos e os riscos para o meio ambiente.

O controle das ervas daninhas tem também sido objeto de investigação, considerando o aspecto de seletividade dos herbicidas. Há preocupação com o uso racional desta tecnologia de produção, tendo em vista os aspectos econômicos e sua influência sobre o meio ambiente.

Da parte do governo, tem surgido também uma legislação mais rigorosa para os defensivos; por todas essas razões é de se antever que será possível a utilização dos defensivos com riscos mínimos para a ecologia, cabendo à pesquisa um papel fundamental na sua consecução.

(¹) GRAVENA, S. O Manejo integrado. A Granja, Porto Alegre, p.38-40, abr./82.

Há indicações de que as modificações na política de crédito rural e a diminuição dos preços reais recebidos pelos agricultores trarão um efeito negativo sobre o consumo de insumos modernos, dentre eles os defensivos. No entanto, há tendência de maior utilização de herbicidas, pelas dificuldades de obtenção de mão-de-obra em termos de qualidade, época adequada e salário.

(IEA, 22/07/82)

QUADRO 17. - Consumo Aparente ⁽¹⁾ de Defensivos Agrícolas, Brasil, 1977-81
(em toneladas)

Defensivos	1977	1978	1979	1980	1981
Inseticida					
Importação	23.794	22.827	21.127	19.287	8.562
Produção Nacional	<u>10.052</u>	<u>19.927</u>	<u>17.724</u>	<u>12.914</u>	<u>10.827</u>
Subtotal	33.846	42.754	38.851	32.201	19.389
Fungicida					
Importação	12.682	7.760	10.511	8.736	2.914
Produção Nacional	<u>11.903</u>	<u>15.153</u>	<u>14.905</u>	<u>27.800</u>	<u>19.090</u>
Subtotal	24.585	22.913	25.416	36.536	22.004
Herbicida					
Importação	15.595	17.318	10.494	12.776	12.079
Produção nacional	<u>4.331</u>	<u>5.541</u>	<u>9.633</u>	<u>15.541</u>	<u>13.543</u>
Subtotal	19.926	22.859	20.127	28.317	25.622
Importação total	52.071	47.905	42.132	40.799	23.555
Produção nacional total	26.286	40.621	42.262	56.255	43.460
Total	78.357	88.526	84.394	97.054	67.015

(¹) Excluídas as exportações de produtos nacionais obtidos por síntese.

Fonte: Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas do Estado de São Paulo (SINDAG).

QUADRO 18. - Quantidade⁽¹⁾ e Valor das Vendas de Defensivos no Brasil, 1977-81

Classe	1977	1978	1979	1980	1981	1981/80 (%)	1981/77 (%)
Inseticida							
Quantidade (t)	135.875	113.639	129.166	100.805	72.286	-28,3	-46,8
Cr\$1.000	2.869.561	4.082.250	7.846.548	14.741.822	23.462.390	59,2	717,6
Cr\$1.000 ⁽²⁾	25.748.571	26.409.538	32.977.553	30.942.308	23.462.390	-24,2	- 8,9
Cr\$/t ⁽²⁾	189.502	232.399	255.311	306.952	324.577	5,7	71,3
Acaricida							
Quantidade (t)	3.257	4.247	5.412	4.295	3.383	-21,2	3,9
Cr\$1.000	115.768	292.841	475.661	1.029.707	2.843.101	176,1	2.355,9
Cr\$1.000 ⁽²⁾	1.038.786	1.894.493	1.999.113	2.161.301	2.843.101	31,5	173,7
Cr\$/t ⁽²⁾	318.940	446.078	369.385	503.213	840.408	67,0	163,5
Fomicida							
Quantidade (t)	8.892	11.648	12.251	12.395	11.689	- 5,7	31,5
Cr\$1.000	144.208	242.820	330.035	866.960	1.075.414	24,0	645,7
Cr\$1.000 ⁽²⁾	1.293.978	1.570.890	1.387.074	1.819.703	1.075.414	-40,9	-16,9
Cr\$/t ⁽²⁾	145.522	134.863	113.221	146.809	92.002	-37,3	-36,8
Fungicida							
Quantidade	28.421	25.927	35.936	36.673	26.394	-28,0	- 7,1
Cr\$1.000	1.198.319	1.443.903	2.860.961	8.214.535	12.833.951	56,2	971,0
Cr\$1.000 ⁽²⁾	10.752.516	9.341.125	12.024.076	17.241.877	12.833.951	-25,6	19,4
Cr\$/t ⁽²⁾	378.330	360.286	334.597	470.152	486.245	3,4	28,5
Herbicida							
Quantidade	29.291	27.947	40.125	44.432	44.135	- 0,7	50,7
Cr\$1.000	2.441.229	3.081.487	6.578.999	18.408.905	43.660.761	137,2	1.688,5
Cr\$1.000 ⁽²⁾	21.905.148	19.935.244	27.650.284	38.639.323	43.660.761	13,0	99,3
Cr\$/t ⁽²⁾	747.846	713.323	689.104	869.628	989.255	13,8	32,3
Total							
Quantidade (t)	205.736	183.408	222.890	198.600	157.887	-20,5	-23,3
Cr\$1.000	6.769.085	9.143.301	18.092.204	43.261.929	83.875.617	93,9	1.139,1
Cr\$1.000 ⁽²⁾	60.738.999	59.151.290	76.038.100	90.804.512	83.875.617	- 7,6	38,1
Cr\$/t ⁽²⁾	295.228	322.512	341.146	457.223	531.238	16,2	79,9

(¹) Volume físico de defensivo na forma comercializável.

(²) Valor em cruzeiro de 1981, corrigido pelo índice "2" de Conjuntura Econômica.

Fonte: Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas do Estado de São Paulo (SINDAG). Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 19. - Preços Médios de Defensivos Pagos pelos Agricultores, São Paulo, 1978-82

(em cruzeiros)

Defensivo	Unidade	1978		1979		1980		1981		1982	
		Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Aldrin 5%	sc.25kg	246,77	1.596,44	358,33	1.505,99	870,19	1.826,48	1.811,45	1.811,45	3.446,30	1.956,08
BHC 2%	sc.25kg	114,44	740,35	189,45	796,22	349,51	733,60	810,32	810,32	1.377,50	781,85
1-10 (DDT Parathion)	kg	7,95	51,43	13,34	56,07	25,89	54,34	64,18	64,18	96,50	54,77
1,5-10 (DDT Parathion)	kg	9,85	63,72	16,13	67,79	32,59	68,40	68,57	68,59	168,90	95,87
Dithane M-45	kg	60,86	393,73	78,33	329,21	187,77	394,12	403,96	403,96	643,20	365,07
Sulfato de cobre	kg	24,04	155,52	35,55	149,41	102,32	214,76	203,40	203,40	235,60	133,72

⁽¹⁾ Valor em cruzeiro de 1981, corrigido pelo índice "2" de Conjuntura Econômica.

⁽²⁾ Preço em maio de 1982.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

QUADRO 20. - Valor Corrente dos Financiamentos para Defensivos Agrícolas Concedidos a Produtores e Cooperativas, Brasil, 1979-81

(emCr\$1.000)

Cultura	1979 (a)	1980 (b)	% Δ (b/a)	1979 ⁽¹⁾ (c)	1980 ⁽¹⁾ (d)	1981 ⁽¹⁾ (e)	% Δ (d/c)	% Δ (e/d)
Algodão	1.122.088	2.716.858	142,12	786.041	2.095.346	5.220.531	166,57	149,15
Arroz	784.689	1.718.178	118,96	467.308	1.107.188	2.875.774	136,93	159,74
Batata-inglesa	155.170	281.333	81,31	113.726	180.987	797.166	59,14	340,45
Cacau	225.834	135.244	-40,11	224.140	132.259	305.264	40,99	130,81
Cafê	485.969	4.694.380	865,98	181.147	445.927	823.035	146,17	84,57
Cana-de-açúcar	466.618	1.640.595	251,59	301.858	1.173.171	2.858.736	288,65	143,68
Feijão	93.304	415.123	344,91	72.502	350.640	1.565.611	383,63	346,50
Frutas em geral	653.242	1.475.587	125,89	386.884	925.194	3.181.795	139,14	243,90
Hortaliças	267.930	711.544	165,57	208.029	468.661	887.228	125,29	89,31
Milho	347.628	1.169.323	237,37	201.068	743.855	2.002.199	269,95	169,16
Pimenta-do-reino	21.992	42.857	94,88	10.766	8.056	30.709	-25,17	281,19
Soja	5.071.759	8.260.902	62,88	3.369.326	5.000.716	12.084.913	48,42	141,66
Sorgo	9.331	21.448	129,86	5.919	12.621	24.743	113,23	96,05
Trigo	2.519.784	3.682.061	46,13	2.497.065	3.596.408	5.853.815	44,02	62,77
Uva	92.882	256.047	175,67	83.190	234.383	435.227	181,74	85,69
Outras lavouras	1.320.288	3.525.141	167,00	892.905	2.255.748	6.202.428	152,63	174,96
Total	13.638.508	30.747.221	125,44	9.801.874	18.731.160	45.149.174	91,11	141,04

⁽¹⁾ Informação referente aos três primeiros trimestres.

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 21. - Importação de Defensivos Agrícolas, Segundo Mercadorias, Brasil, 1977-81

Ano	Prep. Carrap. Formic. Insetic. e Semelhantes		Fungicida		Herbicida		Outros		Total	
	kg	Valor FOB (US\$)	kg	Valor FOB (US\$)	kg	Valor FOB (US\$)	kg	Valor FOB (US\$)	kg	Valor FOB (US\$)
1977	11.777.492	24.611.479	11.118.500	23.414.748	13.505.554	57.502.554	1.393.150	2.363.426	37.794.696	107.892.426
1978	8.349.038	29.150.432	8.850.816	19.973.380	13.710.362	68.969.483	3.606.612	7.005.612	34.517.158	125.097.907
1979	8.144.018	28.548.422	8.250.589	6.580.591	2.585.756	14.693.756	1.401.084	3.176.823	20.381.447	52.999.042
1980	6.739.665	13.191.849	6.535.213	6.032.349	1.445.211	9.990.745	463.201	1.776.772	15.183.290	30.990.715
1981	3.662.506	11.081.410	208.185	4.653.049	602.095	9.332.349	316.917	1.753.577	4.789.703	26.820.385

(¹) Estimativa.

Fonte: Carteira de Comércio Exterior (CACEX).

QUADRO 22. - Exportação de Defensivos Agrícolas por Mercadorias, Brasil, 1977-81

Ano	Prep. Carrap. Formic. Insetic. e Semelhantes		Fungicida		Herbicida		Outros		Total	
	kg	Valor FOB (US\$)	kg	Valor FOB (US\$)	kg	Valor FOB (US\$)	kg	Valor FOB (US\$)	kg	Valor FOB (US\$)
1977	780.094	1.527.357	2.198.825	3.377.396	18.400	83.677	110.624	184.613	3.107.943	5.173.043
1978	1.310.655	4.007.856	3.750.098	5.605.511	187.136	576.645	112.876	186.140	5.360.865	10.376.152
1979	1.040.022	2.047.024	7.971.311	13.166.616	961.809	6.692.075	203.968	496.169	10.177.110	22.401.884
1980	1.095.967	3.523.259	8.803.136	17.259.675	1.504.021	5.963.927	174.250	483.224	11.577.374	27.230.085
1981(¹)	1.266.940	5.751.040	8.198.028	15.987.104	2.206.178	9.185.977	216.033	538.293	11.887.179	31.462.414

(¹) Estimativa.

Fonte: Carteira de Comércio Exterior (CACEX).

- FERTILIZANTE

- Panorama Internacional

No mercado internacional dos fertilizantes e suas matérias-primas, os preços nas principais regiões do mundo, em maio de 1982, mostram-se inferiores aos registrados no mesmo mês do ano anterior (quadro 23).

Nos Estados Unidos (Golfo), o preço do superfosfato triplo, que em maio de 1981 era de US\$155-162/tonelada-FOB a granel, caiu para US\$133-138 em maio de 1982, com decréscimo de 15%. Por sua vez, o preço do ácido fosfórico para fertilizantes caiu de US\$345-350/tonelada-FOB a granel, em maio de 1981, para US\$270-320, em maio de 1982, também com decréscimo de 15%. Esses decréscimos nos preços dos fosfatados têm preocupado os produtores mundiais, que estão procurando fazer um esforço concentrado para evitar novas baixas.

O mercado dos nitrogenados, o qual se esperava que fosse um setor estável e mais firme, apresentou acentuado decréscimo nos preços, explicado parcialmente pela não efetuação das usuais grandes compras da China e da Índia. O preço da uréia nos Estados Unidos (Golfo), que em maio de 1981 estava em US\$195-198/tonelada-FOB a granel, decresceu para US\$128-130 em maio de 1982, enquanto que na Europa Ocidental caiu de US\$210-215/tonelada-FOB a granel para US\$145-160.

O preço da amônia anidra, no período em análise, decresceu 20,3% nos Estados Unidos (Golfo) e 11,4% na Europa Ocidental.

Até mesmo os preços dos fertilizantes potássicos, tradicionalmente bastante estáveis, apresentaram acentuado decréscimo no período de maio de 1981 a maio de 1982. Assim, cloreto de potássio, tipo padrão, que no Canadá estava cotado a US\$110-120/tonelada-FOB a granel em maio de 1981, baixou para US\$72-78 em maio de 1982, com decréscimo de 34,8%, enquanto que o preço na Europa Ocidental passou de US\$110 tonelada-FOB a granel para US\$90-92 no período em análise.

O consumo mundial de fertilizantes, previsto pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), para a safra 1982/83 é de 130,63 milhões de toneladas de nutrientes, assim distribuídas: 66,19 milhões de toneladas de nitrogênio, 35,87 milhões de toneladas de fósforo e 28,57 milhões de toneladas de potássio, sendo 4,7% superior ao da safra 1981/82, cuja quantidade estimada, inicialmente, em 122,60 milhões de toneladas de nutrientes foi alterada para 124,82 milhões de toneladas de nutrientes (quadro 24).

Em 1981, o dispêndio de divisas do Brasil com importações de fertilizantes e suas matérias-primas (amônia, ácido fosfórico e fosfato natural) foi estimado em US\$524,6 milhões-FOB, com decréscimo de 48,5% em relação a 1980. Esse decréscimo pode ser explicado pelo menor volume importado, em 1981, assim como pela queda nos preços internacionais dos fertilizantes

e de suas matérias-primas e aumento na produção nacional de matérias-primas. Até abril de 1982, o valor das importações de fertilizantes e matérias-primas atingiu Cr\$97,5 milhões-FOB.

Segundo o Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos no Estado de São Paulo (SIACESP), as importações brasileiras de fertilizantes e matérias-primas em 1981 foram da ordem de 1.869,5 mil toneladas de nutrientes, apesar dos elevados estoques nas empresas de fertilizantes.

Nessa importação, os fertilizantes representavam 67,1% e as matérias-primas, 32,9%; relativamente ao ano anterior, os fertilizantes experimentaram decréscimo de 43,9% e as matérias-primas de 45,7%. As importações de cloreto de potássio representaram 58,3% do total importado de fertilizantes, enquanto as de ácido fosfórico corresponderam a 45,7% do de matérias-primas (quadro 25).

Nos quatro primeiros meses de 1982, as importações de fertilizantes fosfatados e potássicos e das matérias-primas apresentaram decréscimos de, respectivamente, 47,1%, 1,9% e 64,4%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Contudo, as importações de fertilizantes nitrogenados mostraram acréscimo de 18,7%, em decorrência de maior quantidade importada de sulfato de amônia, uréia e nitrato de potássio.

- Situação Interna

Em 1981, o setor de fertilizantes sofreu mudanças significativas: o financiamento para sua aquisição, que até o final de 1980 era efetuado a taxa de juros zero, passou a ter juros de 35,0% a.a. nas áreas da SUDAM/SUDENE e de 45,0% a.a. nas demais regiões; os agricultores classificados como médios e grandes produtores, que contavam com o financiamento integral, necessitaram de recursos próprios nos financiamentos; o Governo eliminou o sistema de contingenciamento e estabeleceu o sistema de tarifas de importações "ad valorem", com alíquotas entre zero e 80,0%, objetivando proteger a indústria nacional, para alguns produtos que não têm condições de competir com similares importados; e foram liberados os preços dos fertilizantes simples e matérias-primas, que eram controlados pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP).

No início de 1982, verificaram-se mais algumas mudanças: aumento da participação dos recursos próprios no financiamento de custeio, para médios e grandes produtores, o subsídio implícito; regulamentação da nova legislação sobre o comércio de fertilizantes, através do Decreto nº 86.955, de 18/02/82, que criou a atividade de inspeção nas indústrias de fertilizantes, mudando as condições para registro de produtores de fertilizantes e introduzindo o disciplinamento do comércio de fertilizantes orgânicos; e novas resoluções do Conselho de Política Aduaneira, que apresentaram algumas alterações no que se refere ao ácido fosfórico, uréia, superfosfato triplo, fosfato di-amônio, nitrofosfato, fosfato mono-amônio e rocha fosfatada.

O consumo aparente de fertilizantes no Brasil evoluiu à taxa geométrica anual de 15,4% a.a. no período 1954-80, atingindo 4.200,6 mil toneladas de nutrientes em 1980. Em 1981, foi registrada queda de 34,4% na utilização em relação ao ano anterior, perfazendo o total de 2.753,7 mil toneladas, sendo que o consumo dos nitrogenados apresentou decréscimo de 26,3% em relação ao ano precedente, e dos fosfatados e potássicos, de 33,7% e 41,3%, respectivamente (quadro 26). Observe-se, porém, que em termos de consumo efetivo esse decréscimo é menos acentuado, dada a desova dos estoques formados pelos produtores e cooperativas ao final de 1980, especulativamente, diante da expectativa do aumento dos preços de fertilizantes e da incidência de juros nos financiamentos seguintes.

No primeiro trimestre de 1982, segundo estimativa do Ministério da Agricultura (MA), o consumo aparente de fertilizante no Brasil foi de 523,6 mil toneladas de nutrientes, sendo 19,4% inferior ao registrado no mesmo período anterior. A produção nacional atingiu 301,7 mil toneladas de nutrientes, com decréscimo de 26,9%, assim distribuídas: 72,3 mil toneladas de nitrogênio e 229,4 mil toneladas de fósforo.

Em 1981, a produção da indústria nacional apresentou menor desempenho em relação ao ano anterior, decrescendo 23,6% e fixando-se em 1.498,9 mil toneladas de nutrientes, sendo 348,8 mil toneladas de nitrogênio e 1.150,1 mil toneladas de fósforo. Entretanto, a participação da produção nacional no consumo aparente cresceu para os nitrogenados de 42,3% em 1980 para 52,2% em 1981 e para os fosfatados de 79,4% para 87,2%, em face do acentuado declínio das importações. No caso dos potássicos, as 766,6 mil toneladas de fertilizante consumidas no País foram importadas; contudo, prevê-se o início da sua produção no Brasil em 1983, em Carmópolis, SE.

Em contrapartida, em 1981, a produção nacional de matérias-primas para fertilizantes cresceu, quando comparada com 1980. A produção nacional de amônia foi de 374,8 mil toneladas de nitrogênio, enquanto que a de rocha fosfatada e a de ácido fosfórico, em termos de P_2O_5 , foram de, respectivamente, 965,3 mil e 415,8 mil toneladas. Relativamente ao ano anterior, houve acréscimo na produção de amônia (5,4%), de rocha fosfática (3,7%) e de ácido fosfórico (41,2%).

O preço médio dos fertilizantes no Estado de São Paulo, em 1981, foi de Cr\$24.059,10/t, com decréscimo em termos reais de 7,6% em relação ao ano anterior (quadro 27). Nos cinco primeiros meses de 1982, o preço corrente de fertilizantes apresentou acréscimo de 71,5%, em relação a igual período de 1981, enquanto que, em termos reais, houve decréscimo de 10,2%.

Dentre os cinco principais fertilizantes, no período de maio de 1981 a maio de 1982, observou-se que o superfosfato simples foi o que apresentou maior aumento de preço corrente, passando de Cr\$14.951,60/t para Cr\$29.010,90/t (94,0%); o superfosfato triplo subiu de Cr\$33.836,20/t para Cr\$64.340,80/t (90,2%); o fosfato di-amônio de Cr\$48.463,40/t para Cr\$83.875,00/t (73,1%); o cloreto de potássio de Cr\$26.105,00/t para Cr\$37.189,70/t (42,5%); e a uréia apresentou menor acréscimo, indo de

Cr\$39.695,00/t para Cr\$50.696,60/t (27,7%). O calcário, no período em análise, mostrou acréscimo em termos correntes de 113,8%, elevando-se de Cr\$1.100,00/t para Cr\$2.352,00/t.

Segundo a Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), as vendas de fertilizantes pelas principais empresas da Região Centro-Sul, que representam 80% do mercado, no período de janeiro a abril de 1982, foram 25,7% inferiores às de igual período do ano anterior, perfazendo o total acumulado de 1.082,4 mil toneladas de produtos. O decréscimo nas vendas ocorreu em todos os estados da Região Centro-Sul, com exceção do Paraná que apresentou um acréscimo de 7,2%. Os maiores decréscimos nas vendas ocorreram em Goiás (63,2%), Minas Gerais (54,1%) e Rio de Janeiro/Espírito Santo (44,7%). Do total entregue, Rio Grande do Sul/Santa Catarina absorveram 33,7% e São Paulo, 32,8%.

A evolução das quantidades necessárias de diferentes produtos agrícolas para adquirir 10 toneladas de fertilizantes permite avaliar o comportamento do poder aquisitivo do agricultor para este insumo. Para a aquisição de 10 toneladas de fertilizantes em 1982, relativamente ao ano anterior, verificou-se evolução favorável nas relações de milho e algodão em caroço; em contrapartida, arroz em casca, café, soja e cana-de-açúcar apresentaram perda de poder aquisitivo, em relação ao ano anterior. O arroz foi o produto que se apresentou mais desfavorável para o agricultor, passando de 159sc.60kg para adquirir 10 toneladas de fertilizantes em 1980 para 241sc.60kg em 1981 (aumento de 51,6%), conforme quadro 28.

Em 1982, após retração da demanda de fertilizantes no primeiro semestre, espera-se uma retomada de compra no segundo semestre pelos agricultores e cooperativas. O consumo aparente de fertilizantes em 1982 poderá atingir volume intermediário entre 2,7 milhões de toneladas de nutrientes (consumo observado em 1981) e 4,0 milhões de toneladas de nutrientes (consumo de 1980).

No que concerne às vendas de calcário agrícola no Estado de São Paulo em 1982, tem ocorrido sensível retração em relação a 1981. Segundo dados da Embracal, empresa que comercializa cerca de 60% do calcário agrícola produzido no Estado, no período de janeiro a maio, os agricultores adquiriram 205,8 mil toneladas de calcário, volume 33,0% inferior ao observado no mesmo período do ano anterior.

Diante desse contexto, observa-se que a atual conjuntura econômica não é favorável ao setor de fertilizantes e corretivos, tendo em vista principalmente a necessidade de utilização de recursos próprios dos agricultores, a sazonalidade da demanda com concentração das compras de fertilizantes próximas do início do plantio, a deterioração da relação de preço produto/insumo para a maioria dos produtos agrícolas e o alto custo de transporte.

QUADRO 23 - Preços Internacionais dos Principais Fertilizantes e Matérias-Primas⁽¹⁾, 1981-82

(em US\$/tonelada-FOB a granel)

Produto/Origem	1981			1982	
	Janeiro	Maió	Dezembro	Janeiro	Maió
Amônia anidra					
Europa Ocidental ⁽²⁾	200-205	215-225	197-199	190-200	195-195
Estados Unidos-Golfo	160-165	180-190	140-145	150-150	145-150
Urêia					
Europa Ocidental	235-240	210-215	156-156	150-160	145-160
Estados Unidos-Golfo	195-200	195-198	141-143	130-140	128-130
Cloreto de potássio ⁽³⁾					
Europa Ocidental	120-125	110-110	93- 93	93- 93	90- 92
Canadá	110-120	110-120	93- 96	93- 96	72- 78
Ácido fosfórico (100% P ₂ O ₅)					
Estados Unidos-Golfo	350-360	345-350	328-335	328-335	270-320
Marrocos	380-400	380-400	380-400	380-400	380-400
Fosfato di-amônio					
Estados Unidos-Golfo	222-232	190-193	198-202	201-202	178-180
Tunísia	260-275	240-250	240-250	240-250	215-234
Superfosfato triplo					
Estados Unidos-Golfo	200-204	155-162	138-142	155-158	133-138
Tunísia ⁽⁴⁾	237-240	237-240	210-215	210-215	150-150
Enxofre (sólido)					
Europa Ocidental	125-135	125-135	143-147	143-147	140-140
Canadá	133-134	125-130	110-110	106-112	110-110

⁽¹⁾ Preços correntes, valores mínimos e máximos, na última semana de cada mês, exceto maio de 1982.

⁽²⁾ CIF.

⁽³⁾ Tipo padrão.

⁽⁴⁾ Ensacado.

Fonte: Green Markets e Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP).

QUADRO 24- Previsão da Oferta e Consumo Mundial de Fertilizantes, 1982-83

(em milhão de toneladas de nutrientes)

Item	Nitrogênio (N)	Fósforo (P ₂ O ₅)	Potássio (K ₂ O)	Total
Oferta	66,09 ⁽¹⁾	37,42	28,71	132,22
Consumo	66,19	35,87	28,57	130,63
Saldo	-0,10	1,55	0,14	1,59

⁽¹⁾ Somente amônia.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), setembro/81.

QUADRO 25- Importação de Fertilizantes e Matérias-Primas, Brasil, 1980-82

(em tonelada de nutriente)

Produto	1980 (a)	1981 (b)	Varição(%) (b/a)	Jan.- Abr./81 (c)	Jan.- Abr./82 (d)	Varição(%) (d/c)
Fertilizantes nitrogenados						
Salitre sódico	240	-	-	-	-	-
Salitre potássico	8.894	9.235	3,8	4.435	3.000	-32,4
Sulfato de amônia	170.613	132.860	-22,1	31.060	38.144	22,8
Sulfonitrato de amônio	2.574	1.430	-44,4	-	-	-
Uréia	255.123	144.580	-43,3	10.497	14.701	40,0
Cianamida de cálcio	72	21	-70,8	21	-	-
Fosfato di-amônio	79.283	29.000	-63,4	3.684	3.131	-15,0
Nitrato de potássio	2.740	1.391	-49,2	30	156	420,0
Nitrato de cálcio e magnésio	1.560	390	-75,0	-	-	-
Fosfato mono-amônio	446	154	-65,5	-	-	-
Aubos complexos	910	-	-	-	-	-
Aubos orgânicos	100	-	-	-	-	-
Subtotal	522.555	319.061	-38,9	49.827	59.132	18,7
Fertilizantes fosfatados						
Superfosfato simples	21.706	8.552	-50,6	4.050	600	-85,2
Superfosfato triplo	134.098	51.776	-61,4	11.273	4.237	-62,4
Fosfato di-amônio	202.614	74.112	-63,4	9.416	8.000	-15,0
Fosfato Rhenânia	2.240	420	-81,2	-	252	-
Fosfato mono-amônio	2.190	755	-65,5	-	-	-
Escória de Thomas	1.350	891	-34,0	-	-	-
Aubos complexos	910	-	-	-	-	-
Aubos orgânicos	100	-	-	-	-	-
Fosfato natural moído no País	43.400	32.658	-24,8
Subtotal	408.608	169.164	-58,6	24.739	13.089	-47,1
Fertilizantes potássicos						
Salitre potássico	8.302	8.620	3,8	4.140	2.800	-32,4
Cloreto de potássio	1.263.008	732.016	-42,0	209.235	210.141	0,4
Sulfato de potássio	17.472	18.171	4,0	12.443	10.738	-13,7
Sulfato de potássio e magnésio	6.826	2.917	-57,3	-	200	-
Nitrato de potássio	9.695	4.922	-49,2	2.990	552	-81,5
Aubos complexos	1.170	-	-	-	-	-
Aubos orgânicos	100	-	-	-	-	-
Subtotal	1.306.573	766.646	-41,3	228.808	224.431	- 1,9
Total de fertilizantes	2.237.736	1.254.871	-43,9	303.374	296.652	- 2,2
Matérias-primas						
Amônia anidra	171.232	168.330	- 1,7	72.803	-	-
Ácido fosfórico	781.718	281.061	-64,0	141.312	86.210	-39,0
Fosfato natural bruto	254.053	165.217	-35,0	81.881	19.029	-76,8
Total matérias-primas	1.207.003	614.608	-49,1	295.996	105.239	-64,4
Total geral	3.444.739	1.869.479	-45,7	599.370	401.891	-32,9

Fonte: Sindicato da Indústria de Aubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP).
Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 26 - Evolução da Produção Nacional, Importação e Consumo Aparente de NPK, Brasil, 1971-82

(em tonelada de nutriente)

Ano	Nitrogenados				Fosfatados				Potássicos	NPK			
	Produção (a)	Importação	Consumo aparente (b)	(a/b) (%)	Produção (c)	Importação	Consumo aparente (d)	(c/d) (%)	Importação	Produção (e)	Importação	Consumo aparente (f)	(e/f) (%)
1971	69.167	209.159	278.326	24,85	242.714	293.150	535.864	45,29	350.846	311.881	853.155	1.165.036	26,77
1972	88.492	323.114	411.606	21,50	289.853	585.082	874.935	33,13	459.984	378.345	1.368.180	1.746.525	21,66
1973	114.337	231.766	346.103	33,04	332.750	471.762	804.512	41,36	528.532	447.087	1.232.060	1.679.147	26,63
1974	157.369	231.814	389.183	40,44	435.920	478.231	914.151	47,69	521.302	593.289	1.231.347	1.824.636	32,52
1975	160.755	245.474	406.229	39,57	516.686	497.142	1.013.828	50,96	557.615	677.441	1.300.251	1.977.692	34,25
1976	200.272	298.000	498.272	40,19	875.444	432.885	1.308.329	66,91	721.540	1.075.716	1.452.425	2.528.141	42,55
1977	231.367	469.113	700.480	33,03	1.055.484	489.992	1.545.476	68,30	962.940	1.286.851	1.922.045	3.208.896	40,10
1978	264.968	437.275	702.243	37,73	1.132.604	398.388	1.530.992	73,98	989.151	1.397.572	1.824.814	3.222.386	43,37
1979	282.616	496.037	778.653	36,30	1.249.809	435.203	1.685.012	74,17	1.103.374	1.532.425	2.034.614	3.567.039	42,96
1980	383.005	522.555	905.560	42,29	1.579.878	408.608	1.988.486	79,45	1.306.573	1.962.883	2.237.736	4.200.619	46,73
1981	348.779	319.061	667.840	52,22	1.150.079	169.164	1.319.243	87,18	766.646	1.498.858	1.254.871	2.753.729	54,43
1982 ⁽¹⁾	72.252	47.224	119.476	60,47	229.406	9.751	328.157	69,91	165.953	301.658	221.928	523.586	57,61

⁽¹⁾ Período de janeiro a março.

Fonte: Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP) e Ministério da Agricultura (MA).

QUADRO 27 - Evolução dos Preços de Fertilizantes⁽¹⁾, Estado de São Paulo, 1970-82
(preço médio ponderado em Cr\$/10t)

Ano	Preço corrente	Preço real ⁽²⁾	Índice ⁽³⁾	
			Corrente	Real
1970	2.846,00	137.331,00	100,0	100,0
1971	3.552,00	142.431,00	124,8	103,7
1972	4.419,00	151.065,00	155,3	110,0
1973	5.472,00	162.793,00	192,3	118,5
1974	14.319,00	331.029,00	503,1	241,0
1975 ⁽⁴⁾	10.014,00	179.951,00	351,9	131,0
1976 ⁽⁴⁾	10.609,00	135.798,00	372,8	98,9
1977	23.033,00	206.675,00	809,3	150,5
1978	30.448,00	196.979,00	1.070,0	143,4
1979	48.197,00	202.563,00	1.693,5	147,5
1980	124.119,00	260.519,00	4.361,2	189,7
1981	240.591,00	240.591,00	8.453,6	175,2
1982 ⁽⁵⁾	330.304,00	187.571,00	11.605,9	136,6

⁽¹⁾ Preço à vista posto São Paulo.

⁽²⁾ Em cruzeiro de 1981, corrigido pelo índice "2" de Conjuntura Econômica.

⁽³⁾ Índice simples, 1970=100.

⁽⁴⁾ Sem subsídio o preço corrente, em 1975, seria de Cr\$16.689,00/10t e em 1976 de Cr\$17.682,00/10t.

⁽⁵⁾ Média dos cinco primeiros meses.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 28 - Unidades de Produtos Agrícolas Necessárias para Adquirir 10 Toneladas de Fertilizantes⁽¹⁾, Estado de São Paulo, 1971-81

Ano	Arroz em casca		Milho		Cafê beneficiado		Soja		Cana-de-açúcar		Algodão em caroço	
	60kg	Índice ⁽²⁾	60kg	Índice ⁽²⁾	60kg	Índice ⁽²⁾	60kg	Índice ⁽²⁾	t	Índice ⁽²⁾	15kg	Índice ⁽²⁾
1971	80	100	250	100	30	100	110	100	145	100	250	100
1972	90	112	260	104	20	67	120	109	151	104	260	104
1973	100	125	200	80	20	67	90	82	156	108	230	92
1974	170	212	450	180	40	133	210	191	248	171	410	164
1975 ⁽³⁾	76	95	207	83	17	57	120	109	124	86	276	110
1976 ⁽³⁾	106	132	183	73	5	17	96	87	92	63	133	53
1977	149	186	339	136	9	30	135	123	137	94	262	105
1978	122	152	231	92	16	53	142	129	146	101	252	101
1979	112	140	247	99	15	50	136	124	141	97	284	114
1980	159	199	422	169	24	80	247	225	154	106	432	173
1981	241	301	370	148	25	83	253	230	166	114	401	160

⁽¹⁾ Preço médio ponderado, posto São Paulo.

⁽²⁾ Índice simples, base 1971-100.

⁽³⁾ Considerando o subsídio de 40,0% nos preços médios de fertilizantes.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

O Instituto de Economia Agrícola efetua regularmente dois tipos de levantamento de mão-de-obra. O primeiro, feito em abril, procura estimar o número de trabalhadores residentes no imóvel, efetivamente engançados durante o ano agrícola; e o segundo, realizado cinco vezes ao ano, levanta o trabalho efetivo na semana que precede a coleta de dados, procurando calcular o número médio diário de trabalhadores naquele período, residentes e não residentes. Os resultados destes levantamentos apresentam pequenas discrepâncias em função da sazonalidade das atividades agrícolas durante o ano, mas são expressivos e indicadores do nível e da estrutura do emprego no setor agropecuário.

Os dados preliminares de abril de 1981 indicam, em relação ao mesmo período do ano anterior, quase que o mesmo total de trabalhadores engançados nas atividades agrícolas: em 1980, a força de trabalho era constituída de cerca de 1.160 mil pessoas e em 1981, de 1.150 mil pessoas (quadro 29).

Destaca-se que, no período considerado, os trabalhadores não residentes continuaram a aumentar sua proporção no conjunto da força de trabalho do setor agrícola, em detrimento dos residentes.

A categoria "volantes" teve um ligeiro incremento de um ano para outro, mas foi a categoria "outros não residentes" (que inclui desde proprietários e seus familiares não residentes e principalmente assalariados contratados para serviços específicos) que registrou o aumento mais significativo, passando de 12,8% a 15,1% do total. A mão-de-obra volante, que no levantamento de abril de 1981 foi estimada em quase 300 mil trabalhadores (25,8% da força de trabalho total), em levantamentos realizados em outras épocas, principalmente nos períodos das colheitas das principais culturas, chega a quase meio milhão de pessoas, com a incorporação do trabalho de mulheres e menores. Comparativamente, as regiões de Ribeirão Preto, Sorocaba e Araçatuba são as que mais utilizam mão-de-obra volante, seguidas pelas de São José do Rio Preto e Bauru (quadro 30), enquanto as regiões de São Paulo e Vale do Paraíba são as que menos utilizam esse tipo de mão-de-obra.

A categoria "outros não residentes", que assume importância cada vez maior, especialmente por conter grande número de assalariados permanentes não residentes e, em geral, com algum grau de especialização (tratoristas, mecânicos, etc.), tem sua proporção e distribuição aparentemente condicionada pela proximidade das cidades às propriedades onde trabalham, destacando-se assim nas regiões de Sorocaba, Vale do Paraíba e Campinas.

Quanto à mão-de-obra residente, esta corresponde atualmente a 59,1% da força de trabalho total do setor agrícola, dos quais 24,6% são proprietários e seus familiares e os restantes 34,5% são trabalhadores residentes, distribuídos em diversas categorias de relações de trabalho as mais diferenciadas (quadro 30). A mão-de-obra familiar, presente em todo o Estado, predomina nas regiões de pequenas propriedades, notadamente nas regiões de São Paulo (inclui Vale do Ribeira), Sorocaba e Vale do Paraíba e Marília. Quanto aos trabalhadores residentes não proprietários e seus familiares, predomina a categoria de mensalistas, sendo um pouco mais freqüente no Vale do Paraíba, Ribeirão Preto e Campinas. Já os diaristas são de preferência encontrados em Campinas, Ribeirão Preto e Bauru. Outra categoria que ainda tem bastante importância é a dos parceiros, sendo Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Araçatuba as regiões que utilizam com mais freqüência essa relação de

trabalho (quadro 31).

As condições de trabalho na agricultura continuam precárias para os trabalhadores rurais, principalmente para os trabalhadores volantes, no que tange às condições de transporte para as propriedades. Foi criada uma Comissão Especial de Inquérito pela Assembleia Legislativa, para apurar a situação desses trabalhadores, a qual tem desenvolvido esforços, ouvindo todos os setores envolvidos e interessados no assunto. Há, também, um projeto de lei proibindo o uso de caminhões no transporte de trabalhadores agrícolas. Toda via, são necessários cuidados a fim de evitar que medidas legais que venham a ser adotadas não acabem redundando em prejuízo para os próprios trabalhadores, em termos de condições de acesso ao trabalho.

Finalmente, vale lembrar que, embora com os ajustamentos e oscilações apontados em abril de 1981, o nível de emprego na agricultura manteve-se estável, tendência que deve prevalecer este ano.

- Salários Agrícolas

Os salários agrícolas de abril de 1982 comparados aos de abril do ano passado, à exceção dos volantes, sofreram reajustes superiores aos da inflação, pois o crescimento do índice geral de preços nesse período foi de 91,3% (quadro 32). Como no período anterior, 1980-81, o aumento médio dos salários tinha sido inferior à inflação (ver Prognóstico 81/82), pode-se dizer que no período 1981-82 os reajustes tentaram recuperar a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores rurais. No período 1980-81, a categoria volantes foi a que teve maior aumento em relação aos demais, enquanto no período 1981-82 tiveram o menor reajuste.

A evolução dos salários agrícolas por categoria (quadro 33) mostra que, no geral, os salários de todas as categorias nos últimos quatro anos vêm perdendo parte de seu poder de compra. Enquanto os tratoristas e mensalistas têm o seu poder aquisitivo semelhante ao de 1975, os que ganham por dia, residentes ou volantes, têm o valor de suas diárias equivalente ao de dez anos atrás.

A análise dos salários agrícolas por categoria, no Estado de São Paulo, para abril de 1982, indica que foram as categorias de administrador e de diarista a seco as que apresentaram maiores oscilações salariais. Para o administrador, o maior salário registrado foi de Cr\$80.000,00 e o menor de Cr\$12.000,00, portanto, uma diferença de 6,7 vezes entre a menor e a maior remuneração (quadro 34). A média foi de Cr\$29.000,00, sendo as regiões agrícolas de Campinas e de Ribeirão Preto as que apresentaram as maiores médias (quadro 35). Para o diarista a seco, a menor diária foi de Cr\$250,00 e a maior foi de Cr\$1.300,00, ou seja, 5,2 vezes a mais. A diária média ficou em Cr\$509,00, sendo que nas regiões de Sorocaba e Ribeirão Preto se pagavam as maiores diárias. Depois dessas categorias, foram os volantes os que apresentaram maior oscilação salarial. A menor diária registrada foi de Cr\$350,00 e a maior foi de Cr\$1.700,00, ou seja, 4,9 vezes a mais. As regiões de Sorocaba e Ribeirão Preto foram as que melhor remuneravam os volantes, não ficando longe as regiões agrícolas de Campinas, Marília e Presidente Prudente, todas pagando uma diária média acima

da média do Estado. Para o tratorista o salário variava de Cr\$12.000,00 a Cr\$40.000,00, com média de Cr\$18.900,00 com as regiões de Campinas e Ribeirão Preto apresentando os maiores salários médios.

Para o capataz, o menor salário foi de Cr\$10.000,00 e o maior de Cr\$35.000,00, estando a média em torno de Cr\$19.400,00

Em função da crise que prevalece nos demais setores da economia, a oferta de mão-de-obra para o setor agrícola tenderá a aumentar.

Portanto, atenções especiais deverão ser dadas aos níveis de salários para que não se agrave a perda do poder aquisitivo ao trabalhador rural.

(IEA, 23/07/82)

QUADRO 29 - Trabalho Efetivo na Última Semana, Estimativa de Número Médio Diário de Trabalhadores Agrícolas, Residentes e Não Residentes, Abril 1980-81 ⁽¹⁾

Mão-de-obra	1 9 8 0		1 9 8 1	
	Nº	%	Nº	%
Residente	717.418	61,9	679.612	59,1
Não residente				
Volante	292.800	25,3	295.935	25,8
Outros	148.846	12,8	173.209	15,1
Subtotal	441.646	38,1	469.144	40,9
Total	1.159.064	100,0	1.148.756	100,0

(¹) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola

QUADRO 30 - Trabalho Efetivo na Última Semana, Residentes e Não Residentes, por Divisão Regional Agrícola, Estado de São Paulo, Abril 1981 ⁽¹⁾
(em porcentagem)

DIRA	Residente	Não residente	
		Volante	Outros
São Paulo	91,3	2,0	6,7
Vale do Paraíba	75,0	2,2	22,8
Sorocaba	40,2	36,1	23,7
Campinas	63,9	14,1	22,0
Ribeirão Preto	39,8	50,2	10,0
Bauru	71,0	20,2	8,8
São José do Rio Preto	68,1	22,9	9,0
Araçatuba	55,0	27,5	17,5
Presidente Prudente	74,9	14,6	10,5
Marília	72,0	16,8	11,2
Estado	59,1	25,8	15,1

⁽¹⁾ Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 31 - Trabalhadores Residentes no Imóvel, Mão-de-obra Efetivamente Engajada no Ano, por Divisão Regional Agrícola, Estado de São Paulo, Abril de 1981 ⁽¹⁾
(em porcentagem)

DIRA	Proprietário	Administrador	Arrendatário	Parceiro	Colono	Mensalista	Diarista	Empreiteiro	Outros
São Paulo	57,3	3,5	1,3	3,2	7,1	18,1	6,5	-	3,0
Vale do Paraíba	44,0	3,8	8,6	1,9	1,5	34,4	3,3	-	2,5
Sorocaba	53,3	4,1	4,9	2,3	3,6	16,1	8,5	3,0	4,2
Campinas	36,7	3,6	0,8	6,7	3,5	28,4	15,5	1,5	3,3
Ribeirão Preto	31,4	3,0	0,4	10,5	3,7	32,4	13,9	2,8	1,9
Bauru	36,5	1,9	0,3	13,7	-	13,3	15,4	10,2	8,7
São José do Rio Preto	38,3	1,7	0,3	34,5	0,4	16,6	3,7	2,3	2,2
Araçatuba	33,6	2,0	6,1	24,6	0,7	20,2	8,1	4,1	0,6
Presidente Prudente	37,3	1,2	4,3	35,0	-	16,6	3,5	0,7	1,4
Marília	43,2	3,1	1,0	9,7	3,6	15,5	9,8	11,8	2,3
Estado	41,7	2,8	2,4	15,1	2,6	20,6	8,7	3,2	2,9

⁽¹⁾ Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 32 - Variação dos Salários Agrícolas Pagos a Diferentes Categorias de Trabalhador Rural, Estado de São Paulo, Abril de 1981-82

Categoria	Abril/81 média (Cr\$)	Abril/82		Variação da média 1981-82 (%)
		Moda (Cr\$)	Média (Cr\$)	
Administrador	14.020,00	25.000,00	29.000,00	107
Tratorista	9.100,00	20.000,00	18.900,00	108
Mensalista	7.020,00	15.000,00	14.900,00	112
Capataz	9.506,00	20.000,00	19.400,00	104
Diarista a seco	260,00	500,00	509,00	96
Volante	340,00	600,00	620,00	82

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 33 - Evolução dos Salários Agrícolas por Categoria, Estado de São Paulo, 1973-82

Ano	Mês	Administrador			Tratorista			Mensalista residente		
		Cr\$/mês		Índice ⁽³⁾	Cr\$/mês		Índice ⁽³⁾	Cr\$/mês		Índice ⁽³⁾
		Nom. ⁽¹⁾	Real ⁽²⁾		Nom. ⁽¹⁾	Real ⁽²⁾		Nom. ⁽¹⁾	Real ⁽²⁾	
1973	mar.	506,40	26.039,09	100	321,10	16.510,96	100	262,50	13.497,75	100
	nov.	558,00	26.175,78	100	432,00	20.265,12	123
1974	mar.	625,00	26.268,75	101	429,00	18.030,87	109	329,00	13.827,87	102
	nov.	787,80	27.777,83	107	576,90	20.341,49	123
1975	abr.	854,70	27.273,48	105	592,90	18.919,44	114	455,00	14.519,05	108
	nov.	1.050,00	28.612,50	110	785,00	21.391,25	130
1976	abr.	1.200,00	27.708,00	106	795,50	18.368,10	111	616,00	14.223,44	105
	nov.	1.586,80	29.609,69	114	1.057,60	19.734,82	120	833,60	15.554,98	115
1977	abr.	1.921,20	30.201,26	116	1.241,50	19.516,38	118	935,30	14.702,92	109
	nov.	2.515,60	33.759,35	130	1.622,30	21.771,27	132	1.235,20	16.576,38	123
1978	abr.	2.885,65	33.473,54	128	1.793,40	20.803,44	126	1.548,27	17.959,93	133
	nov.	3.490,30	33.053,14	127	2.257,50	21.378,53	129	1.734,64	16.427,04	122
1979	abr.	3.906,07	30.857,95	118	2.551,41	20.156,14	122	1.960,24	15.485,90	115
	nov.	5.105,35	28.845,23	111	3.550,10	20.058,07	121	2.821,10	15.939,22	118
1980	abr.	7.179,80	30.298,76	116	4.481,70	18.912,77	114	3.478,60	14.679,69	109
	nov.	10.698,00	28.349,70	109	6.958,00	18.438,70	112	5.583,00	14.794,95	110
1981	abr.	14.020,00	26.778,20	103	9.100,00	17.381,00	105	7.020,00	13.408,20	99
	nov.	22.000,00	29.260,00	112	14.700,00	19.551,00	118	11.900,00	15.827,00	117
1982	abr.	29.000,00	29.000,00	111	18.900,00	18.900,00	114	14.900,00	14.900,00	110

Ano	Mês	Capataz		Diarista residente			Volante		
		Cr\$/mês		Cr\$/dia		Índice ⁽³⁾	Cr\$/dia		Índice ⁽³⁾
		Nom. ⁽¹⁾	Real ⁽²⁾	Nom. ⁽¹⁾	Real ⁽²⁾		Nom. ⁽¹⁾	Real ⁽²⁾	
1973	mar.	9,90	509,06	100	10,30	529,63	100
	nov.	12,80	600,45	118	13,50	633,29	120
1974	mar.	13,40	563,20	111	16,30	685,09	129
	nov.	18,30	645,26	127	20,20	712,25	134
1975	abr.	17,80	568,00	112	22,10	705,21	133
	nov.	23,50	640,38	126	25,40	692,15	131
1976	abr.	24,50	565,71	111	30,50	704,25	133
	nov.	31,20	582,19	114	37,60	701,62	132
1977	abr.	37,60	591,07	116	49,30	775,00	146
	nov.	47,40	636,11	125	58,70	787,75	149
1978	abr.	52,40	607,84	119	66,10	766,76	145
	nov.	65,20	617,44	121	78,80	746,24	141
1979	abr.	71,82	567,38	111	90,27	713,13	135
	nov.	103,36	583,98	115	122,35	691,28	130
1980	abr.	4.761,00	20.091,42	133,00	561,26	110	165,90	700,10	132
	nov.	7.432,00	19.694,80	202,00	535,30	105	248,00	657,20	124
1981	abr.	9.506,00	18.156,46	260,00	496,60	98	340,00	649,40	123
	nov.	15.000,00	19.950,00	407,00	541,31	106	477,00	634,41	120
1982	abr.	19.400,00	19.400,00	509,00	509,00	100	620,00	620,00	117

(1) Média do Estado em valores correntes.

(2) Em valores reais de abril de 1982, pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica.

(3) Índice simples, calculado a partir dos valores reais março de 1973 = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 34 - Salário Agrícola por Categoria, Estado de São Paulo, Abril de 1982

Categoria	Unidade	Valor maior	Valor menor	Valor médio	Moda
Administrador	Cr\$/mês	80.000,00	12.000,00	29.000,00	25.000,00
Tratorista	Cr\$/mês	40.000,00	12.000,00	18.900,00	20.000,00
Mensalista	Cr\$/mês	30.000,00	12.000,00	14.900,00	15.000,00
Capataz	Cr\$/mês	35.000,00	10.000,00	19.400,00	20.000,00
Diarista a seco	Cr\$/dia	1.300,00	250,00	509,00	500,00
Volante	Cr\$/dia	1.700,00	350,00	620,00	600,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 35 - Salários Agrícolas Pagos a Diferentes Categorias de Trabalhador Rural, Segundo Regiões, Estado de São Paulo, Abril de 1982

DIRA	Administrador		Tratorista		Mensalista	
	(Cr\$/mês)		(Cr\$/mês)		(Cr\$/mês)	
	Valor médio	Moda	Valor médio	Moda	Valor médio	Moda
São Paulo	30.600,00	30.000,00	21.200,00	20.000,00	13.960,00	12.000,00
Vale do Paraíba	24.200,00	30.000,00	19.000,00	20.000,00	14.500,00	15.000,00
Sorocaba	29.900,00	25.000,00	19.000,00	20.000,00	14.700,00	15.000,00
Campinas	37.000,00	30.000,00	21.000,00	20.000,00	15.400,00	12.000,00
Ribeirão Preto	32.000,00	25.000,00	20.000,00	18.000,00	16.400,00	15.000,00
Bauru	28.000,00	25.000,00	18.700,00	15.000,00	14.500,00	13.000,00
São José do Rio Preto	26.000,00	25.000,00	17.500,00	15.000,00	14.600,00	15.000,00
Araçatuba	28.000,00	25.000,00	18.900,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
Presidente Prudente	29.900,00	25.000,00	17.500,00	18.000,00	14.800,00	15.000,00
Marília	26.000,00	30.000,00	16.700,00	15.000,00	14.700,00	12.000,00
Estado	29.000,00	25.000,00	18.900,00	20.000,00	14.900,00	15.000,00

DIRA	Capataz		Diarista a seco		Volante	
	(Cr\$/mês)		(Cr\$/dia)		(Cr\$/dia)	
	Valor médio	Moda	Valor médio	Moda	Valor médio	Moda
São Paulo	18.900,00	20.000,00	490,00	500,00	570,00	600,00
Vale do Paraíba	18.000,00	15.000,00	440,00	400,00	490,00	500,00
Sorocaba	20.600,00	20.000,00	620,00	500,00	740,00	600,00
Campinas	21.300,00	20.000,00	520,00	500,00	640,00	700,00
Ribeirão Preto	20.300,00	20.000,00	550,00	600,00	700,00	600,00
Bauru	18.600,00	18.000,00	480,00	400,00	570,00	600,00
São José do Rio Preto	19.500,00	20.000,00	480,00	500,00	620,00	600,00
Araçatuba	18.900,00	20.000,00	460,00	500,00	560,00	600,00
Presidente Prudente	19.800,00	20.000,00	530,00	700,00	630,00	600,00
Marília	18.100,00	20.000,00	520,00	500,00	640,00	700,00
Estado	19.400,00	20.000,00	509,00	500,00	620,00	600,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 36 - Empreitada e Rendimento de Colheita de Amendoim e Algodão, Média Segundo Região Agrícola, Estado de São Paulo, Abril 1982

DIRA	Amendoim			Algodão		
	Preço	Rendimento	Diária	Preço	Rendimento	Diária
	(Cr\$/sc.)	(sc./homem-dia)	(Cr\$)	(Cr\$/arroba)	(arroba/homem-dia)	(Cr\$)
São Paulo	-	-	-	-	-	-
Vale do Paraíba	-	-	-	-	-	-
Sorocaba	-	-	-	225,00	3,9	877,00
Campinas	-	-	-	204,00	4,0	816,00
Ribeirão Preto	144,00	7,0	1.008,00	185,00	4,8	888,00
Bauru	127,00	6,0	762,00	200,00	3,6	720,00
São José do Rio Preto	149,00	6,0	894,00	185,00	5,0	925,00
Araçatuba	148,00	6,0	888,00	164,00	4,5	738,00
Presidente Prudente	141,00	8,0	1.128,00	209,00	4,7	982,00
Marília	165,00	6,0	990,00	214,00	4,0	856,00
Estado	146,00	6,5	949,00	198,00	4,3	851,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- SEMENTE

No Estado de São Paulo, a produção de sementes melhoradas reveste-se de grande importância, sendo o Estado supridor desse insumo para outras Unidades da Federação, o que, com a crescente integração inter-regional, não raro tem provocado a falta do produto no próprio Estado.

A produção paulista de semente de milho híbrido foi suficiente para o plantio de mais do dobro da área cultivada com esse produto no Estado, em 1981/82, e propiciou maior exportação para outros estados, em vista da taxa de utilização de sementes melhoradas do Estado ter sido apenas 50,3% (quadro 37). Em 1981/82, a produção deverá atingir 1.750 mil sacas de 40kg, superior em 41,6% à da safra anterior; a produção da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA) se elevou em 83,8%, enquanto o aumento de produção das firmas particulares situou-se em 36,4%, sendo o acréscimo total de 27,2% comparativamente à produção de semente de 1980/81 (quadro 38). Porém, a venda de semente melhoradas de milho no Estado de São Paulo apresentou-se declinante, sendo a quantidade vendida em 1981 inferior em 18,8% à do ano anterior (quadro 39).

A escassez de sementes melhoradas de arroz e feijão, resultante do abrupto crescimento da demanda face à obrigatoriedade de uso desse insumo - semente melhorada - para obtenção do crédito de custeio, persistiu na safra 1981/82, ainda que a produção de semente de feijão pela SAA tenha apresentado um aumento de 606,8% entre os anos de 1979/80 e 1980/81, com acréscimo total de 533,1% (quadro 38).

A despeito da produção de semente de feijão não ter sido suficiente para atender às necessidades da área plantada com essa cultura em São Paulo, houve remessa para outros estados, pois as vendas efetuadas em 1981 atenderam apenas 19,7% da referida área, enquanto a produção poderia suprir 39,7%; para o arroz, as vendas supriram 48,9% da área plantada (quadro 37).

A quantidade de semente melhorada de arroz e feijão produzida para o plantio da safra 1982/83 deverá ser de respectivamente de 13,1% e 45,3% superior à do período anterior, não devendo haver falta desse insumo, salvo na ocorrência de exportação para outros estados (quadro 38); ainda mais que, por determinação governamental, para o plantio de 1982/83 não mais será exigido comprovante do uso de sementes melhoradas para obtenção de crédito de custeio.

Para a cultura do trigo, o aumento de 91,9% na produção de 1982 deverá atender ao plantio da safra paulista de 1983, podendo eventualmente haver exportação do produto (quadro 38).

O declínio de 32,9% na produção de semente de soja (quadro 38) não deverá afetar diretamente o produtor paulista, já que a maior parte utiliza semente própria ou proveniente de outros estados. A taxa de utilização de sementes melhoradas de soja do Estado, em 1981/82, situou-se em torno de 23%, apesar da produção paulista ser suficiente para o plantio de 90,0% da área cultivada (quadro 37).

A produção total de semente de amendoim em 1981/82 duplicou em relação à safra anterior, face às condições climáticas favoráveis, tendo a produção da SAA se elevado em 222,7%, passando sua participação no total produzido de 26,8% em 1980/81 para 39,6% em 1981/82 (quadro 38).

As chuvas ocorridas na época da colheita da safra de algodão de 1981/82 não chega

ram a afetar seriamente a produção de sementes, pois a perda dos campos atingidos foi compensada pelo excedente de outros, esperando-se produção de 458,6 mil sacas de 40kg, superior em 6,8% à do ano anterior (quadro 38), o que deverá atender à demanda estadual, até permitin do possível remessa para outros estados (quadro 37).

A SAA tem reduzido sua participação na produção de sementes melhoradas para comércio, porém teve ainda expressiva participação na produção da safra 1981/82 de sementes de algodão (monopólio estadual), feijão com 87,1%, arroz com 45,8%, amendoim com 39,6%, e milho variedade com 32,1%, cabendo ao setor privado grande parte da produção de sementes de milho híbrido com 85,7%, soja com 88,6% e trigo com 84,2%, (quadro 38).

Quanto à venda de sementes para plantio da safra 1982/83, observaram-se maiores elevações de preços para as de algodão (135,5%), arroz (120,3%), e soja (97,1%), enquanto que as de feijão, milho híbrido, milho variedade e amendoim sofreram acréscimos menores, de 11,8%, 58,6%, 57,3% e 62,8%, respectivamente (quadro 40).

Além do sistema de certificação de sementes, está sendo implantado no Estado de São Paulo o sistema de fiscalização, que exige padrões menos rígidos de classificação e não necessita de certificado de origem, esperando-se elevação na produção de sementes melhoradas, assim como obtenção de sementes para espécies que não contam ainda com semente genética.

Atualmente os recursos para a produção de sementes melhoradas são provenientes de financiamento bancário, ao invés de serem obtidos por verba orçamentária, permitindo, com isso, que se faça repasse de uma pequena porcentagem do valor desse financiamento para órgãos de pesquisa, com a finalidade de incrementar a produção, a realização de testes e atendimento à infra-estrutura para produção de novas sementes.

(IEA, 27/07/82)

QUADRO 37. - Produção, Necessidade e Vendas de Sementes Melhoradas e Necessidade Total de Sementes para o Plantio de Culturas Seleccionadas do Estado de São Paulo em 1981/82

Sementes	Área plantada em 1981/82 ⁽¹⁾ (em 1.000ha) (a)	Necessidade total de semente para a safra 1981/82 ⁽²⁾ (t) (b)	Produção de sementes em horas no Estado de São Paulo, em 1980/81 (t) (c)	Vendas de sementes melhoradas em 1981 (t) (d)	Participação da produção de sementes em horas (%) (c/b)	Taxa utilizada de semente em hora (%) (d/b)
Algodão	310,5	12.140,5	18.345,0	12.140,5	151,1	100,0
Amendoim	185,4	21.660,3	17.874,4	6.325,1	82,5	29,2
Arroz	315,0	10.615,5	10.340,0	5.191,4	97,4	48,9
Feijão	612,7	31.382,5	12.451,5	6.171,9	39,7	19,7
Milho	1.325,4	24.188,5	70.000,0	12.178,1	289,4	50,3
Soja	505,6	38.233,6	37.467,1	8.833,9	98,0	23,1
Trigo	130,8	15.643,7	28.500,0	14.089,2	182,2	90,1

⁽¹⁾ Preliminar, baseado no 4º Levantamento d- IEA.

⁽²⁾ Quantidade de sementes por hectare, baseado em levantamento da CATI.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

QUADRO 38. - Produção de Sementes pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Empresas Particulares, 1979/80 a 1981/82

Semente	Secretaria de Agricultura e Abastecimento					Firmas particulares				
	Produção (sc. 40kg)			Variação (%)		Produção (sc. 40kg)			Variação (%)	
	1979/80 (a)	1980/81 (b)	1981/82 (c)	(b/a)	(c/b)	1979/80 (a)	1980/81 (b)	1981/82 (c)	(b/a)	(c/b)
Algodão	408.953	429.298	458.625	5,0	6,8	-	-	-	-	-
Amendoim	98.815	54.800	176.859	-44,5	222,7	92.815	150.000	270.000	61,6	80,0
Arroz	134.832	108.558	118.510	-19,5	9,2	34.461	120.000	140.000	248,2	16,7
Feijão	26.730	188.934	271.287 ⁽¹⁾	606,8	43,6	7.109	25.287	40.000	255,7	58,2
Milho híbrido	166.725	135.980	250.000	-18,4	83,8	805.277	1.100.000	1.500.000	36,6	36,4
Milho variedade	24.772	27.250	23.625	10,0	-13,3	12.884	25.000	50.000	94,0	100,0
Soja	106.698	96.045	106.677	-10,0	11,1	416.807	1.300.000	830.000	211,9	-36,1
Trigo	111.265	92.237	112.500 ⁽¹⁾	-17,1	22,0	278.000	278.952	600.000 ⁽¹⁾	0,34	115,1

Semente	Total (SAA e firmas particulares)					Participação percentual da SAA na produção total do Estado		
	Produção (sc. 40kg)			Variação (%)		1979/80	1980/81	1981/82
	1979/80 (a)	1980/81 (b)	1981/82 (c)	(b/a)	(c/b)			
Algodão	408.953	429.298	458.625	5,0	6,8	100,0	100,0	100,0
Amendoim	191.630	204.800	446.859	6,9	108,4	51,6	26,8	39,6
Arroz	169.293	228.558	258.510	40,8	13,1	79,6	47,5	45,8
Feijão	33.839	214.221	311.287 ⁽¹⁾	533,1	45,3	79,0	88,2	87,1
Milho híbrido	972.002	1.235.980	1.750.000	27,2	41,6	17,2	11,0	14,3
Milho variedade	58.237	52.250	73.625	-10,3	40,9	42,5	52,2	32,1
Soja	523.505	1.396.045	936.677	166,7	-32,9	20,4	6,9	11,4
Trigo	389.265	371.189 ⁽¹⁾	712.500	- 4,6	91,9	28,6	24,8	15,8

⁽¹⁾ Estimativa.

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 39. - Vendas de Sementes pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Empresas Particulares, para Plantio no Estado de São Paulo, Anos Cíveis 1980-81

Semente	Secretaria de Agricultura e Abastecimento			Firmas particulares		
	Venda (sc.40kg)		Variação percentual	Venda (sc.40kg)		Variação percentual
	1980	1981		1980	1981	
(a)	(b)	(b/a)	(c)	(d)	(d/c)	
Algodão	280.282	303.185	8,2	-	-	-
Amendoim	90.673	72.012	-20,6	82.256	86.116	4,7
Arroz	128.954	119.967	- 7,0	11.116	9.818	-11,7
Feijão	80.070	144.484	80,4	4.854	9.813	102,2
Milho híbrido	170.018	101.992	-40,0	204.902	202.461	- 1,2
Milho variedade	19.636	17.179	-12,5	5.741	2.919	-49,2
Soja	68.399	68.399	-	261.209	152.448	-41,6
Trigo	134.680	126.089	- 6,4	216.718	226.140	4,3

Semente	Total (SAA e firmas particulares)			Participação percentual da Secretaria da Agricultura e Abastecimento	
	Venda (sc.40kg)		Variação percentual	1980	1981
	1980	1981			
(e)	(f)	(f/e)			
Algodão	280.282	303.185	8,2	100,0	100,0
Amendoim	172.929	158.128	-8,6	52,4	45,5
Arroz	140.070	129.785	-7,3	92,1	92,4
Feijão	84.234	154.297	81,7	94,3	93,6
Milho híbrido	374.920	304.453	-18,8	45,4	33,5
Milho variedade	25.377	20.098	-20,8	77,4	85,5
Soja	329.608	220.847	-33,0	20,8	31,0
Trigo	351.398	352.229	0,2	38,3	35,8

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 40. - Preço de Venda de Sementes, pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, para o Plantio das Safras 1981/82 e 1982/83

(em cruzeiro/unidade)

Semente	Unidade (kg)	Preço		Variação de preço (%) (b/a)
		1981/82 (a)	1982/83 (b)	
Algodão	30	930	2.190	135,5
Amendoim	40	4.152	6.760	62,8
Arroz	50	2.170	4.780	120,3
Feijão	50	6.500	7.270	11,8
Mamona	30	1.854	2.430	31,1
Milho híbrido	50	2.295	3.640	58,6
Milho híbrido simples	40	5.100	8.450	65,7
Milho variedade (1)	50	2.110	3.320	57,3
Soja	50	2.080	4.100	97,1
Trigo	50	-	-	-
Cafê	1	400	-	-
Centeio	50	3.000	-	-
Centrosema	1	285	424	48,8
Colonião	1	220	434	97,3
Crotalária	50	4.750	8.610	81,3
Dólícos	50	2.520	5.980	137,3
Galactia	1	315	468	48,6
Girassol	25	1.380	2.730	97,8
Guandu	50	2.350	4.520	92,3
Milho doce	50	5.025	10.430	107,6
Milho pipoca	50	5.025	9.130	81,7
Mucuna	50	2.350	4.450	89,4
Quiabo	1	340	506	48,8
Soja perene	1	285	424	48,8
Alho	1	600	-	-

(1) Preço médio das variedades MAYA e IAC-1, e Pérola Picacicaba.

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

- TERRA

Em 1982, os preços da terra nua no Estado de São Paulo, em geral, foram menores em termos reais comparativamente aos do ano anterior, apresentando decréscimos de 5,1% para terra de primeira, 5,2% para de segunda, 9,6% para terra de pastagem e 17,1% para de re florestamento; a única exceção refere-se à terra de campo, que mostrou acréscimo de 3,7% em seu preço (quadro 41).

Observa-se que a conjuntura econômica tem efeito diferenciado sobre o valor da terra. Em época de taxa elevada de inflação, a tendência dos investidores é procurar ativos protegidos contra a desvalorização da moeda, e neste aspecto a terra realmente cumpre bem a função de reserva de valor. Por outro lado, o preço da terra está também ligado ao valor da produção agropecuária, ou seja, ao potencial econômico da terra.

A diminuição da liquidez na agricultura, ocasionada principalmente pelas novas condições do crédito, elevando as taxas nominais de juros e participação dos recursos próprios dos agricultores, aliada ao decréscimo dos preços reais recebidos pelos agricultores, explicam, parcialmente, porque diminuíram de modo geral os preços reais das terras agrícolas.

No período 1975-82, observa-se uma relativa estabilidade dos valores reais da terra nua no Estado de São Paulo, o que significa que, de modo geral, os preços correntes da terra têm acompanhado a inflação. Neste período, as terras que mais se valorizaram foram as de campo, com elevação de 47,6%. Enquanto o valor da terra de primeira, em 1975, correspondia a 2,4 vezes o valor da terra de campo, em 1982 chega apenas a 1,6 vez. Cabe observar que um mesmo tipo de terra sofre variação, dependendo de sua localização. As terras mais caras do Estado se localizam nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto; enquanto as mais baratas se encontram nas do Vale do Paraíba e Presidente Prudente. Há evidência empírica de que exatamente as regiões com maior valor de terra por hectare são as mais tecnificadas, utilizando mais intensamente insumos modernos.

Comparando-se os preços dos diferentes tipos de terra entre as Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs), no Estado de São Paulo, observa-se que estes são bastante diferentes no mesmo ano. Assim, enquanto o preço médio da terra de primeira a nível de Estado, em fevereiro de 1982, era de Cr\$304.000/ha, na DIRA de Campinas era de Cr\$556.000/ha e na do Vale do Paraíba de Cr\$170.000,00.

Embora a nível estadual tenha ocorrido diminuição no valor real da terra de primeira, em algumas regiões ocorreu elevação dos valores nominais a uma taxa maior do que a inflação observada entre fev./81 e fev./82 (91,8%). É o caso das DIRAs de Campinas, Sorocaba, Vale do Paraíba, Ribeirão Preto e Marília (quadro 42). Alguns fatores são apresentados para explicar as diferenças de preço de um mesmo tipo de terra entre regiões, destacando-se o uso econômico da terra, facilidade de infra-estrutura, proximidade dos mercados da produção agropecuária e programas governamentais do tipo PROALCOOL, PROFIR, etc.

Dentro de uma mesma região, os preços dos diversos tipos de terra tendem a se convergir em função da possibilidade parcial de substituição. A DIRA de Campinas, além de possuir as terras mais caras do Estado, foi a única que registrou aumento dos preços nominais de todos os tipos de terra a uma taxa superior à inflação do período fev./81 a fev./82.

Embora ainda possua as terras mais baratas no Estado, observou-se para a DIRA do Vale do Paraíba, no mesmo período, uma variação bastante alta dos preços nominais, principalmente para terra de campo e de reflorestamento, com aumentos de 279,2%, respectivamente.

As terras com benfeitorias no Estado de São Paulo são classificadas pelo IEA em função do tamanho da propriedade. Em geral, à medida em que aumenta o tamanho da propriedade, observa-se um decréscimo no preço por hectare; deste modo os preços médios variam desde Cr\$503.000,00/ha para propriedades com área inferior a 7,26ha até Cr\$240.000,00/ha nas propriedades com área superior a 242ha (quadro 43). De modo geral ocorreu um decréscimo dos valores reais das propriedades com área inferior a 24,2ha e superior a 242ha, entre fev./81 a fev./82 e, mesmo as propriedades com área entre esses dois limites, só tiveram uma pequena elevação de seus valores reais.

Com exceção das propriedades com área superior a 242ha, todos os tamanhos de propriedade no período 1975-82 tiveram seus preços correntes evoluindo a uma taxa, em geral, acima da taxa de inflação, evidenciando que a terra tem funcionado adequadamente como reserva de valor.

O valor corrente do arrendamento em dinheiro no Estado de São Paulo sofreu uma variação muito grande entre nov./80 e nov./81 enquanto em novembro de 1980 era de Cr\$5.220,00/ha, em nov./81 passou para Cr\$11.700,00/ha, o que significa elevação de 12,6% em termos reais (quadro 44). Situação semelhante ocorreu também para os arrendamentos em espécie; as quantidades pagas nesta modalidade apresentaram elevação bastante acentuada, a saber: 7,0% (algodão), 35,4% (amendoim), 36,4% (arroz) e 21,3% (milho). Observe-se que a maioria desses produtos teve, entre nov./80 e nov./81, uma variação de preços inferior à taxa de inflação do período (99,1%), ou seja: 53,5% (algodão), 78,8% (arroz) e 26,7% (milho).

Também para os valores de arrendamento em dinheiro e em espécie nas diversas DIRAs verificam-se oscilações amplas em relação à média do Estado. Assim, por exemplo, o arrendamento em dinheiro era, em fevereiro de 1982, de Cr\$17.000/ha na DIRA de Campinas, enquanto na do Vale do Paraíba era de Cr\$4.900/ha. Para o arrendamento em espécie, ocorre fenômeno semelhante.

Outro aspecto que deve ser lembrado é que entre fev./81 e fev./82, enquanto o arrendamento em dinheiro aumentou em termos nominais na DIRA de Campinas 126,7%, na do Vale do Paraíba se elevou apenas 32,4%.

A relação entre valor do arrendamento e valor da terra de primeira, no período 1975-81, tem variado muito pouco, situando-se em torno de 4,0%.

Pelo segundo ano consecutivo caiu o aluguel de pasto no Estado, em termos reais. Em junho de 1981, o aluguel anual real era de Cr\$5.237,00/ha, enquanto em junho/80 era de Cr\$5.730,33, com decréscimo de 8,6% (quadro 45); para o aluguel mensal por hectare e mensal por cabeça, o decréscimo foi de 12,7% e 6,3%, respectivamente. Esses decréscimos no valor real dos alugueis de pasto, bem como das terras para pastagem refletem a difícil situação enfrentada pela pecuária, cujas variações de preço têm estado bem abaixo da inflação.

(IEA, 12/07/82)

QUADRO 41. Valor da Terra Nua, por Tipo, Estado de São Paulo, 1975-82⁽¹⁾

Item	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Terra de primeira								
Cr\$/ha ⁽²⁾	10.270	15.020	22.080	29.783	35.385	70.969	167.000	304.000
Cr\$/ha ⁽³⁾	299.972	330.271	333.043	326.252	271.807	298.758	320.233	304.000
Índice ⁽⁴⁾	100	110	111	109	91	100	107	101
Terra de segunda								
Cr\$/ha ⁽²⁾	7.690	11.200	16.180	22.855	32.316	63.090	138.000	251.000
Cr\$/ha ⁽³⁾	224.614	246.274	244.051	250.361	248.233	265.590	264.624	251.000
Índice ⁽⁴⁾	100	110	109	111	110	118	118	112
Terra para pastagens								
Cr\$/ha ⁽²⁾	6.520	9.520	12.520	17.723	27.464	53.121	120.000	208.000
Cr\$/ha ⁽³⁾	190.440	209.333	188.845	194.143	210.962	223.624	230.108	208.000
Índice ⁽⁴⁾	100	110	99	102	111	117	121	109
Terra para reflorestamento								
Cr\$/ha ⁽²⁾	5.120	6.880	9.340	14.082	21.828	40.160	107.000	170.000
Cr\$/ha ⁽³⁾	149.548	151.282	140.880	154.259	167.670	169.062	205.179	170.000
Índice ⁽⁴⁾	100	101	94	103	112	113	137	114
Terra de campo								
Cr\$/ha ⁽²⁾	4.290	6.240	8.120	12.077	20.507	34.509	93.000	185.000
Cr\$/ha ⁽³⁾	125.305	137.210	122.478	132.295	157.523	145.273	178.333	185.000
Índice ⁽⁴⁾	100	110	98	106	126	116	142	148

(¹) Informações coletadas em fevereiro de cada ano.

(²) Média do Estado, valores em cruzeiro corrente.

(³) Média do Estado, valores em cruzeiro de fevereiro de 1982, corrigido pelo índice "2" de Conjuntura Econômica.

(⁴) Índice simples, calculado a partir do valor em cruzeiro de 1982. Base de comparação: 1975=100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 42. - Valor Corrente⁽¹⁾ da Terra Nua, a Nível de DIRA e Estado de São Paulo, 1981-82

(em Cr\$/ha)

DIRA	Terra de primeira			Terra de segunda			Terra para pastagens			Terra para reflorestamento			Terra de campo		
	1982 (a)	1981 (b)	% (a/b)	1982 (c)	1981 (d)	% (c/d)	1982 (e)	1981 (f)	% (e/f)	1982 (g)	1981 (h)	% (g/h)	1982 (i)	1981 (j)	% (i/j)
São Paulo	359.000	204.000	75,98	348.000	192.000	81,25	272.000	176.000	54,54	285.000	170.000	67,65	234.000	196.000	19,39
Vale do Paraíba	170.000	84.000	102,38	124.000	79.000	56,96	87.000	40.000	117,50	78.000	27.000	188,89	91.000	24.000	279,17
Sorocaba	320.000	158.000	102,53	261.000	123.000	112,20	216.000	116.000	86,21	188.000	92.000	104,35	167.000	91.000	83,52
Campinas	556.000	258.000	115,50	432.000	191.000	126,18	347.000	154.000	125,32	271.000	130.000	108,46	351.000	140.000	150,71
Ribeirão Preto	439.000	224.000	95,98	363.000	183.000	98,36	293.000	160.000	83,12	207.000	91.000	127,47	238.000	100.000	138,00
Bauru	254.000	170.000	49,41	204.000	138.000	47,83	164.000	110.000	49,09	127.000	82.000	54,88	117.000	78.000	50,00
S. José do Rio Preto	285.000	167.000	70,66	229.000	140.000	63,57	218.000	133.000	63,91	165.000	97.000	70,10	147.000	87.000	68,97
Araçatuba	219.000	146.000	50,00	182.000	126.000	44,44	171.000	119.000	43,70	153.000	121.000	26,45	140.000	116.000	20,69
Pres. Prudente	187.000	131.000	42,75	161.000	107.000	50,47	146.000	104.000	40,38	107.000	76.000	40,79	121.000	67.000	80,60
Marília	248.000	128.000	93,75	211.000	106.000	99,06	169.000	88.000	92,04	121.000	66.000	83,33	108.000	64.000	68,75
Estado	304.000	167.000	82,14	251.000	138.000	81,88	208.000	120.000	73,33	170.000	95.000	78,95	156.000	93.000	67,74

(¹) Informação coletada em fevereiro de cada ano.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 43. - Valor da Terra com Benfeitorias, Segundo o Tamanho da Propriedade, Estado de São Paulo, 1975-82⁽¹⁾

Item	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Inferior a 7,26ha								
Cr\$/ha ⁽²⁾	16.390	22.910	34.340	49.711	73.159	130.025	292.000	503.000
Cr\$/ha ⁽³⁾	478.728	503.762	517.967	544.550	561.965	547.367	559.928	503.000
Índice ⁽⁴⁾	100	105	108	114	117	114	117	105
De 7,26 a 24,20ha								
Cr\$/ha ⁽²⁾	11.720	17.820	26.080	39.545	58.612	104.898	220.000	382.000
Cr\$/ha ⁽³⁾	342.324	391.839	393.377	433.188	450.223	441.589	421.864	382.000
Índice ⁽⁴⁾	100	114	115	126	132	129	123	112
De 24,20 a 72,60ha								
Cr\$/ha ⁽²⁾	11.250	15.220	22.050	33.719	46.520	83.906	186.000	370.000
Cr\$/ha ⁽³⁾	328.596	334.669	332.591	369.369	357.340	353.219	356.667	370.000
Índice ⁽⁴⁾	100	102	101	112	109	107	109	113
De 72,60 a 242ha								
Cr\$/ha ⁽²⁾	9.830	13.180	19.230	29.132	52.284	74.088	158.000	314.000
Cr\$/ha ⁽³⁾	287.120	289.812	290.055	319.121	401.615	311.888	302.975	314.000
Índice ⁽⁴⁾	100	101	101	111	140	109	106	109
Superior a 242ha								
Cr\$/ha ⁽²⁾	8.430	11.410	17.210	24.917	32.348	62.796	133.000	240.000
Cr\$/ha ⁽³⁾	246.228	250.892	259.587	272.949	248.479	264.352	255.036	240.000
Índice ⁽⁴⁾	100	102	105	111	101	107	104	97

(1) Informações coletadas em fevereiro de cada ano.

(2) Média do Estado, valores em cruzeiro corrente.

(3) Média do Estado, valores em cruzeiro de fevereiro de 1982, corrigido pelo índice "2" de Conjuntura Econômica.

(4) Índice simples, calculado a partir do valor em cruzeiro de 1982. Base de comparação: 1975=100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 44. - Arrendamento de Terras para Lavouras, Estado de São Paulo, 1975-81 (1)

Ano	Em dinheiro			Em espécie							
	Cr\$/ha(2)	Cr\$/ha(3)	Índice(4)	Algodão		Amendoim		Arroz		Milho	
				15kg/ha(5)	Índice(6)	25kg/ha(5)	Índice(6)	60kg/ha(5)	Índice(6)	60kg/ha(5)	Índice(6)
1975	504	10.314	100	19,7	100	16,6	100	8,1	100	11,3	100
1976	760	10.646	103	18,0	91	16,0	96	10,0	123	19,0	168
1977	986	9.938	96	17,0	86	16,0	96	9,0	111	15,0	133
1978	1.447	10.292	100	18,9	96	20,1	121	9,7	120	15,3	135
1979	2.160	9.164	89	23,0	117	21,5	130	11,4	141	17,5	155
1980	5.220	10.395	101	20,1	102	17,8	107	7,7	95	12,2	108
1981	11.700	11.700	113	21,5	110	24,1	145	10,5	130	14,8	131

(1) Informações coletadas em novembro de cada ano.

(2) Média do Estado, valores em cruzeiro corrente.

(3) Média do Estado, valores em cruzeiro de novembro de 1981, corrigido pelo índice "2" de Conjuntura Econômica.

(4) Índice simples, calculado a partir do valor em cruzeiro de 1981. Base de comparação: 1975=100.

(5) Média do Estado, ponderada pela produção em cada Divisão Regional Agrícola (DIRA).

(6) Índice simples. Base de comparação: 1975=100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 45. - Aluguel de Pasto, Estado de São Paulo, 1975-81

Ano (1)	Aluguel mensal por hectare			Aluguel anual por hectare			Aluguel mensal por hectare		
	Corrente(2)	Real(3)	Índice(4)	corrente(2)	Real(3)	Índice(4)	Corrente(2)	Real(3)	Índice(4)
1975	32,04	567,95	100	315,16	5.586,60	100	26,83	475,60	100
1976	53,00	668,40	118	488,10	6.155,63	110	32,98	415,92	87
1977	59,50	513,57	90	619,90	5.350,58	96	43,31	373,82	78
1978	78,60	494,25	87	922,70	5.802,13	104	61,51	386,79	81
1979	129,47	560,43	99	1.354,68	5.863,94	105	92,08	398,58	84
1980	247,63	538,24	95	2.636,35	5.730,33	102	167,03	363,05	76
1981	470,00	470,00	83	5.237,00	5.237,00	94	340,00	340,00	71

(1) Informações coletadas em junho de cada ano.

(2) Média do Estado, valores em cruzeiro corrente, ponderada pela área de pastagem por Divisão Regional Agrícola (DIRA).

(3) Média do Estado, valores em cruzeiro de junho de 1981, corrigido pelo índice "2" de Conjuntura Econômica.

(4) Índice simples, calculado com base nos valores reais, 1975=100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

TRATOR

A produção da indústria brasileira de tratores em 1981 foi baixa em relação a a nos anteriores. Foram produzidos 39.059 tratores de quatro rodas, produção 33,6% inferior ã de 1980; para tratores de esteira e cultivadores motorizados, os resultados obtidos em 1981, com produção de 3.133 e 4.548 unidades, respectivamente, foram substancialmente infe riores aos de 1980, representando decrêscimos de 26,9% e 34,0%, respectivamente (qua dro 46).

No período 1969-81, a produção de tratores de quatro rodas foi crescente até 1976; em 1977 e 1978 a produção caiu, voltando a subir nos dois anos seguintes, sendo que a produção obtida em 1981 foi a menor do período 1974-81.

Iniciando com apenas 91 unidades em 1969, a produção de tratores de esteira a apresentou taxa de crescimento bastante elevada no período 1969-80, atingindo em 1980 4.285 unidades. Já a de cultivadores motorizados e microtratores de quatro rodas revelou um cres cimento ã taxa bem menor, superando, em 1980, aproximadamente, três vezes a de 1969.

De qualquer forma, cumpre observar que, no período 1969-80, a produção da indús tria brasileira apresentou uma taxa de crescimento relativamente alta, sendo a produção de 1980 quase seis vezes superior ã de 1969. Um conjunto de fatores pode ser apontado para ex plicar este desempenho da produção de tratores, destacando-se: preços recebidos pelos agri cultores bastante favoráveis, condições de financiamento de tratores facilitadas e expan são da fronteira agrícola, na maior parte do período 1969-79.

Nos cinco primeiros meses de 1982, a produção de tratores foi a seguinte: 11.854 tratores de quatro rodas, 901 tratores de esteira e 2.588 cultivadores motorizados e microtratores; no mesmo período de 1981 a produção tinha sido de 18.290 tratores de qua tro rodas, 1.606 tratores de esteira e 1.713 cultivadores motorizados e microtratores; hou ve, portanto, decrêscimo de 35,2% e 43,9%, e acrêscimo de 51,1%, respectivamente.

O preço real do trator de 44HP foi decrescente desde 1969 até 1974; a partir de 1975 passou a crescer, atingindo um ápice em 1978, caindo levemente em 1979 e mais em 1980; a partir de então começou a crescer novamente (quadro 47). Em 1981, o seu preço médio era de Cr\$887.979,00; a média dos cinco primeiros meses de 1982 foi de Cr\$1.489.874,00, contra Cr\$720.003,00 no mesmo período do ano anterior, o que significa um aumento em termos nomi nais de 106,9%.

Os preços reais dos diversos tamanhos de trator têm acompanhado, aproximadamen te, a evolução do preço do trator de 44HP. Informações coletadas em maio de cada ano do pe ríodo 1977-82 evidenciam que, em geral, os preços subiram em 1978 e caíram nos dois anos seguintes; em 1981, em relação a 1980, cresceram bastante, e ainda se elevaram um pouco em 1982 relativamente a 1981 (quadro 48). Em maio de 1982, os preços correntes dos tratores de 61HP e de 100HP foram de Cr\$2.228.000,00 e Cr\$3.445.000,00, enquanto em maio de 1981 eram de Cr\$967.957,00 e Cr\$1.506.842,00, por unidade, respectivamente, o que significa eleva ções de 130,2% e 128,6%, portanto bem acima da inflação do período (91,0%).

A mecanização da agricultura em situação de aumento dos preços reais dos trato res fica ainda mais dificultada ao se considerar que também se elevaram os preços dos com bustíveis. Assim, em termos de preço real, o trator de 61HP aumentou 23,2% e o do óleo die l

sel 46,1% no período de 1977 a abril de 1982:

No Brasil, como a demanda de tratores é bastante influenciada pelo montante de crédito disponível, taxa de juros e condições de amortização dos empréstimos, as modificações destes elementos trazem impacto muito forte sobre a tratorização da agricultura. O que se tem observado é que, principalmente a partir de 1979, mudaram bastante essas condições. Enquanto em 1979 haviam sido realizados 57.612 contratos para aquisição de tratores, num valor corrente de aproximadamente 16,4 bilhões de cruzeiros, em 1980 o número de contratos caiu para 39.357 e o valor subiu para 17,0 bilhões de cruzeiros; em termos reais, o decréscimo do valor foi de 47,8% (quadro 49). Para os três primeiros trimestres de 1981, obtiveram-se os seguintes resultados: 13.315 contratos num valor corrente de aproximadamente 10,9 bilhões de cruzeiros, contra 29.793 contratos e 11,4 bilhões de cruzeiros, em igual período de 1980. Ao longo do período 1977-80, a participação do Estado de São Paulo em relação ao valor dos financiamentos para tratores no Brasil tem variado entre 23,9% e 26,0% e o número de contratos, entre 26,4% e 29,7%.

Os fatores apontados de elevação dos preços de tratores e combustíveis e de majoração das taxas de juros dos financiamentos acabam-se refletindo também sobre os custos da utilização do trator. Os indicadores disponíveis mostram que os valores de preparo do terreno por empreitada elevaram-se bastante a partir de 1979. Assim, por exemplo, os serviços de aração com trator e com burro elevaram-se 17,5% e 25,0%, em termos reais entre novembro de 1980 e novembro de 1981; neste período, os serviços de gradeação com trator e com burro aumentaram 19,6% e 35,7%, em termos reais (quadro 50).

Para compensar em parte a dificuldade de colocação do produto no mercado interno, a indústria de tratores procurou aumentar suas exportações. Enquanto na primeira metade dos anos 70 as exportações brasileiras mal chegavam a 1.200 unidades por ano, a partir de 1977 observou-se um crescimento acentuado, tendo sido exportados 5.120 tratores neste ano (quadro 51). Os resultados obtidos em 1981, com exportação de 12.363 unidades, das quais 9.553 tratores de 4 rodas, mostram a boa aceitação dos produtos brasileiros no mercado internacional. As exportações de 1981 foram de aproximadamente 103 vezes as que ocorreram em 1971 (120 unidades).

No entanto, informações fornecidas pelo setor mostram que até maio de 1982 foram exportados apenas 2.415 tratores, contra 4.057 em igual período de 1981.

Outro aspecto da exportação brasileira de tratores é a diversificação de mercado. Em 1981, foram exportados tratores para 65 países, totalizando aproximadamente 214,4 milhões de dólares-FOB. Os vinte maiores países importadores responderam por 86,4% do valor total exportado e por 80,0% da quantidade. O preço médio de exportação do trator agrícola de 4 rodas foi de US\$10.683,56 e o do trator de esteira, de US\$58.452,36. Pode-se afirmar, baseado nos bons resultados obtidos pela exportação brasileira de tratores nos últimos anos, que a indústria nacional atingiu alto padrão de qualidade, confirmado por importadores como os Estados Unidos e Japão.

Uma indicação do poder de compra da agricultura é dada pela quantidade de produto agrícola necessária para adquirir uma dada quantidade de insumo. No caso de trator, observou-se uma piora substancial entre os anos de 1980 e 1981; assim, por exemplo, para o arroz eram necessários 442sc.60kg para adquirir um trator de 44HP em 1980, passando em 1981 para 888sc.60kg. Fato semelhante ocorreu para a soja, em que a quantidade necessária passou de 687sc.60kg em 1980 para 935sc.60kg no ano seguinte (quadro 52).

De modo geral, tem-se observado uma diminuição dos preços reais recebidos pelos agricultores e uma elevação dos preços reais dos insumos adquiridos fora do setor agrícola. Desta forma, todos os fatores assinalados levam a crer que haverá uma diminuição da utilização de insumos pela agricultura brasileira, principalmente de bens de investimento, como tratores, que contam com condições ainda mais rigorosas de crédito rural, em termos de taxas de juros e de volume de recursos disponíveis.

(IEA, 12/07/82)

QUADRO 46 - Produção da Indústria Brasileira de Tratores, 1969-82

Ano	Trator de 4 rodas		Trator de esteira		Cultivador motorizado ⁽¹⁾		Total produzido	Índice ⁽²⁾
	Produção	Índice ⁽²⁾	Produção	Índice ⁽²⁾	Produção	Índice ⁽²⁾		
1969	9.548	100	91	100	2.281	100	11.920	100
1970	14.048	147	185	203	2.474	108	16.707	140
1971	22.122	232	770	846	2.556	112	25.448	213
1972	29.142	305	1.282	1.409	3.773	165	34.197	287
1973	37.170	389	1.961	2.155	5.080	223	44.211	371
1974	43.810	459	2.415	2.654	5.659	248	51.884	435
1975	57.041	597	3.925	4.313	5.330	234	66.296	556
1976	63.161	661	3.850	4.231	4.684	205	71.695	601
1977	50.390	528	2.867	3.150	5.380	236	58.637	492
1978	48.668	510	2.996	3.292	3.270	143	54.934	461
1979	55.268	579	3.190	3.505	5.372	235	63.830	535
1980	58.812	616	4.285	6.896	6.896	302	69.993	587
1981	39.059	409	3.133	3.443	4.548	199	46.740	392
1982 ⁽³⁾	11.854	...	901	...	2.588	...	15.343	...

⁽¹⁾ Inclusive microtrator de 4 rodas.

⁽²⁾ Índice simples 1969=100.

⁽³⁾ Acumulado até maio de 1982.

Fonte: Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) e Associação Nacional para Difusão da Mecanização Agrícola (ANAGRI).

QUADRO 47. - Evolução do Preço de Trator, Estado de São Paulo, 1969-82⁽¹⁾

Ano	Preço corrente (Cr\$)	Preço real ⁽²⁾ (Cr\$)	Índice corrente (1969=100)	Índice real ⁽³⁾ (1969=100)
1969	19.102,00	1.105.685,41	100,0	100,0
1970	19.120,00	922.618,94	100,1	83,4
1971	21.900,00	878.164,83	114,6	79,4
1972	24.786,00	847.317,63	129,8	76,6
1973	26.439,00	786.566,63	138,4	71,1
1974	29.662,00	685.731,61	155,3	62,0
1975	39.280,00	705.853,43	205,6	63,8
1976	61.689,00	789.633,42	322,9	71,4
1977	92.660,83	831.445,63	485,1	75,2
1978	138.957,50	898.965,86	727,4	81,3
1979	207.065,50	870.257,12	1.084,0	78,7
1980	344.713,25	723.534,97	1.804,6	65,4
1981	887.979,08	887.979,08	4.648,6	80,3
1982 ⁽⁴⁾	1.489.874,00	949.814,52	7.799,6	85,9

⁽¹⁾ Tomou-se como referência a média de preços básicos (sem acessórios) do trator de 44HP, posto fábrica, isento de ICM e IPI. É repassado ao comprador o valor de frete e seguro.

⁽²⁾ Em cruzeiro de 1981, corrigido pelo índice "2" de Conjuntura Econômica.

⁽³⁾ Índice simples, 1969=100.

⁽⁴⁾ Média dos cinco primeiros meses.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 48.- Evolução do Preço de Tratores⁽¹⁾, por Tipo, Estado de São Paulo, 1977/82

(Cr\$/unidade)

Ano	Trator 61HP a 2.000 rpm		Trator 100HP a 2.200 rpm		Trator 105HP a 2.200 rpm		Trator esteira AD7B	
	Corrente (Cr\$)	Real ⁽²⁾ (Cr\$)	Corrente (Cr\$)	Real ⁽²⁾ (Cr\$)	Corrente (Cr\$)	Real ⁽²⁾ (Cr\$)	Corrente (Cr\$)	Real ⁽²⁾ (Cr\$)
1977	97.819,00	1.574.290,08	153.025,00	2.462.770,42	493.283,00	7.938.851,71
1978	163.873,00	1.952.758,19	261.205,00	3.112.594,53	236.400,00	2.817.010,96	828.917,00	9.877.615,36
1979	258.279,00	2.115.638,45	357.041,00	2.924.626,73	293.918,00	2.407.567,87	1.026.108,00	8.405.149,22
1980	349.651,00	1.471.327,56	452.974,00	1.906.109,61	463.970,00	1.952.380,66	1.666.429,00	7.012.314,90
1981	967.957,00	1.849.194,73	1.506.842,00	2.878.686,02	1.618.085,00	3.091.205,76	4.951.061,00	9.458.556,44
1982	2.228.000,00	2.228.000,00	3.445.000,00	3.445.000,00	3.389.804,00	9.389.804,00	9.383.822,00	9.383.822,00

⁽¹⁾ Informações referentes a maio de cada ano.

⁽²⁾ Valores em cruzeiro de maio de 1982, corrigido pelo índice "2" de Conjuntura Econômica.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 49- Contratos e Valor dos Financiamentos para Investimentos em Tratores⁽¹⁾, São Paulo e Brasil, 1977-81

Ano	São Paulo			Brasil			Participação percentual	
	Número de contratos (a)	Valor (Cr\$1.000)		Número de contratos (c)	Valor (Cr\$1.000)		(a/c)	(b/d)
		Corrente	Real ⁽²⁾ (b)		Corrente	Real ⁽²⁾ (d)		
1977	13.993	1.698.955	15.244.723	48.727	7.059.810	63.347.675	28,7	24,1
1978	13.424	2.210.357	14.299.591	45.089	8.918.612	57.697.697	29,8	24,8
1979	15.738	3.901.215	16.396.067	57.612	16.307.167	68.535.930	27,3	23,9
1980	10.393	4.425.794	9.289.509	39.357	17.034.047	35.753.568	26,4	26,0
1981 ⁽³⁾	13.315	10.895.419	10.895.419

⁽¹⁾ Para atividade agrícola e pecuária.

⁽²⁾ Em cruzeiro de 1981, corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

⁽³⁾ Informação até setembro de 1981.

Fonte: Banco Central do Brasil. Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 50.- Unidades de Produto Agrícola Necessárias para Adquirir um Trator Leve (44HP), Estado de São Paulo, 1969-81

Ano	Arroz em casca		Milho		Café beneficiado		Soja		Algodão em caroço		Cana-de-açúcar	
	sc.60kg	Índice	sc.60kg	Índice	sc.60kg	Índice	sc.60kg	Índice	15kg	Índice	1.000kg	Índice
1969	834	100	1.717	100	187	100	928	100	2.337	100	1.061	100
1970	881	106	1.698	99	131	70	754	81	2.021	86	955	90
1971	524	63	1.531	89	162	87	684	74	1.537	66	894	84
1972	518	62	1.475	86	116	62	681	73	1.449	62	850	80
1973	499	60	979	57	91	49	456	49	1.125	48	750	71
1974	362	43	927	54	89	48	443	48	847	36	514	48
1975	302	36	818	48	67	36	473	51	1.091	47	488	46
1976	617	74	1.064	62	41	22	561	60	771	33	536	51
1977	598	72	1.363	79	37	20	545	59	1.053	45	552	52
1978	556	67	1.054	61	73	39	648	70	1.148	49	668	63
1979	481	58	1.062	62	65	35	584	63	1.218	52	607	57
1980	442	53	1.173	68	66	35	687	74	1.201	51	427	40
1981	888	106	1.366	80	93	50	935	101	1.480	63	613	58

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 51 - Preparo do Terreno por Empreitada ⁽¹⁾, Estado de São Paulo, 1978-81

(em Cr\$/ha)

Ano	Aração				Gradeação			
	Com trator		Com burro		Com trator		Com burro	
	Corrente	Real (²)	Corrente	Real (²)	Corrente	Real (²)	Corrente	Real (²)
1978	479,80	3.412,59	435,90	3.100,35	233,50	1.160,77	182,78	1.300,03
1979	961,90	4.081,05	748,90	3.177,36	470,65	1.996,83	367,70	1.560,04
1980	2.100,00	4.182,06	1.600,00	3.186,33	1.100,00	2.190,60	700,00	1.394,02
1981	4.912,00	4.912,00	3.984,00	3.984,00	2.619,00	2.619,00	1.892,00	1.892,00

(1) Informações referentes a novembro de cada ano.

(2) Em cruzeiro de novembro de 1981 corrigido pelo índice "2" da Conjuntura Econômica.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 52 - Evolução das Exportações Brasileiras de Tratores, 1977-82

Ano	Trator de 4 rodas	Trator de esteira	Cultivador motorizado (1)	Microtrator de 4 rodas	Trator florestal	Outros(2)	Total
1977	4.353	202	123	88	1	353	5.120
1978	5.700	206	149	160	-	788	7.003
1979	6.734	506	210	231	4	844	8.529
1980	8.823	545	357	94	7	1.502	11.328
1981	9.553	410	182	2	...	2.216	12.363
1982(3)	2.280	125	10	2.415

(1) Para horticultura e agricultura.

(2) Incluindo: tratores para semi-reboque, tratores rodoviários (2 rodas), tratores rodoviários (4 rodas), trator escavo-carregador e outros.

(3) Acumulado até maio.

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX) e Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

4 - MERCADO DE PRODUTOS

- ALGODÃO

- Panorama Internacional

A produção mundial prevista pelo Comitê Consultivo de Algodão deverá situar-se em 71,0 milhões de fardos em 1981/82, superior em 5,5 milhões à do ano anterior. Esse incremento deveu-se tanto ao acréscimo de 4,8% na produtividade mundial, que passou de 439kg/ha para 460kg/ha, como ao aumento da área plantada, de 3,0%, atingindo 33,4 milhões de hectares.

A grande safra estadunidense, estimada em 15,8 milhões de fardos, superior em 4,6 milhões de fardos à de 1980/81, a maior dos últimos 30 anos, foi a principal responsável pelo aumento na produção mundial. Tal safra foi motivada pelo elevado rendimento de 613kg/ha, superior em 26,7% ao da atípica safra 1980/81. Outros países, como a China e a Índia, também apresentaram elevação na sua produção; na China, devido principalmente à utilização de variedades mais produtivas, é esperada elevação de 800 mil fardos em relação à anterior, devendo atingir 13,3 milhões de unidades; a Índia deverá apresentar elevação para 6,5 milhões de fardos na sua produção, superior em 500 mil à da safra anterior. Já na União Soviética a produção deverá ser 3,0% inferior à da safra 1980/81, com 13,8 milhões de fardos.

O aumento na produção mundial não deverá ser acompanhado por elevação no consumo, que deverá situar-se no mesmo nível da safra passada, em torno de 66,3 milhões de fardos. Nos Estados Unidos e países ocidentais mais desenvolvidos, a retração no consumo de têxteis, em decorrência da crise econômica mundial, deverá persistir; nos Estados Unidos o consumo de pluma em 1981/82 apresentou declínio de 13,0%, devendo situar-se em 5,4 milhões de fardos, e na Europa Ocidental deverá ocorrer declínio de 200 mil fardos, comparativamente aos 5,7 milhões consumidos em 1980/81. Também é esperada acentuada redução no consumo de fios pelas fiandeiras do Japão, Coreia, Taiwan e Hong-Kong.

O consumo de fibras artificiais também tem declinado, notadamente na Europa Ocidental. No Reino Unido, comparativamente a 1981, a demanda dessas fibras apresentou redução de 12,0%, situando-se em 395 mil toneladas. Até 1983, essa demanda poderá declinar ainda mais 10%, caso persistam as condições atuais de crise. No Japão as máquinas estiveram subutilizadas, e em Hong-Kong houve declínio de 20% no número de fusos, tendo parte de sua indústria têxtil se trasladado para a República da China, que oferece maiores incentivos à produção e

mão-de-obra mais barata. Nos Estados Unidos o consumo de fibras artificiais também tem de clinado bastante, sendo que o consumo médio diário de janeiro de 1982, de 2.950,2 toneladas, foi inferior em 23,6% ao de igual período do ano anterior.

Espera-se elevação no consumo de algodão na China, que deverá situar-se em 16,0 milhões de fardos, sendo esse País responsável por mais da metade do aumento no consumo mundial de algodão, excluindo o dos Estados Unidos.

Até 1º de agosto de 1982 são esperados 4,5 milhões de fardos a mais nos estoques mundiais, comparativamente a igual data do ano anterior, devendo chegar a 26,3 milhões, principalmente devido ao grande aumento dos estoques estadunidenses, que deverão atingir 6,2 milhões de fardos, mais do dobro do existente nesta data, no ano anterior.

Em decorrência da maior disponibilidade do produto no mercado internacional, os preços da pluma, em 1981, apresentaram-se inferiores em 11,1% aos de 1980, tendo essa tendência declinante de preço persistido em 1982 até julho, o mesmo ocorrendo com o poliéster principal fibra artificial concorrente do algodão. Porém, em 1980, enquanto o algodão apresentuou declínio de preços de 31,7%, o preço do poliéster apresentou-se praticamente constante. O maior declínio do preço de pluma em 1982 proporciona maior competitividade ao algodão no mercado internacional (quadro 53).

A retração da demanda de têxteis e a contínua elevação no custo de manutenção dos estoques estão restringindo o comércio internacional de algodão em pluma, que dificilmente atingirá os 20 milhões de fardos transacionados na temporada passada.

As perspectivas para a safra 1982/83 são de decréscimo na área cultivada, devido aos baixos preços praticados na safra anterior e retração na demanda. Em muitos países produtores têm ocorrido problemas na obtenção de mão-de-obra para colheita e de crédito rural. Nos Estados Unidos, é esperada redução de 15% na área plantada, que deverá situar-se em torno de 5,3 milhões de hectares. A produção mundial deverá atingir cerca de 67,5 milhões de fardos, inferior em 4,9% à produção obtida em 1981/82.

- Situação Interna

Apesar de perspectivas desfavoráveis, houve elevação de 5,9% na área cultivada com algodão no Estado de São Paulo, em 1981/82, que se situou em 310,5 mil hectares (quadro 54). Maior lucratividade relativa a outras culturas e arrefecimento da expansão da cultura da cana-de-açúcar parecem explicar essa expansão, que ocorreu mais acentuadamente nas DIRAs de Presidente Prudente e São José do Rio Preto, sendo menor nas tradicionais DIRAs de Campinas e Ribeirão Preto, de onde provém a maior parte da produção paulista. Essa expansão de área não foi acompanhada por elevação na produção, que, comparativamente à safra 1980/81, foi 14,8% inferior, situando-se em 471,0 mil toneladas, equivalentes a 165,0 mil toneladas de pluma. O excesso de chuvas na época de colheita foi responsável pelo declínio de 19,5% na produtividade, que se situou em 1.517kg/ha, e pela qualidade inferior da fibra. O tipo médio de algodão, classificado na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, no primeiro semestre de 1982 foi 6,42, inferior ao de igual período de 1981, 6,08, sendo esperado excedente de produção de tipos baixos.

Esse declínio na produção de 1981/82 não chegará a comprometer o abastecimento interno do País, devendo haver, segundo fontes do setor privado, excedente de 100 mil toneladas, apesar de perspectivas de elevação no consumo. Do total de fibras consumidas no País

em 1981, as naturais superaram largamente as artificiais e sintéticas, representando 75,1% do total (quadro 55). O algodão é a fibra mais importante, com 61,3% do consumo total. Quanto às sintéticas, o poliéster é o mais procurado, representando 9,9% do consumo total de fibras. Enquanto o consumo de algodão teve incremento de 22,6% entre os anos 1977 e 1981, o do poliéster apresentou-se praticamente inalterado, evidenciando maior competitividade do algodão.

A crise que afeta o parque têxtil nacional parece estar diminuindo de intensidade, evidenciada pela quantidade de pluma comercializada no disponível na Bolsa de Mercadorias de São Paulo. No período de janeiro a junho de 1982, seu total foi de 226.901,7t superior em 35,7% a igual período do ano anterior, indicando recuperação desse importante setor industrial. Foi renegociado o Novo Acordo Multifibras, que regulamenta o comércio internacional de têxteis, possibilitando ao Brasil aumentar suas exportações em até 6,0% ao ano, até 1986, data de expiração desse acordo. O país que não tiver conseguido preencher sua quota para determinado item teria nova quota baseada em aumento de 10% sobre o que foi efetivamente exportado.

Os preços recebidos pelos produtores de algodão nos últimos anos mostraram-se declinantes, notadamente em 1982, quando o preço médio real situou-se em Cr\$628,39/arroba, inferior em 17,2% aos do ano anterior, gerando insatisfação aos cotonicultores (quadro 56). O padrão normal de variação nos preços recebidos pelos agricultores de algodão pode ser visto na figura 1.

Os preços da pluma no mercado interno, acham-se superiores em 20% aos praticados no mercado internacional, mesmo estando isentos de ICM até dezembro de 1982. No final de junho de 1982, enquanto o preço do algodão em pluma, tipo 5, no mercado interno situou-se em Cr\$3.550,00/arroba, o preço no exterior achava-se em torno de Cr\$2.800,00/arroba, havendo necessidade de subsídios para exportação. A CFP decidiu subsidiar a exportação inicial de 10

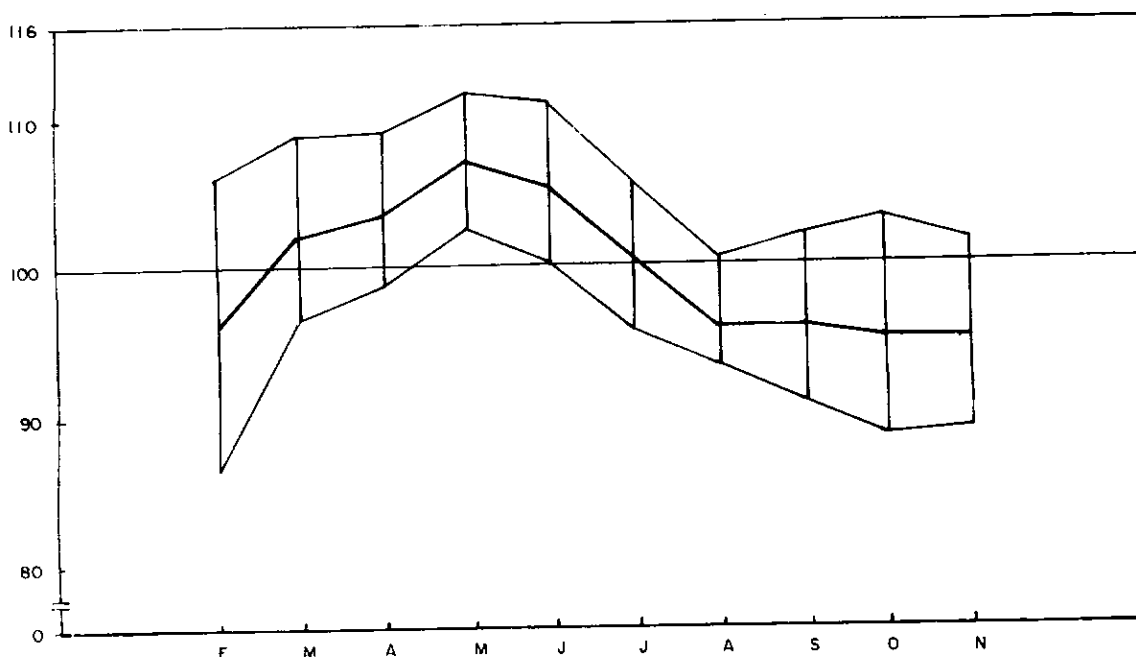


FIGURA 1. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Agricultores, Algodão em Caropó, Estado de São Paulo, 1971-80.

mil toneladas, com a finalidade de enxugar o mercado, antes da comercialização da produção nordestina, que viria a achatá-la ainda mais os preços no mercado interno. As cotações internacionais de pluma poderão apresentar alguma recuperação, decorrente da expectativa da menor safra estadunidense e perspectivas de estabilidade ou até queda das taxas de juros no exterior, possibilitando assim viabilidade de maior exportação de pluma.

Os VBCs recém-divulgados não se mostraram muito estimulantes ao plantio de algodão na safra 1982/83, pois enquanto o aumento nesse crédito de custeio para o total das culturas no Estado foi de 88,4%, o VBC para o algodão elevou-se em 79,2%. Porém, esse aumento nos níveis do VBC foi superior ao dos custos de produção, que apresentaram elevação média de 76,8%. As relações VBC/custo operacional também apresentaram-se mais favoráveis nessa safra a ser iniciada. Na região de Araçatuba, esse percentual passou de 54,1%, em 1981/82, para 62,2% em 1982/83, enquanto em Campinas essa participação passou de 59,9% para 68,8%, considerando-se em ambas as regiões a utilização de tração mecanizada.

Porém, os preços recebidos pelo produtor em 1981/82 situaram-se em torno de Cr\$1.016,15/arroba, inferiores ao custo médio de produção, estimado em Cr\$1.044,87/arroba, estando o preço mínimo em Cr\$958,05/arroba, também inferior ao custo de produção, fatores esses que poderão causar desestímulo ao plantio da safra 1982/83.

(IEA, 27/07/82)

QUADRO 53. - Evolução Mensal dos Preços Índice A ⁽¹⁾, do Algodão (CIF - Liverpool) e do Poliéster (Merca do Estadunidense) no Período 1980-82

(em cents/libra-peso)

Mês	1980		1981		1982 ⁽²⁾	
	Índice A	Poliéster	Índice A	Poliéster	Índice A	Poliéster
Jan.	88,72	66,00	99,30	79,83	69,98	81,00
Fev.	97,05	66,00	97,60	83,67	69,97	81,00
Mar.	93,54	73,00	91,14	84,08	70,44	81,00
Abr.	90,56	73,00	88,52	84,00	71,00	81,00
Mai.	88,40	73,00	87,64	84,25
Jun.	84,14	73,00	87,14	84,50
Jul.	88,87	78,00	86,10	84,50
Ago.	96,38	78,00	80,72	84,50
Set.	100,63	78,00	76,99	84,50
Out.	98,69	78,00	74,96	84,00
Nov.	98,03	78,00	72,01	81,00
Dez.	99,16	78,00	67,75	80,00
Média	93,68	74,33	84,16	83,24	70,35	81,00

⁽¹⁾ Média dos cinco menores preços das fibras de algodão SM 1-1/16", até julho de 1981; a partir de agosto, refere-se ao tipo M 1-3/32".

⁽²⁾ Preliminar.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA)/Cotton Outlook.

QUADRO 54. - Área Plantada, Produção e Rendimento da Cultura do Algodão, Estado de São Paulo, 1975/76 a 1981/82

Ano agrícola	Área (1.000ha)	Produção ⁽¹⁾ (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
1975/76	223,3	332,4	1.489
1976/77	300,1	483,8	1.612
1977/78	345,1	358,5	1.039
1978/79	283,6	507,3	1.789
1979/80	256,3	467,0	1.822
1980/81	293,1	552,6	1.885
1981/82 ⁽²⁾	301,5	471,0	1.562

⁽¹⁾ Algodão em caroço.

⁽²⁾ Estimativa.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 55. - Evolução do Consumo de Fibras Têxteis no Brasil, 1977/81 (1)

(em 1.000 toneladas)

Ano	Naturais					Artificiais			Sintéticos				Total geral		
	Algodão	Lã lavada	Linho/rami	Seda (fio)	Juta	Total	Acetato	Viscose	Total	Nylon	Poliéster	Acrílico		Outras (2)	Total
1977	452,6	11,1	13,5	0,26	85,3	562,8	6,3	43,2	49,5	75,9	87,2	18,8	33,0	214,9	827,2
1978	510,0	13,7	8,9	0,30	75,0	607,9	4,3	41,1	45,4	74,0	91,9	18,4	40,5	224,8	878,1
1979	552,5	16,6	15,8	0,43	97,5	682,8	3,3	45,3	48,6	82,7	111,1	26,0	...	219,8	951,2
1980	572,4	18,4	18,3	0,44	109,7	719,2	4,6	44,2	48,8	90,8	121,1	28,5	...	240,4	1.008,4
1981	554,8	16,3	14,1	0,36	94,0	679,6	3,0	39,1	42,1	70,0	89,7	23,4	...	183,1	904,8

(1) Fibras não consideradas por indisponibilidade de dados : guaxima, sisal, tucum e caroã.

(2) Olefínicas e elastômeros (Lycra).

Fonte: Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral, no Estado de São Paulo.

QUADRO 56 . - Preços Médios de Algodão em Carvão Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, 1978-82

Mês	1978		1979		1980		1981		1982	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	88,60	683,00	148,70	806,22	213,30	636,70	629,40	890,79	800,00	581,60
Fev.	95,20	709,50	161,80	845,57	237,00	678,77	637,60	831,81	951,40	647,24
Mar.	105,80	763,75	166,30	821,70	275,40	740,08	632,80	768,98	1.009,90	640,78
Abr.	120,30	840,04	164,70	784,00	289,50	735,88	607,90	700,42	1.041,00	626,89
Mai.	121,20	798,48	160,70	747,51	293,90	702,30	579,50	628,70	1.062,30	602,86
Jun.	120,30	785,63	160,40	721,08	305,90	690,54	580,30	602,64
Jul.	118,10	749,97	164,10	706,89	315,60	656,89	577,40	570,64
Ago.	120,60	745,79	170,00	692,10	349,90	681,19	596,00	551,90
Set.	121,90	735,08	181,80	687,15	363,00	672,67	614,10	541,21
Out.	125,30	734,37	196,90	707,28	412,20	707,99	643,90	543,84
Nov.	129,30	737,58	198,30	674,76	434,00	693,18	666,20	534,29
Dez.	134,70	756,84	200,20	634,77	506,80	764,31	747,90	577,90
Média ⁽²⁾	120,90	851,84	159,42	778,70	270,00	704,43	622,28	736,59	1.016,15	628,39

⁽¹⁾ Preços corrigidos pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica, em cruzeiro de 1981.

⁽²⁾ Ponderada pelas entradas nas usinas de beneficiamento no período de fevereiro a maio, exceto para 1982, quando foi calculada a média aritmética simples desses meses.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- ALHO

O Brasil é hoje o segundo maior consumidor mundial de alho, com uma demanda aproximada de 60 mil toneladas por ano, ao passo que sua produção interna líquida (produção menos semente, perdas e parcela industrializada, estimada em 46.793t para 1982) vem crescendo gradativamente e conforme o Plano Nacional do Alho.

Com produtividade em torno de 4.000kg/ha (e com potencial para chegar até 5.000kg), o cultivo tem oferecido receitas de Cr\$1 milhão a Cr\$1,6 milhão por hectare.

Em quase todos os Estados, a produção brasileira de alho tem apresentado resultados satisfatórios, que podem ser atribuídos ao favorecimento do clima, à alta rentabilidade do produto e à política do Plano Nacional do Alho. Este Plano, além de reduzir as importações (via contingenciamento e quotas) ao nível interno, visa promover o desenvolvimento da produção através, entre outras medidas, de previsão de demanda de novas áreas de plantio, educação do consumidor, política de crédito e pesquisa. O Brasil importa alho de duas regiões, quais sejam: a) Associação Latino-Americana de Integração (ALADI): de fevereiro a julho, alhos provenientes da Argentina, Uruguai, Chile e México; e b) Extra-Zona: 2º semestre, alho de procedência espanhola, chinesa e outras.

Em 1981, registrou-se produção de 46.991t (brutas) colhidas em 12.151ha, resultando em rendimento médio de 3.867kg/ha (quadro 57).

De acordo com a síntese realizada no IV Encontro Nacional de Produção e Comercialização de Alhos, efetuado em São Paulo, de 07 a 09/06/82, a partir de dados fornecidos por CEPAs, EMATERs, Cooperativas, Associações, Comércio e Indústria, a perspectiva para a safra 1982/83 é de manutenção da tendência de aumento substancial da produção, esperando-se uma colheita líquida de 46.793t. Dessa produção, espera-se 50% em alhos nobres e 50% de precoces, distribuída regionalmente da seguinte forma: 18.239t no Sudeste; 12.180t no Sul; 9.464t no Centro-Oeste; e 6.910t no Nordeste (quadro 58).

Verifica-se a liderança da Região Sudeste, a exemplo do que ocorreu na safra 1981/82, sendo que, nesta safra, o Estado de Minas Gerais se apresenta como maior produtor. Na Região Sul, destacam-se os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo que neste último as cooperativas vêm apresentando importante desempenho na atividade. Em terceiro lugar na produção nacional, aparece a Região Centro-Oeste, com o Estado de Goiás apresentando a maior produtividade do País. Finalmente, tem-se a Região Nordeste que, conservando a mesma tendência da safra anterior, tem na Bahia o principal pólo da produção regional.

Também é esperada, de modo geral, uma melhoria da qualidade no produto da Região Sul, e especificamente no da região de Curitiba, em Santa Catarina, que obteve excelente qualidade de alho nobre na safra 1981/ 82 e com perspectiva, para a safra 1982/83, de uma participação acima de 50% de alhos nobres.

No Estado de São Paulo, estima-se produção de 3.133t, plantadas em 649ha, que de verá resultar num rendimento médio de 4.827kg/ha. Desse total, espera-se uma participação percentual de 37% para a região de Campinas e 31% para a de Sorocaba, os 32% restantes distribuído-se pelas outras oito regiões (quadro 59).

Foram utilizadas para plantio as variedades Lavínia, Gigante Lavínia, Chines, Piedade, Cateto Branco, Cateto Roxo, Roxo Gigante, Mineiro, Branco Mineiro, Peruano, Tietê,

Mendonça, Amarante, Centenário e Mexicano. O preço médio da semente oscilou acentuadamente, entre Cr\$600,00 e Cr\$1.000,00/kg, com oferta quantitativa regular e qualitativa fraca.

Espera-se o pico de safra para os meses de agosto e setembro.

Mesmo com o aumento substancial da produção nacional, o Brasil tem necessidade de recorrer ao mercado externo para atender à sua demanda. Desde 1979 tem havido uma diminuição gradativa das importações. Os principais países fornecedores são: Argentina, Espanha, México, Chile, Uruguai, Peru e Bolívia. Neste ano de 1982 está entrando no mercado brasileiro produto originário de Formosa (China).

Em 1979, importaram-se 33.843t de alho, assim distribuídas: da Argentina 22.668t; da Espanha, 7.949t; do México 2.141t; e dos demais países, 1.085t. Em 1980 foram importadas 30.706t, assim distribuídas: da Argentina, 19.807t; da Espanha, 7.361t; do México, 2.877t; e dos demais países mencionados, 661t. Em 1981, a importação totalizou 21.063t.

A partir de 1978, o Brasil começou a exportar o produto na forma de pasta, pó, escamas e flocos. Em 1980, as exportações alcançaram 2.000t. A partir desse ano, também nova forma de consumo do produto foi verificada: utilização em rações para animais, visando melhorar o seu paladar e por funcionar como agente antibiótico.

Os preços mínimos do produto fixados para a safra 1980/81, de Cr\$50,00/kg para o alho curado e Cr\$32,80/kg para o alho meia-cura, foram considerados estimulantes para os produtores por cobrirem os custos de produção e por poderem gerar uma provável expansão da área plantada na safra subsequente. Para a safra 1982/83, os preços mínimos do produto foram fixados em Cr\$240,00/kg para o alho curado nobre, Cr\$163,20/kg para alho meia-cura nobre, Cr\$200,00/kg para alho curado comum e Cr\$136,00/kg para alho meia-cura comum, válidos para todas as unidades da Federação.

De uma maneira geral, o alho tem obtido preços realmente estimulantes nos três níveis de comercialização (produtor, atacado e varejo), em todo o País, fato que explica, em grande parte, a expansão da área plantada nos últimos quatro anos (quadro 60). Por outro lado, são grandes os acréscimos de preços do produto, sem distinção de origem, nos mercados atacadistas e varejistas, primordialmente no período de entressafra, ocasião em que o mercado é totalmente abastecido com produto importado.

Muito embora o Plano Nacional do Alho tenha estabelecido a meta de importação de 17.300t de bulbos (13.900 da ALADI e 3.400 da Extra-Zona), para 1982 resolveu-se liberar as importações da ALADI no período de 01/02 a 30/07 em virtude da pouca disponibilidade do produto e dos altos preços a nível do consumidor.

Foi aprovada pelo Conselho de Política Aduaneira a seguinte política de importação de alho para 1982: a) teto global de 9.000t para os meses de junho, julho e agosto; b) controle das entradas pela CACEX/MF com tetos mensais de 2.700t mais 900t de reserva técnica; c) prazo limite de entrada de alhos importados estabelecido em 31/08/82, sendo que em 15/07/82 a CACEX deverá suspender a emissão de guias; d) comprovação da efetivação de compras com guias liberadas anteriormente para aquisição de novas guias; e e) fixação da alíquota zero para os meses da campanha.

Constitui preocupação alcançar a auto-suficiência do País na produção de alho e, para isso, estabeleceram-se algumas políticas de estímulo à produção. Por outro lado, existem alguns entraves a serem superados para que isso ocorra, tais como: insuficiência de alho semente e conseqüente alta de preço; inexistência de financiamento especial para produção de alho semente nobre e precoce no Nordeste; e não inclusão do alho semente na política de preços mínimos.

(IEA, 16/07/82)

QUADRO 57. - Produção e Produtividade de Alho nos Principais Estados Produtores, Brasil, 1979-82

Estado	1979		1980		1981		1982 ⁽¹⁾	
	Produtividade (t/ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Produção (t)
Piauí	4,8	526	4,2	333	4,6	558
Ceará	4,8	552	3,5	280	3,2	320	4,0	400
Rio Grande do Norte	3,0	42	3,6	88	5,0	375
Paraíba	3,9	145	4,1	214	-	-	3,7	927
Pernambuco	4,1	217	3,3	350	3,4	510	3,6	900
Bahia	2,6	1.341	2,6	1.519	3,4	3.075	3,7	4.834
Minas Gerais	3,9	12.510	4,1	16.519	4,2	15.760
Espírito Santo	4,3	645	4,8	1.034	4,6	1.197
Rio de Janeiro	1,3	64	1,6	81	-	-
São Paulo	2,7	550	3,8	500	4,6	895	4,8 ⁽²⁾	3.133 ⁽²⁾
Paraná	3,4	1.968	3,4	2.686	3,4	2.730
Santa Catarina	3,6	4.724	1,8	6.720	3,1	7.905	4,0	12.000
Rio Grande do Sul	2,9	3.986	2,9	5.165	2,6	5.592	2,9	6.484
Mato Grosso do Sul	3,0	243	3,2	352	-	-	3,1	1.545
Mato Grosso	2,3	26	2,7	33	-	-
Goiás	5,0	3.650	5,8	4.293	5,6	7.259	5,9	13.334
Distrito Federal	2,2	102	3,5	136	5,6	337
Total	3,6	31.291	3,2	40.303	3,8	46.513

(1) Dados preliminares.

(2) 1º levantamento de previsão de safra do IEA-1982.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 58 - Estimativa da Safra de Alho, Brasil, 1982

Região	Número de produtores	Área (ha)	Produção bruta (t)	Reserva de semente (t)	Perdas (t)	Disponibilidade	
						Comércio (t)	Indústria (t)
Nordeste	3.580	2.363	9.320	1.477	933	6.910	...
Centro-Oeste	1.950	3.093	15.750	3.024	3.262	9.464	...
Sudeste	...	5.392	25.980	4.253	2.688	18.239	800
Sul	...	6.248	22.159	4.667	2.941	12.180	2.371
Brasil	...	17.096	73.209	13.421	9.824	46.793	3.171

Fonte: Comissões Estaduais de Planejamento Agropecuário (CEPAs), Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs) e Gerência de Horticultura (MA).

QUADRO 59 - Produção e Produtividade do Alho por DIRAs, no Estado de São Paulo, 1979-82

DIRA	1979		1980		1981		1982 ⁽¹⁾	
	Produtividade (t/ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Produção (t)
São Paulo	3,1	19	3,0	3	-	-	6,2	253
Vale do Paraíba	3,0	21	4,0	12	2,4	29	2,4	29
Sorocaba	2,5	72	3,1	67	4,1	350	5,4	984
Campinas	2,8	172	3,9	169	4,2	458	5,0	1.158
Ribeirão Preto	2,0	64	3,0	36	3,0	30	5,6	135
Baurú	4,2	34	5,1	36	4,7	127	4,5	100
São José do Rio Preto	2,8	127	4,3	135	2,7	39	3,7	110
Araçatuba	2,7	39	3,8	42	3,0	3	3,4	229
Presidente Prudente	2,0	2	-	-	1,3	37	3,2	114
Marília	-	-	-	-	2,9	32	3,0	21
Estado de São Paulo	2,7	550	3,8	500	3,7	1.105	4,8	3.133

(¹) Primeiro levantamento de previsão de safras do IEA-CATI 1982.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 60. - Preços Médios Mensais Correntes e Reais⁽¹⁾ de Alho Recebidos pelos Produtores, no Atacado e no Varejo na Capital, Estado de São Paulo, 1979-82

(em Cr\$/kg) (continua)

Mês	1979						1980					
	Produtor		Atacado		Varejo		Produtor		Atacado		Varejo	
	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real
Jan.	28,95	156,96	24,31	131,80	107,20	581,22	41,66	124,36	85,71	255,84	191,06	570,31
Fev.	28,90	148,94	25,00	130,65	96,80	505,98	52,50	150,36	176,86	506,53
Mar.	30,50	150,70	25,00	123,53	96,33	475,98	46,25	124,29	174,20	468,13
Abr.	32,75	155,90	25,00	119,01	94,06	447,74	50,00	127,10	165,86	421,60
Mai.	35,00	162,81	25,00	116,29	91,53	425,76	70,00	167,27	178,40	426,30
Jun.	34,75	156,22	25,00	112,39	82,73	371,91	70,63	159,44	211,53	477,51
Jul.	24,00	103,38	83,33	358,96	60,00	124,88	209,40	435,85
Ago.	34,69	141,23	89,06	362,58	77,50	150,88	105,00	204,41	225,46	438,93
Set.	37,81	142,91	45,00	170,09	98,86	373,66	80,00	147,92	122,27	226,08	249,13	460,64
Out.	35,95	129,14	45,78	164,45	107,20	385,07	100,00	171,76	124,28	213,46	274,80	472,00
Nov.	34,81	118,45	59,28	201,71	142,20	483,86	100,00	159,72	163,00	260,34	304,93	487,03
Dez.	36,67	116,27	91,78	291,01	195,46	619,75	106,67	160,87	126,07	190,13	334,00	503,71

(¹) Preços corrigidos pelo índice "2" da "Conjuntura Econômica" (Base 1981=100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA), Comissão de Financiamento da Produção (CFP), Sistema Nacional de Informação de Mercado Agrícola (SIMA) e Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

QUADRO 60 . - Preços Médios Mensais Correntes e Reais⁽¹⁾ de Alho Recebidos pelos Produtores, no Atacado e no Varejo na Capital, Estado de São Paulo, 1979-82

Mês	(Cr\$/kg)						(conclusão)					
	1981						1982					
	Produtor		Atacado		Varejo		Produtor		Atacado		Varejo	
	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real
Jan.	134,16	189,88	140,00	198,14	453,33	641,60	381,11	277,07	522,36	379,76	1.251,66	909,96
Fev.	170,83	222,86	211,50	275,92	519,40	677,61	500,00	340,15	571,47	388,77	1.291,33	878,49
Mar.	190,84	231,91	195,66	237,77	497,26	604,27	561,25	356,11	550,00	348,98	1.336,66	848,11
Abr.	202,67	233,52	202,00	232,74	502,00	578,40	1.506,66	907,31
Mai.	223,33	242,29	123,70	134,20	534,46	579,84	1.839,00	1.043,82
Jun.	240,00	249,24	139,00	144,35	672,13	698,01
Jul.	338,73	334,77	145,00	143,30	814,53	805,00
Ago.	329,17	304,81	340,00	314,84	928,93	860,19
Set.	321,67	283,49	364,70	321,41	856,26	754,62
Out.	340,00	287,16	346,40	292,57	908,33	767,18
Nov.	342,22	274,46	335,00	268,67	983,93	789,11
Dez.	350,00	270,45	348,42	269,22	1.025,60	792,48

(¹) Preços corrigidos pelo índice "2" da "Conjuntura Econômica" (Base 1981=100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA), Comissão de Financiamento da Produção (CFP), Sistema Nacional de Informação de Mercado Agrícola (SIMA) e Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

- ARROZ

- Panorama Internacional

A produção mundial de arroz beneficiado na safra 1981/82 foi estimada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em março p.p., em 275,3 milhões de toneladas (equivalente a 418,4 milhões de toneladas em casca), o que representa aumento de 3,6%, em relação à safra anterior, e novo recorde. Estados Unidos, Tailândia e outros grandes exportadores tiveram produções recordes. Os maiores importadores, como a Indonésia e a Coreia do Sul, também obtiveram boas colheitas.

O consumo mundial estimado para o período-safra 1981/82 pelo USDA é de 274,8 milhões de toneladas de arroz beneficiado, com crescimento de 3,3% em relação ao período anterior. O estoque final da mesma safra, de 25,1 milhões de toneladas, corresponde a 9,1% do consumo no período. O comércio mundial deve cair em 1981/82, interrompendo a tendência de aumento que vinha ocorrendo desde 1977/78, passando de 13,0 milhões de toneladas do período anterior para 12,1 milhões de toneladas, face ao enfraquecimento da demanda de países importadores. Segundo o USDA, as exportações tailandesas podem cair apenas levemente, de modo a ultrapassar as dos EUA quanto ao volume de transação em 1982.

Os preços internacionais do arroz prosseguiram em alta em 1981. Com efeito, em bases anuais, o Índice FAO de preços de exportação de arroz de grãos curtos sofreu elevação de 16,2% de 1980 para 1981, alcançando o nível de 400,3, superando o recorde anterior de 363,5 em 1974. O Índice FAO de preços de exportação para arroz de grãos longos e médios apresentou acréscimo de 7,0% nesse período, atingindo o nível de 333,7, inferior ao recorde, de 379,9, alcançado em 1974. Estes indicadores refletem a maior pressão, sobre a demanda, dos países asiáticos, consumidores tradicionais de arroz de grãos curtos. O preço médio do arroz branco da Tailândia, com 5% de quebrado, em 1981, foi de US\$484,00/t-FOB Bangkok, superando em 11,8% o ano anterior. Em bases mensais, após o nível máximo de 535 dólares em julho de 1981, o preço declinou sucessivamente, tendo atingido US\$324 em fevereiro p.p.

- Situação Interna

A produção brasileira de arroz em casca da safra 1981/82 foi estimada pelo IBGE, em abril p.p., em 9.476,4 mil toneladas, o que corresponde a um acréscimo de 16,7% em relação à colheita anterior. Este desempenho se deve principalmente ao Estado do Maranhão, segundo maior produtor nacional, cujo crescimento de área (16,5%) e de rendimento (95,1%), resultam na maior contribuição relativa (aumento de 127,5%) e absoluta (920 mil toneladas) à produção nacional.

A Região Centro-Sul deve colher 7.293,2 mil toneladas, ou seja, 5,7% a mais que em 1980/81, graças à melhoria dos níveis de rendimento (12,1%), porquanto a área plantada

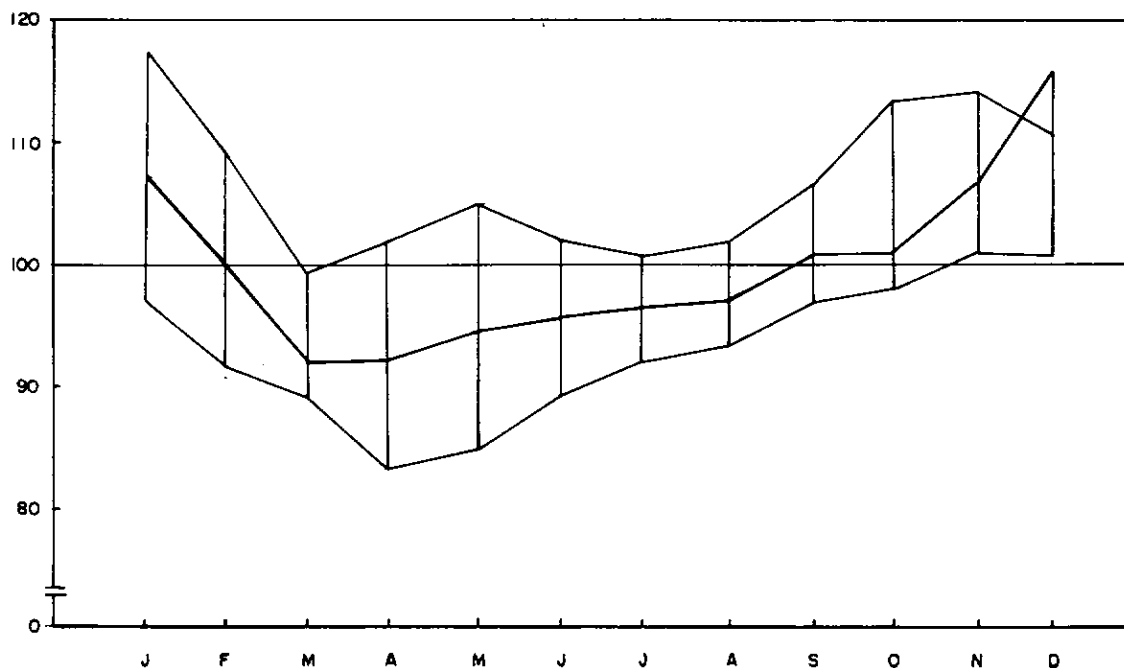


FIGURA 2. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Agricultores, Arroz em Casca, Estado de São Paulo, 1971-80.

sofreu redução (-5,7%). Esta retração se deve ao desestímulo provocado pelos baixos preços recebidos pelos agricultores e ao desempenho da produção.

De acordo com o levantamento da safra, realizado pelo IEA em abril p.p., a área cultivada em 1981/82 no Estado de São Paulo é estimada em 309 mil hectares, praticamente igual às dos últimos três anos. Pode-se, então, inferir que provavelmente tenha-se alcançado uma certa estabilidade desse cultivo no Estado, representada por culturas de subsistência ou de importância secundária na maioria das regiões paulistas e por atividades de reduzida flexibilidade nas alternativas de produção, como as culturas de arroz irrigado.

A produção estimada é de 498 mil toneladas, 31,1% superior à da safra de 1980/81, graças ao bom rendimento agrícola, de 1.612kg/ha (quadro 61).

Como há tempos a fronteira agrícola no Estado atingiu o limite territorial, as alterações da área cultivada com arroz estão intimamente relacionadas com variações da área ocupada com outras culturas. Nesse sentido, provavelmente as substanciais alterações de área plantada com arroz na DIRAs de Campinas (redução de 12.600ha) e de Ribeirão Preto (acréscimo de 13.800ha) no último ano agrícola se relacionam com as variações, em sentido contrário, da área cultivada com outras culturas. Com efeito, na DIRA de Campinas, a área da soja cresceu 10.800ha e na de Ribeirão Preto decresceu 75.200ha. Particularmente nessa última região, o arroz sofreu séria concorrência do milho, cujo acréscimo de área plantada (74.300ha) foi, em montante, semelhante ao da área desocupada pela soja.

Os preços recebidos pelos agricultores em 1981/82, pelos dados disponíveis do IEA até maio p.p., indicam uma melhoria em relação ao ano anterior, mas não o suficiente para voltar ao nível alcançado há dois anos. Comparando-se as médias do bimestre abril-maio, em termos reais, os preços de 1982 superaram os de 1981 em 24,8% e se retraíram de

7,9% em comparação com os de 1980 (quadro 62). Constatase que em todo o período 1978-80 os preços estiveram em níveis superiores aos da safra 1981/82. Medidos em termos relativos, como, por exemplo, em comparação com os preços de fertilizantes químicos, os de arroz evoluíram favoravelmente ao agricultor na última safra, ao contrário do ocorrido em 1980/81.

Multiplicando-se o preço médio real do bimestre abril-maio de 1982 (Cr\$1.396,32) pelo rendimento médio da cultura (26,9sc.60kg, em casca, por hectare), obtém-se a receita bruta média de Cr\$37.561,00 que, comparada aos valores de 1980/81 (Cr\$22.492,00) e 1979/80 (Cr\$35.458,00), mostra recuperação da perda ocorrida no ano passado (-36,6%). Em termos líquidos, relativamente a um importante insumo como o fertilizante, conforme salientado anteriormente, houve melhoria da posição do arroz. Assim, considerando-se os preços de abril-maio, para se adquirir 10 toneladas de fertilizantes em 1982 necessitava-se de 153 sacas de arroz em casca, enquanto em 1981 eram necessárias 225 sacas.

O abastecimento nacional em 1982 deverá transcorrer normalmente, uma vez que além da produção (9,5 milhões de toneladas de arroz em casca) superar as necessidades do consumo interno (9,2 milhões de toneladas), há um "carry-over" aproximado de 1,7 milhão de toneladas, de acordo com a Comissão de Financiamento da Produção (CFP). Mesmo no ano de 1981, quando a produção foi inferior ao consumo, a situação do abastecimento interno esteve relativamente tranqüila, em função da desova de estoques governamentais. O remanescente do arroz importado foi praticamente todo absorvido pelo mercado em leilões promovidos pela CFP no decorrer do primeiro trimestre de 1982.

O fluxo da mercadoria das zonas produtoras aos principais centros de consumo, a exemplo dos últimos anos, transcorre lentamente, em razão da política de compra adotada pelos agentes intermediários. Esses comerciantes têm usado a estratégia "da mão para a boca", ou seja, adquirindo mercadoria suficiente apenas para o uso imediato, evitando a formação de grandes estoques. Três motivos principais explicam esse comportamento: a) altas taxas de juro para capital de giro; b) grandes estoques acumulados pelo Governo, permitindo ampla capacidade de intervenção no mercado; e c) gravosidade do arroz nacional no mercado externo, o que inviabiliza exportações e viabiliza eventuais importações.

Atendendo a reivindicações sistemáticas dos produtores de arroz, notadamente do Rio Grande do Sul, o Ministério da Agricultura expediu, em 26/08/81, a Portaria nº 205 (publicada no DOU de 28/08/81), que estabelece novas normas e padrões a serem observados na classificação, embalagem e apresentação do arroz. Em relação à Portaria anterior, de nº 111, destacam-se três alterações como as mais importantes: a) criação da classe longo fino, na qual se enquadra o produto que tenha relação comprimento-largura superior a 3 e espessura máxima de 1,8mm. Essa alteração atende à antiga reivindicação dos orizicultores gaúchos, porquanto o arroz do tipo agulhinha, que representa de 18% a 24% da oferta total no mercado interno, permanecia sem classificação definida pelas normas oficiais anteriores; b) a introdução da tipificação do arroz baseada em valores correspondentes a pontos, tal como a empregada na classificação do café e da pimenta-do-reino; não obstante o maior rigor nas especificações da nova Portaria em relação à anterior, há uma compensação nos percentuais de defeitos para enquadramento nos tipos; e c) o estabelecimento da capacidade unitária da embalagem de arroz beneficiado, para comercialização no atacado, em 50kg de peso líquido de produto. Essa modificação atende a uma recomendação da Organização Internacional do Trabalho, visando tornar mais ameno o trabalho de estiva e desestiva.

Outra antiga reivindicação da classe produtora também foi atendida pelo Ministério da Agricultura, qual seja, a adequação do tipo-base para fixação do preço mínimo do arroz ao padrão mais representativo da produção nacional. Assim, de acordo com o Decreto Federal nº 86.388, de 18/09/81, o preço mínimo para o arroz da safra 1981/82 tem como base o tipo 3, com rendimento de 40% de inteiros e 28% de quebrados.

As perspectivas para o plantio da safra 1982/83 ainda não estão definidas; de fato, se por um lado a situação estatística do produto no mercado brasileiro é folgada, não sugerindo, portanto, estímulo de monta para o próximo ano, por outro, há que se atentar para as consequências de uma retratação no plantio e eventual ocorrência de clima adverso durante o ciclo produtivo no abastecimento de 1983. Como se salientou anteriormente, há excedente estimado de 2 milhões de toneladas em casca em 1981/82, correspondendo ao estoque inicial do ano agrícola 1982/83. Este volume cobre cerca de dois meses e meio de consumo.

No Estado de São Paulo, a expectativa é de manutenção da área plantada nos três anos anteriores, em 1982/83, com pequenas variações para mais ou para menos, dependendo do maior ou menor estímulo oficial às culturas concorrentes, como a da soja e a do milho. O impacto de medidas oficiais para o arroz, como reajustes do VBC e do Preço Mínimo, é menor em São Paulo do que nos estados maiores produtores, estimando-se portanto, para 1982/83, estabilidade na área plantada em torno de 310 mil hectares.

(IEA, 14/07/82)

QUADRO 61.- Área, Produção e Rendimento da Cultura do Arroz, Estado de São Paulo, 1979/80, 1980/81 e 1981/82 (1)

DIRA	Área (1.000ha)				Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)		
	1979/80	1980/81	1981/82	Δ%(2)	1979/80	1980/81	1981/82	1979/80	1980/81	1981/82
São Paulo	6,1	7,2	7,3	1,4	6,0	10,2	12,0	984	1.417	1.644
Vale do Paraíba	14,9	15,8	16,8	6,3	29,4	38,7	41,4	1.973	2.449	2.464
Sorocaba	31,6	38,8	39,2	1,0	34,8	53,7	61,2	1.101	1.384	1.561
Campinas	40,5	46,9	34,3	-26,9	64,8	51,3	59,4	1.600	1.094	1.732
Ribeirão Preto	51,2	46,1	59,9	29,9	73,2	61,2	95,4	1.430	1.328	1.593
Bauru	8,1	9,8	11,5	17,3	10,8	9,0	18,0	1.333	918	1.565
São José do Rio Preto	86,8	87,0	75,9	-12,8	127,2	84,6	114,0	1.465	972	1.502
Araçatuba	21,5	20,6	23,3	13,1	31,8	24,9	42,0	1.479	1.209	1.803
Presidente Prudente	8,3	18,5	16,8	-9,2	9,6	22,5	24,0	1.157	1.216	1.429
Marília	25,6	24,3	23,9	-1,6	25,8	23,7	30,6	1.008	975	1.280
Estado	294,6	315,0	308,9	-1,9	413,4	379,8	498,0	1.403	1.206	1.612

(1) Dados preliminares para 1981/82.

(2) Variação percentual de 1981/82 em relação a 1980/81.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

QUADRO 62 . - Preços Médios Mensais de Arroz em Casca Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, 1978-82

(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	1978		1979		1980		1981		1982	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	200,30	1.544,07	327,60	1.776,18	700,50	2.090,99	995,20	1.408,51	2.144,90	1.559,34
Fev.	222,00	1.654,50	320,50	1.674,93	637,80	1.826,66	882,20	1.150,92	2.176,00	1.480,33
Mar.	252,10	1.819,86	324,50	1.603,39	616,80	1.657,53	870,10	1.057,35	2.271,50	1.441,27
Abr.	264,80	1.849,07	340,40	1.620,37	601,70	1.529,46	969,00	1.116,48	2.360,90	1.421,73
Mai.	268,00	1.765,61	352,40	1.639,22	628,20	1.501,15	1.033,80	1.121,57	2.415,30	1.370,92
Jun.	272,00	1.776,32	358,80	1.612,99	674,80	1.523,29	1.077,00	1.118,46
Jul.	275,00	1.746,33	385,70	1.661,48	736,80	1.533,58	1.112,60	1.099,58
Ago.	278,80	1.724,10	431,60	1.757,13	800,20	1.557,83	1.218,00	1.127,87
Set.	285,80	1.723,43	492,80	1.862,64	853,90	1.578,86	1.348,40	1.188,34
Out.	300,20	1.759,44	559,70	2.010,50	939,50	1.613,69	1.518,70	1.282,69
Nov.	315,40	1.799,17	607,20	2.066,12	985,40	1.573,88	1.762,20	1.413,28
Dez.	339,30	1.906,41	661,60	2.097,74	1.000,40	1.508,70	1.984,60	1.533,50

(¹) Preço corrigido em cruzeiro de 1981 pelo Índice "2", de Conjuntura Econômica.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

BATATA

A cultura de batata é conduzida no País sob três esquemas, conhecidos como culturas de inverno, das águas e da seca.

A cultura de inverno, com melhor adaptação em São Paulo, vem crescendo de forma persistente em área, mas principalmente em produção e produtividade, por força da progressiva incorporação de tecnologia capital intensiva e integração, a nível de propriedade, às demais atividades agrícolas (quadro 63).

No ano agrícola que se finda, esta cultura apresentou em São Paulo área plantada recorde de 9,4 mil hectares, com acréscimo de 750 hectares em relação ao ano anterior.

A nível regional, contudo, a área plantada apresenta tendência a decréscimo nas regiões da Grande São Paulo e Vale do Paraíba, sujeita à grande valorização da terra, com desenvolvimento de outras atividades, principalmente lazer e instalação de indústrias. Nos três últimos anos, a produtividade esteve em expansão na Grande São Paulo, situando-se entre 17,4 e 18t/ha, com produção de 30 mil toneladas. Pouco menor no Vale do Paraíba, o rendimento situou-se entre 13 e 15t/ha com volume produzido de 18 mil toneladas. Na DIRA de Campinas, a cultura de inverno ampliou na década passada a sua área plantada e produtividade, que atingiu nos três últimos anos entre 14 e 16t/ha, produzindo entre 30 e 40 mil toneladas, predominando, também, as variedades comuns. Na DIRA de Sorocaba, esta cultura vem apresentando substancial ampliação de área, produção e rendimento, atingindo nos três últimos anos entre 51 e 59 mil toneladas e rendimento acima de 20t/ha. Predomina o cultivo de variedades do grupo lisa, dentro do melhor padrão tecnológico, empresarial e mercado lógico.

De julho a novembro de 1981, período em que predominou a oferta do produto de inverno, houve impacto da geada, diminuindo a oferta nos meses de setembro e outubro, normalizando-se o abastecimento apenas no fim da safra. A qualidade dessa batata prejudicada pelas geadas explica a diminuição do volume ofertado. O resultado econômico da cultura deixou algum saldo positivo na DIRA de Sorocaba; na Grande São Paulo, na maioria dos casos, apenas cobriu as despesas de custeio. Entretanto, a integração de atividades agrícolas nessa DIRA é tal, que na maior parte dos casos, eventuais prejuízos foram absorvidos pelos resultados obtidos com outras culturas, praticamente não interferindo na área plantada do presente ano.

Estudos econômicos no mercado paulista revelaram que a demanda da batata apresenta elevada elasticidade de preço. Entretanto, no presente ano agrícola, pequenos aumentos nas quantidades comercializadas provocaram grande baixa nos preços. Tal fato confirma a intensa retração do consumo de batata constatada no comércio especializado. Sendo de suma importância, suas causas refletem, além da queda da renda disponível, as alterações na composição das variedades produzidas que não atendem às preferências dos consumidores.

O quadro econômico descrito implicou prejuízos muito grandes para os produtores, notadamente do Sul de Minas Gerais e Sul do Paraná, que nesse período detêm o suprimento dos mais importantes centros consumidores do País. Tais fatos deverão exercer, ainda, e feitos nos próximos plantios das águas e provocar variação na produção e preços no período de dezembro a abril próximos (figura 3).

A produção brasileira das águas registra, na importância relativa entre os estados produtores, relevantes alterações, com o Rio Grande do Sul e o Paraná cedendo posição

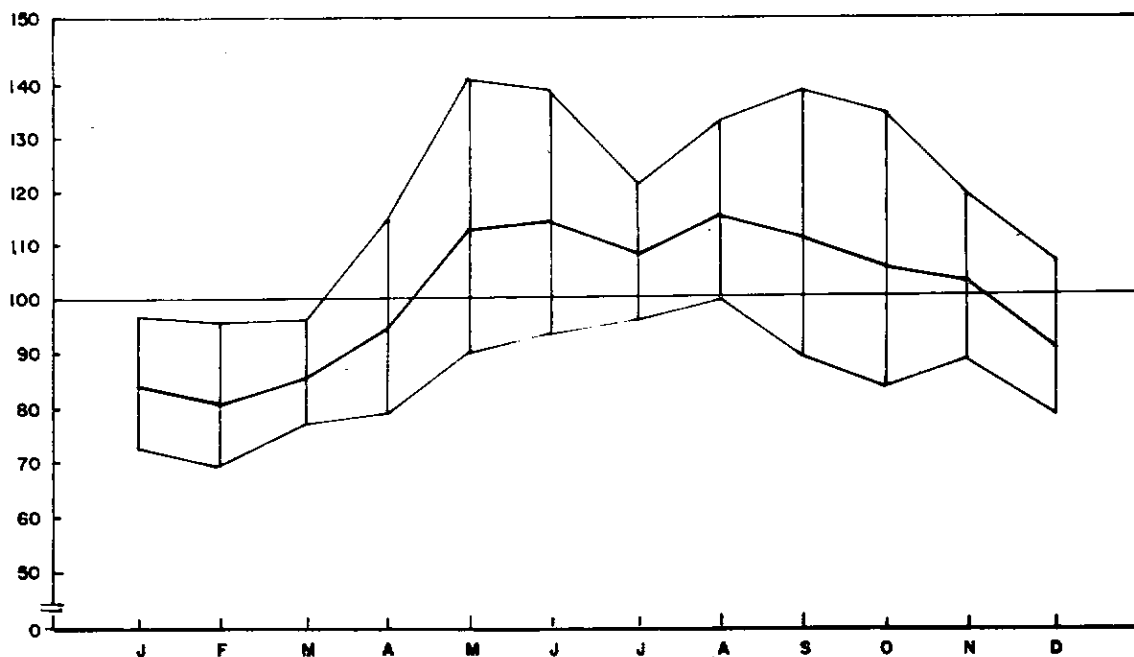


FIGURA 3. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Agricultores, Batata, Estado de São Paulo, 1971-80.

em favor de Minas Gerais (quadro 64).

A safra das águas, maior produção paulista, provém principalmente das DIRAs de Sorocaba (50%), São Paulo (23%) e Campinas (20%).

A produção da seca, que apresentou no País ligeiro crescimento nos últimos anos, denota tendência de deslocamento das principais regiões de produção. A partir do ano agrícola 1976/77, registrou-se diminuição relativa da produção riograndense, com ganhos de posição de Minas Gerais e, em menor intensidade, de outros estados (quadro 65).

Em São Paulo, essa atividade tende a deslocar-se da DIRA de São Paulo (22% do total) para a DIRA de Sorocaba, que no presente ano responde por 55% da produção estadual. A participação da DIRA de Campinas encontra-se estabilizada em 10% do total.

A atual safra da seca sofreu durante sua implantação e desenvolvimento os efeitos da estiagem e, na fase de tuberificação, o excesso de chuvas. Tal fato trouxe transtornos principalmente para as produções provenientes de Guarapuava (PR) e Ponta Grossa (PR), mais precoces e menos irrigadas. Já em Castro (PR) e Sudoeste Paulista, os prejuízos foram menores. A cultura da seca, sendo onerosa e realizada basicamente com sementes de caixa, no presente ano foi deficitária, dada a intensa irrigação e os preços de mercado desfavoráveis. Além da diminuição do rendimento, ocorreu no produto paranaense, com maior frequência do que habitualmente, excessivo percentual de defeitos (conhecidos no comércio como "boneca"), provocando a desvalorização do produto.

Grande parte da produção paulista de batata da seca entrou no mercado mais atrasada, resultando em ótimo produto, mas os preços foram seriamente prejudicados pela oferta

do remanescente das águas. Não comportando comercialização nos meses em que o produto estava maduro, este foi deixado na terra para ser colhido mais tarde, entrando no mercado por ocasião da oferta da safra da seca. Este fato, em grande parte, explica os baixos preços praticados no mercado nos meses de abril, maio e junho último (quadro 66).

A tendência de aumento da cultura nos últimos 13 anos, a pequena flexibilidade do plantio e o resultado econômico apresentado no ano anterior sugerem normalidade no abastecimento do produto na presente estação, pelo menos até meados de outubro. Tal situação deverá perdurar, caso não haja geada.

Houve ocorrência de insetos minadores das folhas na cultura de batata de inverno na região da Grande São Paulo e Vale do Paraíba, sem alterar as perspectivas, em razão das medidas de controle tomadas nos plantios posteriores.

Fato novo, já rendendo efeitos em termos de suprimento do produto, é o emprego de armazenamento frigorificado para sementes de batata. Entretanto, o prazo de financiamento de um ano é considerado desfavorável pelos produtores paulistas. Esse importante recurso permite diminuir o custo de produção e assegurar regularidade no abastecimento de batata da seca e de inverno e poderá, caso seja adotado o prazo de financiamento de até três anos, concedido em outros estados, baixar de forma significativa o nível dos preços, com ponderável aumento da oferta em prazo relativamente curto - 18 a 24 meses.

(IEA, 29/07/82)

QUADRO 63. - Produção de Batata da Safra de Inverno, 1975/76 a 1980/81

(em 1.000t)

Estado	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81
São Paulo	110,0	83,4	103,2	148,2	124,2	165,6

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 64 . - Produção de Batata da Safra das Águas dos Principais Estados Produtores, Brasil, 1976/77 a 1981/82

(em 1.000t)

Estado	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82 ⁽¹⁾
Minas Gerais	136,4	182,0	222,7	286,9	304,9	320,1
São Paulo	175,8	193,2	211,2	211,2	192,6	208,8
Paraná	528,4	517,2	421,4	341,6	250,0	415,0
Santa Catarina	103,5	96,5	127,9	104,0	119,9	124,3
Rio Grande do Sul	249,0	234,0	271,6	189,6	209,4	201,5
Outros	8,6	9,9	5,2	3,6	2,5	4,7
Brasil	1.201,7	1.232,8	1.260,0	1.136,9	1.079,3	1.274,4

(¹) Dados preliminares.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 65 - Produção de Batata da Safra da Seca dos Principais Estados Produtores, Brasil, 1976/77 a 1981/82

(em 1.000t)

Estado	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82
Minas Gerais	119,6	162,9	158,6	167,8	187,2	...
São Paulo	130,8	138,0	160,8	145,2	172,2	184,8
Paraná	181,3	183,5	194,5	156,6	209,4	230,0
Santa Catarina	22,0	19,5	45,1	40,0	34,5	37,4
Rio Grande do Sul	138,6	157,3	145,4	110,3	79,1	71,9
Total	592,3	661,2	704,4	619,9	682,4	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 66 . - Evolução do Mercado de Batata em São Paulo, Ano Agrícola 1981/82 (1)

Índice	1981						1982					
	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.
Preço (2)	83,2	85,9	85,3	99,3	84,5	63,9	63,4	63,0	64,1	52,2	51,7	67,2
Quantidade	113	94	92	89	100	133	124	119	124	92	112	109

(1) Base: Média mensal dos anos agrícolas 1977/78 a 1980/81 = 100.

(2) Corrigidos pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP).

A produção mundial de café da safra comercial 1982/83 sofreu decréscimo de 19% em relação a anterior e será da ordem de 80,8 milhões de sacas de 60kg, segundo estimativas preliminares do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Desse total, o Brasil participará com 22% e a Colômbia com 13%.

A produção exportável (que corresponde à produção total menos o consumo doméstico nos países produtores) foi estimada em 59,9 milhões de sacas, sendo 20,5% inferior à da safra anterior (quadro 67).

O Brasil, exportando 17 milhões de sacas, continuará a manter a liderança com 26,8% do total mundial, seguindo-se a Colômbia com 14,8%; em relação à exportação do solúvel, o Brasil também ocupa o primeiro lugar entre os países produtores.

Apesar de ter havido redução da safra brasileira em consequência das geadas de julho de 1981, há expectativas de equilíbrio no mercado mundial para meados de 1983 com um "carry-over" de 41,7 milhões de sacas (quadro 68), por causa do aumento da produção em vários países, especialmente os africanos. Poderá haver escassez do produto caso os países produtores retenham parte do seu estoque. As reservas maiores serão as da África, e as menores, as das Américas Central, do Norte e Caribe.

O valor da participação do café na exportação brasileira tem sido decrescente nos últimos anos. Entretanto, durante 1981, o volume exportado (15,8 milhões de sacas de 60kg no valor de US\$1,7 milhão, incluindo 2,2 milhões de sacas relativas ao solúvel, correspondente a 14,1% do valor total das suas exportações, superou ligeiramente a posição relativa de 1980, que foi de 13,9%.

Os principais compradores do Brasil, em 1981, foram os Estados Unidos, que figuraram com 25% das suas exportações de café, a Itália com 8%, Alemanha Ocidental com 7% e Reino Unido com 6%. De janeiro a maio de 1982, a Alemanha Ocidental colocou-se em segundo lugar. Nesses cinco primeiros meses, o Brasil exportou 7.014.789 sacas de café, das quais 960.335 sacas de equivalente verde de solúvel (quadro 69), sendo que para membros da Organização Internacional do Café (OIC) foram exportadas 6.531.104 sacas, das quais 936.975 de equivalente verde de solúvel.

Durante 1981, houve decréscimo de 8,8% em relação a 1980 no tocante ao total de importações de café verde pelos Estados Unidos, maior consumidor mundial. Em compensação, apresentaram acréscimos de importação a Alemanha Ocidental, de 7,4%, e a Itália, de 2,4%, que, juntamente com a França, têm sido os maiores consumidores da Comunidade Econômica Européia (quadro 70).

O consumo mundial "per capita" tem-se mostrado decrescente nos últimos anos. Nos Estados Unidos, no período de 1962-81, tem diminuído a uma taxa de 1,9% ao ano.

O Convênio Internacional do Café, firmado no âmbito da OIC, em 1980, tem o objetivo de promover a estabilização dos preços. Por esse acordo, as cotas dos países produtores devem sofrer cortes ou acréscimos de aproximadamente 2,5% todas as vezes que a média dos pre

ços, durante 15 dias consecutivos, diminuir ou aumentar dentro dos limites mínimo de 120 centavos de dólar ou máximo de 140 centavos de dólar, por libra peso. A partir do limite máximo, as exportações seriam livres.

Ao Brasil coube, para a safra 1981/82, primeiramente, o direito à cota de 15,5 milhões de sacas. A isenção total do primeiro corte da cota do Brasil devido à queda nos preços foi consequência da declaração de insuficiência incondicional feita por este início de acordo, isto é, tinha um excesso de 500 mil sacas para ser absorvido nos cortes (quadro 71 e 72).

No começo de julho de 1982, houve novo corte de um milhão de sacas na cota global para o trimestre julho-setembro. Desta vez a cota brasileira teve isenção apenas parcial, e sofreu um corte de 75.374 sacas (quadro 73 e 74).

No começo de agosto, a OIC determinou um terceiro corte de mais um milhão de sacas; coube ao Brasil a maior parcela na redução, de aproximadamente 288 mil sacas e mais 5 mil oriundas da isenção, no rateio, de Angola e República Dominicana.

Assim sendo, a oferta mundial aos países membros da OIC, no ano cafeeiro 1981/82, foi reduzida de 53.878 mil sacas para 50.878 mil. O Brasil, por sua vez, teve sua cota reduzida de 15.500 mil para aproximadamente 15.131 mil sacas.

Essa diminuição da oferta mundial, aliada à queda de temperatura no sul do Brasil em fins de julho, e o aumento da demanda provocaram ligeira recuperação nas cotações dos diversos tipos de café. A Bolsa de Nova York, que havia apresentado baixa nas cotações durante a última semana de julho (fechando em 121,35 centavos de dólar por libra-peso, em 26/07) fechou seu pregão de 05/08 em 130,60 centavos de dólar por libra-peso.

Os preços no mercado internacional, após terem atingido o valor mais baixo nos últimos cinco anos em junho de 1981, sofreram ligeira recuperação, mantendo-se os preços acima dos daquela ocasião (quadro 75).

Nas reuniões realizadas em fins de junho de 1982, em Londres, com o objetivo de renovação desse convênio, não houve entendimento a respeito da distribuição das cotas, sendo o problema adiado para setembro. Se produtores e consumidores não chegarem a um consenso, poderão desencadear-se uma guerra de preços de resultados desastrosos.

- Situação Interna

A produção da safra 1982/83 do Brasil, segundo a previsão do Instituto Brasileiro do Café (IBC) de junho de 1982, é de 17,3 milhões de sacas de 60kg, sendo 5,7 milhões de sacas do Estado de São Paulo, 1,6 milhão do Paraná, 4,8 milhões de Minas Gerais, 3,8 milhões do Espírito Santo, 800 mil da Bahia e 600 mil de outros estados. A do Estado de São Paulo, se a renda no benefício se mantiver a mesma da safra anterior (20kg), e de acordo com o levantamento do IEA-CATI, confirma a estimativa do IBC de junho, com a produtividade média de 8,8 sacas beneficiadas por 1.000 pés.

Se o Brasil exportar 17 milhões de sacas neste ano e consumir 8 milhões de sacas (em 1980 o consumo foi de 7,6 milhões e, em 1981 de 7,8 milhões), estima-se para junho de 1983 "carry over" de apenas 7,9 milhões.

Dentre as medidas de coordenação da comercialização de café utilizadas pelas entidades oficiais — são dignas de nota as decisões apresentadas a seguir:

a) organização das exportações controlada por resoluções do IBC: recentemente as

Resoluções nºs 23 e 24, de 30/07/82, abriram registros de "declarações de vendas" de 01 a 20/08/82 para cafés solúvel e verde;

b) redução das cotas de contribuição: que foram fixadas para o café verde em US\$50,00 por saca de 60kg desde agosto de 1981; para o café solúvel, permaneceram, desde julho do mesmo ano, em US\$0,75 e US\$0,90/libra-peso para as qualidades "spray-dried" e "freeze-dried";

c) alteração do critério de determinação das cotas internas de exportação, distribuídas pelo IBC às firmas autorizadas que operam na exportação: no começo de dezembro passou a ser levado em consideração o volume de estoques de qualidade exportável em 31/12, de propriedade do exportador (este item participa com aproximadamente 25% da cota suplementar), que são intransferíveis. Essa medida possibilitou o aumento da participação das cooperativas na exportação. A cota suplementar mensal foi calculada em função do volume dos embarques efetuados de 01/01/80 a 30/09/1981. A cota básica mensal de exportação foi fixada em 1.000 sacas de café para cada firma exportadora ou cooperativa de produtores;

d) concessão em fins de abril deste ano do prazo de 90 dias para recolhimento do ICM incidente nas exportações de café pelo Porto de Santos, tal como nos outros estados;

e) os preços mínimos vigentes no momento; para a exportação, são os determinados desde janeiro: para café verde tipo 6, US\$1,30/libra-peso, e para os solúveis, respectivamente US\$3,15 e US\$4,10/libra-peso para as qualidades "spray-dried" e "freeze-dried";

f) o preço de garantia de compra pelo IBC foi reajustado de acordo com uma variação cambial acumulada mais flexível que a trimestral, a partir de 30/07/82, para Cr\$18.880,00/saca, para o tipo 6, conforme Resolução nº25;

g) a Resolução nº26 de 03/08/82 suspendeu o registro de novas instalações de indústrias de torrefação e moagem, à fim de que o setor se organize de forma menos atomizada, mais racionalizada, para poder conquistar maior escala de produção.

Os preços no varejo, liberados após a eliminação do subsídio às torrefadoras, apresentaram acréscimo significativo, com o valor médio de Cr\$744,89/kg em 18/08/82 em São Paulo, o que tem resultado em ligeira retração no mercado interno.

Tem havido preocupação de todo o setor em relação à melhoria da qualidade, para que haja mais rápida expansão do consumo. A necessidade de cooperação de produtores, torrefadores e órgãos oficiais com o IBC na vigilância e combate à fraude tem sido apontada como indispensável à consolidação do mercado.

Segundo informações não confirmadas oficialmente, o nível de financiamento para o café beneficiado foi fixado em Cr\$12.000,00 por saca de 60kg e Cr\$4.300,00 por saca de 40,5kg para o café em côco para cooperativas e produtores. Para o comércio, Cr\$11.250,00 para o café tipo 6 e para a indústria, Cr\$10.125,00.

Os preços recebidos pelos agricultores (quadro 76 e 77 e figura 4), mostraram estabilidade, em termos reais em relação a 1981, ao passo que foram 28% menores em relação aos de 1979.

(IEA, 20/08/82)

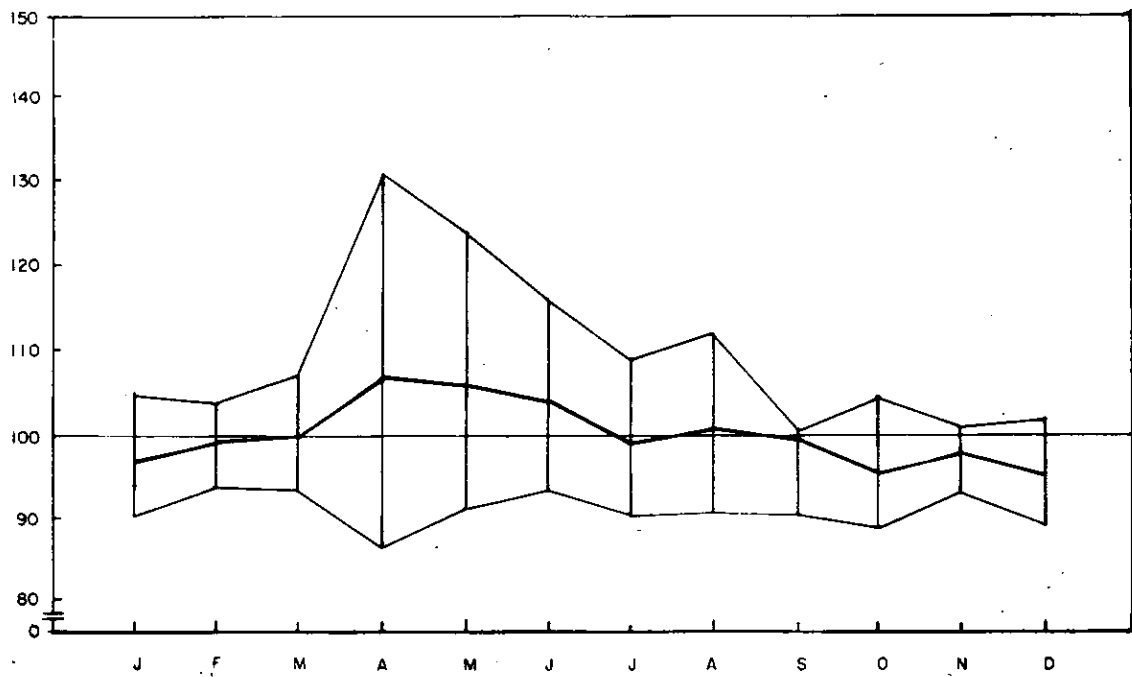


FIGURA 4. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Agricultores, Café em Coco, Estado de São Paulo, 1971-80.

QUADRO 67. - Produção Total e Exportável de Café de Países Seleccionados, Safras Comerciais, 1978/79 a 1982/83
(em 1.000sc.60kg)

Região e país	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83
América do Sul					
Brasil					
Produção	20.000	22.000	21.500	33.000	17.750 ⁽¹⁾
Produção exportável	12.000	14.000	13.500	24.500	9.750
Colômbia					
Produção	12.600	12.712	13.500	14.000	13.500
Produção exportável	10.970	10.962	11.675	12.150	11.645
América do Norte e Central					
México					
Produção	4.042	3.600	3.880	3.900	3.900
Produção exportável	2.935	2.310	2.380	2.300	2.200
El Salvador					
Produção	3.423	3.322	2.690	2.380	2.400
Produção exportável	3.228	3.122	2.490	2.180	2.200
Guatemala					
Produção	2.827	2.647	2.702	2.700	2.600
Produção exportável	2.517	2.332	2.381	2.375	2.265
África					
Costa do Marfim					
Produção	4.742	3.973	6.040	4.600	5.000
Produção exportável	4.677	3.908	5.976	4.535	4.932
Uganda					
Produção	1.944	2.042	2.133	2.400	2.100
Produção exportável	1.905	2.001	2.090	2.355	2.054
Ásia					
Indonésia					
Produção	4.788	4.803	5.162	5.162	5.400
Produção exportável	3.738	2.723	4.062	3.962	4.150
Outros					
Produção	24.606	26.847	27.976	28.217	28.160
Produção exportável	17.946	19.910	20.869	21.145	20.778
Produção total mundial	78.972	81.946	85.583	96.359	80.810
Produção total mundial exportável	59.916	62.268	65.423	75.502	59.974

(¹) A estimativa de junho/1982 do IBC é de 17,3 milhões de sacas.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), julho de 1982.

QUADRO 68. - Oferta Mundial e Distribuição de Café, 1976/77 e 1982/83

(em 1.000sc.60kg)

Safra comercial ⁽¹⁾	Estoque inicial	Produção	Importação	Oferta total	Uso doméstico	Exportação ⁽²⁾	Estoque final
1976/77	39.393	60.864	580	100.837	18.126	56.984	25.727
1977/78	25.727	70.995	601	97.323	18.909	48.869	29.545
1978/79	29.545	78.972	713	109.230	19.504	64.655	25.071
1979/80	25.071	81.946	717	107.734	20.070	61.812	25.912
1980/81	25.912	85.583	669	112.164	20.482	59.705	31.977
1981/82	31.977	96.359	703	129.039	21.386	62.910	44.743
1982/83	44.743	80.810	691	126.244	21.185	63.353	41.706

⁽¹⁾ De outubro a setembro na maioria dos países;

⁽²⁾ Inclui café solúvel e torrado em equivalente a verde.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), julho de 1982.

QUADRO 69. - Volume e Valor da Exportação Brasileira de Café por País de Destino, Janeiro e maio de 1982

Destino	Verde	Solúvel	Total	
	(sc. 60kg)	(sc. 60kg)	(sc. 60kg)	(US\$)
Estados Unidos	1.250.971	340.539	1.591.510	192.288.530
Alemanha Ocidental	570.592	85.329	655.921	80.104.704
Itália	644.726	-	644.726	81.124.648
Japão	369.724	57.795	427.519	54.340.511
França	380.734	15.193	395.927	49.264.377
Reino Unido	82.430	302.763	385.193	43.244.534
Espanha	357.649	75	357.724	44.098.863
Outros	2.397.628	158.641	2.556.269	309.936.253
Total	6.054.454	960.335	7.014.789	854.402.420

Fonte: Instituto Brasileiro do Café (IBC).

QUADRO 70. - Volume Importado pelos Principais Importadores, Variação em Relação ao Ano Anterior e Participação Relativa dos Fornecedores de Café Verde, 1981

País	Importação (sc.60kg)	Variação do total de importação em relação a 1980 (%)	Principais fornecedores e percentual importado
Estados Unidos	16.555.198	- 8,8	19,5 Brasil 10,4 Colômbia
Alemanha Ocidental	7.483.649	7,4	36,6 Colômbia 9,2 Brasil
França	5.141.522	- 0,6	39,8 OAMCAF ⁽¹⁾ 17,7 Brasil
Itália	3.754.128	2,4	35,5 Brasil 22,8 OAMCAF ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Organization Africaine et Malgache du Café (Benin, Camarões, Congo, Gabão, Costa do Marfim, Madagascar, Togo e República Centro Africana).

Fonte: Complete Coffee Coverage e Jacques Louis - Delamare S.A. "Coffee Report" - Abril de 1981.

QUADRO 71. - Cálculo do Ajuste da Primeira Redução de 1 Milhão de sacas Aplicável aos Países Exportadores Membros da OIC Comprometidos com uma Cota Básica - Ano Cafeeiro 1981/82

(em sacas de 60kg)

País Exportador	Cota anual antes do ajuste	Distribuição de um milhão de sacas			Cota anual corrigida
		Redução inicial ⁽¹⁾	Distribuição pelos membros isentos ⁽²⁾	Redução ajustada	
Suaves Colombianos					
Colômbia	8.671.000	160.938	71.081	239.019	8.438.981
Kenia	1.400.000	25.985	11.477	37.462	1.362.538
Tanzânia	814.000	15.108	6.673	21.781	792.219
Subtotal	10.885.000	202.031	89.231	291.262	10.593.738
Outros Suaves					
Costa Rica	1.314.000	24.388	10.772	35.160	1.278.840
Rep. Dominicana	575.000	10.672	-	-	575.000
Equador	1.134.000	21.048	9.296	30.344	1.103.656
El Salvador	2.325.000	43.153	19.059	62.212	2.262.788
Guatemala	1.884.000	34.968	15.444	50.412	1.833.588
Honduras	960.000	17.818	7.870	25.688	934.312
Índia	966.000	17.929	7.919	25.848	940.152
México	1.909.000	35.432	15.649	51.081	1.857.919
Nicaragua	698.000	12.955	5.722	18.677	679.323
Papua Nova Guiné	610.000	11.322	5.000	16.322	593.678
Peru	785.000	14.570	6.435	21.005	763.995
Subtotal	13.160.000	244.255	103.166	336.749	12.823.251
Arábico não lavado					
Brasil	15.500.000	287.687	-	-	15.500.000
Etiópia	1.300.000	24.129	10.657	34.786	1.265.214
Subtotal	16.800.000	311.816	10.657	34.786	16.765.214
Robustas					
Angola	431.000	8.000	-	-	431.000
Indonésia	2.300.000	42.689	18.854	61.543	2.238.457
OAMCAF ⁽³⁾	(6.500.000)	(120.643)	(53.284)	(173.927)	(6.326.073)
Camarões	1.500.000	27.841	12.296	40.137	1.459.863
Costa do Marfim	4.200.000	77.954	34.430	112.384	4.087.616
Madagascar	800.000	14.848	6.558	21.406	778.594
Uganda	2.602.000	48.294	21.330	69.624	2.532.376
Zaire	1.200.000	22.272	9.837	32.109	1.167.891
Subtotal	13.033.000	241.898	103.305	337.203	12.695.797
Total ⁽⁴⁾	53.878.000	1.000.000	306.359	1.000.000	52.878.000

⁽¹⁾ Distribuição do rateio de um milhão de sacas entre países membros comprometidos com uma cota básica anual.

⁽²⁾ Distribuição dos cortes de cotas indicados na coluna "Distribuição Inicial" que caberiam à Angola, Brasil e República Dominicana entre outros membros exportadores comprometidos com o rateio de suas próprias cotas básicas.

⁽³⁾ A cota anual corrigida de todos os membros da "Organization Africaine et Malgache du Café" (OAMCAF) é de 6.988.073 sacas.

⁽⁴⁾ Países membros comprometidos com uma cota básica.

Fonte: Organização Internacional do Café, 26/05/82.

QUADRO 72. - Cotas de Exportação Anual e Trimestral de Café, 1981/82

(em sacas de 60kg)

País Exportador	Cota anual corrigida	Cota trimestral			
		Out./Dez. 1981	Jan./Mar. 1982	Abr./Jun. 1982	Jul./Set. 1982
Suaves Colombianos					
Colômbia	8.438.981	2.149.998	2.173.667	1.941.648	2.173.668
Kênia	1.362.538	347.133	350.955	313.493	350.957
Tanzânia	792.219	201.834	204.056	182.275	204.054
Subtotal	10.593.738	2.698.965	2.728.678	2.437.416	2.728.679
Outro Suaves					
Costa Rica	1.278.840	325.810	329.397	294.237	329.396
Rep. Dominicana	575.000	142.572	144.143	144.143	144.142
Equador	1.103.656	281.179	284.273	253.929	284.275
El Salvador	2.262.788	576.490	582.837	520.624	582.837
Guatemala	1.833.588	467.143	472.286	421.874	472.285
Honduras	934.312	238.035	240.655	214.967	240.655
Índia	940.152	239.495	242.168	216.321	242.168
México	1.857.919	473.342	478.553	427.472	478.552
Nicaragua	679.323	173.071	174.976	156.299	174.977
Papua Nova Guiné	593.678	151.251	152.916	136.594	152.917
Peru	763.995	194.642	196.786	175.781	196.786
Subtotal	12.823.251	3.263.030	3.298.990	2.962.241	3.298.990
Arábico não lavado					
Brasil	15.500.000	3.843.267	3.885.578	3.885.578	3.885.577
Etiópia	1.265.214	322.338	325.887	291.101	325.888
Subtotal	16.765.214	4.165.605	4.211.465	4.176.679	4.211.465
Robustas					
Angola	431.000	106.867	188.044	68.044	68.045
Indonésia	2.238.457	570.291	576.569	515.026	576.571
OAMCAF ⁽¹⁾	(6.326.073)	(1.611.693)	(1.629.436)	(1.455.509)	(1.629.435)
Camarões	1.459.863	371.929	376.024	335.887	376.023
Costa do Marfim	4.087.616	1.041.402	1.052.866	940.482	1.052.866
Madagascar	778.594	198.362	200.546	179.140	200.546
Uganda	2.532.376	645.173	652.276	582.652	652.275
Zaire	1.167.891	297.543	300.819	268.710	300.819
Subtotal		3.231.567	3.347.144	2.889.941	3.227.145
Subtotal de membros compr. ⁽²⁾	52.878.000	13.359.167	13.586.277	12.466.277	13.466.179
OAMCAF	662.000	247.797	138.068	138.068	138.067
Outros	2.138.000	394.496	581.168	581.168	581.168
Subtotal de membros isentos ⁽³⁾	2.800.000	642.293	719.236		
Total	55.678.000	14.001.460	14.305.513	13.185.513	14.185.514

⁽¹⁾ A cota anual da "Organização Africana et Malgache du Café" é de 6.988.073 sacas, e a cota trimestral é de 1.859.490 sacas no primeiro, 1.767.504 sacas no segundo, 1.593.577 sacas no terceiro e 1.767.502 no quarto.

⁽²⁾ Comprometidos com uma cota básica.

⁽³⁾ Isentos de uma cota básica.

Fonte: Organização Internacional do Café, 26/05/82.

QUADRO 73. - Cálculo do Ajuste da Segunda Redução de 1 Milhão de Sacas Aplicável aos Países Exportadores Membros da OIC Comprometidos com uma Cota Básica, Ano Cafeeiro 1981/82

(em sacas de 60kg)

País exportador	Cota anual antes do ajuste	Distribuição de um milhão de sacas			Cota anual corrigida
		Redução inicial (1)	Distribuição pelos membros isentos (2)	Redução ajustada	
Suares Colombianos					
Colômbia	8.438.981	160.938	53.593	214.531	8.224.450
Quênia	1.362.538	25.985	8.653	34.638	1.327.900
Tanzânia	792.219	15.108	5.031	20.139	772.080
Subtotal	10.593.738	202.031	67.277	269.308	10.324.430
Outros Suares					
Costa Rica	1.278.840	24.388	8.121	32.509	1.246.331
Rep. Dominicana	575.000	10.672	0	0	575.000
Equador	1.103.656	21.048	7.009	28.057	1.075.599
El Salvador	2.262.788	43.153	14.370	57.523	2.205.265
Guatemala	1.833.588	34.968	11.644	46.612	1.786.976
Honduras	934.312	17.818	5.933	23.751	910.561
Índia	940.152	17.929	5.971	23.900	916.252
México	1.857.919	35.432	11.799	47.231	
Nicarágua	679.323	12.955	4.314	17.269	662.054
Papua Nova Guiné	593.678	11.322	3.770	15.092	578.586
Peru	763.995	14.570	4.852	19.422	744.573
Subtotal	12.823.251	244.255	77.783	311.366	12.511.885
Arábico não lavado					
Brasil	15.500.000	287.687	0	75.374	15.424.626
Etiópia	1.265.214	24.129	8.035	32.164	1.233.050
Subtotal	16.765.214	311.816	8.035	107.538	16.657.676
Robustas					
Angola	431.000	8.000	0	0	431.000
Indonésia	2.238.457	42.689	14.216	56.905	2.181.552
OAMCAF (3)	(6.326.073)	(120.643)	(40.175)	(160.818)	(6.165.255)
Camarões	1.459.863	27.841	9.271	37.112	1.422.751
Costa do Marfim	4.087.616	77.954	25.959	103.913	3.983.703
Madagascar	778.594	14.848	4.945	19.793	758.801
Uganda	2.532.376	48.294	16.082	64.376	2.468.000
Zaire	1.167.891	22.272	7.417	29.689	1.138.202
Subtotal	12.695.797	241.898	77.890	311.788	12.384.009
Total (4)	52.878.000	1.000.000	230.985	1.000.000	51.878.000

(1) Distribuição do rateio de um milhão de sacas entre países membros comprometidos com uma cota básica anual.

(2) Distribuição das partes de Angola (8.000 sacas), Brasil (212.313 sacas, que é o resultado do seu excesso de 500.000 sacas depois de serem deduzidas 287.687 sacas do primeiro ajuste) e República Dominicana (10.672 sacas) a outros membros exportadores comprometidos com o rateio de suas próprias cotas básicas.

(3) A cota anual corrigida de todos os membros da "Organization Africaine et Malgache du Café" (OAMCAF) é de 6.988.073 sacas.

(4) Membros comprometidos com uma cota básica.

Fonte: Organização Internacional do Café, 12/07/82.

QUADRO 74. - Cotas de Exportação Anual Revisada e Trimestral de Café, 1981/82

(em sacas de 60kg)

País exportador	Cota anual corrigida	Cota trimestral			
		Out./Dez. 1981	Jan./Mar. 1982	Abr./Jun. 1982	Jul./Set. 1982
Suaves Colombianos					
Colômbia	8.224.450	2.149.998	2.173.667	1.941.648	1.959.137
Kenia	1.327.900	347.133	350.955	313.493	316.319
Tanzânia	772.080	201.834	204.056	182.275	183.915
Subtotal	10.324.430	2.698.965	2.728.678	2.437.416	2.459.371
Outros Suaves					
Costa Rica	1.246.331	325.810	329.397	294.237	296.887
Rep. Dominicana	575.000	142.572	144.143	144.143	144.142
Equador	1.075.599	281.179	284.273	253.929	256.218
El Salvador	2.205.265	576.490	582.837	520.624	525.314
Guatemala	1.786.976	467.143	472.286	421.874	425.673
Honduras	910.561	238.035	240.655	214.967	216.904
Índia	916.252	239.495	242.168	216.321	218.268
México	1.810.688	473.342	478.553	427.472	431.321
Nicarágua	662.054	173.071	174.976	156.299	157.708
Papua Nova Guiné	578.586	151.251	152.916	136.594	137.825
Peru	744.573	194.642	196.786	175.781	177.364
Subtotal	12.511.885	3.263.030	3.298.990	2.962.241	2.987.624
Arábico não lavado					
Brasil	15.424.626	3.843.267	3.885.578	3.885.578	3.810.203
Etiópia	1.233.050	322.338	325.887	291.101	293.724
Subtotal	16.657.676	4.165.605	4.211.465	4.176.679	4.103.927
Robustas					
Angola	431.000	106.867	188.044	68.044	68.045
Indonésia	2.181.552	570.291	576.569	515.026	519.666
OAMCAF ⁽¹⁾	(6.165.255)	(1.611.693)	(1.629.436)	(1.455.509)	(1.468.617)
Camarões	1.422.751	371.929	376.024	335.887	338.911
Costa do Marfim	3.983.703	1.041.402	1.052.866	940.482	948.953
Madagascar	758.801	198.362	200.546	179.140	180.753
Uganda	2.468.000	645.173	652.276	582.652	587.899
Zaire	1.138.202	297.543	300.819	268.710	271.130
Subtotal	12.384.009	3.231.567	3.347.144	2.889.941	2.915.357
Subtotal de membros comprometidos ⁽²⁾	51.878.000	13.312.434	13.586.277	12.466.277	12.466.279
OAMCAF	662.000	247.797	138.068	138.068	138.067
Outros	2.674.200	705.470	791.488	519.245	657.997
Subtotal de membros isentos ⁽³⁾	3.336.200	953.267	929.556	657.313	796.064
Total	55.214.200	14.312.434	14.515.833	13.123.590	13.262.343

⁽¹⁾ A cota total anual revisada da "Organization Africaine et Malgache du Café" (OAMCAF) é de 6.827.255 sacas e a cota trimestral é 1.859.490 sacas no primeiro, 1.767.504 sacas no segundo, 1.593.577 sacas no terceiro e 1.606.684 sacas no quarto.

⁽²⁾ Membros comprometidos com uma cota básica.

⁽³⁾ Membros isentos de uma cota básica.

Fonte: Organização Intercional do Café, 12/07/82.

QUADRO 75. - Preços Indicativos da Organização Internacional do Café (OIC), 1978 a 1980 e
Jan./81 a Jun./82

(em centavo de dólar por libra-peso)⁽¹⁾

Ano e mês	Suaves colombianos	Outros suaves	Arábica não lavado	Robusta	Média composta
1978	185,20	162,82	165,29	147,48	155,15
1979	183,41	173,53	178,47	165,47	169,50
1980	178,82	154,20	208,79	147,17	150,67
1981					
Jan.	-	127,98	221,72	121,88	124,93
Fev.	-	125,11	-	115,23	120,18
Mar.	-	125,93	218,58	113,92	119,93
Abr.	140,75	128,20	218,50	112,93	120,57
Mai.	139,38	125,93	-	108,38	117,15
Jun.	129,45	111,94	224,76	85,23	98,59
Jul.	142,34	120,01	169,43	88,25	104,13
Ago.	153,86	124,09	143,05	90,39	107,24
Set.	143,19	126,02	137,50	88,88	107,46
Out.	149,93	136,41	149,18	98,51	117,67 ⁽²⁾
Nov.	156,43	143,79	158,56	106,33	124,60
Dez.	152,67	141,67	154,21	104,52	122,64
Média	145,33	128,09	179,54	102,87	115,89
1982					
Jan.	148,89	143,90	148,95	106,01	124,43
Fev.	156,76	155,00	153,11	115,63	134,30
Mar.	156,61	144,83	143,70	112,83	129,01
Abr.	154,83	141,44	143,86	106,67	124,01
Mai.	149,40	137,00	141,33	102,96	120,56
Jun.	144,78	141,02	144,42	102,85	121,14
Jul.	141,87	133,11	138,17	99,67	115,92

⁽¹⁾ Uma saca de 60kg equivale a 132,271 libras-peso.

⁽²⁾ O preço indicador diário 1976 que vigorava até setembro era baseado apenas nas cotações de Nova York. A partir de 01/10/81, foi considerado o preço indicador 1979, que é média dos cafês "Outros suaves" (75% "exdock" em Nova York e 25% em Bremen/Hamburg) e "Robustas" (60% "exdock" em Nova York e 40% em Have/Marselhes).

Fonte Organização Internacional do Café (OIC) e Complete Coffee Coverage.

QUADRO 76. - Preços Médios Recebidos pelos Agricultores de Café, Estado de São Paulo, 1979-82

(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	1979	1980	1981	1982
Jan.	1.907,80	3.216,40	6.010,90	10.384,00
Fev.	1.970,50	3.559,70	6.297,30	10.596,50
Mar.	2.045,20	4.707,60	6.298,40	11.204,20
Abr.	2.211,80	5.313,30	6.262,70	12.108,30
Mai.	2.452,00	5.601,10	6.288,00	12.943,00
Jun.	2.915,40	5.444,80	6.243,80	14.608,20
Jul.	3.084,20	5.111,70	6.322,50	14.656,90
Ago.	2.806,00	5.151,00	7.360,00	...
Set.	2.906,00	5.585,40	7.480,00	...
Out.	2.893,00	5.529,80	7.599,90	...
Nov.	3.076,50	5.436,80	8.228,00	...
Dez.	3.127,80	5.540,60	9.125,30	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 77. - Preços Médios Reais Recebidos pelos Agricultores de Café, Estado de São Paulo, 1979-82⁽¹⁾

(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	1979	1980	1981	1982
Jan.	10.343,71	9.600,95	8.507,22	7.549,16
Fev.	10.297,83	10.194,98	8.215,45	7.208,79
Mar.	10.105,53	12.650,73	7.653,81	7.109,06
Abr.	10.528,61	13.505,87	7.215,88	7.291,61
Mai.	11.405,72	13.384,38	6.821,85	7.345,15
Jun.	13.106,18	12.291,09	6.484,18	7.676,61
Jul.	13.285,80	10.639,49	6.248,52	7.259,56
Ago.	11.423,78	10.027,96	6.815,36	...
Set.	10.983,80	10.327,40	6.592,12	...
Out.	10.391,94	9.497,98	6.418,87	...
Nov.	10.468,40	8.683,65	6.598,85	...
Dez.	9.917,31	8.355,77	7.051,11	...

⁽¹⁾ Preços corrigidos pelo Índice "2", de Conjuntura Econômica, em cruzeiro de 1981.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- CANA-DE-AÇÚCAR

- Panorama Internacional

Ao longo de 1981 e no primeiro semestre de 1982, o preço do açúcar no mercado internacional esteve em queda, alcançando em junho deste ano o equivalente a US\$150,11-FOB por tonelada (quadro 78). Estes preços são semelhantes aos ocorridos entre 1976 e 1979, quando atingiram níveis extremamente baixos. Entre os fatores determinantes desta queda destaca-se a oferta sensivelmente superior ao consumo.

Segundo a Corretora londrina C. Czarnikow, a produção de açúcar para a presente safra seria de 96,25 milhões de toneladas, contra consumo de 90,5 milhões de toneladas. A corretora F.O. Licht prevê diminuição de 7% na área plantada com beterraba nos países da Comunidade Econômica Européia (CEE), mas, ao que se sabe, esta redução deverá ocorrer em terras de baixa qualidade, influenciando pouco na oferta do produto. Ainda na Europa, a União Soviética pretende manter a área plantada, enquanto se prevê um aumento na oferta de tradicionais países exportadores. Assim, espera-se um crescimento na oferta por parte da Índia, Tailândia, Austrália, República Dominicana e Guatemala no cenário internacional do açúcar. A produção cubana, prejudicada na safra passada por incidência de doenças, deverá se recuperar, enquanto o Brasil anuncia Plano de Safras de 9 milhões de toneladas de açúcar, correspondendo a crescimento de quase 10% em relação ao Plano anterior.

Outros fatores que contribuíram para a deterioração dos preços internacionais do açúcar foram as medidas protecionistas tomadas pelos Estados Unidos em relação à própria produção de açúcar (de beterraba e cana) e, também, ao xarope de frutose de milho que está substituindo de forma gradativa o consumo de açúcar no mercado americano.

O Governo dos Estados Unidos fixou pesados encargos sobre as importações a fim de manter o preço interno em torno de US\$441/t, estabelecendo um sistema de quotas, aos fornecedores estrangeiros.

Em 1981 o Brasil exportou cerca de 900 mil toneladas para aquele país. Em virtude do sistema de quotas, deverá chegar, em 1982, apenas a 390 mil toneladas. O sistema americano é feito de quotas trimestrais, sendo que a partir de outubro deverá ser substituído por quotas anuais. Em virtude de pressão dos países exportadores, existe a promessa do governo estadunidense de que os mesmos serão consultados, sobre alguns dos pontos fundamentais do próximo regulamento.

Em decorrência desta situação no mercado internacional, os preços atuais do produto brasileiro mostram-se gravosos, já que os custos internos giram em torno de US\$260 por tonelada.

Apesar da gravosidade do preço de exportação, é conveniente ao Brasil exportar o equivalente a 2,8 milhões de toneladas estabelecido pelo Acordo Internacional do Açúcar pois, caso contrário, terá sua quota reduzida no próximo ano.

Para cobrir a diferença entre os preços internos e os do mercado internacional, as primeiras estimativas governamentais calculam desembolso de cerca de Cr\$30 bilhões. A isto pode-se acrescentar o custo de estocagem, de Cr\$15 bilhões para 600 mil toneladas do produto.

Para o Brasil, o baixo nível dos preços internacionais será atenuado graças aos contratos antecipados feitos no ano passado. A recuperação dos preços internacionais do açúcar ao longo do segundo semestre de 1982 é bastante remota e está em função de adversidades, principalmente climáticas, nas regiões produtoras de beterraba. Em vista disto, é bastante pessimista o prognóstico do desempenho das exportações brasileiras de açúcar.

As previsões do Ministério da Indústria e do Comércio refletem esta situação. A previsão inicial de US\$900 milhões de exportação, feita no início do ano, passou para US\$750 milhões no final do primeiro trimestre. Entretanto, caso persistam os baixos preços internacionais, existe a possibilidade de que as exportações brasileiras de açúcar não ultrapassem a casa dos US\$500 milhões.

Ainda em relação ao comportamento do mercado exterior, o Acordo Internacional do Açúcar tem-se mostrado impotente para conter a queda nos preços do açúcar, principalmente por não ter entre os seus signatários os países da CEE. A quota global de exportações do Acordo, para 1982, atinge a cifra de 12,8 milhões de toneladas, enquanto o volume total de importações deverá ser da ordem de 18,33 milhões de toneladas.

A perspectiva pessimista do mercado internacional reflete-se no mercado futuro do açúcar, onde tanto a bolsa de Nova Iorque como a de Londres não indicam crescimento acentuado nos preços até início de 1983.

Quanto ao setor externo para o álcool, a demanda em torno de 200 milhões de litros é insignificante se comparada ao volume total da produção brasileira e, mesmo, ao excedente existente. Muito embora a Suécia, futuramente, pretenda adquirir grandes partidas de álcool em substituição à gasolina, que é importada, como todos os outros derivados do petróleo, o Brasil é um dos únicos países que tem programas já implantados para uso de álcool combustível.

- Situação Interna

A safra brasileira de cana-de-açúcar de 1981/82 sofreu os efeitos da geada ocorrida em julho de 1981, principalmente nos estados da Região Centro-Sul e, também, os efeitos da seca do Nordeste. No Estado de São Paulo, em consequência da geada, houve a necessidade de apressamento do corte e moagem da cana, para evitar a inversão da sacarose. Assim sendo, já no final de novembro de 1981 estava encerrada a maior parte da safra. Apesar dos prejuízos decorrentes das intempéries climáticas, houve uma certa recuperação em relação ao rendimento industrial, proporcionando ainda uma produção, por parte do Estado de São Paulo, superior em 1,87% à meta estabelecida pelo Plano de Safras para o ano agrícola 1981/82.

Em termos globais, também, pode-se dizer que o País apresentou um bom desempenho quanto ao volume previsto, já que a produção brasileira de açúcar atingiu efetivamente 97% do objetivo do IAA, segundo o Plano de Produção de Açúcar e Alcool.

Em decorrência da incidência dos fatores climáticos acima citados em 1981, somadas às chuvas ocorridas nos primeiros dias da presente safra, houve quebra no rendimento industrial em torno de 10% a 20% em relação às safras normais. Entretanto, acredita-se que ao longo do segundo semestre este rendimento possa ser sensivelmente melhorado. Com relação à produtividade agrícola, há uma pequena quebra em consequência da safra passada,

sobretudo em função da cana de primeiro corte, que na época da geada estava em fase de crescimento.

Quanto à produção de álcool, também o Estado de São Paulo alcançou os propósitos do Instituto do Açúcar e do Alcool, já que o volume da safra anterior foi de 2.834 milhões de litros, enquanto o Plano de Safras previa produção de 2.874 milhões de litros (quadro 79).

Em relação ao Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), as normas da Comissão Executiva Nacional do Alcool (CENAL) passaram a ser mais rígidas quanto aos projetos de implantação. No final de 1981, havia 200 projetos sob exame da Comissão. De janeiro a março deste ano foram aprovados apenas quatro (dois no Estado de São Paulo), permanecendo ainda 127 para serem analisados. Os demais foram descartados, por não preencherem os requisitos adotados pela CENAL.

Dentre os novos critérios adotados pela CENAL, são considerados prioritários os projetos que não reivindiquem financiamento do PROÁLCOOL, ou que contem com viveiros de mudas aprovados. Serão considerados, também, prioritários os projetos localizados em áreas de influência de bases de distribuição com déficit de álcool. Estas medidas são de celeridade de o Programa já dispor de uma capacidade de produção de 9 bilhões de litros.

Até 24 de maio de 1982, a CENAL aprovou 383 projetos de usinas, sendo que do total 175 são anexas e 208 autônomas, totalizando capacidade de produção de 7.780,8 milhões de litros. A participação do Estado de São Paulo, com relação às anexas, é de 49%, detendo 32% das autônomas. Em termos gerais, São Paulo participa com 40% do total dos projetos aprovados até hoje, respondendo também com igual percentual pela produção.

No que tange ao PROÁLCOOL, os maiores problemas não se encontram do lado da oferta do álcool, mas sim do lado da demanda. Ao longo da safra alcooleira de 1981/82, observou-se a formação de um considerável estoque, chegando em dezembro de 1981 a 1,9 bilhão de litros, causando preocupações quanto à capacidade de tancagem das destilarias. Esta elevada formação de estoques foi consequência de um consumo inferior ao previsto, em função da redução nas vendas de veículos com motores movidos a álcool.

Em função desses fatores, ao longo do primeiro semestre de 1982, foram tomadas inúmeras medidas visando estimular a procura de veículos a álcool. Entre estas medidas, pode-se citar a diminuição do preço de venda destes veículos em até 7%, como resultado da composição da redução da alíquota do IPI em 4% somada à redução do preço pelas próprias fábricas. Outra medida tomada foi a alteração da relação de preços álcool/gasolina, de 65% para 59%; e a diminuição nos preços dos automóveis com até 100HP, destinados ao serviço de táxi, dada a eliminação do IPI de 28% e mais a isenção dos 16% de ICM.

Outro ponto importante a se levantar, em favor de uma redução nos atuais estoques de álcool hidratado existentes, é a de elevar a produção de álcool anidro para atender a medida tomada pelo Governo de uniformizar em 20% o índice de mistura do álcool anidro à gasolina, que anteriormente era de 8%. Esta decisão imediatamente refletiu-se sobre as novas metas. Para a safra que ora se inicia, fixou-se um aumento significativo na produção de álcool anidro e uma redução na de hidratado, pretendendo-se com isto melhor controle sobre os futuros estoques. Para exemplificar, segundo resolução baixada pelo IAA, no Estado de São Paulo, dos 3.570.600 mil litros de álcool a serem produzidos, prefixou-se meta de produção de 2.431.380 mil litros de álcool anidro (65,58%), contra 1.229.220 mil litros de hidratado (34,42%).

Pelo Plano de Safra para o ano de 1982/83, pretende-se produzir 9 milhões de to

neladas de açúcar, cabendo ao Estado de São Paulo a produção de 4,38 milhões de toneladas (48,6% do total). Em relação ao álcool, tencionava-se produzir 5,2 bilhões de litros, ficando São Paulo com 3,57 bilhões, ou seja, 68,6% da produção brasileira (quadro 80).

As metas estabelecidas para a presente safra implicam crescimento para o Brasil, de 9,8% na produção de açúcar, em relação ao Plano de Safra anterior, e de 14,0% para o Estado de São Paulo. Quanto à produção de álcool, as novas metas fixaram aumentos de 20,9% e 24,2%, respectivamente. Estes aumentos são considerados inconvenientes, principalmente com relação ao açúcar, pois já haviam claras indicações de que o mercado internacional do produto entraria numa fase de excesso de oferta e baixas cotações.

Para a presente safra, houve demora no estabelecimento dos novos preços da cana-de-açúcar, açúcar e álcool. O reajuste dos preços, tradicionalmente feito no início da safra da Região Centro-Sul, este ano passou a vigorar a partir da segunda quinzena de julho, após protestos de setores ligados à produção. O preço da cana-de-açúcar passou para Cr\$2.431,50, implicando reajuste de 100% em relação aos preços de maio de 1981.

Os novos preços da cana-de-açúcar e seus derivados estão aquém das reivindicações do setor canavieiro, situando-se no bojo de um conjunto de medidas oriundas principalmente do problema da gravosidade do açúcar brasileiro no comércio internacional. Estas medidas estão basicamente consubstanciadas em duas providências para o setor açucareiro: adicional de até 20% sobre os atuais 15% pagos pelas usinas; e a transferência do Fundo Especial de Exportação (FEE) do Instituto do Açúcar e do Alcool para o Banco Central.

Estas alterações são decorrentes da necessidade de busca de um montante de cerca de Cr\$120 bilhões, divididos em Cr\$75 bilhões para subsídios à equalização e de Cr\$45 bilhões para a exportação. Para isto, o financiamento da estocagem, que era de 70% no Nordeste, caiu para 60%, enquanto no Centro-Sul a redução foi de 50% para 35%. Os diversos segmentos da sociedade, desde o produtor da cana-de-açúcar até o consumidor final, serão penalizados para cobrir as necessidades financeiras da produção do açúcar e álcool. Assim, além do reajuste de preços do açúcar e álcool e sua matéria-prima ter sido inferior ao reivindicado, o preço do açúcar terá aumento de 40% no mercado varejista, além do acréscimo em torno de 5% para o álcool carburante e a gasolina.

No Estado de São Paulo, a área plantada com cana-de-açúcar em 1982 apresentou um crescimento de 7,34% em relação ao ano agrícola anterior, ou seja, passou de 1.379,8 mil hectares para 1.481,0 mil (quadro 81). Em termos de evolução, o Estado tem apresentado crescimento acentuado ao longo do tempo, sendo que a área atual é 85% superior à do ano agrícola 1974/75. Quanto ao rendimento verifica-se uma tendência de crescimento ao longo do período.

A nível regional, registra-se um crescimento acentuado na área plantada com a cultura, principalmente naquelas regiões consideradas não tradicionais: São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília. Por outro lado, as regiões que tradicionalmente respondem por cerca de 80% do total da área plantada com cana-de-açúcar no Estado, que são as DIRAs de Campinas, Ribeirão Preto e Bauru, também têm apresentado acréscimos na área plantada, ao longo do período, embora não na mesma intensidade.

A continuidade da expansão da área de cana do Estado para atender à demanda das agroindústrias em expansão vai depender da política menos estimulante do que aquela que foi implementada no passado recente, dada a gravosidade do açúcar no mercado internacional. As políticas de contenção do Governo Federal têm reduzido os níveis de correção dos preços recebidos pelos agricultores e as disponibilidades de crédito ao setor, e a opção política

que vem se manifestando é de transferir para os produtores de cana, agroindústrias e consumidores de álcool e açúcar os subsídios utilizados para manter a exportação da cota brasileira de açúcar, na presente safra açucareira.

(IEA, 30/07/82)

QUADRO 78. - Cotações de Açúcar Demerara no Mercado Internacional, 1976-82 ⁽¹⁾

(em US\$/t)

Mês	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Jan.	309,41	184,06	193,55	167,07	378,72	609,79	284,55
Fev.	297,93	189,57	187,15	181,64	502,09	530,86	289,40
Mar.	326,40	198,18	170,82	186,71	432,98	480,82	250,33
Abr.	310,08	221,57	167,51	172,59	468,25	394,62	212,80
Mai.	320,88	197,52	161,77	173,25	687,39	331,79	176,16 ⁽²⁾
Jun.	286,68	173,68	159,57	179,65	679,01	362,60	150,11 ⁽²⁾
Jul.	291,53	163,09	141,91	188,04	610,67	360,71	...
Ago.	221,13	167,94	156,26	195,32	700,40	332,01	...
Set.	179,42	161,33	180,31	218,49	765,87	257,84	...
Out.	177,21	156,48	197,75	263,52	895,50	266,89	...
Nov.	173,90	156,03	176,78	301,92	833,55	263,14	...
Dez.	166,62	178,55	176,56	329,51	634,92	286,09	...
Média anual	254,03	178,77	172,37	213,14	632,45	373,10	227,22 ⁽²⁾

⁽¹⁾ Média aritmética das cotações do açúcar a granel em Nova Iorque e Londres - FOB Portos do Caribe.

⁽²⁾ Dado preliminar.

Fonte: Internacional Sugar Organization.

QUADRO 79 - Produção de Açúcar e Alcool, Brasil e Estado de São Paulo, 1970/71 a 1981/82⁽¹⁾

Safrá	Brasil		São Paulo			
	Açúcar	Alcool	Açúcar		Alcool	
			Tonelada	Participação no Brasil (%)	Mil litros	Participação no Brasil (%)
(t)	(1.0001)	(t)				
1970/71	5.119.661	637.238	2.436.365	48	436.713	69
1971/72	5.386.419	613.068	2.596.749	48	453.101	74
1972/73	5.932.460	680.972	2.823.986	48	502.492	74
1973/74	6.682.912	665.979	3.510.619	53	455.091	68
1974/75	6.720.577	624.985	3.346.269	50	408.186	65
1975/76	5.887.596	555.627	2.869.333	49	362.286	65
1976/77	7.208.214	643.158	3.563.614	49	457.660	71
1977/78	8.307.610	1.470.404	4.098.744	49	1.095.158	74
1978/79	7.342.424	2.451.576	3.194.344	44	1.812.420	74
1979/80	6.645.026	3.390.431	2.756.414	41	2.472.340	73
1980/81	7.635.360	3.561.871	3.842.348	50	2.607.895	73
1981/82	7.929.272	4.237.660	3.915.168	49	2.833.642	67

(1) Todos os tipos de açúcar e álcool.

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

QUADRO 80 - Plano de Produção de Açúcar e Alcool da Safra 1982/83

Região e Estado	Açúcar (tonelada)			Alcool (1.0001)
	Total	Consumo	Exportação	
Norte e Nordeste				
Amazonas	-	-	-	2.000
Pará	10.000	10.000	-	5.800
Maranhão	20.500	20.500	-	9.250
Piauí	2.100	2.100	-	4.190
Ceará	30.000	30.000	-	12.240
R. Grande do Norte	83.750	83.750	-	47.840
Paraíba	140.000	120.000	20.000	84.030
Pernambuco	1.330.000	400.000	930.000	260.050
Alagoas	1.331.856	541.856	790.000	430.000
Sergipe	110.000	110.000	-	16.000
Bahia	61.794	61.794	-	5.300
Subtotal	3.120.000	1.380.000	1.740.000	876.700
Centro-Sul				
Minas Gerais	542.000	542.000	-	175.000
Espírito Santo	46.000	46.000	-	33.000
Rio de Janeiro	605.200	605.200	-	170.500
São Paulo	4.379.800	3.169.800	1.210.000	3.570.600
Paraná	202.000	202.000	-	250.000
Santa Catarina	54.000	4.000	50.000	10.000
Rio Grande do Sul	9.000	9.000	-	2.000
Mato Grosso	25.000	25.000	-	18.000
Mato Grosso do Sul	-	-	-	61.700
Goiás	17.000	17.000	-	32.500
Subtotal	5.880.000	4.620.000	1.260.000	4.323.300
Brasil	9.000.000	6.000.000	3.000.000	5.200.000

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

QUADRO 81 - Área Plantada, Produção e Rendimento da Cana-de-Açúcar, Segundo as Divisões Regionais Agrícolas, Estado de São Paulo, 1974/75 a 1981/82

DIRA	1974/75			1975/76			1976/77		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento ⁽¹⁾ (t/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento ⁽²⁾ (t/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento ⁽²⁾ (t/ha)
São Paulo	2,00	70	46,7	2,13	80	53,3	2,36	100	52,6
Vale do Paraíba	3,50	80	50,0	1,75	80	57,1	6,75	350	54,7
Sorocaba	54,40	2.200	48,8	60,00	3.500	65,1	69,50	2.900	44,3
Campinas	253,90	9.600	49,2	281,70	14.400	65,6	290,00	14.800	63,5
Ribeirão Preto	300,00	14.800	64,3	352,00	17.700	62,8	385,90	22.600	71,0
Bauru	104,30	4.950	60,8	135,10	6.200	57,4	143,80	7.500	62,5
São José do R. Preto	28,10	1.610	75,6	36,50	2.000	90,1	37,50	2.400	98,8
Araçatuba	9,20	520	76,5	9,30	500	68,5	13,25	850	79,4
Presidente Prudente	8,30	470	61,8	8,12	500	66,7	10,74	800	80,0
Marília	38,30	2.100	69,1	45,40	2.500	67,0	51,20	3.000	68,5
Estado	802,00	36.400	58,6	932,00	47.500	64,1	1.011,00	55.300	66,3

DIRA	1977/78			1978/79			1979/80		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento ⁽²⁾ (t/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento ⁽²⁾ (t/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento ⁽²⁾ (t/ha)
São Paulo	2,28	80	50,6	1,40	45	45,0	1,80	66	47,1
Vale do Paraíba	1,75	65	52,0	1,70	73	50,3	1,80	71	50,7
Sorocaba	54,50	3.230	69,6	52,35	2.830	65,0	76,60	3.780	66,2
Campinas	315,20	15.410	60,9	326,10	17.130	63,7	337,00	19.000	71,0
Ribeirão Preto	486,90	26.130	70,6	518,20	27.910	72,1	508,00	29.400	71,9
Bauru	159,10	7.230	56,7	168,15	7.855	59,4	167,20	8.500	63,5
São José do R. Preto	42,37	1.850	67,6	37,15	1.769	78,4	67,20	3.950	84,9
Araçatuba	13,05	660	66,3	10,80	649	77,3	22,30	851	77,4
Presidente Prudente	13,10	415	45,6	18,00	620	53,2	23,80	1.319	69,4
Marília	55,85	3.000	65,4	66,85	3.319	64,6	84,30	4.113	65,3
Estado	1.144,10	58.070	65,1	1.200,70	62.200	67,0	1.290,00	71.050	70,3

DIRA	1980/81			1981/82		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento ⁽²⁾ (t/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento ⁽²⁾ (t/ha)
São Paulo	2,15	90	55,6	1,20	50	50,0
Vale do Paraíba	2,41	100	51,6	2,30	110	57,9
Sorocaba	83,00	4.390	67,0	78,10	4.230	64,5
Campinas	335,60	18.270	67,8	346,00	20.500	73,2
Ribeirão Preto	532,20	29.160	70,9	568,60	29.900	66,0
Bauru	187,80	8.900	63,2	202,60	10.910	71,0
São José do R. Preto	78,30	4.840	86,3	88,90	5.780	86,3
Araçatuba	32,00	1.290	77,3	41,00	2.340	76,2
Presidente Prudente	38,00	1.530	68,0	48,30	2.470	74,2
Marília	88,30	4.570	66,4	104,00	5.740	68,0
Estado	1.379,76	73.140	69,3	1.481,00	82.030	70,1

(¹) Dado preliminar.

(²) Calculado em relação à área colhida.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

CEBOLA

A variação dos preços de mercado da cebola, no decorrer do ano, depende da qualidade e quantidade do produto ofertado.

A safra principal brasileira provém basicamente da região Sul, sendo que no ano agrícola 1981/82 a produção riograndense respondeu por 53%, a catarinense por 41% e a paranaense por 6%.

Nas últimas seis safras, apenas a produção catarinense apresentou tendência nitidamente crescente, com incremento médio anual de 18 mil toneladas. Nesse Estado, no ano agrícola 1982/83, espera-se aumento de área, em maior parte devido aos plantadores tradicionais (quadro 82).

A safra principal de 1981/82, colhida de novembro a janeiro, somente em meados de dezembro passou a contribuir significativamente para o abastecimento do mercado paulista, numa quantidade ofertada a nível recorde de 374,2 mil toneladas. O armazenamento na origem das variedades adequadas a este processo evitou que o excesso da produção viesse ocasionar maiores transtornos ao mercado e aos produtores. Os preços recebidos pelo agricultor foram considerados satisfatórios, sendo esperado para 1982/83 aumento de 26% sobre o volume médio produzido no período de 1977 a 1980 (quadro 82 e figura 5). Caso perdure o clima favorável ao desenvolvimento da cultura, espera-se abastecimento sem maiores problemas no período de dezembro a abril próximos, decorrente da safra principal de 1982/83.

A safra de soqueira de 1982, colhida e comercializada normalmente de maio a junho, fez-se presente no mercado já em meados de abril, em condições ainda não satisfatórias de maturação, apesar dos preços estarem abaixo da média dos últimos anos. Tal fato, em grande parte, se deu em decorrência dos fracos resultados econômicos obtidos no ano anterior, em razão de preços excessivamente baixos das safras de muda e soqueira (quadro 83). Com a anteci

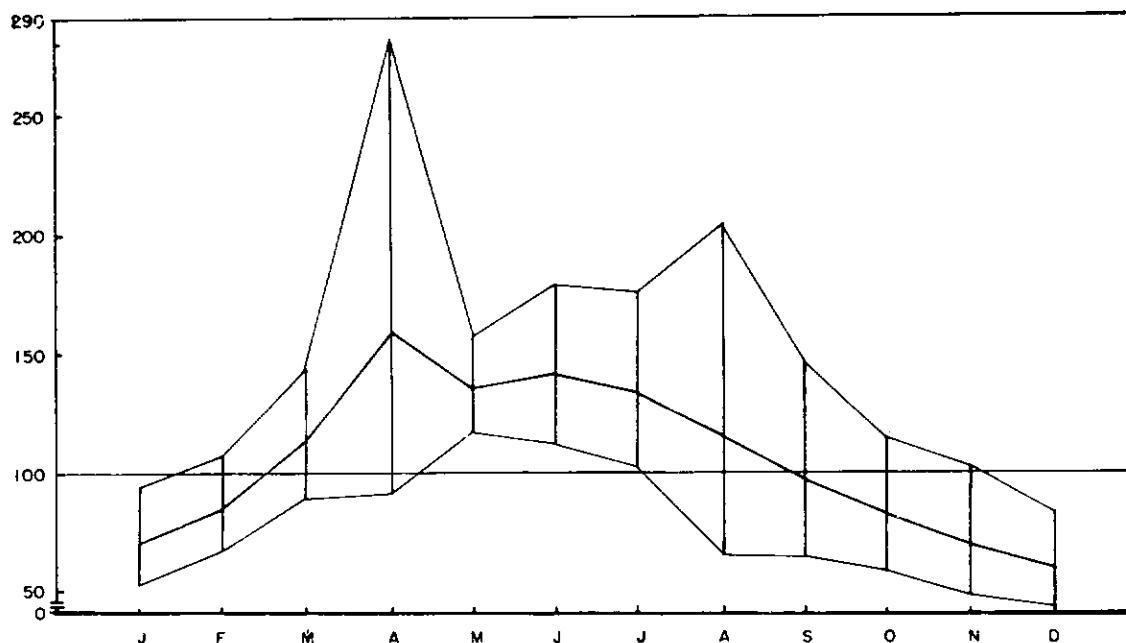


FIGURA 5. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Agricultores, Cebola, Estado de São Paulo, 1971-80.

pação da colheita, a safra foi algo reduzida, ocasionando elevação dos preços nos meses de maio e junho, com resultados econômicos da cultura de soqueira considerados bons pelos produtores.

O mercado nacional de cebola, neste período, foi abastecido pelo remanescente da safra riograndense, pela safra paulista e, segundo fontes do comércio especializado, por remessas clandestinas provenientes da Argentina.

De julho a setembro, o abastecimento nacional é feito com cebolas claras precoces, produto impróprio para prolongado armazenamento, o qual é desestimulado pela tendência estacional de baixa nos preços de mercado. Este produto origina-se de São Paulo (DIRAS de Campinas e Ribeirão Preto) e do Médio São Francisco.

Apesar dos baixos preços obtidos na safra passada, o suprimento de claras precoces afigura-se, no presente ano, sem grandes alterações.

A safra de mudas é comercializada no mercado brasileiro na época de outubro a novembro. No início, há certa predominância de claras precoces e no decorrer do período acen- tuam-se as ofertas de piriformes. No ano passado, esta safra provocou pesado revês econômico para os produtores, em virtude dos baixos preços. No presente ano, não obstante o bom desenvolvimento das culturas, o volume produzido deverá sofrer sensível redução, esperando-se certa elevação de preços.

(IEA 03/08/82)

QUADRO 82 - Principais Produções, Regiões Produtoras, Épocas de Colheita e Comercialização de Cebola no Brasil, 1977-82

(em 1.000t)

Safra e origem	Épocas de colheita e de comercialização	1977	1978	1979	1980	1981	1982 (2)
Principal							
Paraná	Dez.-Mar.	24,6	16,7	35,7	24,2	24,6	21,9
Santa Catarina	Dez.-Mar.	49,8	47,1	104,1	97,2	125,3	113,6
Rio Grande do Sul	(Nov.) Dez.-Mar.(Abr.)	148,2	118,5	150,7	150,1	197,3	168,3
Total		222,6	182,3	290,5	271,5	374,2	303,9
Soqueira							
DIRA Sorocaba (SP)	(Abr.) Mai.-Jun.	54,6	80,9	98,8	67,4	77,4	67,8
De Muda							
Claras precoces							
Pernambuco	Jul.-Set.	70,7	53,4	68,1	87,0	70,7	85,8
DIRA Campinas (SP)	Jul.-Set.	33,0	39,4	46,9	50,2	50,3	50,2
DIRA Rib.Preto (SP)	Jul.-Set.	10,0	12,0	39,3	48,7	42,0	47,3
Total		113,7	104,8	154,3	187,9	163,0	183,3
Piriformes							
DIRA Sorocaba (SP)	Out. Nov.(Dez.)	69,0	88,2	112,5	97,9	100,5	79,1
DIRA Araçatuba (SP)	Out. Nov.(Dez.)	2,2	3,6	6,7	12,7	7,4	7,8
		71,2	91,8	119,2	110,6	107,9	86,9

(1) Dados preliminares.

(2) Entre parênteses os meses de menor intensidade de comercialização.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 83 - Evolução dos Preços e Quantidades Comercializadas de Cebola, Estado de São Paulo, Ano Agrícola 1981/82 (1)

Índice (1)	1981						1982					
	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.
Preço (2)	25,8	30,5	36,6	52,8	78,6	100,2	61,5	66,6	70,7	73,8	125,0	115,9
Quantidade	124,7	129,2	134,6	105,7	96,0	123,9	128,9	145,0	169,9	138,8	129,1	142,8

(1) Base: média mensal dos anos agrícolas 1977/78 a 1980/81 = 100.

(2) Corrigidos pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP).

A produção mundial de feijão vem crescendo nos últimos dois anos a taxas que variaram de 6% a 7% ao ano, o que mostra um bom desempenho da cultura se comparada com a taxa de crescimento de apenas 9% de quase toda a década de 70. Em 1981, a produção estimada pela Organização de Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO) foi de 15,4 milhões de toneladas, destacando-se como maiores produtores, em ordem decrescente, China (3,7 milhões de toneladas), Índia (2,7 milhões de toneladas), Brasil (2,3 milhões de toneladas), Estados Unidos (1,4 milhão de toneladas) e México (1,2 milhão de toneladas). Destes, despontam o Brasil e Estados Unidos com as maiores taxas de crescimento de produção entre 1970 e 1981, de 19,6% e 18,7%, respectivamente. Cabe salientar que a expansão da produção mundial e de cada um dos principais produtores se deu via área plantada, uma vez que a produtividade, em todos esses países, se manteve praticamente constante nos últimos dois anos. Quando se compara, no entanto, a produtividade do período 1977-81, esses países, com a média do início da década de 70, nota-se que houve melhora em todos eles, exceto no Brasil onde o rendimento caiu de 642kg/ha para 481kg/ha, ou seja, queda de 25%.

No que se refere às relações de troca do Brasil com o exterior, a importação caiu, em 1981, praticamente à metade da do ano anterior e no que tange à exportação o volume foi praticamente nulo. Os dados disponíveis até agora para 1982 apontam a mesma tendência (quadro 84).

As cotações internacionais do produto têm aumentado significativamente, nos últimos anos, sendo que os dados preliminares de 1981 mostram aumento da ordem de 40% em relação a 1980, quando o preço médio anual foi de aproximadamente US\$680,00t.

- Situação Interna

A cultura do feijão no Brasil cresce pelo segundo ano consecutivo a taxas significativas. A área plantada aumentou 8,4% entre 1979/80 e 1980/81 e 13% entre 1980/81 e 1981/82; a produção cresceu 18,8% e 20,5%, respectivamente, notando-se que a grande expansão na produção se deu não somente pelo aumento de área, mas também pela melhor produtividade. Neste último ano agrícola, o aumento na quantidade produzida deveu-se principalmente à safra da seca, cuja produção aumentou 36,9%.

No Estado de São Paulo, a área plantada e o volume produzido também cresceram significativamente neste ano. Entre 1979/80 e 1980/81, a área de feijão cresceu 24,4% e a produção 16,6%, revelando queda de produtividade explicada pela quebra de produção da safra de inverno, em virtude dos fortes efeitos das geadas de julho/agosto daquele ano, em que houve expansão na área cultivada com feijão de inverno para 100 mil hectares (quadro 85).

As estimativas para 1981/82, no Estado, indicam, da mesma forma, grande crescimento de área e produção: enquanto a área se expandiu em 7,1% entre 1980/81 e 1981/82, a produção apresentou crescimento recorde de 45%, pelo aumento de produtividade nas duas primeiras safras. Este fato eleva a participação do Estado na produção brasileira, de pouco mais de 14% nos dois anos agrícolas anteriores, para 17% nesta última safra. Ao contrário do que

ocorreu para o Brasil, neste Estado a contribuição para o grande aumento de produção em 1981/82 foi dada, principalmente, pela safra das águas, que cresceu 73% em relação ao ano anterior.

Merece destaque, no caso de São Paulo, a safra de feijão de inverno, por se constituir em uma terceira safra com boas perspectivas neste Estado. A safra de inverno, cujo plantio se concentra em maio-junho, é realizada em praticamente todo o Estado, mas maciçamente na região agrícola de Presidente Prudente. As áreas plantadas de 1978-81 foram de 47,1 mil hectares, 57,6 mil hectares e 100,1 mil hectares, respectivamente, e os níveis de produção foram de 30,3 mil toneladas, 34,8 mil toneladas e 27,3 mil toneladas, na mesma ordem. As estimativas para 1981/82 giram em torno de 59,7 mil hectares e 46,6 mil toneladas de produto. A safra de feijão de inverno foi objeto, a partir de 1981, de um programa especial do Governo, o PRÓ-FEIJÃO, que procurou agilizar a produção mediante os instrumentos convencionais de política econômica, norteados segundo um esquema de zoneamento da cultura, de acordo com a aptidão das diversas regiões em termos do potencial hídrico, ecológico e técnico. Em resposta ao incentivo, o Estado plantou em 1981 mais de 100 mil hectares, cuja produção, entretanto, frustrou-se com as geadas. Em função desses resultados, o zoneamento foi alterado neste ano agrícola de 1981/82, de forma que uma boa parte da DIRA de Presidente Prudente foi excluída do programa, por ser região sujeita a geadas e, portanto, não apta à cultura. Em consequência, a área cultivada com feijão de inverno naquela região reduziu-se, este ano, à metade da área do ano passado.

Os custos de produção da cultura de feijão no Estado elevaram-se de maneira significativa neste último ano de 1981/82, de acordo com as estimativas de custo operacional do IEA (capítulo 2 deste Prognóstico). Na última safra das águas, o custo do hectare de feijão, tração mecanizada e animal, na região de Sorocaba era de Cr\$56.748,29, ou seja, Cr\$3.977,50, por saca, representando aumento de 159% em relação ao custo de 1980/81; para a safra da seca do ano em curso, o custo por hectare foi de Cr\$48.939,50 ou de Cr\$3.671,90 por saca, com aumento de 107% em relação à correspondente safra de 1980/81 para o mesmo tipo de tecnologia empregada. Nota-se que esses dois índices são superiores aos da inflação nos períodos correspondentes.

Os Valores Básicos de Custeio situaram-se em 1981/82 em níveis bem inferiores aos dos custos. O VCB para a safra das águas foi de Cr\$20.700,00 na terceira faixa de produtividade, o que representa crescimento de 120% em relação ao da safra correspondente de 1980/81, inferior portanto à taxa de crescimento dos custos e correspondendo a apenas 37% dos custos operacionais estimados pelo IEA para a última safra das águas. Em relação à safra da seca, o VCB da terceira faixa de produtividade teve menor elevação, de 90%, entre 1980/81 e 1981/82, passando para Cr\$25.800,00, o que corresponde a 53% dos custos operacionais.

Os preços recebidos pelos produtores apresentam tendência altista desde o início de maio de 1980 até maio de 1981, quando teve início uma tendência declinante, embora tenha se mantido em níveis elevados até novembro de 1981. A partir de dezembro, com a previsão de grande safra das águas, os preços decresceram acentuadamente, com os preços reais passando de Cr\$5.000,00 por saca, que vigoraram desde 1980, para valores abaixo de Cr\$3.000,00 (quadro 86). A variação estacional do preço médio recebido pelos produtores de feijão pode ser vista na figura 6.

Quanto aos preços mínimos, verifica-se que houve preço estimulante para o feijão das águas em 1981/82, que sofreu aumento de 116% em relação ao da mesma safra de 1980/81, atingindo Cr\$3.880,80 por saca. Os reajustes desse preço para a última safra da seca, no entanto, foram bem mais moderados, da ordem de 56%, situando-se o preço mínimo ao nível de Cr\$4.903,40 por saca.

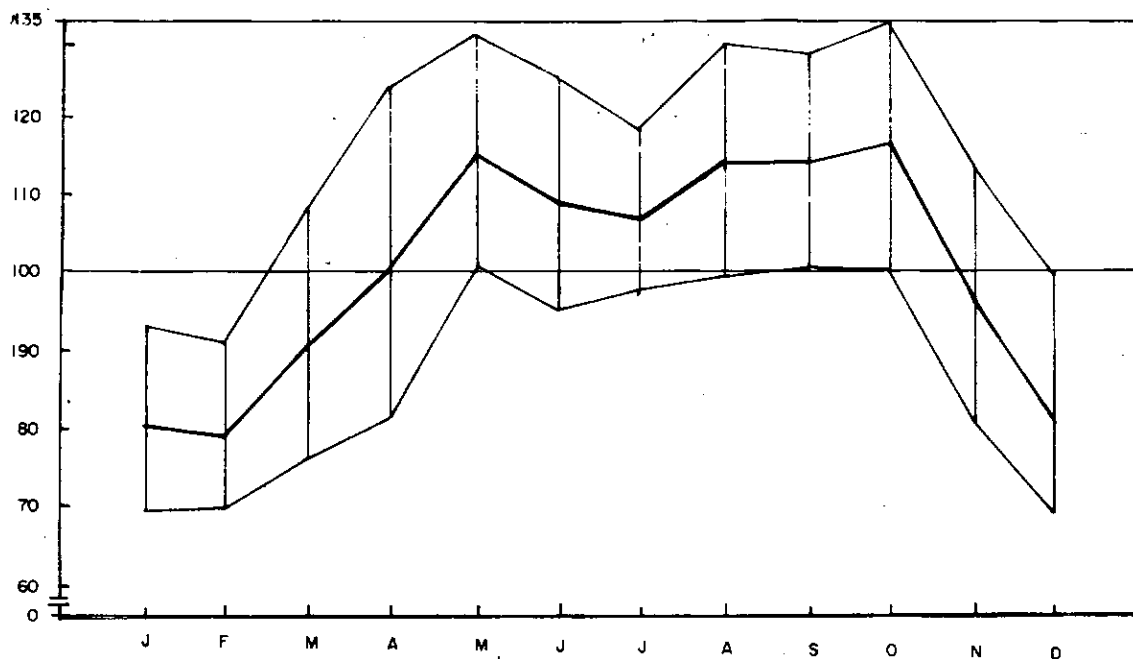


FIGURA 6. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Agricultores, Feijão, Estado de São Paulo, 1971-80.

As perspectivas para a safra das águas de 1982/83 parecem não ser tão promissoras, como ocorreu nos últimos dois anos agrícolas. A grande expansão da oferta no último ano agrícola não foi acompanhada por aumento na mesma proporção na demanda, isto porque, se de um lado os preços ao nível do produtor caíram rapidamente no primeiro semestre de 1982, o mesmo não ocorreu com os preços no varejo, cuja queda ocorreu defasada no tempo e num ritmo mais lento do que o dos preços aos produtores. Em consequência destes fatos, o Governo Federal adquiriu neste ano agrícola grandes quantidades do produto que atingiram entre dezembro de 1981 a junho de 1982, somente no Estado de São Paulo, pouco mais de 76.000t, fato que tem se verificado também nos demais estados produtores, tendo as compras em todo o Brasil atingido as 600 mil toneladas.

Esse atual aparente excesso de oferta do produto reflete o aumento contínuo de preços desde a década de 70 e levou o consumidor a alterar seus hábitos de consumo, substituindo o feijão, ainda que parcialmente, por outros produtos. Esta idéia torna-se evidente, quando se tem em conta que o volume produzido nas safras deste ano apenas iguala os níveis de 1970, quando quase toda a produção era consumida internamente, por população 30% inferior a atual. A permanecer a tendência declinante ou de estabilidade dos preços do consumidor, deverá se dar, a curto prazo, expansão da demanda equilibrando o mercado do produto.

No que diz respeito ao produtor, a manutenção dos atuais níveis de produção vai depender de uma política de preços mínimos que garanta boa rentabilidade para a cultura, uma vez que o VBC estipulado em 30/06/82 de Cr\$40.200,00/ha para a 3ª faixa de produtividade representa apenas 45% do custo operacional da próxima safra das águas, estimado pelo IEA em Cr\$89.198,30/ha.

O preço mínimo a ser fixado deverá desempenhar papel importante, na medida em que a tendência declinante dos preços de mercado em termos reais permaneça nos próximos meses, perdendo a função do principal fator de estímulo à produção, cuja influência negativa já se verificou na última safra da seca, quando houve redução na sua área em relação à do ano anterior.

(IEA, 27/07/82)

QUADRO 04 - Importação e Exportação de Feijão, Brasil, 1978-82

(em tonelada)

Ano	Importação	Exportação
1978	7.119,0	1,9
1979	7.663,9	4.068,3
1980	7.243,3	1.697,0
1981	3.791,3	5,7
1982 ⁽¹⁾	443,7	...

(¹) De janeiro a março.

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

QUADRO 85. - Área Plantada, Produção e Rendimento da Cultura do Feijão, Estado de São Paulo e Brasil, 1977/78 a 1981/82

Ano agrícola	1ª Safra (das águas)						2ª Safra (da seca)					
	Área (1.000ha)		Produção (1.000t)		Rendimento (kg/ha)		Área (1.000ha)		Produção (1.000t)		Rendimento (kg/ha)	
	São Paulo	Brasil	São Paulo	Brasil	São Paulo	Brasil	São Paulo ⁽¹⁾	Brasil	São Paulo ⁽¹⁾	Brasil	São Paulo ⁽¹⁾	Brasil
1977/78	244,9	1.979,3	120,9	1.162,2	494	587	240,8	2.573,3	109,4	1.001,7	454	389
1978/79	172,1	1.963,3	116,9	1.116,3	679	568	226,5	2.236,4	144,0	1.040,3	636	465
1979/80	195,3	2.286,1	133,8	1.169,1	685	511	264,6	2.353,0	149,4	799,8	565	340
1980/81	223,7	2.525,3	138,0	1.367,0	617	541	348,5	2.504,5	192,3	971,7	552	388
1981/82 ⁽²⁾	306,4	2.417,6	238,8	1.488,0	779	615	306,3	3.266,8	239,8	1.330,3	783	407

⁽¹⁾ Os dados de São Paulo da 2ª safra (da seca) incluem também a safra de inverno (3ª safra).

⁽²⁾ Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA), Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Comissão de Financiamento da Produção (CFP/MA).

QUADRO 86. - Preços Médios Mensais de Feijão Recebidos pelos Agricultores do Estado de São Paulo, 1978-82⁽¹⁾

(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	1978		1979		1980		1981		1982	
	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real
Jan.	252,20	1.944,16	436,20	2.364,99	1.228,90	3.668,27	4.275,30	6.050,83	3.367,10	2.447,88
Fev.	262,00	1.952,61	517,70	2.705,50	1.316,90	3.771,60	4.295,00	5.603,26	3.468,10	2.359,35
Mar.	356,40	2.572,78	594,70	2.938,47	1.735,20	4.663,00	4.612,30	5.604,87	3.957,90	2.511,29
Abr.	408,10	2.849,72	666,40	3.172,20	1.978,20	5.028,39	6.480,40	7.466,72	4.248,60	2.558,51
Mai.	598,30	3.941,66	681,50	3.170,07	2.116,30	5.057,11	6.193,20	6.719,00	4.741,30	2.691,16
Jun.	616,30	4.024,81	656,30	2.950,40	2.191,80	4.947,77	4.985,00	5.176,92
Jul.	569,20	3.614,53	735,50	3.168,31	2.436,10	5.070,50	4.270,30	4.220,34
Ago.	582,30	3.600,94	865,20	3.522,40	2.946,40	5.736,05	5.907,60	5.470,44
Set.	653,00	3.937,72	966,90	3.654,59	3.002,10	5.550,88	6.037,30	5.320,67
Out.	692,00	4.055,74	1.136,60	4.082,78	4.708,20	8.086,80	6.278,10	5.302,48
Nov.	568,20	3.241,24	832,00	2.831,05	4.500,80	7.188,68	5.857,80	4.697,96
Dez.	468,40	2.631,80	945,80	2.998,85	4.262,40	6.428,13	3.837,70	2.965,39

(¹) Preços reais em cruzeiro de 1981, corrigido pelo Índice "2", de Conjuntura Econômica.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- MANDIOCA

- Panorama Internacional

A produção mundial de mandioca concentra-se, na sua totalidade, nos países considerados em desenvolvimento (quadro 87). O Brasil, apesar de ser o maior produtor, praticamente não participa do mercado internacional, que é muito restrito, e envolve principalmente a Comunidade Econômica Européia (CEE) como compradora e a Tailândia e Indonésia como fornecedoras (quadro 88).

Em 1981, a CEE importou 17 milhões de toneladas de ingredientes de ração, classificados como "non-grain feed", sendo seis milhões de toneladas de mandioca equivalentes em raízes de mandioca das quais mais de 90% provenientes da Tailândia.

De acordo com o Departamento de Comércio Exterior da Tailândia, em 1981 as exportações a países não pertencentes à CEE apresentaram aumento de 300%, totalizando 660.183t, sendo 311.500t de "pellets" para a URSS, 85.290t de "chips" para a Coreia do Sul e 92.350t de farinha para Formosa (Taiwan).

Neste ano de 1982, a Tailândia e a CEE estão elaborando um acordo comercial para a mandioca, que deverá limitar a importação, por parte da CEE, de alguns ingredientes de ração. O acordo estabelece que as exportações tailandesas do produto, em 1982, não deverão superar a cinco milhões de toneladas. Em 1983 e 1984, o volume base será o mesmo, com possibilidade de acréscimo de 500.000t nos dois anos. Em 1985 e 1986, a quantidade básica deverá ser reduzida a 4,5 milhões de toneladas com possibilidade de acréscimo de 450.000t nos dois períodos, o que mostra a dificuldade dos países em desenvolvimento em comercializarem seus produtos no mercado internacional.

- Situação Interna

A produção nacional de mandioca em 1982 está estimada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 24,9 milhões de toneladas, contra 24,8 milhões em 1981.

A área cultivada com mandioca no Estado de São Paulo em 1981/82 está estimada pelo IEA em 51.200ha, 3,9% inferior a 1980/81, enquanto que a produção deverá aumentar de 672.000t para 725.000t em 1981/82.

O preço médio recebido pelos agricultores paulistas, cujo padrão de variação estacional é apresentado na figura 7, em maio de 1982 foi de Cr\$6.507,80 por tonelada, contra Cr\$5.023,20 no mesmo mês do período anterior, conforme dados do IEA.

Entre os principais fatores de influência na variação da área cultivada com mandioca, salienta-se o comportamento do mercado da farinha. Durante o período de 1981 - e até o presente mês - o mercado tem se apresentado fraco, com tendência a estável, e a indústria operando abaixo de sua capacidade, restringindo, portanto, as compras de raiz, o que mantém os preços deprimidos. Os preços das farinhas de mandioca, crua grossa ou crua fina, no mercado

atacadista de São Paulo, em maio de 1982, foram de Cr\$35,00 por quilograma, mesmo nível observado em maio do ano anterior.

Nos círculos industriais, aponta-se como saída para reduzir os estoques de farinha e incrementar a compra de raiz a utilização dos mecanismos de EGF, que se constituiria em estímulo para renovação da cultura. Todavia, para que isso ocorra é necessário que os preços recebidos pelos produtores se elevem, pois no momento, início do período de safra, os preços estão variando entre Cr\$4.000,00 e Cr\$5.000,00 por tonelada na principal região produtora, enquanto que o preço mínimo é de Cr\$4.813,62 por tonelada.

Nos meses de setembro a dezembro, as indústrias dos Estados de Santa Catarina e Paraná não operam, e assim é provável que as paulistas intensifiquem a atividade neste período, podendo ocorrer maior demanda pelo produto no mercado interno.

O Valor Básico de Custeio (VBC) na quarta faixa de produtividade para a safra 1982/83 foi fixado em Cr\$60.200,00/ha, contra Cr\$30.800,00 em 1981/82, ou seja, acréscimo de 95,4%. A estimativa de custo operacional do IEA para a safra 1982/83 é de cerca de Cr\$74.800,00/ha, contra Cr\$51.800,00 em 1981/82, representando acréscimo de 44,4%.

Mesmo assim, a melhoria observada na relação VBC/custo operacional não deverá se refletir em expansão de área, face aos baixos preços recebidos pelo agricultor na safra 1981/82. Por outro lado, a retirada do subsídio do trigo poderá se constituir em fator de estímulo, uma vez que a elevação de preços da farinha de trigo deverá tornar novamente viável a adição de farinha de mandioca naquela.

A utilização de mandioca para álcool é praticamente desprezível no Estado de São Paulo, pois até 24/05/82 havia apenas uma proposta aprovada pelo CENAL, de usina autônoma com capacidade de 60.000 litros diários na DIRA de Marília. Assim, as perspectivas para o ano agrícola 1982/83 são de manutenção de área.

(IEA, 30/07/82)

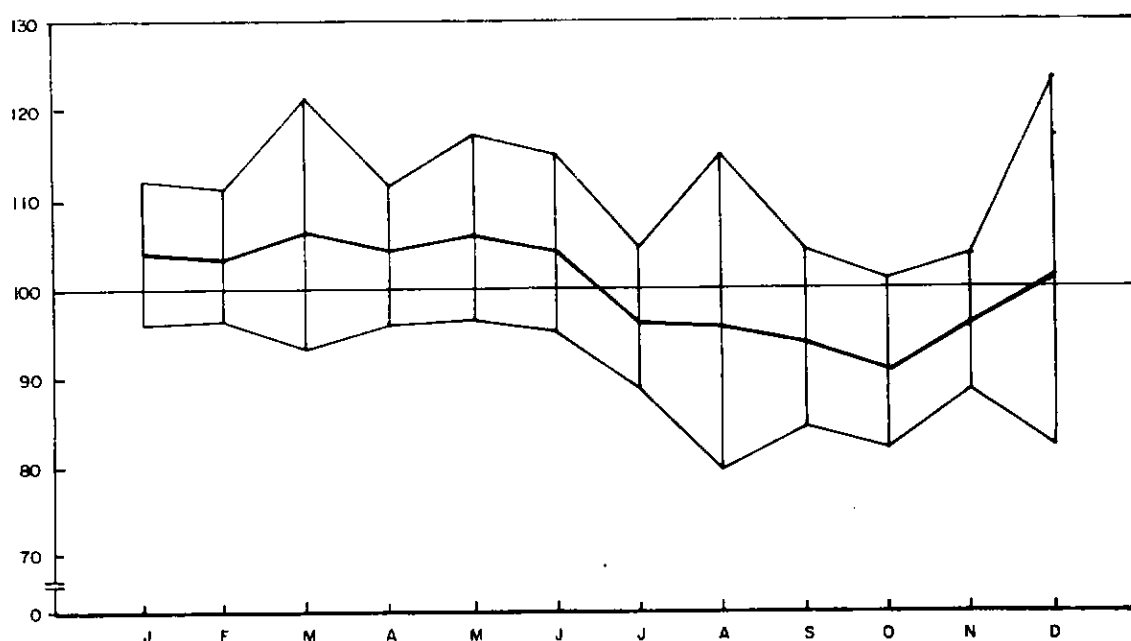


FIGURA 7. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Agricultores, Mandioca para Indústria, Estado de São Paulo, 1971-80.

QUADRO 87 . - Produção Mundial de Mandioca, 1976-78 a 1982

(em milhão de toneladas) ⁽¹⁾

País	1976-78 ⁽²⁾	1979	1980	1981	1982
Brasil	25,6	24,9	24,6	24,5	24,3
Colômbia	2,0	2,1	2,6	2,7	2,8
Outros	<u>3,4</u>	<u>4,3</u>	<u>4,4</u>	<u>4,4</u>	<u>4,5</u>
América Latina	31,6	31,3	31,6	31,6	31,6
Angola	1,7	1,8	1,9	2,0	2,1
Ghana	2,2	2,2	2,3	2,3	2,3
Moçambique	2,5	2,7	2,8	2,8	2,9
Nigéria	10,6	10,5	11,0	11,3	11,5
Tanzânia	4,3	4,6	4,6	4,6	4,6
Zaire	11,9	12,0	12,5	12,8	13,1
Outros	<u>10,7</u>	<u>11,8</u>	<u>11,8</u>	<u>12,3</u>	<u>12,1</u>
África	43,9	45,6	46,9	48,1	48,6
China	2,5	2,7	3,2	3,5	3,5
Índia	6,5	6,1	6,0	6,0	6,5
Indonésia	12,5	13,8	13,5	13,4	13,5
Tailândia	13,6	12,1	13,5	16,0	12,5
Outros	<u>5,7</u>	<u>7,2</u>	<u>7,3</u>	<u>7,0</u>	<u>6,5</u>
Ásia	40,8	41,9	43,5	45,9	42,5
Total mundial	116,4	118,9	122,0	125,6	122,7

⁽¹⁾ Equivalente em raízes.

⁽²⁾ Média em período

⁽³⁾ Produção é toda em raízes em desenvolvimento.

Fonte: Organização de Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO).

QUADRO 88. - Exportação e Importação Mundial de Mandioca, 1976-78 a 1981

(em 1.000 toneladas) (1)

País	Exportação				Importação			
	1976/78(2)	1979	1980	1981	1977/78	1979	1980	1981
Brasil	9	49	30	20	-	-	-	-
Outros	22	23	20	15	3	4	1	1
América Latina	31	72	50	35	3	4	1	1
Angola	13	-	-	-	-	-	-	-
Malawi	6	7	7	7	-	-	-	-
Tanzânia	46	182	156	50	-	-	-	-
Togo	14	1	1	1	-	-	-	-
Outros	11	19	19	12	1	1	1	1
África	90	209	183	70	1	1	1	1
China	37	250	950	1.050	-	-	-	-
Coreia	-	-	-	-	31	-	-	-
Índia	46	-	12	10	-	-	-	-
Indonésia	564	1.931	1.090	1.200	-	-	-	-
Malásia	125	47	47	40	-	-	-	-
Singapura	-	-	-	-	63	50	62	60
Tailândia	12.242(3)	12.071	12.250	14.900	-	-	-	-
Outros	197	32	80	50	252	239	228	440
Ásia	13.211	14.331	14.429	17.250	346	289	290	500
Estados Unidos	-	-	-	-	193	164	139	125
Outros	-	-	-	-	10	7	2	5
América do Norte	-	-	-	-	203	171	141	130
CEE	-	-	-	-	12.058	13.740	12.579	15.100
Outros	-	-	-	-	3	28	24	25
Europa Ocidental	-	-	-	-	12.061	13.768	12.603	15.125
Europa Oriental e URSS	-	-	-	-	-	60	1.100	1.200
Japão	-	-	-	-	494	414	399	400
Total mundial	13.338	14.612	14.662	17.355	13.110	14.707	14.540	17.357

(1) Equivalente em raízes

(2) Média do Período

(3) Preliminares

Fonte: Food and Agricultural Organization (FAO)

- MILHO

- Panorama Internacional

A produção mundial de milho estimada para 1981/82 atingiu novo recorde de 438,5 milhões de toneladas, com aumento de 8,8% sobre o volume obtido na safra passada. Este acréscimo deve-se quase que exclusivamente à extraordinária safra americana, a qual, por sua vez, é também um recorde de produção de milho daquele país, compensando as reduções para a Argentina, África do Sul, Rússia e China (quadro 89).

O consumo mundial deste grão, que vinha registrando um contínuo ritmo de crescimento nos últimos anos, sofreu relativa estagnação a partir de 1979/80. Tal fato é atribuído à crise econômica mundial, com reflexos na produção de animais e, como decorrência, na demanda de milho destinado à sua alimentação (ração), notadamente nos países industrializados, onde o consumo de milho para forragem é elevado.

Assim, o acréscimo da produção mundial de milho, de aproximadamente 35 milhões de toneladas, deverá superar largamente o consumo, estimado com pequeno crescimento de 0,4%. Como consequência, em setembro próximo os estoques finais deverão ser consideráveis, da ordem de 73,8 milhões de toneladas ou 51% superior ao registrado em 1980/81.

Em função dos grandes volumes produzidos e exportados, os Estados Unidos exercem forte pressão sobre o mercado internacional, influenciando na formação dos preços de milho. A oferta americana em 1981/82, segundo estimativa de junho do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), alcançou 234,5 milhões de toneladas de milho considerando-se o recorde de produção de 208,3 milhões de toneladas adicionadas ao estoque inicial de 26,2 milhões de toneladas. Internamente, o consumo de milho deverá ser somente pouco superior ao do ano anterior (+4,2%) de 129 milhões de toneladas, devido ao menor ritmo de expansão da produção de animais em relação a 1980/81. As exportações americanas de milho, que representam de 75% a 80% do comércio internacional, deverão sofrer redução de cerca de 8%, atingindo um volume de 55,2 milhões de toneladas. O balanço da oferta e procura de milho dos Estados Unidos indica um estoque final estimado de 50,1 milhões de toneladas, volume recorde que representa quase 70% do montante mundial.

Portanto, o quadro de produção recorde, face a uma redução de consumo, aliado a uma diminuição nas exportações e aos elevados estoques finais, configuraram o comportamento deprimido das cotações deste grão na bolsa de Chicago nos últimos meses.

Pela primeira vez em muitos anos, houve declínio nos níveis dos preços do mercado internacional do milho em confronto ao ano anterior. Em maio próximo passado, a cotação média de milho (Bolsa de Chicago) era de US\$104,15/t, enquanto a posição no mesmo período de 1981 era de US\$135,22/t, ou seja, uma queda de 23%.

As maiores importações previstas pela União Soviética, Espanha e Portugal não foram suficientes para compensar as reduções verificadas pelo México, CEE e Europa Oriental, afetando significativamente as exportações dos Estados Unidos, maior exportador. Os demais países tradicionais exportadores, como Argentina, África do Sul e Tailândia, fortaleceram suas exportações, embora pequenas se comparadas com os EUA. A União Soviética, que tem despontado como forte importadora, incrementou suas compras de milho e de outros grãos forrageiros na Argentina, Canadá e Austrália, o que contribuiu para o enfraquecimento das exportações americanas.

Para o restante da temporada, são previstos níveis estáveis de preços internacio

nais de milho. As atenções do mercado, no momento, voltam-se para as previsões de safra 1982/83 dos Estados Unidos, as quais deverão indicar as próximas tendências de preços. Segundo o USDA, a safra americana 1982/83 deverá ser inferior a do ano em curso, em vista da adoção de política de redução de área plantada com este grão tipo "set aside", a fim de aliviar a pressão de oferta no período próximo. Entretanto, este mesmo órgão estima uma oferta total, em 1982/83, em torno de 245,2 milhões de toneladas (4,5% superior), constituída da produção prevista de 195 milhões de toneladas acrescida do estoque remanescente.

- Situação Interna

A safra nacional de milho para o ano agrícola 1981/82, segundo estimativa de maio da Comissão de Financiamento da Produção (CFP), deverá atingir 23.455,5 mil toneladas, representando acréscimo de 4% em relação à safra passada. O balanço de oferta e demanda para o ano em curso estima oferta global de 24.865 mil toneladas, resultante da produção somada à cerca de 1.409,5 mil toneladas do estoque inicial em primeiro de janeiro de 1982. Prevendo-se consumo em torno de 22.500 mil toneladas, em vista do modesto crescimento de 0,5% comparativamente ao do ano anterior, pode-se esperar para o final da temporada um estoque remanescente de 2.365 mil toneladas. Entretanto, essas estimativas estarão sujeitas a reajustes, face à instabilidade da safra do Norte e Nordeste, ainda por colher.

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou em abril p.p. previsão da produção nacional de 21.774,1 mil toneladas, ou seja, aproximadamente 1,5 milhão de toneladas inferior à da CFP.

Essa última previsão está mais de acordo com os dados da indústria do setor que estimou a produção nacional corrente em 20.140 mil toneladas, as quais, adicionadas ao estoque de 800 mil toneladas, indicariam oferta de 20.940 mil toneladas para o corrente ano. O consumo previsto por essa entidade é da ordem de 19.590 mil toneladas, sendo que desse total 13.070 mil toneladas destinam-se à indústria de moagem, ração e semente e o restante ao auto consumo. Por este balanço, 1983 iniciaria com estoque de 1.350 mil toneladas.

Nota-se, pelos dois balanços, uma diferença de estoques ao redor de um milhão de toneladas. As discrepâncias estatísticas podem causar elevadas perdas em termo de receita bruta do produtor, pois as cotações do produto, durante a comercialização, podem ser manipuladas em benefício de determinados grupos ou objetivos.

A safra de milho 1981/82 no Estado de São Paulo, segundo as estimativas de abril do IEA/CATI, indica volume produzido da ordem de 3.391,2 mil toneladas para a área plantada de 1.325,4 mil hectares, representando acréscimos de 23,2% e 12,6%, respectivamente em relação à safra passada (quadro 90). O considerável aumento da produção é creditado ao VBC satisfatório e sobretudo ao preço mínimo do produto, que foram considerados estimulantes quando comparados aos dos demais produtos. Portanto, com o instrumento do crédito, atraiu-se médios e grandes produtores para esta lavoura, principalmente os de soja, de maior sentido empresarial, que deixaram de plantar esta oleaginosa para aumentar suas áreas com milho. Este fato, combinado com as condições climáticas, no geral favoráveis, e a difusão do Prô-Milho, programa do governo estadual que visa estimular o aumento da produtividade, podem ser responsáveis pelo bom desempenho da produtividade paulista (2.559kg/ha, 9,3% superior a de 1980/81), mas ainda bastante aquém daquele que seria possível obter, se comparado ao obtido nos Estados Unidos e outros importantes países produtores.

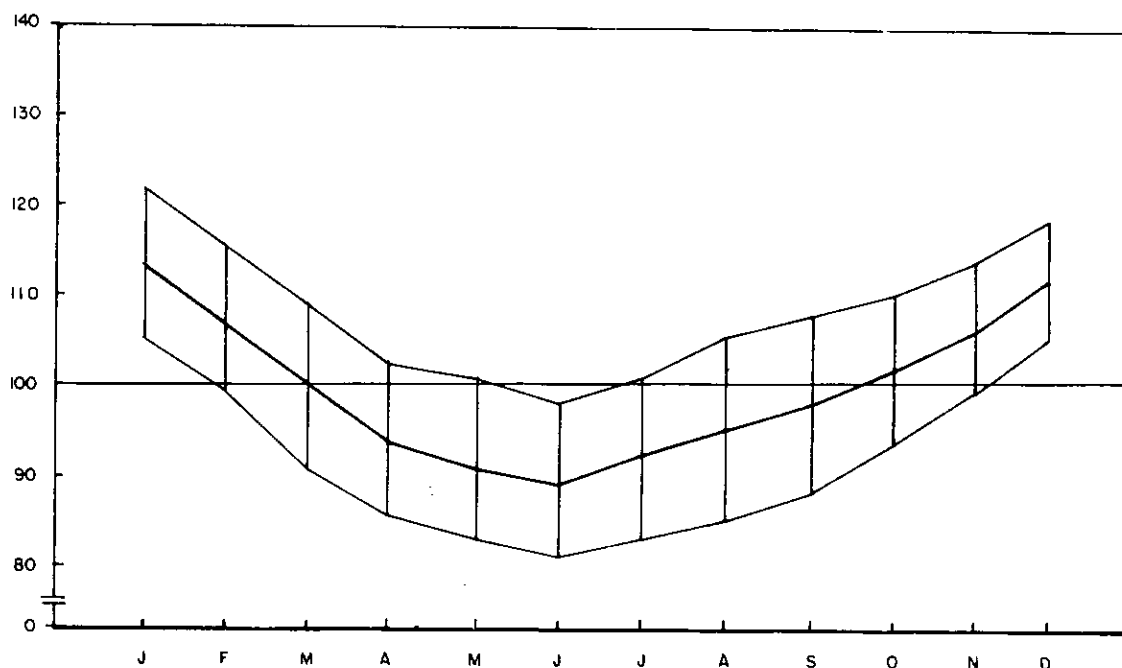


FIGURA 8. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Agricultores, Milho, Estado de São Paulo, 1971-80.

No tocante à comercialização desta safra, tanto no Estado de São Paulo como em todo o Centro-Sul, onde se concentra o pólo de produção e consumo de milho do País, pode-se dizer que ela está sendo similar a do ano passado. O reduzido número de negócios limitados a pequenos lotes, vigorou durante os primeiros meses do ano, caracterizando uma comercialização lenta, com a evolução dos preços de mercado desfavoráveis ao produtor. Os preços recebidos pelos produtores do Estado de São Paulo apresentaram-se decrescentes a partir de janeiro, época da entrada do produto da nova safra, com agravante de estarem abaixo do mínimo pago pelo governo, persistindo esta tendência até o mês de junho. Em termos reais, esses preços representam os níveis mais baixos dos últimos cinco anos (quadro 91 e figura 8), situando-se no mesmo nível de preços de 1977, ano cujas cotações foram reflexos da elevada oferta verificada.

A maior comercialização, notadamente nos Estados de Goiás e Paraná, foi de aquisição do Governo, que este ano liberou vultuosos recursos para compra e financiamento da comercialização de milho. O volume da safra nacional em posse do Governo, segundo CFP, até meados de junho, era de 1.710 mil toneladas através de Aquisição do Governo Federal (AGF) e 810 mil toneladas através de Empréstimo do Governo Federal (EGF). Face a uma boa safra, grande volume de oferta e preços estáveis, a superioridade do montante em AGF sobre EGF representa a própria configuração do mercado, onde as expectativas pouco animadoras dos produtores em termos de reação de preços a curto prazo fizeram que optassem pela venda direta ao Governo. No segundo semestre, o mercado deverá estar mais aquecido com a redução de volume de milho em EGF, o que provavelmente, não cobrirá as necessidades de consumo, considerando-se que a maior disponibilidade de milho estará com o Governo.

A atual situação do mercado (meses de julho/agosto) não é somente de consumo depri

mido frente a uma boa safra, mas também de altos juros sobre estoques, que vêm dificultando a imobilização de milho por parte das indústrias que mantiveram uma política de compra mais longa ou "da mão para boca". Essa política visa a transferência dos encargos financeiros de armazenagem ao produtor, que se encontra na alternativa de venda ao Governo ou a níveis de preços inferiores, que vigoram no mercado.

A avicultura e a suinocultura, setores significativos no consumo de milho através de ração (ao redor de 50% do total) desaceleraram seu ritmo de crescimento desde o ano passado, principalmente devido aos péssimos resultados financeiros obtidos em suas atividades. Estimativas preliminares indicam crescimento na avicultura brasileira em 1982, embora em índices bastante abaixo das taxas médias alcançadas em anos passados, quando atingiram crescimento de 20% ao ano.

A produção nacional de ração em 1981 sofreu decréscimo de 7,8% sobre a produção de 1980, com previsão de que a produção de 1982 mantenha-se nos mesmos níveis do ano passado.

Existem alguns fatores que conduzem a uma possível reversão de mercado nos próximos meses. A disponibilidade de milho em agosto, ainda não comercializada, deverá escassear, devido ao término da colheita em quase todo o Centro-Sul. O Estado de São Paulo, além de deficitário em seu abastecimento, com consumo previsto em torno de 5,5 milhões de toneladas, supre outros mercados como o do Rio de Janeiro e Espírito Santo e uma vez reduzida as ofertas internas, inevitavelmente, iniciar-se-á pressão de compra em outros estados produtores, notadamente Paraná e Goiás, onerando o produto com o custo de frete e ICM. A nova configuração de mercado, com preços mais elevados, poderá se tornar indicativa para o plantio da próxima safra.

Outros fatores possivelmente favoráveis à reação nos preços do segundo semestre seriam o impacto do novo preço mínimo da safra 1982/83, o volume dos estoques em poder do Governo e a entressafra do boi, favorecendo o consumo de carne de aves e suínos e indiretamente o fortalecimento do consumo de milho.

Em julho corrente foi autorizada a exportação de 150 mil toneladas de milho dos estoques da CFP para este ano ainda. Aberta a concorrência os preços propostos pelos interessados não foram julgados satisfatórios pelo Governo. No entanto, será novamente reaberta e, caso se concretize a exportação, esta será mais um indicador para uma possível reação nos preços.

Com respeito à tendência da safra vindoura de milho no Estado de São Paulo, os fatores disponíveis não permitem prever aumento de área. Os valores Básicos de Custeio para a safra 1982/83, nas diferentes faixas de produtividade estimadas pelo IEA, indicam uma relação VBC/custo variando entre 41% a 57%. O resultado econômico da lavoura não permitiu a cobertura do restante do custo de produção. Assim caberá aos produtores que não possuem recursos próprios a alternativa de tomar financiamento a taxas de mercado para complementar o crédito subsidiado. Não obstante, o indicador principal para determinar a tendência no plantio continua a ser o preço de mercado, que salvo para os produtores que tiveram acesso aos bancos, situou-se abaixo do mínimo e foi declinante em termos reais, frustrando as expectativas de comercialização pelos produtores, servindo com fator desestimulante.

No entanto, a retirada gradual do subsídio ao trigo, evidenciando a necessidade de estimular o consumo de milho, e o compromisso brasileiro de fornecimento de milho à União Soviética a partir do próximo ano exigem medidas para manter a produção crescente para atender à demanda interna.

Face a esse contexto, o teto para comercialização futura, ou seja, o preço mínimo corrigido pelo INPC, assume papel preponderante como fator de estímulo ao plantio. Há de se considerar, também, que as poucas alternativas de lavouras substitutivas ao milho, aliadas aos indícios de reação no mercado coincidente com o período de decisão de plantio, poderão conduzir a uma área plantada semelhante a verificada em 1981/82, ou com eventual acréscimo.

QUADRO 89. - Produção, Consumo e Estoque Final de Milho a Nível Mundial e Comércio Internacional, 1977/78 a 1981/82
(em milhão de toneladas)

Ítem	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	Δ 1981/82 1980/81
Produção						
Estado Unidos	165,2	184,6	201,7	168,8	208,3	+23,4
China	49,5	55,9	60,0	59,7	59,0	-1,2
Europa Oriental	29,8	27,7	34,4	30,0	30,0	0
Brasil	13,6	16,3	20,2	22,6	24,0	+6,2
CEE	16,2	16,9	18,1	17,7	18,6	+5,1
México	9,7	10,2	9,2	10,4	11,4	+9,6
Argentina	9,7	9,0	6,4	13,0	9,5	-26,9
África do Sul	10,2	8,3	10,8	14,2	11,5	-19,0
Rússia	11,0	9,0	8,4	9,5	8,4	-11,6
Tailândia	1,7	2,8	3,3	3,2	3,8	+18,7
Outros	48,4	50,4	50,4	54,0	54,0	0
Total mundial	365,0	391,1	422,9	403,1	438,5	+8,8
Consumo	357,9	388,7	413,4	411,9	413,5	+0,4
Estoque final	46,1	48,2	57,7	48,9	73,8	+50,9
Comércio Internacional	60,9	66,0	74,7	78,3	75,7	-3,3

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 90. - Área, Produção e Rendimento da Cultura de Milho por DIRA, Estado de São Paulo, 1978/79 a 1981/82

DIRA	Área (1.000 ha)				Produção (1.000 t)				Rendimento (kg/ha)			
	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82 (1)	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82 (1)	1978/79	1980/80	1980/81	1981/82 (1)
São Paulo	14,6	20,4	16,3	32,3	31,2	41,4	36,3	96,0	2.137	2.029	2.227	2.972
Vale do Paraíba	18,7	20,8	31,1	23,7	29,4	36,6	45,9	45,0	1.572	1.760	1.476	1.899
Sorocaba	204,8	231,1	211,4	231,8	366,6	412,2	478,2	582,6	1.790	1.784	2.262	2.513
Campinas	103,3	84,7	167,9	170,0	235,8	235,8	366,0	337,8	2.283	2.784	2.180	1.987
Ribeirão Preto	233,6	188,9	206,2	280,5	654,6	554,4	607,2	841,2	2.802	2.935	2.945	2.999
Bauru	40,8	50,7	47,9	80,1	84,0	99,6	87,3	184,2	2.059	1.964	1.823	2.300
São José do Rio Preto	151,4	141,4	161,8	188,8	354,6	347,4	364,5	510,0	2.342	2.457	2.253	2.701
Araçatuba	113,0	105,5	118,2	110,0	258,0	281,4	297,6	306,0	2.283	2.667	2.518	2.782
Presidente Prudente	78,8	58,4	96,5	87,2	98,4	96,0	196,5	200,4	1.249	1.644	2.036	2.298
Marília	95,5	100,2	119,3	121,0	164,4	231,0	273,3	288,0	1.721	2.305	2.291	2.380
Total	1.054,5	1.002,1	1.176,6	1.325,4	2.277,0	2.335,8	2.752,8	3.391,2	2.159	2.331	2.340	2.559

(1) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 91.- Preços Médios Mensais de Milho Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, 1978-82
(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	1978		1979		1980		1981		1982	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	98,60	760,09	190,90	1.035,02	293,60	876,40	818,90	1.158,99	1.032,60	750,70
Fev.	101,80	758,68	164,90	861,77	279,40	800,20	754,40	984,19	995,40	677,17
Mar.	105,60	762,31	155,10	766,36	274,10	736,59	682,80	829,74	982,20	623,21
Abr.	117,50	820,49	154,40	734,97	277,10	704,36	623,20	718,05	981,30	590,94
Mai.	128,30	845,25	159,80	743,33	280,60	670,52	617,40	669,82	944,80	536,17
Jun.	135,50	884,90	163,00	732,77	293,80	663,22	614,00	637,64
Jul.	132,20	839,51	168,50	725,85	364,60	758,88	634,00	626,58
Ago.	129,30	799,59	193,00	785,74	442,00	860,49	674,00	624,12
Set.	133,50	805,03	223,20	843,63	466,80	863,11	745,90	657,36
Out.	145,10	850,42	245,00	880,06	573,00	984,18	793,10	669,85
Nov.	165,70	945,22	256,10	871,43	721,90	1.153,02	915,00	733,83
Dez.	182,00	1.022,60	278,40	882,72	755,40	1.139,22	1.016,80	785,68

⁽¹⁾ Preços corrigidos pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica, em cruzeiro de 1981.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- OLEAGINOSAS: SOJA, AMENDOIM E MAMONA

- Panorama Internacional

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) estimou a produção mundial de oleaginosas, em 1981/82, em 172,6 milhões de toneladas contra 158,7 milhões em 1980/81.

A produção mundial das dez principais oleaginosas em 1981/82 está estimada em 166,2 milhões de toneladas, 8,3% superior a de 1980/81. A participação da soja na produção mundial de oleaginosas divulgada pelo USDA, em maio de 1982, com referência ao ano agrícola 1981/82, foi de 50,6%; a do amendoim, de 10,7%; e a de mamona, de 6,0%.

A oferta mundial (produção + estoques iniciais) das dez principais oleaginosas alcançou em 1981/82 o nível mais alto dos últimos cinco anos, cerca de 185,6 milhões de toneladas, representando acréscimo da ordem de 4,4% em relação à oferta do ano anterior.

Por outro lado, verificou-se elevação de 6,1% no consumo mundial em 1981/82, atingindo volume de 168,1 milhões de toneladas, resultando em estoques finais de 17,5 milhões de toneladas, 9,8% inferiores aos da safra passada (quadro 92).

O consumo mundial de farelos protéicos está estimado em 98,2 milhões de toneladas no ano comercial 1981/82, apresentando acréscimo de 7% em relação a 1980/81. Deste total, o farelo de soja representa 62,2%, com volume estimado em 61,1 milhões de toneladas em 1981/82, e crescimento de 7,3% em relação ao ano anterior. Para o farelo de amendoim, o consumo mundial está estimado em 3,84 milhões de toneladas em 1981/82, verificando-se aumento de 20,8% em relação ao nível de consumo de 1980/81.

- Soja

As cotações internacionais da soja em grão apresentaram decréscimos sucessivos no decorrer de 1981, ante as expectativas de maior produção mundial de oleaginosas (quadro 93). Nesse ano, a cotação média foi de US\$288,42/t CIF-Rotterdam, 3% inferior à média alcançada em 1980. Comparando-se os primeiros cinco meses de 1982 com o mesmo período de 1981, as cotações médias foram de US\$268,20/t e US\$297,00/t respectivamente, ou seja, apresentaram queda da ordem de 14%. Para o farelo de soja, as cotações médias foram de US\$252,66/t e US\$266,90/t em 1982 e 1981, respectivamente, representando queda de 14,2%.

De todos os itens do complexo soja, o óleo foi o que apresentou maior decréscimo na cotações médias anuais. Em 1981 a cotação média foi de US\$463,80/t, 10,7% inferior à de 1980 (quadro 94). Considerando-se apenas os cinco primeiros meses de 1982, este decréscimo se eleva, passando para 11,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Entretanto, se comparados os desempenhos de preços do complexo soja no primeiro semestre de 1982, verifica-se que o de óleo de soja foi o que apresentou menores decréscimos, devido a uma reativação de demanda mundial por este item em particular.

Para 1982/83, o USDA prevê produção mundial de oleaginosas entre 168 e 182 milhões de toneladas, com média potencial de 175 milhões de toneladas, o que configura aumento de a penas 1% em relação a 1981/82, mas suficiente para que não sejam esperadas grandes recupera ções nos preços internacionais para o próximo ano comercial.

A previsão do USDA para a safra estadunidense de soja em 1982/83 é de 57,1 milhões de toneladas.

- Amendoim

A produção mundial de amendoim em casca teve grande expansão neste ano agrícola de 1981/82, passando de 15,9 milhões de toneladas em 1980/81 para 18,5 milhões de toneladas, ou seja, aumento de 16,2%. Este bom desempenho da cultura deveu-se, sem dúvida, à rápida recu peração das cotações internacionais, de meados de 1980 até setembro de 1981, quando a tonela da passou de cerca de US\$450 para US\$700/750. No segundo semestre de 1981, a perspectiva de grande safra mundial inverteu aquela tendência, de tal forma que as cotações nos primeiros meses do ano em curso voltaram àquele nível anterior (quadro 95).

Os países que mais contribuíram para o incremento da produção de amendoim em cas ca foram os Estados Unidos, que após a grande quebra de sua safra em 1980/81 — quando produ ziu 1,04 milhão de toneladas — colheu, em 1981/82, 1,81 milhão de toneladas; a China, dando continuidade ao processo de rápido crescimento em sua produção (produtividade), passou de 3,60 para 3,83 milhões de toneladas; a Índia voltou à média de produção alcançada entre 1975 e 1979, tendo produzido 6 milhões de toneladas neste ano agrícola de 1981/82, quando produ ziu apenas 5,02 milhões em 1980/81; o Senegal também recuperou, em 1980/81, os níveis daque le quinqüênio, produzindo 900 mil toneladas contra apenas 489 mil de 1980/81.

- Mamona

A produção mundial de mamona em 1981/82, conforme dados preliminares, foi de 895 mil toneladas, contra 837 mil toneladas em 1980/81. Da produção mundial de óleo de mamona, o Brasil foi o maior participante com 119 mil toneladas (35%) em 1981/82, contra 127 mil tone ladas em 1980/81. Em 1981/82, a Índia, segunda maior produtora, apresenta-se com 97 mil to neladas (29%).

As cotações internacionais do óleo de mamona no primeiro semestre de 1982 foram inferiores às registradas no mesmo período de 1980 e 1981, o que é atribuído à estagnação da demanda, devido à diminuição da atividade econômica em alguns países (quadro 96).

- Situação Interna

A produção brasileira de soja, segundo estimativas preliminares, é de 13,0 milhões de toneladas em 1981/82, o que representa queda de 13,3%, tanto em relação à safra obtida no ano passado, como em relação às expectativas iniciais de produção para esta temporada. Essa reversão teve como principal causa as três estiagens sucessivas verificadas nos primeiros meses do ano no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, acarretando uma diminuição na produtividade, atualmente estimada em 1.550 a 1.590kg/ha, a nível de Brasil. Também a área de plantio de soja estimada em 8,22 milhões de hectares, 3% inferior a do ano passado, aliada ao menor uso de insumos nas lavouras, em decorrência de menores tetos de financiamentos, contribuíram para este resultado.

O Rio Grande do Sul, que nos últimos dois anos figurava como principal estado produtor, teve sua participação na produção nacional reduzida de 40,7%, em 1980/81, para 32,3% em 1981/82. O Paraná teve sua participação aumentada, passando de 33,2% em 1980/81 para 34,6% em 1981/82. Já São Paulo apresentou ligeiro decréscimo, de 8,7% para 8,5% nesta safra. Mato Grosso do Sul e Santa Catarina aumentaram sua representatividade em relação à safra passada, passando o primeiro de 8,7% para 10,8%, e o segundo de 4,0% para 4,6% (quadro 97).

As estimativas de exportação dos produtos do complexo soja revelam um maior volume embarcado de farelo e óleo de soja em 1981 em relação a 1980, com preços médios de US\$240,00/t e US\$499,40/t, respectivamente. Dos itens do complexo, o farelo de soja foi o que apresentou melhor desempenho, tanto em termos de volume exportado como em termos de preço, gerando receita de exportação de 2.136,2 milhões de dólares. Por sua vez, as exportações de soja em grão em 1981 apresentaram decréscimo em volume, embora compensado por uma melhoria nos preços médios, que passaram de US\$254,33/t em 1980 para US\$278,45 em 1981. No primeiro trimestre de 1982, o volume exportado de soja em grão foi de 72,2 mil toneladas; o de farelo, de 1.688,9 mil toneladas e o de óleo bruto, de 127,4 mil toneladas, a preços médios inferiores aos obtidos em 1981 (quadro 98).

O balanço de oferta e demanda do complexo soja para o ano comercial 1981/82, em cerrado em 28/02/82, revela que o consumo interno de farelo de soja foi de 2,29 milhões de toneladas, 15,2% inferior ao da temporada passada, constituindo-se em um indicador da retração pela qual passam tanto a avicultura e a suinocultura, como a pecuária de leite.

O consumo interno de óleo de soja, no ano comercial 1981/82, foi de 1,36 milhão de toneladas, 5,6% menor que o de 1980/81, quando atingiu cerca de 1,44 milhão de toneladas.

Em 1982, foi adotada a livre comercialização da soja, ao contrário dos anos anteriores, em que o processo adotado era o de estabelecimento de quotas, que visava garantir o suprimento interno dos produtos do complexo soja.

Com a quebra da produção brasileira, o problema do abastecimento interno esteve em evidência nos últimos três meses, principalmente no que se refere ao óleo de soja, dada a escassez de matéria-prima para industrialização, aliada a baixos estoques em poder das indústrias.

Entretanto, se as necessidades internas de farelo e óleo de soja para a temporada 1982/83 mantiverem-se nos mesmos níveis da temporada passada, não deverão ocorrer problemas de abastecimento desde que a exportação do complexo soja fique restrita a níveis inferiores ao de 1981/82. As exportações de soja em grão para o ano comercial 1982/83 são previstas em cerca de um milhão de toneladas; as de farelo, em 7,3 milhões de toneladas; e as de óleo de soja (incluindo "draw-back"), em 850 mil toneladas. Já as previsões de importação de soja em grão são da ordem de 1,0 a 1,5 milhão de toneladas, contra as 990 mil efetivamente impor

tadas em 1981/82, e as de óleo de soja em 50 mil toneladas, sendo que em 1981/82 não ocorreu importação.

Os preços correntes recebidos pelos agricultores paulistas, por saca de 60kg de soja em grão, em 1981, resultaram em média anual de Cr\$1.062,00, sendo em termos reais, 15,2% inferior de 1980 (quadro 99 e figura 9).

Como consequência da queda na produção interna de soja, verificou-se uma alta generalizada em todos os itens do complexo no primeiro semestre de 1982. Comparando-se os preços médios correntes recebidos pelos agricultores paulistas nos cinco primeiros meses de 1981 e de 1982, observa-se acréscimo de 86,9% em 1982, embora 19,8% inferiores em termos reais.

No mercado atacadista de São Paulo, o preço médio do óleo de soja em caixas de 36 latas de 900ml foi de Cr\$2.747,00 em 1981, apresentando alta de 101,3% em relação a 1980. Em 1982, face à menor disponibilidade de matéria-prima para industrialização, o preço médio do óleo de soja nos cinco primeiros meses do ano apresentou média de Cr\$4.429,00/cx. de 36 latas de 900ml, o que corresponde a uma alta de 95,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A elevação nos preços do óleo de soja levou o Governo Federal a tomar uma série de medidas a fim de contê-los. A primeira delas foi a isenção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), até então de 25%, nas operações de câmbio para compras externas do produto, viabilizando sua importação, logo acompanhada pelas seguintes medidas: suspensão das compras de óleo refinado para formação de estoque regulador de 100 mil toneladas; suspensão dos financiamentos (EGFs) especiais para estocagem de óleo em bruto pelas indústrias (que não chegaram a ser iniciados); restrição dos EGFs para as cooperativas, a fim de forçar as vendas de soja em grão; suspensão dos financiamentos para aquisição de óleo pelas empresas comer

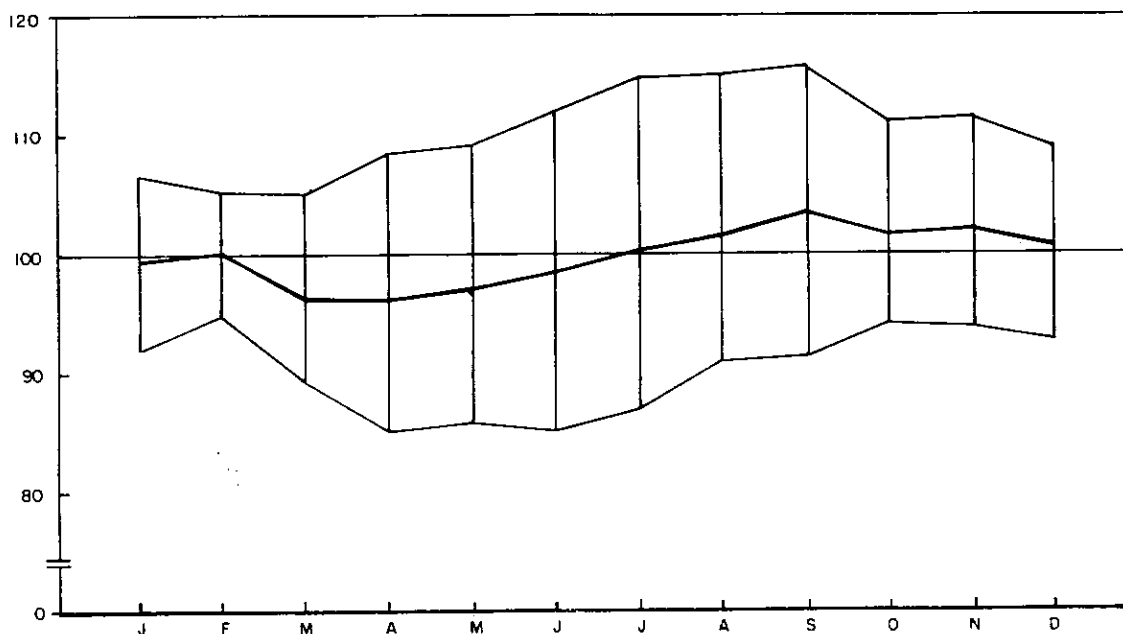


FIGURA 9. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Agricultores, Soja, Estado de São Paulo, 1971-80.

ciais exportadoras; suspensão dos incentivos às exportações do óleo através dos financiamentos subsidiados da Resolução 674; eliminação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), de 16%, nas operações de importação do produto; permissão de recompra de contratos de óleo anteriormente negociados para o exterior; e venda de óleo refinado em embalagens plásticas na periferia das cidades, para baratear o custo do produto.

Entretanto, o efeito dessas medidas só deverá ser sentido a médio e longo prazos, devido não só à defasagem entre suas aplicações e os acontecimentos de mercado, como também à desproporção entre demanda e oferta nos primeiros meses do ano, pressionando os preços para cima.

Também o preço médio do farelo de soja, no mercado atacadista de São Paulo, apresentou variação positiva de 123% em 1981 em relação a 1980, quando alcançou Cr\$8,84/kg. Já nos primeiros cinco meses de 1982, esta variação foi de 105% em relação ao mesmo período do ano anterior, evidenciando, assim como no óleo de soja, o aumento nos preços da matéria-prima.

Segundo levantamentos realizados pelo IEA/CATI, em abril de 1982, a área plantada de soja no Estado de São Paulo foi estimada em 505,6 mil hectares, 11,7% inferior à do ano passado. A produtividade das lavouras nesta safra foi estimada em 2.207kg/ha, ligeiramente menor que a de 1981, contribuindo para alcançar uma produção de 1.116 mil toneladas, 12,7% inferior à da safra passada.

Quanto à previsão de área a ser plantada com soja em 1982/83, no Estado de São Paulo, as perspectivas não animadoras. A tendência principal é de estabilidade da área plantada a níveis próximos aos desta safra. Numa perspectiva mais otimista, considerando-se a elevação dos custos de produção das lavouras e as moderadas expectativas de preços para a próxima temporada, pode-se esperar uma recuperação de área, em torno de 10%, ou seja, aos níveis da safra 1980/81. Já numa perspectiva mais pessimista, poderá ocorrer desestímulo ao redor de 5% no plantio de soja em favor do milho, produto que contou nesta safra com um preço mínimo considerado bom pelos produtores. Além disso, o milho, comparativamente à soja, é uma cultura que requer dispêndios com insumos e condução da lavoura, favorecendo, portanto, a substituição parcial das lavouras de soja por esse produto.

- Amendoim

A cultura paulista de amendoim apresentou razoável expansão em 1981/82 em relação ao ano agrícola anterior, tendo sua área atingido 220,5 mil hectares plantados nas duas safras, com crescimento de 18,9%, e o volume produzido alcançado as 316,8 mil toneladas, representando, no entanto, aumento de apenas 5,4% em relação a 1980/81 (quadro 100). Essa disparidade entre as taxas de crescimento resulta, de um lado, de grande expansão que teve a cultura das águas, cuja área cresceu 28%, e, de outro lado, da quebra de produtividade nas duas safras. A safra das águas, devido ao excesso de chuvas do período de colheita, teve aumento de produção de 20% e a da seca, devido à estiagem de abril/maio últimos e às chuvas por ocasião da colheita, resultou numa redução de produção em torno de 25% em relação à safra correspondente de 1980/81, para uma área próxima à daquele ano. Em números absolutos, o amendoim das águas produziu 241,8 mil toneladas para área de 135,3 mil hectares em 1981/82, e o da seca em torno de 75 mil toneladas numa área plantada de 85 mil hectares. Para o Brasil como um todo, a área plantada cresceu 15% em relação a 1980/81, passando para 278,7 mil hec

tares, e a produção esteve em torno de 400 mil toneladas, crescendo 12,8% em relação ao ano anterior.

Os custos de produção mantiveram-se, nas últimas duas safras, em níveis bastante elevados se comparados com os preços recebidos pelo produtor ou com os valores do VBC para a cultura, além de terem crescido a taxas superiores às da inflação. Assim, de acordo com as estimativas de custo operacional do IEA, na região de Marília o custo da saca de amendoim produzida na última safra das águas foi de Cr\$1.819,30 (Cr\$107.337,50/ha), 204,8% superior ao custo na safra das águas de 1980/81, de Cr\$596,90/saca (Cr\$39.990,30/ha). A safra das secas em 1982 foi realizada a custo operacional estimado em Cr\$1.635,00/saca (Cr\$88.288,90/ha) na mesma região, ou seja, 116% maior que a do ano anterior (Cr\$757,30/sc. ou Cr\$40.889,80/ha).

Os níveis dos VBCs, ainda que tenham crescido a taxas próximas às dos custos para cada uma das duas safras deste ano em relação às do ano anterior, estiveram muito abaixo dos custos. Se comparado o VBC da 1ª faixa de produtividade para a safra das águas, de 1981/82, com as referidas estimativas de custo, essa proporção representava apenas 42%. Para a última safra da seca o VBC, da 1ª faixa, representava 27% do custo estimado. O novo VBC para a safra das águas 1982/83, que na 1ª faixa de produtividade foi fixado em Cr\$33.800,00/ha, apresenta crescimento de apenas 72% em relação ao valor correspondente para a safra das águas de 1981/82.

Os preços reais recebidos pelo produtor vinham num movimento ascendente entre meados de 1980 e outubro de 1981, refletindo a escassez do produto, devido à safra brasileira de 1980/81 e à elevação das cotações internacionais no mesmo período. Entre junho/80 e outubro/81, os preços nominais recebidos pelos produtores de amendoim passaram do nível dos Cr\$240,00 para Cr\$1.100,00/sc.25kg, significando crescimento de 70% em termos reais (quadro 101 e figura 10).

Nas últimas safras, os baixos níveis dos preços mínimos tiveram efeito contrário ao que se esperava desse instrumento de política econômica, atuando, na prática, como fator

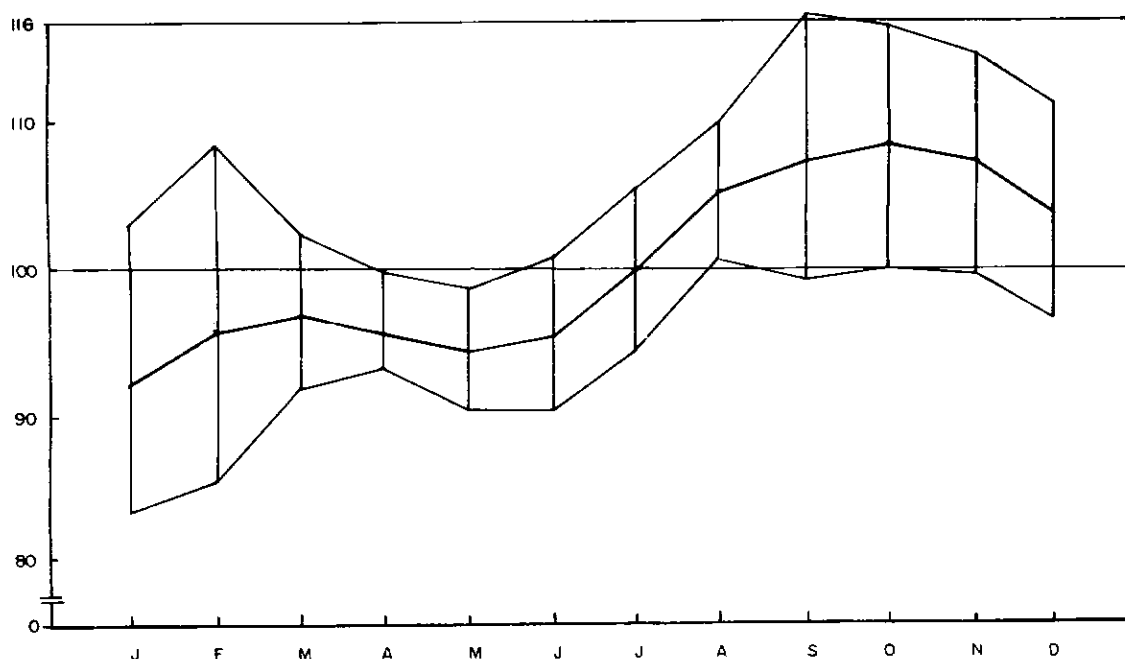


FIGURA 10. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Agricultores, Amendoim em Casca, Estado de São Paulo, 1971-80.

de pressão para o rebaixamento dos preços de mercado. Enquanto na safra das águas de 1981/82 o preço mínimo que vigorou na fase de comercialização foi de Cr\$785,00 por saca, significando, portanto, aumento de 142% em relação ao que vigorou na mesma safra de 1980/81, na última safra da seca esse preço foi de Cr\$1.046,20, ou seja, apenas 66% maior que o da correspondente safra de 1980/81.

As exportações de amendoim e derivados em 1981 apresentaram resultados medíocres se comparados aos de 1980. Os volumes exportados do produto "in natura" em 1981 (amendoim em casca e em grão) foram de 30.365 toneladas, valor ligeiramente inferior ao de 1980. O favelo registrou volume de venda de 46,4 mil toneladas em 1981, apenas 46% do volume do ano anterior; o óleo (bruto e refinado), com 45,8 mil toneladas em 1981, correspondeu a apenas 38% da quantidade exportada em 1980. Como resultado dos bons preços internacionais do produto, o valor total das exportações foi de US\$88,2 milhões em 1981, representando 71% dos US\$124,2 milhões conseguidos em 1980. Para 1982, as estatísticas disponíveis indicam uma retração de exportação de matéria-prima e uma expansão da venda de derivados, em função da relação de preços internacionais favoráveis a estes subprodutos (quadro 102).

As perspectivas da cultura de amendoim no Estado, mais uma vez, se apresentam pessimistas. Os elevados custos de produção e os preços no mercado interno insatisfatórios produziram resultados econômicos negativos para a cultura, como se pode verificar no capítulo 2 deste Prognóstico. O item de custo que mais tem pesado no total é o das sementes, cuja participação variou, nas duas últimas safras, entre 15% e 17%. A grande escassez de produto de boa qualidade na safra da seca 1981/82, provavelmente, aumentará ainda mais o peso desse custo para o produtor. Sabe-se que, em julho, o quilo da semente já era cotado a mais de Cr\$200,00. A gritante disparidade entre os níveis de VBC, as necessidades da cultura e o baixo preço mínimo têm se mostrado, também, como fatores de desestímulo à cultura. Por todos esses fatos, é compreensível o clima total de desânimo em que se encontra o produtor de amendoim, situação essa agravada pelo desastre que foi a última safra da seca.

Para a próxima safra das águas, os níveis em que se situar o VBC e o preço-base, juntamente com a disponibilidade e preço da semente, serão determinantes do quanto será planejado. Numa perspectiva de prazo mais longo, a sobrevivência da cultura dependerá da pesquisa e de incentivos para melhoria da produtividade, principalmente quanto a variedades de sementes.

- Mamona

A área de cultivo estimada para 1982, no Brasil, é de 469,2 mil hectares, superior a dos anos de 1980 e 1981 em 6,8% e 8,3% respectivamente. O aumento se deve ao plantio no Estado da Bahia, que responde por cerca de 70% da produção nacional, com 328,1 mil hectares em 1982. O Estado de São Paulo tem contribuído com cerca de 20 mil hectares, sendo, em geral o quarto produtor.

Os preços médios, em termos reais, recebidos pelos agricultores do Estado de São Paulo, nos cinco primeiros meses de 1982, foram semelhantes aos do ano de 1981, com média em torno de Cr\$1.610,00 (quadro 103 e figura 11).

Quanto ao óleo de mamona o consumo interno do País aumentou de 31 mil toneladas em 1980/81 para 32 mil toneladas em 1981/82, resultando em um estoque de 23 mil toneladas para 1982/83.

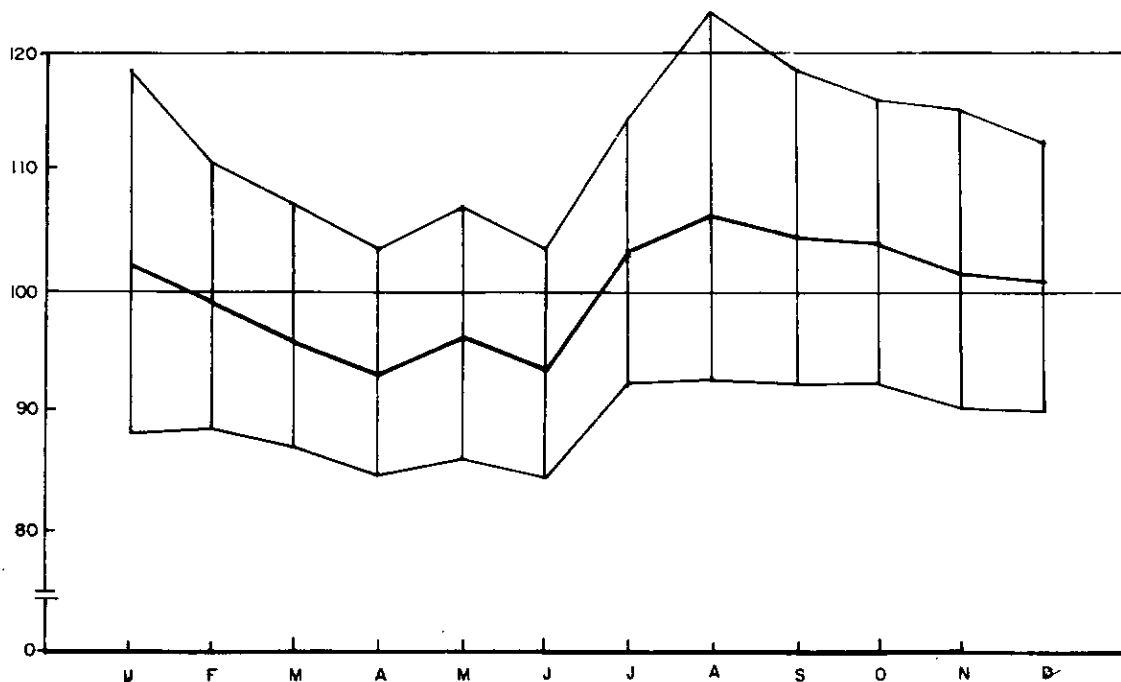


FIGURA 11. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Agricultores, Mamona, Estado de São Paulo, 1971-80.

A área plantada no Estado de São Paulo tem permanecido estável (quadro 104), enquanto para o Brasil tem havido crescimento, principalmente no Estado da Bahia.

A exportação brasileira de óleo de mamona, que havia caído de 147,3 mil toneladas em 1979 para 112,9 mil em 1980, manteve a tendência decrescente em 1981, com 103,7 mil toneladas. No primeiro trimestre de 1982 foram exportadas 18,9 mil toneladas (quadro 105). A conjuntura internacional não tem sido favorável à exportação, face à menor atividade econômica que resultou em consumo inferior ao dos dois anos precedentes (334,000t) e estoque final maior (87.000t).

A conjugação de dois aspectos recentes poderá influir positivamente na produção e consumo internos: a maior utilização da mamona para fins combustíveis, via PRÓ-ÓLEO (Programa de Produção de Óleos Vegetais) e o lançamento das sementes da variedade IAC-80 (deiscente), que se destaca pela alta produtividade, maior teor de óleo e boa rusticidade. Essas características são importantes para os pequenos e médios produtores que respondem pela quase totalidade da produção brasileira.

(IEA, 29/07/82)

QUADRO 92 - Disponibilidade Mundial das Dez Principais Oleaginosas, 1977/78 a 1981/82

(em 1.000t)

Item	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82 ⁽¹⁾
Estoque inicial	12,1	13,3	13,5	24,3	19,4
Produção mundial	141,2	147,6	168,0	153,5	166,2
Oferta total	153,3	160,9	181,5	177,8	185,6
Consumo total	140,0	147,4	157,2	158,4	168,1
Estoque final	13,3	13,5	24,3	19,4	17,5

(¹) Dados preliminares.

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 93 - Cotações Internacionais de Soja, 1978/82

(em US\$/t CIF-Rotterdam, USA nº 2)

Mês	1978	1979	1980	1981	1982
Jan.	239	284	268	323	262
Fev.	239	298	271	306	254
Mar.	273	310	264	305	254
Abr.	290	300	252	316	265
Mai.	290	300	260	306	306
Jun.	278	322	262	291	...
Jul.	266	322	303	294	...
Ago.	262	302	309	283	...
Set.	264	292	335	264	...
Out.	271	283	340	260	...
Nov.	270	281	367	257	...
Dez.	278	279	324	256	...

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 94 - Cotações Internacionais de Óleo de Soja, 1977/82

(em US\$/t FOB DECATUR, USA)

Mês	1978	1979	1980	1981	1982
Jan.	460	566	520	494	408
Fev.	477	610	512	475	401
Mar.	587	614	478	507	407
Abr.	600	590	440	511	430
Mai.	631	581	445	466	540
Jun.	592	609	475	469	...
Jul.	569	644	575	500	...
Ago.	575	634	571	452	...
Set.	607	659	573	420	...
Out.	593	603	540	426	...
Nov.	547	608	579	435	...
Dez.	570	576	523	411	...
Média anual	519,2	463,8	...

Fonte: Oil World Weekly

QUADRO 95 - Cotações Internacionais de Amendoim sem Casca, 1978-82

(em US\$/t CIF - Europa)

Mês	1978	1979	1980	1981	1982
Jan.	562	589	480	627	450
Fev.	558	621	500	650	430
Mar.	557	605	485	...	420
Abr.	635	628	461	750	411
Mai.	660	597	442	750	...
Jun.	667	540	440	717	...
Jul.	634	580	470	700	...
Ago.	615	560	507	690	...
Set.	638	535	527	690	...
Out.	654	520	...	475	...
Nov.	645	472	...	450	...
Dez.	628	480	620	450	...

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 96 - Cotações Internacionais de Óleo de Mamona, 1978-82

(em US\$/t CIF - Rotterdam)

Mês	1978	1979	1980	1981	1982
Jan.	970	818	1.175	1.045	926
Fev.	982	838	1.165	990	950
Mar.	970	840	1.175	990	945
Abr.	870	819	1.170	975	945
Mai.	845	808	1.125	920	950
Jun.	845	879	1.010	915	960
Jul.	802	1.010	1.015	920	...
Ago.	810	1.145	975	960	...
Set.	775	1.185	976	945	...
Out.	868	1.179	965	925	...
Nov.	801	1.160	985	900	...
Dez.	785	1.180	1.085	870	...

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 97. - Produção Brasileira e Principais Estados Produtores de Soja, 1977/78 a 1981/82

Estado	1977/78		1978/79		1979/80		1980/81		1981/82 ⁽¹⁾	
	1.000.000t	%	1.000.000t	%	1.000.000t	%	1.000.000t	%	1.000.000t	%
Rio Grande do Sul	4,57	47,9	3,35	33,7	5,7	37,5	6,1	40,7	4,2	32,3
Paraná	3,15	33,0	4,00	40,2	5,4	35,5	5,0	33,2	4,5	34,6
São Paulo	0,75	7,8	0,85	8,5	1,1	7,2	1,3	8,7	1,1	8,5
Santa Catarina	0,35	3,7	0,42	4,2	0,7	4,6	0,6	4,0	0,6	4,6
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	1,3	8,6	1,3	8,7	1,4	10,8
Outros estados	0,72	7,6	1,33	13,4	1,0	6,6	0,7	4,7	1,2	9,2
Brasil	9,54	100,0	9,95	100,0	15,2	100,0	15,0	100,0	13,0	100,0

(¹) Estimativa.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA), Comissão de Financiamento da Produção (CFP), Safras e Mercados e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 98 - Exportação Brasileira de Soja em Grão e Derivados, 1978-82

Ano	Soja em grão			Farelo de soja			Óleo de soja bruto		
	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$ milhão)	Preço médio (US\$/t)	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$ milhão)	Preço médio (US\$/t)	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$ milhão)	Preço médio (US\$/t)
1978	658,5	169,8	257,82	5.419,1	1.049,0	193,58	487,8	278,2	570,23
1979	638,5	179,5	281,15	5.175,8	1.138,0	219,87	524,5	326,8	623,03
1980	1.548,9	393,9	254,33	6.581,9	1.449,0	220,15	731,8	411,1	561,74
1981	1.449,7	403,7	278,45	8.884,7	2.136,2	240,00	1.107,6	544,9	499,40
1982 ⁽¹⁾	72,2	17,3	239,00	1.688,9	382,9	227,00	127,4	56,6	444,00

⁽¹⁾ De janeiro a março.

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

QUADRO 99 - Preços Médios de Soja Recebidos pelos Agricultores no Estado de São Paulo, 1978-82

(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	1978		1979		1980		1981		1982	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	175,50	1.352,89	267,20	1.448,70	472,70	1.411,01	860,40	1.217,72	1.424,10	1.035,32
Fev.	179,00	1.334,03	279,00	1.458,05	501,10	1.435,15	888,20	1.158,74	1.617,60	1.100,45
Mar.	193,90	1.399,72	294,90	1.457,13	504,80	1.356,55	879,30	1.068,52	1.674,90	1.062,72
Abr.	209,80	1.465,01	298,70	1.421,87	498,00	1.265,87	911,80	1.050,58	1.754,20	1.056,38
Mai.	210,90	1.389,43	298,40	1.388,04	501,80	1.199,10	956,00	1.037,16	1.930,40	1.095,70
Jun.	209,60	1.368,81	314,10	1.412,04	510,80	1.153,08	993,10	1.031,33
Jul.	208,60	1.324,67	357,80	1.541,30	539,60	1.123,12	1.026,40	1.014,39
Ago.	207,80	1.285,04	394,40	1.605,68	598,80	1.165,74	1.063,30	984,62
Sét.	218,20	1.315,79	421,20	1.592,05	642,30	1.187,61	1.164,90	1.026,63
Out.	238,00	1.394,89	457,60	1.643,74	726,30	1.247,49	1.296,80	1.095,28
Nov.	255,60	1.458,04	467,40	1.590,42	799,80	1.277,44	1.351,40	1.083,82
Dez.	265,40	1.491,20	468,10	1.484,20	855,40	1.290,03	1.349,40	1.042,68

(¹) Preços corrigidos pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (Base: 1981=100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 100. - Produção e Área Colhida de Amendoim em Casca, Estado de São Paulo e Brasil, 1977/78 a 1981/82

Ano agrícola	Estado de São Paulo		Brasil	
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)
1977/78	172,4	227,4	251,8	325,0
1978/79	203,4	333,7	286,2	461,6
1979/80	211,0	335,1	310,5	482,8
1980/81	185,4	300,6	242,3	354,8
1981/82 ⁽¹⁾	220,5	316,8	278,7	400,2

⁽¹⁾ Estimativa.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Comissão de Financiamento da Produção (CFP).

QUADRO 101- Preços Médios de Amendoim Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, 1978-82

(em Cr\$/sc.25kg)

Mês	1978		1979		1980		1981		1982	
	Corrente	Real (1)	Corrente	Real (1)	Corrente	Real (1)	Corrente	Real (1)	Corrente	Real (1)
Jan.	124,30	958,20	168,90	915,74	193,90	578,79	559,00	792,43	985,90	716,75
Fev.	124,40	927,12	172,00	898,87	216,70	620,23	662,30	864,04	841,20	572,27
Mar.	129,20	932,67	173,60	857,77	266,90	717,24	676,30	821,84	875,60	555,57
Abr.	138,50	967,13	176,30	839,22	228,40	580,57	706,90	814,49	909,70	547,82
Mai.	146,40	964,50	173,70	807,98	229,60	548,65	725,40	786,99	956,30	542,80
Jun.	149,10	973,71	170,90	768,28	243,40	549,45	803,20	834,12		
Jul.	158,80	1.008,43	181,40	781,42	278,20	579,05	885,10	874,74
Ago.	167,70	1.037,06	195,00	793,88	325,50	633,68	1.038,30	961,47
Set.	183,10	1.104,13	208,60	788,45	339,40	627,55	1.081,60	953,21
Out.	187,40	1.098,33	218,70	785,59	386,00	662,99	1.104,60	932,95
Nov.	188,20	1.073,57	212,20	722,05	401,50	641,28	1.073,50	860,95
Dez.	178,10	1.000,69	215,40	682,97	437,30	659,49	1.078,20	833,13

(1) Preços corrigidos pelo Índice "2" da "Conjuntura Econômica" (Base 1981=100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 102 - Exportação Brasileira de Amendoim e Derivados, 1978-82

Item	1978		1979		1980		1981		1982 ⁽¹⁾	
	Volume (t)	Valor-FOB (US\$ mil)	Volume (t)	Valor-FOB (US\$ mil)	Volume (t)	Valor-FOB (US\$ mil)	Volume (t)	Valor-FOB (US\$ mil)	Volume (t)	Valor-FOB (US\$ mil)
Amendoim em casca	12.343,3	7.814,5	20.195,0	12.657,1	17.825,2	10.862,8	14.088,2	14.561,6	5.076,7	3.355,7
Amendoim em grão	4.988,5	3.795,7	4.222,8	3.081,7	14.550,7	10.557,8	16.276,5	17.876,0	740,4	472,5
Torta/farelo	52.744,8	8.164,7	86.121,4	14.599,4	101.469,4	16.526,3	46.421,1	9.077,7	22.379,1	3.705,1
Óleo bruto	59.878,6	56.718,2	81.265,3	72.636,1	120.137,4	84.926,6	42.127,4	43.170,4	17.699,8	11.218,6
Óleo refinado	380,2	486,8	1.383,8	1.291,0	1.792,2	1.320,9	3.763,2	3.512,5	11.070,0	8.698,0

(¹) Janeiro a março.

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

QUADRO 103 - Preços Médios de Mamona Recebidos pelos Agricultores no Estado de São Paulo, 1978-82

(em Cr\$/60kg)

Mês	1978		1979		1980		1981		1982	
	Corrente	Real (1)	Corrente	Real (1)	Corrente	Real (1)	Corrente	Real (1)	Corrente	Real (1)
Jan.	294,60	2.271,01	256,80	1.392,32	612,60	1.828,61	1.182,00	1.672,88	2.221,80	1.615,25
Fev.	284,40	2.119,55	268,80	1.404,75	598,80	1.714,96	1.219,80	1.591,36	2.316,60	1.575,99
Mar.	264,00	1.905,76	283,20	1.399,32	612,00	1.644,63	1.260,00	1.531,16	2.502,00	1.587,52
Abr.	259,80	1.814,16	297,00	1.413,78	624,00	1.586,15	1.263,00	1.455,23	2.653,20	1.597,76
Mai.	265,20	1.747,16	307,80	1.431,76	677,40	1.618,72	1.396,80	1.515,39	2.955,60	1.677,60
Jun.	265,20	1.731,92	319,20	1.434,96	709,80	1.602,30	1.498,20	1.555,88		
Jul.	275,00	1.795,83	349,20	1.504,25	780,00	1.623,49	1.613,40	1.594,53
Ago.	268,80	1.662,26	460,80	1.876,01	816,60	1.589,76	1.816,80	1.682,36
Set.	270,00	1.628,15	556,80	2.104,54	1.014,00	1.874,89	1.948,20	1.716,95
Out.	283,80	1.663,32	601,20	2.159,57	1.107,60	1.902,41	1.962,60	1.657,62
Nov.	281,40	1.605,22	571,20	1.943,62	1.072,20	1.712,52	2.149,80	1.724,14
Dez.	264,00	1.483,34	610,80	1.936,66	1.114,20	1.680,33	2.128,20	1.644,46

(1) Preços corrigidos pelo índice "2" da "Conjuntura Econômica" - Fundação Getúlio Vargas (Base 1981=100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 104 - Área Cultivada e Produção de Mamona, Estado de São Paulo e Brasil, 1978-82

Ano	Estado de São Paulo		Brasil	
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)
1978	21,0	22,4	346,0	316,6
1979	20,3	24,4	371,0	327,1
1980	20,4	23,5	439,2	282,9
1981	19,3	21,8	433,3	278,0
1982	20,5	23,5	470,3	300,4

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 105 - Exportação Brasileira de Óleo de Mamona, 1978-82

Item	1978		1979		1980		1981		1982 ⁽¹⁾	
	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$ mil)	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$ mil)	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$ mil)	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$ mil)	Volume (1.000 t)	Valor-FOB (US\$ mil)
Óleo de mamona bruto	140,7	110,0	140,4	106,6	92,6	89,0	54,5	46,6	5,4	4,4
Óleo de mamona refinado	2,3	2,0	6,9	6,7	20,3	20,7	49,2	41,2	13,5	11,1

⁽¹⁾ De janeiro a março.

Fonte: Carteira de Comércio Exterior (CADEX).

- TOMATE

- Panorama Internacional

A produção brasileira de tomate é mais voltada para o mercado interno, com o produto "in natura" participando esporadicamente no comércio exterior. Também, pequena parte do tomate industrializado é exportada. Dado o alto custo de produção, o produto brasileiro é exportado somente para alguns países da América do Sul, não participando do amplo mercado internacional, altamente competitivo.

Verificam-se esforços, a nível do Ministério da Agricultura, no sentido de isentar do ICM a exportação de tomate "in natura", a fim de estimular os tomaticultores para o mercado externo.

- Situação Interna

- Tomate rasteiro

As principais regiões produtoras de tomate industrial no Estado de São Paulo são as DIRAs de Presidente Prudente, com participação de 33% na área total cultivada, de Araçatuba, com 28%, e de Ribeirão Preto, com 16%, de acordo com as estimativas de abril do IEA/CATI.

Na DIRA de Presidente Prudente, destacam-se os Municípios de Presidente Bernardes, Martinópolis, Flórida Paulista, Rinópolis, Santo Anastácio; na DIRA de Araçatuba, os Municípios de Araçatuba, Birigüi, Guararapes, Clementina, Piacatu e Luiziânia; e na DIRA de Ribeirão Preto, os Municípios de Monte Alto, Itápolis, Taquaritinga, Borborema, Guaíra e Taiacu.

Os produtores, na maioria, são arrendatários, uma vez que são obrigados a fazerem rotação de cultura a cada plantio, para evitar uma maior incidência de doenças.

Na sua grande maioria, os plantios de tomate rasteiro são realizados mediante contrato com as fábricas de conservas. O plantio é escalonado de acordo com a programação das fábricas, ocorrendo geralmente no período de janeiro a junho, e a colheita de abril a novembro, sendo que cerca de 10% dessa produção são encaminhados para consumo "in natura".

Em 1976, foi formalizado o primeiro "Convênio de Tomate" que, posteriormente, passou a ser anualmente negociado sob os auspícios do Comitê de Agroindústria do Estado de São Paulo, e foi oficializado pelo Decreto nº 9.808, de 18/05/77, do Governo do Estado. Esse Comitê tem reunido produtores (FAESP), cooperativas industriais e técnicos oficiais com a finalidade de propiciar um melhor ajustamento dos interesses setoriais.

Para a safra de 1981, após as negociações no Comitê de Agroindústria, foram de

terminados dois preços: Cr\$7,75/kg, com a indústria arcando com o pagamento de juros sobre a Nota Promissória Rural (NPR); e de Cr\$9,00/kg, quando os juros forem por conta do produtor.

Em decorrência da geada ocorrida em julho de 1981, foram verificadas grandes perdas na produção, registrando-se produtividade média de 22,8t/ha, com diminuição de 19% em relação a 1980 (quadro 106). Após a geada foram efetuados replantios, sendo pago aos tomaticultores o preço de Cr\$12,00 a Cr\$13,00 por quilograma do produto.

Para a safra de 1982, na reunião do Comitê realizada em dezembro de 1981, foram determinados os preços de Cr\$18,00/kg-FOB lavoura, com os juros de NPR já incluídos, e o preço de Cr\$15,50/kg-FOB lavoura, para prazos de 60 a 90 dias, ficando neste caso os juros e demais despesas de descontos dos títulos a cargo da indústria.

O plantio foi iniciado em dezembro de 1981 e escalonado até junho do corrente ano. Em março houve perdas devido ao assoreamento em lavouras novas provocado pelas chuvas excessivas e, também, incidência de doenças. Com os replantios, acredita-se que o cultivo tenha atingido o total da área prevista, que é da ordem de 14.850ha.

A colheita foi iniciada em março, registrando-se entrega de 200t a 500t diárias de tomate nas fábricas.

Nos meses de maio e junho, o excesso de chuvas, com ocorrência de granizo, provocou perda na produção e ainda propiciou ataque de doenças causadas por bactérias e fungos. As reposições de culturas ora efetuadas, por estarem fora da época, estão sujeitas a problemas climatológicos desfavoráveis ao período, podendo a safra de 1982 não corresponder às perspectivas da indústria.

Em vista das perdas na produção verificadas nas safras de 1981 e 1982, acredita-se que a indústria, necessitando minorar a ociosidade nas fábricas, não deverá diminuir a área contratada de plantio para safra 1983.

No Nordeste já ocorre interesse de ampliação da área de tomate industrial por parte das agroindústrias, devido aos resultados reduzidos das safras obtidas no Estado de São Paulo, em consequência de problemas climáticos.

- Tomate envarado

A produção paulista de tomate de mesa é realizada com destaque nas DIRAs de Campinas e Sorocaba, que participam com 43% e 39%, respectivamente, do total da área a ser cultivada no Estado, de acordo com as estimativas de abril do IEA-CATI.

A oferta do produto ocorre o ano inteiro, sem interrupção, entretanto com duas épocas distintas de produção. Na DIRA de Campinas, a colheita tem início em maio e término em outubro, enquanto que na DIRA de Sorocaba inicia-se em dezembro e termina em abril. Observa-se, normalmente, diminuição de oferta do produto entre o findar da safra de uma região e o início da outra, quando os preços se apresentam mais elevados, de acordo com a estacionalidade de preços do produto (figura 12).

Na DIRA de Campinas, os tomaticultores constituem-se, predominantemente, de monocultores e arrendatários, considerados grandes produtores, localizando-se nos Municípios de Elias Fausto, Indaiatuba, Monte-Mor, Campinas, Sumaré, Mogi-Guaçu, Conchal e outros.

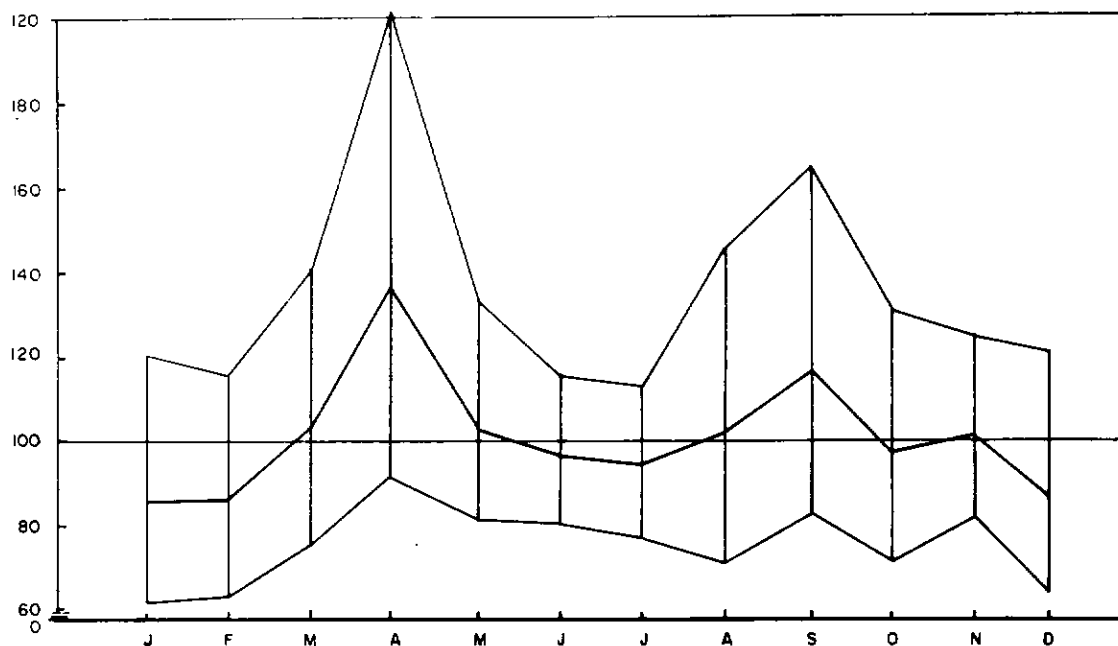


FIGURA 12. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Agricultores, Tomate Envarado, Estado de São Paulo, 1971-80.

Na DIRA de Sorocaba os Municípios produtores mais importantes são: Apiaí, Guapira e Ribeirão Branco, onde os tomaticultores apresentam exploração em escalas diferentes, considerando-se os MVR do valor de produção; ocorre diversificação de culturas nesta região. Outro município que também se sobressai na produção de tomate de mesa é o de Ibiúna, onde os tomaticultores são atomizados e exploram diversas outras culturas. Verifica-se proliferação de produção de tomate nos Municípios de Itararé e Itapeva, com instalação de produtores de grande porte. Esta região defronta-se, também, com a produção de tomate industrial.

A variedade de tomate mais cultivada para fins de consumo "in natura" é a Santa Cruz. Muitos produtores utilizam sementes de sua própria produção.

Em julho de 1981, os efeitos das geadas e quedas de temperatura que atingiram as lavouras na DIRA de Campinas e ainda a incidência de requeima naquela região fizeram com que os produtores diminuíssem a área de plantio para a safra 1982. Tendo-se iniciado em dezembro de 1981, a maior parte do plantio foi efetuada nos meses de fevereiro e março. Verificou-se o reinício da safra no final de março e o seu pico em fins de abril. O frio e o excesso de chuvas nos meses de maio e junho vieram prejudicar a produção, diminuindo a oferta de tomate no mercado, com alta de preços (quadro 107). Predominam produtos de má qualidade, observando-se grande parcela de tomate industrial comercializada. Prevê-se que o término da safra poderá ocorrer já em agosto, quando os preços deverão atingir patamares bastante elevados.

Na DIRA de Sorocaba, em 1981, o período de colheita se estendeu de janeiro a abril, com os plantios realizados de setembro a novembro de 1980, em menor área que no ano de 1979. Portanto, verificou-se uma colheita reduzida, com preços ao produtor satisfat

rios. O plantio em 1981 concentrou-se no mês de outubro devido à estiagem em agosto e setembro, também, ao atraso da liberação do financiamento para os produtores, em vista dos títulos não quitados. O período de colheita verificou-se de fevereiro a abril de 1982, com baixas cotações, em vista de produtos de qualidade inferior serem ofertados em grande quantidade.

Neste ano, não se verificou a "entressafra" esperada em abril, tendo sido iniciada plenamente a safra da DIRA de Campinas em março, mas, ao terminar a colheita, não de verá iniciar de imediato a safra da DIRA de Sorocaba.

Na DIRA de Sorocaba, principalmente nos Municípios de Apiaí e Ribeirão Branco, os tomaticultores, que na tentativa de obter maiores rendimentos cultivaram feijão e foram mal sucedidos devido ao excesso de chuvas verificadas nos meses de fevereiro a abril, poderão voltar a produzir mais tomate, ampliando a área com esta atividade. Em Guapiara, tem ocorrido substituição do cultivo de tomate por pêssego e caqui, e em Pilar do Sul e São Miguel Arcanjo, por uva Itália e maçã.

De modo geral, não deverão ocorrer grandes variações na área de cultivo na DIRA de Sorocaba, onde o plantio se inicia em agosto, apesar dos baixos preços ao produtor verificados na última safra.

(IEA, 16/07/82)

QUADRO 106. - Produção e Produtividade de Tomate Rasteiro por DIRA, Estado de São Paulo, 1979-82

DIRA	1979		1980		1981		1982 ⁽¹⁾	
	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)
Sorocaba	-	-	-	-	-	-	5	...
Campinas	-	-	5	...	5	...	5	...
Ribeirão Preto	45	17,5	50	20,4	40	16,0	65	26,9
Bauru	38	21,6	35	22,2	39	28,5	25	34,7
São José do Rio Preto	60	15,9	50	23,5	32	15,1	45	24,3
Araçatuba	114	24,4	122	32,0	90	27,0	140	33,2
Presidente Prudente	126	21,4	150	32,0	102	24,5	140	28,8
Marília	29	22,3	38	27,7	22	23,4	30	44,8
Estado	412	20,6	450	28,0	330	22,8	455	30,6

(¹) Dados preliminares de abril de 1982.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 107. - Produção e Produtividade de Tomate Envarado por DIRA, Estado de São Paulo, 1979-82

DIRA	1979		1980		1981		1982 ⁽¹⁾	
	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)
São Paulo	27,8	45,2	23,3	38,1	22,1	36,9	21,0	36,8
Vale do Paraíba	5,5	31,2	4,9	28,8	5,0	29,6	5,6	35,0
Sorocaba	120,4	40,4	131,6	46,8	130,5	45,9	135,7	48,3
Campinas	127,1	56,2	171,1	60,4	145,1	55,8	182,0	58,7
Ribeirão Preto	15,3	58,8	15,1	58,2	19,9	58,5	20,4	58,4
Bauru	3,4	53,0	1,8	45,5	2,5	50,4	1,4	46,7
São José do Rio Preto	-	-	-	-	0,7	46,7	0,3	28,0
Araçatuba	0,8	28,0	0,4	28,0	0,1	28,0	0,1	28,0
Presidente Prudente	2,1	42,0	2,9	42,0	2,8	40,0	3,4	42,0
Marília	5,7	54,4	7,3	45,5	1,7	33,6	1,1	32,0
Estado	308,1	47,1	358,4	51,4	330,4	49,0	371,0	51,9

(¹) Dados preliminares de abril de 1982.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

- TRIGO

- Panorama Internacional

A produção mundial de trigo, na safra 1982/83, está estimada em 462 milhões de toneladas, 2,0% acima da safra 1981/82, representando novo recorde. As perspectivas são de elevação da produção da União Soviética, Índia, Comunidade Econômica Européia e Europa Ocidental. É esperada para os Estados Unidos e Canadá uma redução da área cultivada. O programa dos Estados Unidos é de reduzir em 15% a superfície de plantio.

A estimativa de consumo mundial de trigo é de 446 milhões de toneladas em 1981/82. Excluído o comércio entre países da Comunidade Econômica Européia, o Comércio mundial em 1981/82 deverá movimentar 100 milhões de toneladas, 7% acima do verificado em 1980/81. As exportações estadunidenses estão estimadas em 57 milhões de toneladas, contra 49 milhões no período anterior, sendo que cerca de 30% têm como destino a URSS e a China.

- Situação Interna

A produção brasileira de trigo em 1982 foi estimada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2,8 milhões de toneladas, contra 2,2 milhões em 1981. O acréscimo na produção se deve à expansão da área, que de 1,9 milhão de hectares em 1981 passa para 2,5 milhões de hectares em 1982 (quadro 108).

Assim, com o consumo estimado para 1982 em 5,9 milhões de toneladas, as necessidades de importação seriam da ordem de 3,1 milhões de toneladas, contra 4,0 milhões em 1981. Além da redução do volume de importação, o País deverá se beneficiar da tendência depressiva dos preços no mercado internacional, dada a grande oferta mundial.

Apesar das geadas de junho e julho de 1981, que reduziram a área colhida principalmente no Paraná, a produtividade média do País foi a melhor dos últimos cinco anos. Este fato, aliado à boa aceitação do novo mecanismo de fixação do preço de garantia e às baixas cotações da soja, serviu como estímulo à expansão da área, que só não foi maior devido à escassez de sementes.

O preço de garantia foi fixado para abril em US\$275/t, a ser corrigido mensalmente até dezembro, de acordo com a variação cambial. Em São Paulo, a comercialização do trigo se concentra em setembro, quando se espera preço de Cr\$3.356,00/sc.60kg, caso se considere o valor do dólar de Cr\$203,39, conforme projeção de Suma Econômica de maio de 1982.

Em novembro e dezembro, esperam-se preços, respectivamente, de Cr\$3.700,00 e Cr\$3.885,00 por saca de 60kg, e nestes meses se concentra a comercialização do trigo nos Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo provável portanto que os produtores destes estados tenham remuneração maior que os de São Paulo.

Em São Paulo a previsão é de redução de área, de 142 mil hectares em 1981 para 131 mil em 1982 (quadro 109). Entre os principais motivos da redução pode-se alinhar os eleva

dos custos de produção e riscos da cultura. Segundo estimativas do IEA, o custo de produção para 1982 é de Cr\$58.400,00/ha, que se contrapõe à receita provável de Cr\$55.900,00/ha, considerando produtividade de 1.000kg/ha e o preço de Cr\$3.356,00/sc.60kg.

Conforme trabalho publicado em Informações Econômicas de março de 1982, a relação entre o valor básico de custeio (VBC) e o desembolso monetário (DM) se reduziu para todos os tipos de produtores.

Para o mini e pequeno produtores era de 95,3 em 1980/81 e passou a 77,4 no ano seguinte; para médio produtor a relação que era de 76,2 passou para 54,2 em 1981/82; e, finalmente, para o grande produtor passou de 57,2 em 1980/81 para 38,1 em 1981/82.

Por outro lado há indicação de que, pelas maiores vantagens em relação à soja e trigo, a cultura da cana vem se expandindo na região do trigo em função da instalação de destilarias de álcool nos Municípios de Cândido Mota, Ibirarema e Palmital, além da ampliação de usinas já em operação.

Os dois principais fatores de risco da cultura de trigo são a geada e a estiagem, que ocorrem frequentemente por ocasião da época de plantio. Na DIRA de Marília, onde se concentra a produção de trigo do Estado, com 118.200 hectares plantados em abril e maio, a previsão inicial era de uma produtividade de 1.400kg/ha, que após cerca de 30 dias de estiagem, foi revista para 1.000kg/ha. Para que os triticultores pudessem se beneficiar do PROAGRO, a data limite de plantio foi estendida do dia cinco para 25/05/82.

O Programa de Financiamento para Aquisição de Equipamento de Irrigação (PROFIR) vem encontrando alguns entraves à sua implantação. O sistema de irrigação, de pivô central, que é totalmente automático, apresenta um custo de investimento muito elevado para ser usado por apenas uma cultura de inverno. Por outro lado, teria que se fazer um investimento paralelo em eletrificação rural, pois as linhas de transmissão existentes não suportam a carga do pivô central. Assim, o PROFIR, apesar de ter sido lançado pelo Governo Federal em fevereiro de 1982, foi pouco procurado pelos triticultores paulistas.

Face às dificuldades acima enumeradas, em final de junho de 1982 o Conselho Monetário Nacional aprovou as seguintes modificações no PROFIR:

a) os projetos do Programa, cujos orçamentos forem de até 400MVR, terão adiantamento integral; poderão ser utilizada qualquer fonte de energia, e são desobrigados do plantio de trigo na área irrigada;

b) para os projetos de valor superior a 400MVR, a obrigatoriedade de plantio de trigo não é mais no total da área irrigada; a exigência agora é de um quarto da área nos dois anos de carência e metade dela nos quatro anos restantes; e

c) a princípio, o agricultor podia aplicar 10% do investimento total em obras complementares para viabilização do projeto, como instalações elétricas, hidráulicas, etc; agora este percentual é de 20%.

Principalmente os itens "a" e "c" vão de encontro às reivindicações dos triticultores, no que se refere aos elevados custos do investimento, na época do lançamento do Programa; todavia, os resultados das alterações poderão ser melhor avaliados quando do plantio de trigo em 1983, e deverá ser influenciado pelos resultados da cultura neste ano de 1982.

(IEA, 30/07/82)

QUADRO 108- Área, Produção e Rendimento de Trigo, Brasil, 1978-82

Estado	Área (ha)					Produção (t)					Rendimento (kg/ha)				
	1978	1979	1980	1981	1982 ⁽¹⁾	1978	1979	1980	1981	1982 ⁽¹⁾	1978	1979	1980	1981	1982 ⁽¹⁾
MG	...	10.724	9.785	9.785	12.260	15.912	15.912	1.143	1.626	1.626	-
MS	...	103.645	122.087	80.419	101.345	...	68.991	110.000	65.395	101.395	...	666	901	813	1.000
MT	39.469	140	55	130	12	30.541	22	59	100	12	774	157	1.073	769	1.000
PR	1.345.093	1.476.476	1.440.000	785.000	1.100.000	1.050.000	1.621.416	1.350.000	915.000	1.320.000	781	1.098	938	1.166	1.200
RS	1.243.800	2.004.010	1.358.517	903.501	1.157.384	1.505.000	981.964	1.016.000	1.072.456	1.226.827	1.210	490	748	1.187	1.060
SC	4.659	30.649	12.370	8.948	...	3.995	18.864	9.033	8.606	...	857	615	730	962	-
SP	168.440	204.800	163.850	141.900	131.300	87.810	223.100	192.500	120.800	183.700	521	1.089	1.175	851	1.399
DF	-	-	-	102	-	-	-	-	132	-	-	-	-	1.294	-
Outros	-	-	-	-	-	-	10	13.746	-	-	-	-	-	-	-
Brasil	2.801.461	3.830.444	3.106.664	1.929.785	2.490.041	2.677.346	2.926.627	2.707.250	2.198.401	2.831.884	956	764	871	1.139	1.137

(¹) Estimativa de abril de 1982.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 109- Área, Produção e Rendimento da Cultura de Trigo, Estado de São Paulo, 1978-82

DTRA	Área (ha)					Produção (t)					Rendimento (kg/ha)				
	1978	1979	1980	1981	1982 ⁽¹⁾	1978	1979	1980	1981	1982 ⁽¹⁾	1978	1979	1980	1981	1982 ⁽¹⁾
São Paulo	240	320	300	300	360	270	320	500	500	650	1.125	1.000	1.667	1.667	1.806
Vale do Paraíba	140	140	70	100	-	140	140	40	50	-	1.000	1.000	571	500	-
Sorocaba	12.450	17.620	12.420	8.000	6.260	8.210	16.500	12.340	7.800	8.100	659	936	994	975	1.294
Campinas	490	1.740	1.430	1.000	150	570	1.710	1.670	1.350	1.000	1.163	983	1.168	1.350	667
Ribeirão Preto	320	2.410	170	300	250	280	890	170	200	270	875	369	1.000	667	1.080
Bauru	60	-	100	-	-	40	-	40	-	-	667	-	400	-	-
Araçatuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Presidente Prudente	6.240	11.440	8.900	6.200	5.580	3.660	12.210	12.620	6.000	6.580	586	1.067	1.418	968	1.179
Marília	148.500	171.100	140.460	126.000	118.200	73.960	191.330	165.120	104.900	167.100	498	1.118	1.176	833	1.414
Estado	168.440	204.770	163.850	141.900	130.800	87.130	223.100	192.500	120.800	183.700	517	1.090	1.175	851	1.404

⁽¹⁾ Estimativa de abril de 1982 - IEA/CATI.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

Atualmente a América Latina é a principal região produtora, com 19.175 mil toneladas em 1980, sendo responsável por cerca de 30% do abastecimento mundial no período de 1976 a 1980 (quadro 110). Suas exportações têm representado, em média, 80% das mundiais no mesmo período (quadro 111). No Equador, Honduras e Panamá, a banana é a principal fonte de divisas.

O consumo per capita dos 12 países importadores diminuiu, em média, 15% em 1980, se mantendo constante apenas na Suíça e França. Conseqüentemente, as importações mundiais também decresceram, e o Brasil perdeu mais uma posição no "ranking" dos países exportadores, passando para 9º lugar nesse período (quadro 112).

Apesar de o Brasil ser o maior produtor mundial, com volume superior a 6,7 milhões de toneladas, ou seja, 17% da produção obtida no mundo em 1980, a relação exportação/produção vem se tornando menos expressiva a cada ano, passando de 1,8% em 1979 para 1% em 1980.

Quase que a totalidade da produção brasileira é consumida internamente "in natura". Conforme censo agropecuário de 1975, observa-se que 75% da produção são enviados a intermediários, 10% se destinam ao consumo nas propriedades, ficando os 15% restantes para venda direta ao consumidor e indústrias.

A queda nas exportações brasileiras tem sido atribuída ao baixo padrão de qualidade e a não assiduidade da oferta do produto brasileiro frente ao concorrente equatoriano, principal exportador mundial, com fruta de excelente qualidade, apresentação e regularidade de oferta.

As exportações brasileiras, segundo a Carteira do Comércio Exterior (CACEX), em 1981 foram em torno de 66.700t, assim distribuídas: 40.270t, Argentina; 24.680t, Uruguai; 1.745t, Paraguai; e 7,5t para a Itália. Os mercados platinos absorveram 99,5% em 1980 e 97% em 1981.

Segundo a CACEX, o preço médio FOB, em 1981, foi de US\$191,00 por tonelada, com aumento de 15% sobre a cotação de 1980, e US\$200,00 por tonelada no primeiro semestre de 1982.

Das exportações realizadas pelo Estado de São Paulo com destino aos mercados platinos, a Argentina até 1979 absorvia 90% de nossas exportações e o Uruguai 10%. Nestes últimos anos, apesar da pequena quantidade exportada, o Uruguai vem aumentando sua participação, passando para 23% em 1980 e 35% em 1981. Esse fato deve-se à maior facilidade de transporte, havendo maior interesse dos fretistas para esse País, face à possibilidade de obter cargas de retorno, como carne (quadro 113).

Dos embarques que saem de Santos, 85% são da própria região litorânea — Itariri, Miracatu e Registro — face à melhor produção, pois têm grande número de propriedades familiares, o que não acontece na baixada santista, onde a produtividade é menor por problemas de mão-de-obra e estrutura fundiária, e os 15% restantes são do interior paulista, preponderantemente Avaré e Ribeirão Preto.

A cultura da banana encontra-se difundida em todos os estados da Federação. São Paulo, em 1981, foi o segundo maior produtor, com 43.090 mil cachos em área de 35,4 mil hectares, logo após a Bahia.

Estima-se que em 1981 o produtor tenha recebido na fonte, em média, Cr\$4.200 por tonelada, idêntica à remuneração do ano precedente em termos reais. (figura 13).

Durante 1981, no entreposto terminal de Jaguaré (CEAGESP), registrou-se entrada

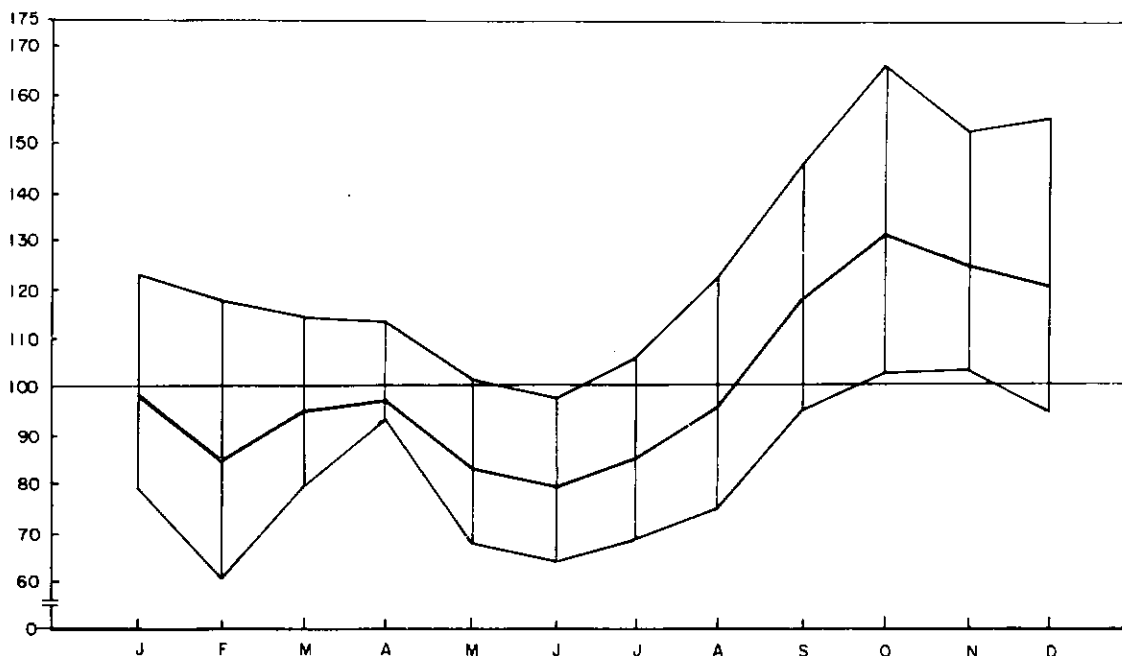


FIGURA 13.- Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Agricultores, Banana Nanica, Estado de São Paulo, 1971-80.

de aproximadamente 184 mil toneladas, podendo-se observar que a oferta de banana foi cerca de 5% inferior à do ano anterior.

Como resultado da menor oferta global, o preço médio anual ponderado da banana verde, a nível de atacado, foi de Cr\$7.743,00/t, 12% superior à cotação de 1980. Também a nível de varejo os preços foram maiores, mas em apenas 6% nesse período, indicando compressão na margem de comercialização do varejista (quadro 114).

A perspectiva para a produção nacional 1982/83, segundo o IBGE, é de crescimento de 8,3%, atingindo 483.253 mil cachos, frente a 446.380 mil cachos da safra precedente. Para São Paulo, as expectativas são de estabilidade de área e produção.

Para que a demanda se iguale a essa previsão de oferta nacional, será necessário recuperar as exportações, posicionando-se frente a duas proposições:

a) apoio à infra-estrutura necessária para industrialização do fruto e das folhas, que ainda é pequena no Brasil. O incremento dessa atividade seria altamente desejável para a bananicultura e para a economia; permitiria o aproveitamento de toda fruta que não obtivesse padrão para exportação, e além disso, das folhas de bananeira (quadro 115). Do ponto de vista da economia global, permitiria angariar mais divisas, pois esses produtos têm sido exportados para a Alemanha e Itália desde 1977, e em 1979 foi conquistado o mercado da Austrália; e

b) conscientização de que o mercado argentino segue hoje o esquema internacional, com as mesmas firmas tanto no país exportador como no importador, fazendo com que o fluxo do comércio se torne regulado pelo controle da oferta, procedimento há muito adotado pelas multinacionais.

Em muitas ocasiões, o preço internacional é menor que o interno, mas há necessidade de se manter uma frequência regular de remessas em quantidade e qualidade, o que somente poderia ser conseguido através de um consórcio, pois em certas ocasiões se perderia dinheiro nas exportações.

(IEA, 03/08/82)

QUADRO 110 - Produção Mundial de Banana, 1976-80

(em 1.000 t)

Região e País	1976	1977	1978	1979	1980
África					
Borundi	915	932	950	968	985
Madagascar	360	487	450	236	240
Tanzânia	770	790	803	750	780
Uganda	340	350	360	367	374
Outros	<u>1.953</u>	<u>1.999</u>	<u>2.112</u>	<u>2.060</u>	<u>2.076</u>
Subtotal	4.338	4.558	4.675	4.381	4.455
América Central					
Costa Rica	1.187	1.112	1.170	1.078	1.187
Guatemala	550	550	566	556	560
Honduras	1.074	1.235	1.388	1.300	1.400
México	1.199	1.276	1.137	1.553	1.515
Panamá	999	1.028	742	1.000	1.050
Outros	<u>1.524</u>	<u>2.534</u>	<u>1.536</u>	<u>1.735</u>	<u>1.640</u>
Subtotal	6.533	7.735	6.539	7.222	7.352
América do Sul					
Brasil	5.761	6.151	6.176	6.139	6.773
Colômbia	1.100	1.300	1.500	1.100	1.200
Equador	2.571	2.451	2.375	2.032	2.073
Venezuela	900	1.050	1.080	961	985
Outros	<u>831</u>	<u>777</u>	<u>688</u>	<u>732</u>	<u>792</u>
Subtotal	11.163	11.729	11.819	10.964	11.823
Ásia					
Índia	3.758	3.750	3.853	4.000	4.500
Indonésia	1.220	1.700	1.764	1.527	1.631
Filipinas	2.271	2.395	2.435	3.862	3.800
Tailândia	1.400	1.700	2.000	2.082	2.164
Outros	<u>2.337</u>	<u>2.359</u>	<u>2.389</u>	<u>2.391</u>	<u>2.440</u>
Subtotal	10.986	11.904	12.441	13.862	14.535
Europa					
Espanha	337	393	390	409	464
Outros	<u>25</u>	<u>27</u>	<u>28</u>	<u>29</u>	<u>29</u>
Subtotal	362	420	418	438	493
Oceania					
Papua e Guiné	855	870	885	900	916
Outros	<u>159</u>	<u>139</u>	<u>139</u>	<u>184</u>	<u>189</u>
Subtotal	1.014	1.009	1.024	1.084	1.105
Total mundial	34.396	37.355	36.916	37.951	39.763

Fonte: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

QUADRO 111. - Exportações de Banana da América Latina e Mundial, 1976-80

(em 1.000t)

País exportador	1976	1977	1978	1979	1980
Equador	1.200	1.318	1.425	1.386	1.437
Costa Rica	1.107	1.013	1.007	1.012	999
Honduras	661	777	750	887	860
Filipinas	796	693	777	860	924
Colômbia	457	455	592	633	670
Panamã	589	547	628	600	500
Guatemala	245	320	316	267	330
Brasil	92	112	133	128	67
Jamaica	84	76	75	69	55
América Latina	5.231	5.311	5.713	5.842	5.842
Outros Países	1.347	1.357	1.436	1.299	1.070
Total mundial	11.809	11.979	12.862	12.983	12.754

Fonte: Organização de Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO).

QUADRO 112. - Importações Mundiais de Banana e Consumo "per capita", 1976-80

País importador	Importação (1.000t)					Consumo "per capita" (kg/ano)	
	1976	1977	1978	1979	1980	1979	1980
Alemanha Ocidental	544	584	617	603	534	9,8	8,6
França	488	500	498	440	446	8,2	8,3
Itália	267	311	317	348	279	6,1	4,9
Grã-Bretanha	313	305	315	305	323	5,4	5,7
Holanda	113	121	132	126	114	8,4	7,6
Bulgária	86	91	94	90	87	8,3	7,9
Áustria	72	78	94	86	77	11,4	10,2
Suécia	73	75	79	74	70	8,9	8,4
Suíça	58	61	64	63	64	9,9	9,9
Finlândia	41	41	45	46	39	9,6	8,2
Noruega	40	40	37	37	31	9,1	7,5
Dinamarca	33	33	38	36	26	6,9	5,0
Outro países	4.219	4.321	4.580	4.750	4.586	-	-
Total mundial	6.347	6.561	6.910	7.004	6.676	-	-

Fonte: Organização de Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO).

QUADRO 113- Exportação de Banana pelo Estado de São Paulo, 1977-81

(em 1.000 volumes) (1)

Mês	Argentina					Uruguai				
	1977	1978	1979	1980	1981	1977	1978	1979	1980	1981
Jan.	422	465	454	237	138	14	7	-	49	57
Fev.	374	414	503	204	193	2	5	-	51	51
Mar.	416	561	571	174	152	0	20	76	28	76
Abr.	424	411	676	212	180	0	-	142	57	80
Mai.	442	536	586	260	212	0	46	59	60	96
Jun.	355	356	459	225	100	0	86	69	67	80
Jul.	379	329	422	132	52	28	109	19	26	68
Ago.	332	369	331	125	136	22	185	53	50	88
Set.	339	277	270	194	90	23	76	34	50	64
Out.	441	352	312	74	106	15	57	44	61	48
Nov.	396	454	372	87	116	30	-	17	57	68
Dez.	564	579	200	140	108	46	-	21	67	76
Total	4.884	5.103	5.156	2.064	1.583	180	591	534	623	852

(1) Cachos e caixas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 114 - Preços Médios Reais Mensais, Atacado e Varejo, de Banana Nanica, São Paulo, 1977/81

(em Cr\$ de 1981)

Mês	Atacado (Cr\$/tonelada)					Varejo (Cr\$/dúzia)				
	1977	1978	1979	1980	1981	1977	1978	1979	1980	1981
Jan.	6.455,00	5.782,00	11.386,00	7.671,00	8.563,00	52,00	40,00	55,00	38,00	42,00
Fev.	5.442,00	3.726,00	8.362,00	7.518,00	4.475,00	50,00	39,00	53,00	38,00	39,00
Mar.	7.781,00	5.703,00	9.635,00	7.766,00	8.166,00	48,00	38,00	49,00	34,00	36,00
Abr.	6.815,00	5.796,00	9.996,00	6.101,00	8.088,00	47,00	36,00	48,00	36,00	37,00
Mai.	5.940,00	5.798,00	11.629,00	3.262,00	7.182,00	43,00	34,00	45,00	32,00	34,00
Jun.	4.930,00	8.229,00	9.530,00	2.946,00	6.023,00	44,00	32,00	46,00	30,00	31,00
Jul.	4.039,00	9.525,00	8.228,00	4.277,00	5.218,00	43,00	36,00	44,00	27,00	33,00
Ago.	4.421,00	10.018,00	7.776,00	6.461,00	7.501,00	41,00	36,00	42,00	30,00	32,00
Set.	8.351,00	12.663,00	7.522,00	7.736,00	7.861,00	42,00	61,00	36,00	31,00	34,00
Out.	9.620,00	14.594,00	6.250,00	10.288,00	9.291,00	45,00	48,00	35,00	36,00	35,00
Nov.	7.918,00	13.519,00	9.017,00	9.813,00	10.923,00	43,00	52,00	35,00	36,00	39,00
Dez.	7.515,00	11.181,00	9.068,00	8.730,00	9.620,00	38,00	55,00	41,00	38,00	42,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP).

QUADRO 115 - Produtos Básicos, Complementares e Subsidiários oriundos da Utilização do Fruto e da Bananeira

Básico	Complementar	Subsidiário
Pós	Pastas	Adubo
Farinhas	Vinhos	Fibras
Crems	Vinagres	Alcool
Flakes	Licores	-
Tortas forrageiras	Essências	-

Fonte: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) - Cruz das Almas.

- LARANJA

- Panorama Internacional

Embora não se disponha ainda de dados completos sobre a produção cítrica mundial da safra 1981/82, a partir das estimativas mais recentes do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) é possível apontar algumas tendências nos principais países produtores e, particularmente, nos Estados Unidos, maior concorrente do Brasil no comércio internacional de suco concentrado congelado. Assim, a produção cítrica nesses países deverá totalizar 44 milhões de toneladas, com mais uma redução em relação à safra anterior (45 milhões), que, também, regredira em relação à precedente (47 milhões). Pela segunda vez consecutiva, tal resultado pode ser atribuído às geadas que, em janeiro, vêm atingindo severamente a produção da Flórida, até então a primeira região produtora do mundo (quadro 116).

Para o Hemisfério Sul, todavia, as estimativas são de aumento de 7% em relação à produção do ano anterior, destacando-se o recorde do Brasil, enquanto que apenas para a Argentina se estima redução, devendo também apresentar crescimento as colheitas da Austrália, África do Sul, Chile e Uruguai.

Segundo a mesma fonte, na safra 1981/82 o comércio mundial de frutas frescas deverá ser pouco maior que aquele da safra anterior (6,75 milhões de toneladas), devido aos aumentos observados nas exportações dos países do Mediterrâneo, especialmente Espanha e Grécia. A perspectiva é que também as exportações do Hemisfério Sul aumentem durante a temporada. Porém, o comércio de suco concentrado vem mostrando uma demanda mais fraca comparativamente ao mesmo período de 1981, devido à subvalorização das moedas européias em relação ao dólar e à existência de estoques na Europa.

Alguns aspectos recentes da citricultura mundial a serem citados são: o aparecimento da "mosca das frutas" nas plantações da Califórnia, que exigiu uma série de medidas de defesa fitossanitária, por parte do Governo, para seu imediato controle e que acabou gerando em princípio uma restrição das exportações para o Japão; também dentro dos Estados Unidos, a Flórida ficou temerosa de que seus pomares pudessem ser afetados pela mosca; mais recentemente (julho/82) a fruta fresca do México foi impedida de entrar nos Estados Unidos devido a uma doença descoberta nas plantações da Costa do Pacífico e cujos sintomas, em folhas e galhos, são parecidos com os do cancro cítrico, erradicado desde 1947 dos pomares americanos; ainda em julho de 1982 os produtores da Flórida solicitaram ao Governo Americano que impusesse uma sobretaxa na importação do suco brasileiro sob a alegação de que o produto seria ilegalmente subsidiado" naquele País, causando perdas à indústria local; embora com reflexos na futura safra 1982/83, o forte calor verificado na Espanha em junho/julho causou queda considerável de fruta dos pés, provocando uma elevação dos preços das variedades mais precoces para exportação; as geadas de junho/82 na Austrália não causaram grandes danos à produção, porém ainda serão necessárias algumas semanas para melhor avaliação dos prejuízos; as exportações de fruta do Marrocos deverão ser menores a despeito do aumento da produção, devido ao tipo miúdo ocasionado pela seca; o contrário deverá ocorrer na Argentina cuja colheita deverá ser menor que na safra passada, porém, as exportações de fruta e de suco concentrado deverão não se elevar, o que pode ser atribuído à desvalorização do peso.

Nos Estados Unidos, onde as geadas pelo segundo ano consecutivo provocaram sérias perdas, a produção inicialmente avaliada em cerca de 166 milhões de caixas de laranja, acabou por se reduzir a 129,3 milhões de caixas, ou seja, 25% abaixo da colheita anterior (172,4 milhões de caixas), também seriamente prejudicada pelo frio; a essas perdas deve-se acrescentar a redução no rendimento industrial, que em julho estava sendo estimado em 1,28 galão por caixa (42^o brix), contra 1,42 no início da safra e 1,26, da safra 1980/81. Como consequência, houve significativa quebra na produção de suco concentrado na Flórida e necessidade de grandes importações de suco do Brasil, pelos Estados Unidos, a fim de manter a oferta total a níveis pouco inferiores aos do ano precedente, permitindo ao mesmo tempo que as fábricas trabalhassem maiores quantidades (reprocessamento) e os preços aos consumidores não se elevassem demais, prática semelhante à verificada no decorrer de 1981, e que evitou queda do consumo.

- Situação Interna

Em maio, os informes da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 1981/82 apresentaram previsão de colheita no Brasil da ordem de 234,1 milhões de caixas (média de 250 frutas e 40,8kg), com acréscimo de 2,5% em relação à colheita anterior, cabendo ressaltar que tal volume inclui também tangerinas. Constitui exceção o Estado de São Paulo, para o qual a previsão de 186,13 milhões de caixas refere-se apenas à laranja.

Para o Estado de São Paulo, o quarto levantamento de previsões e estimativas de safra do IEA/CATI estimou para 1982, produção de 186,1 milhões de caixas, praticamente confirmando os dois levantamentos anteriores (185,8 e 183,5 milhões de caixas), com incremento da ordem de 6,1% sobre a safra de 1981, quando foram colhidas 175,4 milhões de caixas.

De acordo ainda com dados do levantamento IEA/CATI para 1982, as produções de tangerina (cravo, ponkan e murcote) e de limões (tahiti, siciliano e galego) deverão alcançar, respectivamente, 17,9 e 8,1 milhões de caixas, com reduções de 5,6% e 5,2% sobre as respectivas safras do ano anterior, configurando tendência declinante das duas espécies, no parque citrícola de São Paulo.

Segundo a Carteira do Comércio Exterior (CACEX), no ano civil de 1981 foram exportadas 639.143t de suco concentrado de laranja, com aumento de 59% em relação ao volume registrado em 1980, ao preço médio de US\$1.031,39 por tonelada-FOB, com aumento de 22% em relação à cotação média de US\$844,37/t obtida em 1980. Como resultado, o valor total cresceu 94,6%, atingindo a cifra recorde de US\$659,2 milhões.

Para o ano safra junho 1981 a maio 1982, o acréscimo porcentual do volume exportado de suco foi de aproximadamente 27% em relação a igual período da safra precedente (junho 80/maio 81), superando o anterior, de 1979/80 a 1980/81, que havia sido de 22%. Considerando-se apenas os primeiros cinco meses de 1982, o aumento de volume sobre igual período de 1981 foi de 12%. Esses ganhos podem ser atribuídos às duas geadas consecutivas que assolaram os laranjais da Flórida, visto que o mercado internacional parece estar crescendo a taxas mais modestas (quadro 117).

No tocante à exportação de frutas cítricas frescas em 1981, registraram-se embarques de 72.244t, contra 96.189t em 1980. Todavia, graças aos maiores preços médios obtidos, o valor total superou o do ano anterior, atingindo US\$25,83 milhões, contra US\$19,46 milhões. Desse valor total a laranja participou com 55% em 1981, ou seja, um recuo em relação a 1980, quando essa proporção fora de 76%, embora mantendo a mesma participação relativa em termos de quantidade (85%).

Segundo dados da CEAGESP, a cotação média da laranja pera a nível de atacado, em 1981, foi de Cr\$303,00 por caixa de mercado (30kg) em contraposição a Cr\$108,00 calculado para 1980, o que pode ser explicado pelo menor volume ofertado. Já para a laranja baianinha, o acréscimo de preço foi um pouco menor (Cr\$285,00/cx. em 1981 e Cr\$120,00/cx. em 1980), a despeito das entradas no Entrepasto Terminal do Jaguaré terem aumentado 14% de um ano para outro.

Admitindo-se as mesmas quantidades consumidas mensalmente em 1980, o aumento porcentual dos preços pagos pelo consumidor em 1981, ao nível de varejo, foi da ordem de 140% em relação aos de 1980; houve uma elevação menor que aquela registrada ao nível de atacado.

Do total da produção brasileira de laranja, cerca de 60% destinam-se ao mercado externo, sob a forma de suco ou "in natura". Da produção paulista, aproximadamente 80% estão encaminhados para processamento industrial. Esses dados evidenciam a dependência ao mercado mundial, indicando a necessidade imperiosa de uma política específica para o setor resultante de diálogo durante o ano todo, e não apenas no início de cada safra, sob condições de pressões de parte a parte. Essa situação gera, quase sempre, a necessidade de interferência governamental.

Conquanto não se possa deixar de consignar que tal intervenção se fez necessária pela existência de um oligopsônio, há muito apontado como fator de intranquilidade no setor, mister se faz reconhecer que traz sérias distorções, pois iguala bons e maus produtores, grandes e pequenos pomares, localizados a qualquer distância das fábricas de suco, ao mesmo tempo que pressupõe que a indústria deva comprar ao mesmo valor as variedades menos indicadas para a fabricação de suco, sem poder postergar a época de compras (adiando o sinal).

Em suma, é imprescindível e urgente que essa situação seja revista face às indicações de safras crescentes e à manutenção do parque produtor, sendo certo que a melhor solução será a presença de novas empresas processadoras, fortalecendo a concorrência.

No âmbito da agricultura, deverá haver uma erradicação de pés menos produtivos, ao mesmo tempo que o associativismo deverá ser estimulado. Também outras formas de comercialização deverão ser tentadas, destacando-se os planos de participação e os grupos de produtores ("pools"), cujos resultados são evidentes em outros países.

Repassando alguns aspectos da crise mais recente da citricultura paulista, que começa a apresentar característica cíclica, pode-se afirmar que a de 1982 foi a mais longa, pois praticamente iniciou-se em agosto de 1981 quando os citricultores decidiram mover ações judiciais contra as indústrias a fim de conseguirem o pagamento do diferencial de preço, de 14 vezes US\$0,015/cx., da safra comercial 1980/81 ⁽²⁾.

Embora as indústrias aceitassem essa avaliação, elas se declararam impossibilitadas de pagar o adicional pleiteado alegando não terem recursos necessários e que consideravam desobrigadas uma vez que julgavam que o Governo, unilateralmente, havia alterado o esquema estabelecido ao início da safra.

Superado esse aspecto, evitando-se então um radicalismo sempre prejudicial a qualquer agroindústria, as empresas condicionaram o pagamento à devolução do confisco para com-

(2) A fim de manter um valor mínimo (preço) para o suco exportado, os citricultores haviam concordado em receber US\$0,015/cx. de fruta a cada redução de 10 mil toneladas caso o estoque remanescente de suco em 31/05/81 estivesse abaixo de 200 mil toneladas. E de acordo com avaliação de técnicos da CACEX esse estoque era de 57.597t (arredondando-se, 60 mil toneladas). Ver Prognóstico 81/82, p. 156.

pletarem sua parte no acordo. Surgiu, então, a questão dos critérios de devolução, pois ao que consta não havia documento oficial a respeito, embora o espírito do plano inicial fosse arrecadar de quem exportasse para constituir um fundo que permitiria, posteriormente, ressarcir aquelas empresas que haviam retido o produto, ou seja, uma compensação pelo maior gasto com armazenagem.

A fim de contornar o problema, algumas empresas passaram a fazer acordos com os produtores (Cr\$6,00/cx.), sendo o restante do pagamento (Cr\$15,00/cx.) efetuado em NPR descontáveis em abril de 1982, de forma que não se pode garantir que o citricultor, no início da atual temporada, se encontrasse sem capital de giro para aguardar com mais tranquilidade as negociações da safra, cuja colheita de pera (principal variedade plantada) só se iniciaria em agosto. Acrescente-se, também, que o preço para a fruta da safra 1981 havia sido considerado bom pelos produtores e obtido em acordo bastante rápido (2 de abril) com a indústria, devido à ocorrência de geadas na Flórida em janeiro de 1981.

Novo fato viria a ocorrer, em novembro de 1981, quando a indústria foi cientificada de que para 1982 os recursos da Resolução BC-674 seriam reduzidos para 7% sobre o valor das exportações do ano anterior, ao contrário dos 20% vigentes até então, o que na prática significaria uma provável redução no valor do sinal a ser pago na compra da fruta. Ademais, o imposto de exportação de 10% ad-valorem seria mantido sobre o valor mínimo de US\$1.100,00/t-FOB. Como se depreende, tratava-se de duas medidas que não contavam com a simpatia do setor citrícola, na medida em que poderiam significar menor preço e piores condições de pagamento da matéria-prima.

De outra parte, devido à geada de julho de 1981; à prolongada seca que se verificou até meados de outubro, chegando em algumas importantes áreas produtoras a variar de 128 a 153 dias sem chuvas, e posteriormente à ocorrência de precipitações excessivas durante o período de florada dos citros em São Paulo, as primeiras previsões da safra 1981/82 tornavam-se bastante sujeitas a erros de avaliação devido às diferentes condições que os pomares vinham apresentando.

Ao mesmo tempo, estaria entrando em produção um elevado número de pés plantados em 1977/78 e 1978/79 (respectivamente 8 e 16 milhões de pés), produzindo, em geral, fruta com menor rendimento industrial. Cabe, ainda, aduzir que os pomares apresentaram diversas floradas, o que, também, poderá vir a baixar esse rendimento, de forma que dificilmente se obterá em 1982 o recorde de 1981, estimado em 3,75kg de suco concentrado (65^obrix) por caixa, contra a média histórica de 3,45kg.

Portanto, todos esses fatos delineavam um cenário que exigia cautela e reservas quanto aos pontos a serem analisados para a safra industrial 1982/83. No entanto, o que se observou, após outra intensa geada que pelo segundo ano consecutivo atingiu a citricultura da Flórida, foi um clima de indisciplina comercial, de intranquilidade e de desconfiança, com os ânimos ficando acirrados desde as reuniões preliminares.

Assim, o primeiro aspecto a ser lembrado, foi o das propostas iniciais de cada parte, com os produtores reivindicando Cr\$600,00/cx., às vezes até mais, enquanto a indústria oferecia Cr\$250,00 e ao mesmo tempo tratava junto à CACEX de estipular cotas de exportação de suco, o que traz implícito um tratamento de reserva de mercado às empresas já instaladas e que significaria cotas de compra da matéria-prima, diminuindo ainda mais a concorrência.

Sobre este último aspecto, deve-se ponderar que diversos atacadistas têm-se distanciado dos produtores nos últimos anos, ou diminuído seu volume operacional, já que não têm contado com o apoio governamental, como seria desejável pela expressão que podem representar no mercado.

Evidentemente, registrou-se um sensível aumento no custo estimado da produção agrí

cola das safras 1980/81 para 1981/82, principalmente no item de juros de custeio, em razão das alterações verificadas no crédito rural, em especial para os médios e grandes produtores. Outros itens que acusaram acréscimos significativos foram aqueles referentes à depreciação de máquinas, e defensivos e herbicidas. Não se pode, porém, esquecer que tanto adubos como defensivos tinham tido seus preços contidos pelo CIP, nos anos anteriores, dando aos citricultores uma falsa imagem nos cálculos de custo de produção e, indiretamente, contribuindo para expansão da área plantada, ou de seu uso indiscriminado.

Quanto à indústria, também houve elevação nas despesas operacionais para fabricação do suco e sua armazenagem, porém não nos índices apresentados durante as negociações com os produtores.

Afastada a possibilidade de um "acordo entre as partes", houve a necessidade da interferência governamental para se chegar a um preço de referência, tendo inclusive o Governo para tanto tomado as seguintes medidas: a) prorrogar por 60 dias o pagamento dos débitos de custeio agrícola vencidos em junho e julho, e por 30 dias aqueles vencíveis em agosto; b) reduzir de 10% para 1% o Imposto de Exportação; e c) elevar de 7% para 12% os recursos da Resolução 674 para as grandes empresas e de 7% para 20%, para as médias e pequenas.

Além disso, o Governo determinou a participação de cada empresa nas vendas externas de suco (cotas), segundo a capacidade de moagem e as exportações no período mais recente, visando manter as cotações no mercado internacional e regular a oferta.

Depois de muito desgaste e inúmeras reuniões, o preço base estabelecido foi de Cr\$400,00/caixa no pé, cujo pagamento será feito com Cr\$50,00/cx. de entrada por ocasião do contrato; Cr\$250,00 em notas promissórias rurais para 90 dias, descontáveis, com juros por conta do produtor; e Cr\$100,00 pagos ao final de março de 1983. Além desse valor, o citricultor terá direito a mais Cr\$5,00/cx. para cada 10 mil toneladas de suco que excederem 440 mil toneladas de exportação, no ano safra, porém sem reajuste de valor.

- Perspectivas

A possibilidade de dar escoamento à crescente produção de laranja, num mercado pleno de incertezas, dependerá de uma série de fatores, alguns fora do controle humano, dentre os quais se destaca o sucesso nas exportações nas duas próximas temporadas.

Sem dúvida, para proteger o interesse dos produtores e, ao mesmo tempo, assegurar rentabilidade da indústria haverá necessidade de se evitar os erros passados, de aproveitar os exemplos de outras culturas e de outros países, principiando-se por um esforço em aumentar o consumo de suco e de fruta no mercado interno brasileiro.

De imediato caberá rever as metas de crescimento da produção, reduzindo-se não só o número de pés novos a serem plantados, mas principalmente, erradicando-se aqueles de menor produtividade agrícola, pois é certo que apenas sobreviverão os pomares de maior rendimento. Atenção especial deverá ser dada aos custos de produção, quer pelo emprego de tecnologia mais indicada, quer pela compra de insumos em melhores condições (associativismo).

Fica evidente, portanto, que existe premência de um programa para traçar uma política para o setor, conjugando os esforços de todos segmentos envolvidos.

Na medida em que as projeções de longo prazo se concretizaram nos últimos dois anos, é lícito admitir-se que também os cálculos para 1983 estivessem corretos, de forma que a produção poderá se situar entre 170 e 210 milhões de caixas somente de laranja. Tal volume levaria, em princípio, a uma disponibilidade de laranjas para, natal e valência da ordem de 170 a 180 milhões de caixas, a maior parte a ser destinada à indústria.

Mais a curto prazo, deve-se ponderar que a atual safra vem transcorrendo em condições de clima que, se de um lado permitem antever uma boa florada (chuvas abundantes nos meses anteriores à florada) e, portanto, previsão de safra elevada, de outro lado deverão reduzir o rendimento industrial, diminuindo a produção de suco com conseqüente estoque menor ao início da safra vindoura.

Caso se concretizem na safra comercial 1982/83 as perspectivas de exportação da ordem de 520 mil toneladas de suco e admitindo-se que a produção na Flórida se situe ao redor de 150 milhões de caixas como prevista no momento, é provável que no próximo ano o mercado se encontre em condições de equilíbrio ao início da safra.

(IEA, 13/08/82).

QUADRO 116 . - Produção de Laranja nos Principais Países Produtores, 1963 a 1982

(1.000t)

País	1963	1969-71	1973	1977	1978
Estados Unidos	3.670	7.302	9.735	10.595	9.530
Brasil	2.000	3.084	4.020	5.845	6.680
Espanha	1.560	1.884	2.080	1.755	1.740
Itália	810	1.403	1.554	1.900	1.600
México	1.100	1.377	1.466	1.140	650
Israel	525	917	1.252	904	910
Argentina	510	892	783	800	650
Marrocos ⁽¹⁾	480	698	765	620	785
África do Sul ⁽²⁾	430	533	600	630	640
Grécia	280	418	391	496	425
Egito	260	634	770	780	670
Austrália	...	283	...	357	369
Cuba	80	112	117	138	145

País	1979	1980	Taxa (%) 1970-80	1981 ⁽¹⁾	1982 ⁽²⁾
Estados Unidos	8.502	10.985	4,2	9.694	7.178
Brasil	8.200	8.869	11,1	9.302	10.281
Espanha	1.633	1.730	-1,3	1.693	1.700
Itália	1.619	1.781	2,6	1.735	1.760
México	1.280	1.630	1,7	1.600	1.690
Israel	959	892	-0,2	753	912
Argentina	706	704	-1,2	668	600
Marrocos ⁽¹⁾	630	756	0,8	685	676
África do Sul ⁽²⁾	521	543	0,2	569	577
Grécia	480	335	3,3	527	690
Egito	843	1.050	5,1	921	895
Austrália	383	426	4,2	352	384
Cuba	200	280	9,6	360	400

⁽¹⁾ Dados preliminares, sujeitos à revisão.

⁽²⁾ Estimativa.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), Organização de Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 117 - Exportação de Suco de Laranja Concentrado, Por País de Destino, 1970-81 ⁽¹⁾

(1.000t)

Destino	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Alemanha Ocidental	19,0	28,0	31,4	55,3	33,9	44,1	43,5	31,4	29,4	39,2	66,2	63,8
Canadá	4,3	10,4	10,7	8,8	7,4	21,1	15,8	20,7	33,9	28,8	27,4	23,9
Países Baixos	4,1	8,8	14,6	26,1	20,7	42,9	67,3	53,2	43,6	58,2	107,1	183,5
Estados Unidos	1,0	23,4	17,7	11,0	23,1	20,6	16,7	46,8	147,5	73,1	78,9	259,5
Suécia	1,0	2,5	6,6	10,4	15,3	16,1	18,3	19,4	19,0	17,6	21,3	14,6
Israel	2,0	0,2	1,2	2,7	1,1	8,9	14,5	5,6	9,8	10,3	7,7	12,1
Reino Unido	0,6	0,8	0,7	0,5	0,6	4,2	5,4	7,7	13,4	15,4	22,3	31,6
Dinamarca	0,2	0,7	0,7	0,8	0,5	1,1	4,3	5,8	4,5	5,5	6,7	6,2
Bélgica-Luxemburgo	0,3	0,8	1,6	1,3	1,6	2,1	4,4	2,1	1,8	3,9	4,7	2,1
Noruega	0,2	0,4	0,4	0,4	0,7	1,2	1,5	1,7	2,1	3,0	5,4	4,8
Finlândia	-	0,1	0,4	1,1	0,9	3,0	6,0	5,0	8,0	10,5	12,1	10,0
Espanha	0,2	0,1	0,5	0,5	0,3	4,3	2,5	4,0	3,3	2,6	4,3	3,0
França	-	0,5	0,6	0,7	0,2	0,2	-	-	0,4	0,7	0,1	-
Outros	0,6	0,6	0,1	1,4	1,2	12,0	9,6	10,1	18,9	23,4	36,8	23,9
Total	33,5	77,3	87,1	121,0	108,5	180,9	209,8	213,5	335,6	292,2	401,0	639,0

⁽¹⁾ NBM 20.07.05.01.

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX), do Banco do Brasil.

- OUTRAS FRUTAS

Apesar da recessão econômica conjugada com a desvalorização cambial das moedas em relação ao dólar, que encarecem e desestimulam as importações dos países da Comunidade Econômica Européia (CEE), as frutas brasileiras, como mamão, papaya, uva Itália, manga, melão, abacate, morango, figo e caqui, ampliaram sua aceitação na Europa.

Em 1981 a exportação de frutas frescas alcançou 191 mil toneladas, somando um montante de 157 milhões de dólares, 6% superior ao do ano anterior.

A diferença de estações, o hábito europeu de consumir frutas frescas e a potencialidade do Brasil em produzi-las fazem com que os produtores e empresários nacionais tentem se adaptar às exigências do mercado internacional, reduzindo tamanho e peso e melhorando o aspecto físico das frutas, uma vez que o europeu compra por unidade, pois é geralmente comido, além do que suas famílias são normalmente pequenas.

Para exportação o produtor tem que proceder diferentemente nos tratamentos agrícolas, a fim de reduzir o tamanho da fruta sem prejudicar sua qualidade, utilizando-se de certos recursos: a) espalha-se mais sementes ou mudas por área para que não haja grande expansão de planta; e b) coloca-se nos pomares abelhas para ativar a polinização, provocando surgimento de mais frutas por pé, porém de menor tamanho.

As exigências européias são além: a) as frutas de uma mesma caixa devem ter o mesmo tamanho, pois há escassez de mão-de-obra, para classificar a fruta; b) tão importante quanto a qualidade da fruta é a embalagem, que deve ser atraente e sofisticada, onde já se vêem frutos embrulhados individualmente.

A produção paulista de frutas de climas temperado e tropical, no período de 1975 a 1982, mostrou taxas geométricas positivas de crescimento anual para maçã (5%), figo (2,2%), uva de mesa (2,7%), abacate (2,3%), limão (0,1%) e tangerina (5,7%); e negativas para caqui (2,0%), pêssego de mesa (4,8%), uva para indústria (5,9%), goiaba para indústria (3,8%), abacaxi (10,2%), mamão (1,1%) e manga (5,5%). Nesse mesmo período, as quantidades comercializadas na CEAGESP aumentaram para todas as frutas de climas temperado e tropical, com exceção do pêssego (quadros 118, 119, 120 e 121).

No mercado atacadista de São Paulo (CEAGESP), as cotações mostraram-se em 1981 superiores às do ano de 1975 para a maioria das frutas analisadas nesse período (quadros 122 e 123).

Em vista do subconsumo e para aproveitamento do pico de safra de frutas de verão, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo estabeleceu 25 pontos para a promoção destas frutas, visando escoar a produção, repassar os preços baixos dessa época ao consumidor, elevando o consumo "per capita" da população paulistana, garantindo, ao mesmo tempo, razoável remuneração ao produtor.

O montante das importações brasileiras de frutas, cujo crescimento no período 1973-77 se deu à taxa geométrica anual de 18%, após 1977 vem decrescendo à taxa de 2,7% a.a. (quadro 124), em consequência da crescente produção nacional, que permitiu redução nas entradas de maçã e pera, as quais atingiram US\$89 milhões, ou seja, aproximadamente 75% dos US\$118 milhões gastos com importação de frutas e derivados em 1981.

A produção brasileira de maçã cresceu rapidamente nos últimos cinco anos, saindo de 15 mil toneladas em 1967-70 para 104 mil toneladas em 1981/82, crescendo cerca de 600%, um excelente resultado, só obtido também pelo Equador, um dos 61 países produtores.

Nos últimos cinco anos, com o crescimento da comercialização da maçã nacional, as importações brasileiras reduziram-se a 134 mil toneladas em 1981, 54% inferiores às de 1977,

que foram de 202 mil toneladas, as maiores da última década. Quando comparadas às importações de 1981 (159 mil toneladas), houve redução de 16% em 1981. Essa diferença de 25 mil toneladas foi suprida pelo aumento de 29 mil toneladas da produção brasileira. A maçã nacional deverá freqüentar o mercado interno durante todo o ano, não somente no período da safra como vinha acontecendo, face à colheita bastante significativa e ao aumento das câmaras frigoríficas para estocagem. Com essas medidas, o mercado não ficará abarrotado nos meses de safra (março, abril e maio) e o consumidor manterá a boa imagem do produto, que compete satisfatoriamente com a maçã argentina em qualidade e sabor.

Um ponto positivo na comercialização da maçã brasileira, neste segundo semestre de 1982, é a decisão da Carteira do Comércio Exterior (CACEX) de não liberar guias de importação num montante de 30% do valor em dólar da média dos últimos três anos, para cada importador. Nesse sentido, os preços da maçã nacional deverão estar acima de Cr\$3.500,00 a caixa, média do primeiro semestre de 1982, proporcionando maior rentabilidade ao produtor e, portanto, condições de reinvestimento na cultura.

As perspectivas de aumento na demanda de frutas são promissoras nos próximos anos, já que as de clima temperado têm consumo irrisório no mercado interno. Também as frutas tropicais e subtropicais terão demanda aumentada pelas vendas nos mercados externos, principalmente no Japão, hoje dependente em 25% de importações, principalmente dos Estados Unidos e da Austrália, países que têm tido condições climáticas adversas de produção, abrindo assim nova opção de mercado para o Brasil, especialmente quanto a abacate, laranja, limão, mamão, manga, melão e caqui.

Com a construção da câmara de fumigação no Aeroporto de Viracopos, no Estado de São Paulo, cujo funcionamento está previsto para setembro, atende-se às exigências do importador japonês quanto ao ataque da mosca mediterrânea.

A fatia brasileira de mercado mundial não é maior devido à inelasticidade da oferta, que não atende prontamente aos desejos dos exigentes consumidores.

(IEA, 02/08/82)

QUADRO 118. - Produção e Número de Pês de Frutas de Clima Tropical, Estado de São Paulo, 1975-82

(em 1.000 unidades)

Ano	Goiaba para indústria		Abacate		Abacaxi		Limão		Mamão		Tangerina ⁽¹⁾		Manga	
	Pê	Tonelada	Pê	Caixa	Pê	Fruto	Pê	Caixa	Pê	Caixa	Pê	Caixa	Pê	Caixa
1975	1.520	43.100	1.360	3.700	86.500	48.700	4.500	8.000	4.600	2.800	7.690	12.130	630	2.050
1976	1.175	34.700	1.660	3.620	63.500	35.300	4.620	9.400	9.300	4.300	8.690	15.060	530	1.630
1977	955	25.130	1.656	3.610	65.500	31.100	4.520	9.100	11.980	7.620	8.480	14.420	560	1.550
1978	900	24.700	1.641	3.840	57.425	27.450	4.525	10.355	11.590	8.050	8.630	14.570	647	1.938
1979	867	33.390	1.983	3.810	60.945	27.225	4.070	9.340	10.200	8.270	10.014	15.424	473	1.617
1980	860	46.550	1.875	3.420	50.320	21.000	3.710	8.850	10.810	8.210	7.880	15.730	440	1.380
1981	720	42.190	1.470	4.930	47.230	18.050	4.040	8.510	7.290	6.950	8.760	18.980	470	1.540
1982 ⁽²⁾	630	32.820	1.260	4.350	54.600	22.990	3.960	8.070	4.090	2.590	8.510	17.920	470	1.380

⁽¹⁾ Inclui cravo, ponkan, mexerica e murcote.

⁽²⁾ Estimativa preliminar.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 119 . - Produção e Número de Pês de Frutas de Clima Temperado, Estado de São Paulo, 1975-82
(em mil unidades)

Ano	Maçã ⁽¹⁾		Caqui		Figo ⁽²⁾		Pêssego de mesa		Uva de mesa		Uva para indústria	
	Pê	Caixa	Pê	Caixa	Pê	Tonelada	Pê	Caixa	Pê	Caixa	Pê	Tonelada
1975	1.440	756	880	3.200	1.800	17,1	510	6.600	35.620	14.100	7.800	21.100
1976	1.261	736	825	2.790	1.900	16,1	480	4.750	34.180	15.610	7.600	21.100
1977	1.194	447	830	2.995	1.900	15,8	485	4.340	34.180	14.220	7.040	17.630
1978	1.500	300	791	3.095	1.970	15,4	485	4.370	34.005	14.440	7.100	17.530
1979	2.000	400	750	2.955	2.000	15,9	510	4.440	35.100	16.567	6.705	17.250
1980	2.000	450	740	2.780	2.285	19,0	515	4.730	34.120	13.150	6.810	15.400
1981	2.480	580	800	2.680	2.260	19,3	415	3.680	37.850	16.325	6.380	15.760
1982 ⁽³⁾	2.800	1.069	790	2.770	2.100	19,9	450	4.680	37.290	16.930	5.350	13.760

⁽¹⁾ Dados de 1975-76 sujeitos à revisão posterior.

⁽²⁾ Não inclui figo para a indústria.

⁽³⁾ Estimativa preliminar.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 120. - Quantidades Comercializadas de Frutas de Clima Temperado, na CEAGESP, 1975-81

(em 1.000 unidades)

Espécie	Unidade	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Caqui	cx.26,0kg	413	377	567	436	1.089	599	611
Figo	engr.3,5kg	2.022	1.624	2.430	2.247	2.419	2.508	2.248
Morango	cx.4,0kg	847	957	1.052	1.055	1.307	1.514	1.712
Pêssego	cx.3,0kg	2.167	2.040	2.274	1.645	1.840	1.720	2.493
Uva niagara	cx.8,0kg	3.420	2.061	4.228	2.283	3.371	3.188	3.480
Uva itália	cx.8,0kg	1.131	933	1.195	1.204	1.515	1.478	1.460
Maçã nacional	cx.22,0kg	172	232	232	228	546	548	857
Pera nacional	cx.17,0kg	44	109	38	27	41	55	54
Nectarina nacional	cx.4,5kg	188	369	285	358	498	401	717
Ameixa nacional	cx.4,5kg	168	323	312	169	340	399	600
Nêspera	cx.5,0kg	206	165	228	300	121	278	315

Fonte: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP).

QUADRO 121. - Quantidades Comercializadas de Frutas de Clima Tropical, na CEAGESP, 1975-81

(em 1.000 unidades)

Espécie	Unidade	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Abacate	cx.22kg	565	543	536	1.018	1.194	1.119	1.402
Mamão	cx.31kg	886	1.023	1.764	1.816	1.651	1.469	1.003
Manga	cx.21kg	463	256	535	436	561	769	853
Tangerina cravo	cx.28kg	637	500	497	782	539	551	404
Tangerina ponkân	cx.27kg	1.596	1.708	1.481	1.891	1.961	2.119	2.110
Limão	cx.29kg	1.109	1.101	688	450	684	821	1.150
Abacaxi	cento ⁽¹⁾	97	99	103	150	88	144	161

⁽¹⁾ Aproximadamente 190kg.

Fonte: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP).

QUADRO 122. - Preços Médios ⁽¹⁾ de frutas de Clima Temperado, Mercado Atacadista, São Paulo, 1975-81
(em Cr\$ de 1981/unidade)

Espécie	Unidade	Preço médio ponderado						
		1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Caqui	cx.26kg	525	678	613	758	668	529	372
Figo	engradado	118	124	119	131	113	94	103
Pêssego de mesa	2,25kg	266	251	182	277	274	145	323
Uva niagara	cx.6kg	333	380	404	529	414	-	400
Uva itália	cx.8kg	729	806	860	901	882	793	798
Maçã nacional	cx.17kg	805	794	1.191	1.087	1.088	1.251	1.150
Morango	cxta.4kg	398	397	395	492	370	346	382
Pera nacional	cx.17kg	850	781	1.175	1.262	1.038	586	2.519
Nectarina	cx.4,5kg	362	294	323	207	223	224	182
Ameixa	cx.4,5kg	904	576	467	847	660	311	451
Nêspera	cx.5,0kg	706	755	691	776	1.017	558	552

⁽¹⁾ Corrigidos pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica.

Fonte: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP).

QUADRO 123. - Preços Médios Anuais ⁽¹⁾ de Frutas de Clima Tropical, Mercado Atacadista, São Paulo, 1975-81
(em Cr\$ de 1981/unidade)

Espécie	Unidade	Preço médio ponderado						
		1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Abacate	cx.22kg	526	666	524	540	509	464	582
Mamão	cx.31kg	814	700	481	630	488	427	1.218
Manga	cx.21kg	680	717	566	926	798	919	1.796
Tangerina cravo	cx.28kg	280	307	380	380	276	251	590
Tangerina ponkan	cx.27kg	374	323	386	400	316	266	662
Limão	cx.29kg	658	698	539	709	702	957	2.352
Abacaxi	cento ≈ 190kg	3.800	4.740	5.851	5.323	4.684	4.399	10.546

⁽¹⁾ Corrigidos pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica.

Fonte: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP).

QUADRO 124- Importação de Frutas, pelo Brasil, 1973-81
(em 1.000 dólares FOB)

Item	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Fruta fresca							
Uva	1.914	2.731	3.107	3.639	3.171	2.327	2.536
Maçã	56.846	64.512	69.895	78.943	79.821	72.378	65.068
Pera	12.839	14.781	21.594	24.291	22.297	22.157	23.924
Marmelo	128	363	412	241	106	71	461
Cereja	450	755	463	760	660	1.324	1.045
Ameixa	977	933	1.815	2.201	2.246	1.787	2.557
Damasco	-	0,3	-	14	85	54	63
Pêssego	419	1.924	2.132	2.899	71	22	34
Outras	-	-	-	-	-	-	345
Fruta seca							
Figo	670	504	1.186	666	970	987	435
Uva	3.087	3.475	5.108	5.391	9.368	10.188	4.345
Ameixa	3.655	3.477	5.876	6.429	10.744	8.158	6.255
Damasco	232	625	342	381	1.084	896	496
Maçã	6	12	14	30	19	29	6
Pera	31	48	30	79	221	294	136
Tâmara	-	-	-	-	-	-	402
Outras	7	6	5	20	48	40	45
Conserva de fruta							
Cereja	377	783	912	1.280	1.887	1.745	1.549
Gelêia	82	110	130	148	181	-	-
Gelêia, doces, outras frutas	36	291	82	247	216	247	48
Compota de cereja	62	129	393	107	53	-	-
Compota de pera	27	38	270	129	11	-	-
Compota de pêssego	77	20	3	9	0,2	-	-
Salada de frutas	9	104	295	12	2	-	502
Outras frutas preparadas	83	362	496	98	67	85	52
Outras frutas frescas ou secas	-	-	-	-	-	-	7.750
Sucos de fruta							
Maçã	0,4	26	37	49	26	-	-
Pera	0,2	0,1	2	2	1	-	-
Outros, de frutas e legumes	20	15	14	19	8	-	-
Total	82.035	96.024	114.613	128.084	133.363	122.789	118.054

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

- AVICULTURA

- Panorama Internacional

Durante 1981, a produção mundial de carne de aves continuou crescendo em resposta ao incremento da demanda nos mercados do Oriente Médio, Europa e União Soviética, tendo atingido, segundo a Organização de Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO), 28,6 milhões de toneladas, 6% maior que a registrada em 1980. A produção de carne de aves representou mais de 20% da produção mundial de todas as carnes, tendo contribuído fortemente para o incremento na produção mundial e comércio de carnes entre os países.

Os maiores produtores são os Estados Unidos, com sete milhões de toneladas; seguem-se China com 3,1 milhões, União Soviética com 2,3 milhões, Brasil com 1,4 milhão e França com 1,3 milhão. Entretanto, os maiores concorrentes no comércio internacional são Estados Unidos (maior exportador mundial), Brasil e França. A União Soviética, apesar de terceiro produtor, participa do comércio internacional como importador.

Para 1982, espera-se que a produção e a demanda de carne de aves no mundo continuem crescendo, porém a ritmo menor que o do último ano, devido a problemas econômicos em alguns países produtores e à redução da capacidade de importar dos países árabes, principais compradores de carne de aves no mercado internacional.

Outros fatores são a queda nos preços internacionais da carne de frango, devido ao excesso de oferta, e a desvalorização das moedas européias em relação ao dólar.

Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a previsão de aumento na produção mundial de carne de aves e ovos, em 1982, está ao redor de 2% sobre a de 1981, incremento bem mais modesto do que os alcançados nos últimos anos.

Ainda segundo o USDA, os Estados Unidos deverão exportar em 1982 entre 440 mil e 470 mil toneladas de carne de aves, com crescimento de 10% a 15% sobre 1981, tendo como principais mercados o Oriente Médio, Extremo Oriente e o Caribe.

A França deverá ser o segundo maior exportador mundial de carne de aves, pois além dos mercados fora da Comunidade Econômica Européia, que são principalmente o Oriente Médio e a União Soviética, para onde se prevêem exportações da ordem de 320 mil a 350 mil toneladas, também exporta para países membros da própria Comunidade.

Quanto ao Brasil, se a meta da exportação de 350 mil toneladas em 1982 for atingida, deverá disputar com a França o segundo lugar no comércio mundial de aves.

- Situação Interna

Continuou até o final de 1981, e permanece até o momento, a crise econômica da avicultura, que tem se manifestado pelos preços baixos dos produtos avícolas, inflação de custos, demanda reprimida pela queda do poder de compra do consumidor, custo financeiro elevado e concorrência de outros produtos. Dentre esses produtos, o principal é a carne bovina, cujos preços ao consumidor a tornam mais vantajosa comparativamente à carne de aves, dado o hábito de consumo da população e seu melhor rendimento em termos de peso líquido.

Vale salientar que o comportamento depressivo dos preços de carne de frango e ovos não se origina do excesso de oferta decorrente de uma produção crescente, fruto do bom desempenho da atividade, obtido através da absorção de moderna tecnologia, e que tem permitido uma oferta de produtos de qualidade a preços vantajosos. Origina-se, também e principalmente, da conjuntura recessiva da economia, que tem atingido indistintamente todos os setores, e tem levado o segmento produtivo a adotar medidas de redução do crescimento da oferta para níveis mais condizentes com a realidade do mercado. Assim, em 1981, segundo a Associação de Produtores de Pintos de Corte (APINCO), a produção brasileira de pintos de um dia destinados à criação de frangos atingiu cerca de 1,1 bilhão de cabeças, quando a capacidade produtiva tinha potencial para cerca de 1,5 bilhão de cabeças, o que evidencia ociosidade da ordem de 25%, enquanto que no Estado de São Paulo, maior produtor, a produção não chegou a 65% do potencial. Isso possibilitou que a produção brasileira de carne de frangos chegasse, em 1981, a ordem de 1,4 milhão de toneladas, representando perto de 8% de acréscimo sobre 1980, taxa de crescimento bem mais modesta que as alcançadas no final da década de 70, que beiravam os 20%.

- Aves

No corrente ano, ainda que a produção de pintos de um dia venha sendo maior que a do ano anterior, a ociosidade continua ao redor de 25% e a produção de carne de frango deve, portanto, apresentar crescimento relativamente pequeno (ao redor de 7%), já que o panorama econômico desfavorável para a avicultura de corte, delineado desde o final de 1980, tende a se agravar este ano, não só devido aos problemas enfrentados no mercado interno, como no externo, que podem frustrar as metas anteriormente estabelecidas.

Apesar da queda em termos reais dos preços recebidos pelo produtor de frango (quadro 125) e conseqüentemente dos preços pagos pelo consumidor, o poder de compra do salário mínimo, em São Paulo, relativamente ao preço no varejo do frango, cresceu apenas 6,2% em maio deste ano com relação a novembro de 1981, enquanto que para a carne bovina esse crescimento foi de 19,3%. Isto mostra que a carne de frango, apesar dos seus baixos preços este ano, ainda levou desvantagem em relação à carne bovina, tornando a sua demanda mais retraída. O padrão da variação estacional dos preços de carne de frango é mostrado na figura 14.

Além desses problemas mencionados, a atividade avícola de corte tem se defrontado com o aumento de custos, principalmente do arraçamento que representa mais de 60% dos custos. Desde o segundo semestre de 1980, a atividade tem enfrentado não somente preços reais decrescentes (quadro 125), mas preços ascendentes das principais matérias-primas para rações (quadro 126), dentre elas o milho, que veio apresentar queda relativa de preços apenas este ano devido à boa safra de 1981/82. Por isso, a relação de preços frango-ração tem se deteriorado nos dois últimos anos (quadro 127), apresentando certa reação nos primeiros meses deste ano, mais em função da queda em termos reais do preço do milho e relativa estabilidade nos preços das rações, que tiveram sua demanda retraída, do que em função dos preços de frango, que se apresentam achatados, em níveis inferiores aos custos de produção.

Pressionada por essa situação difícil no mercado interno, a avicultura de corte, a exemplo do ano anterior, quando exportou 293.933 toneladas de carne de frango, no valor de US\$354.251 mil, tem no mercado externo sua opção. Entretanto, a conjuntura do mercado internacional de carne de aves também não se apresenta favorável, dada a grande concorrência, onde a França e Estados Unidos disputam com o Brasil fatias cada vez maiores do principal mercado mundial, o Oriente Médio, no qual o poder de compra de alguns países, grandes compradores, tem decaído. Dessa maneira, os preços do frango caíram no mercado externo de US\$1.200/t, em 1981,

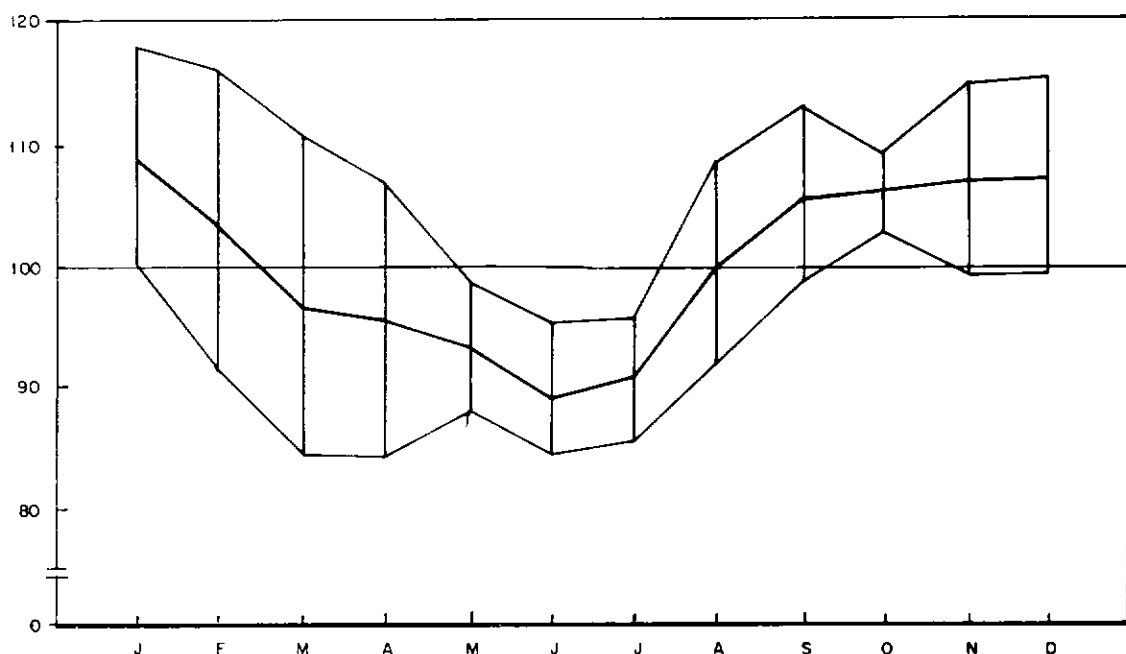


FIGURA 14.- Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Produtores, Frango, Estado de São Paulo, 1971-80.

para US\$1.080/t nos primeiros meses de 1982, pressionados pelo excesso de oferta, dificuldades por parte de alguns países árabes em importar e desvalorização das moedas européias em relação ao dólar, o que tem conferido aos exportadores europeus melhores condições de competitividade. Desse modo, a meta inicialmente estabelecida pelos exportadores brasileiros para este ano, de 350 mil toneladas, será difícil de ser atingida e, segundo fontes do setor, a manutenção do mesmo volume de 1981 será considerada um bom resultado, levando-se em conta o que isso significa para a avicultura brasileira, já que em 1981 as exportações brasileiras representaram cerca de 14% do comércio mundial de carne de aves e perto de 20% da nossa produção.

Enfrenta-se, no mercado internacional, nova fase na comercialização de frangos. Os países concorrentes usam estratégias diferentes de acordo com as condições do mercado, e como possuem estruturas mais elásticas, podem adaptar-se às exigências dos compradores. No Brasil, os preços no mercado internacional eram financeiramente compensadores, daí não serem significativos os altos custos de produção e de exportação. Mas hoje, frente à nova conjuntura, tanto interna como externa, exigem-se novas formas de ação, pois os preços atuais no mercado externo podem não ser ideais em relação aos do ano anterior, entretanto parecem ser mais atrativos que os vigentes no mercado interno.

— Ovos

Por sua vez, a avicultura de postura não tem também alcançado desempenho satisfatório, devido à atual conjuntura recessiva da economia nacional. Acrescente-se, ainda, o fato

de, historicamente, essa atividade apresentar taxas de crescimento bem mais modestas que a avicultura de corte, por requerer recursos para investimento e capital de giro mais elevados, além de envolver maiores riscos, dado o seu ciclo produtivo mais longo. Alie-se a isso tudo o lento crescimento do consumo de ovos, não obstante o ovo ser o produto de origem animal de menor custo para o consumidor.

Nos últimos quatro anos (quadro 128), os preços recebidos pelos produtores de ovos têm-se mostrado decrescentes em termos reais, principalmente no ano passado, quando comparado a 1980 houve queda de cerca de 8% na média anual. Conseqüentemente, a relação de preço ovo-ração, que dá uma idéia do poder de compra da atividade, esteve durante quase todo o ano de 1981 bem baixa (quadro 129), mostrando os pequenos retornos que a atividade está proporcionando, o que tem desestimulado o aumento dos plantéis por parte dos médios e grandes produtores e ocasionado a paralisação de grande número de pequenos avicultores. Na figura 15 pode-se ver o padrão estacional dos preços de ovos para São Paulo.

Quanto ao setor reprodutivo, este tinha alojado, em 1981, perto de 712 mil matrizes para postura, com cerca de 15% de acréscimo sobre 1980. Entretanto, a produção de pintos comerciais em 1981 caiu cerca de 22%, situando-se em aproximadamente 18,6 milhões de cabeças, o que deixa transparecer o ajustamento difícil à realidade da atividade naquele ano. No corrente ano, até março, haviam sido alojadas perto de 140 mil matrizes, representando cerca de 5% de acréscimo sobre igual período de 1981, ao passo que a produção de pintos comerciais de postura atingia no primeiro trimestre 4,9 milhões de cabeças, com aumento ao redor de 5% sobre o mesmo período do ano anterior. Essa recuperação pode ser reflexo da melhoria, pelo menos em termos de preços, experimentada a partir de fevereiro, o que possibilitou acréscimo em termos reais da ordem de 11,5%, em maio com relação a janeiro, apesar da nova queda ocorrida em maio (quadro 128).

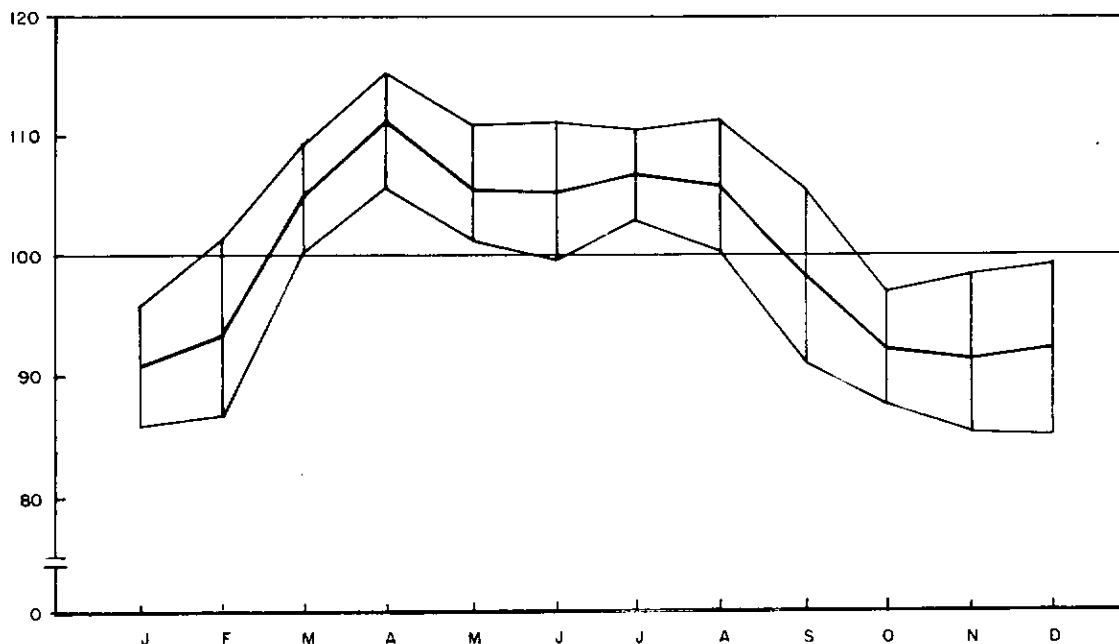


FIGURA 15. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Produtores, Ovos, Estado de São Paulo, 1971-80.

O mercado externo continua sendo uma alternativa para a atividade de postura, já que existe um potencial a se desenvolver, necessitando, porém, de organização interna dos produtores-exportadores, a fim de se fazer frente à estrutura de comercialização dos concorrentes obtendo, assim, melhores resultados, pois embora os preços no mercado externo, cerca de US\$19,00/cx.30dz., superem os níveis do mercado interno, tornam-se gravosos quando se consideram os custos de exportação.

Ainda que a menor ritmo, prosseguem as exportações de ovos de galinha para consumo, sendo que em 1981 exportaram-se cerca de 15,7 milhões de dúzias, no valor de US\$10 milhões FOB, e no primeiro semestre do corrente ano foram exportadas perto de 6,3 milhões de dúzias no valor de US\$4,1 milhões FOB, 43,7% menos em quantidade que em igual período de 1981, quando foram exportadas aproximadamente 11,2 milhões de dúzias, perfazendo US\$6,47 milhões FOB.

- Perspectivas

Considerando o estágio avançado em que se encontra a avicultura brasileira, e por conseguinte a paulista, onde foi absorvida em termos produtivos e genéticos a tecnologia mais sofisticada e moderna existente, a manutenção desse estágio e mesmo o seu desenvolvimento vão exigir do empresariado novas estratégias de "marketing". Pois se um ponto de estrangulamento é o baixo consumo de produtos avícolas, faz-se necessário atacar o problema com campanhas de consumo, diversificação dos produtos avícolas tradicionais e criação de produtos novos e sofisticados para atingir camadas de poder aquisitivo elevado, de forma a fomentar o consumo.

A avicultura de corte deverá crescer, este ano, como já mencionado, a taxas bem mais modestas que em anos anteriores. Porém, a médio prazo, as perspectivas de crescimento estarão sujeitas ao aumento das exportações, já que o mercado interno padece de problemas conjunturais que estão limitando a demanda.

Deve-se ressaltar, também, que o diferenciamento do ICM para a carne de aves até início do próximo ano aliviou um pouco a situação difícil do mercado interno, que se tornou um tanto tumultuado perante a iminência dessa taxa. Se não forem tomadas providências antecipadas diante da possibilidade da incidência do ICM em 1983, poderão ocorrer, novamente, problemas no mercado de aves.

Quanto à avicultura de postura, a redução do plantel no Estado, devido à paralisação de granjas de pequeno porte e ao fato de não se ter registrado aumento dos plantéis das de médio e grande portes, deverá levar a uma queda na produção de ovos ou, na melhor das hipóteses, à manutenção dos níveis do ano passado, dependendo, porém, do desempenho da atividade no segundo semestre, quando geralmente a produção aumenta.

(IEA, 09/08/82)

QUADRO 125.- Preço Médio de Frango Recebido pelo Produtor, Estado de São Paulo, 1978-82
(em Cr\$/kg)

Mês	1978		1979		1980		1981		1982	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	11,12	85,72	16,19	87,78	30,92	92,30	60,90	86,19	86,97	63,23
Fev.	11,58	86,30	16,19	84,61	30,40	87,07	60,01	78,29	102,47	69,71
Mar.	12,23	88,29	16,63	82,17	31,80	85,46	58,18	70,70	109,61	69,55
Abr.	11,69	81,63	18,86	89,78	31,17	79,23	57,73	66,52	105,16	63,33
Mai.	11,90	78,40	16,49	76,70	29,90	71,45	56,25	61,03	97,95	55,63
Jun.	11,47	74,91	16,00	71,93	30,40	68,62	59,50	61,79
Jul.	10,99	69,79	18,49	79,65	33,08	68,85	65,06	64,30
Ago.	12,69	78,47	23,64	92,24	37,61	73,22	73,07	67,66
Set.	13,61	82,07	27,61	104,36	38,81	71,76	74,50	65,66
Out.	15,11	88,56	26,68	95,84	35,90	61,66	75,60	63,85
Nov.	18,36	104,73	25,90	88,13	41,95	67,00	74,60	59,83
Dez.	18,85	105,91	26,79	84,94	52,35	78,95	79,30	61,28
Média anual	13,30	86,04	20,79	87,38	35,36	74,22	66,23	66,23

(¹) Preço em cruzeiro de 1981 corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 126-Preço Médio das Principais Matérias-Primas para Rações, Mercado Atacadista de São Paulo, 1978-82

(em Cr\$/kg)

Matéria-prima	1978		1979		1980		1981		1982 ⁽¹⁾	
	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾
Milho	2,12	13,72	3,14	13,20	8,36	17,55	15,29	15,29	19,84	12,75
Farelo de soja	3,04	19,67	5,13	21,56	8,84	18,55	19,75	19,75	32,28	20,74
Farelo de caroço de algodão	2,63	17,01	4,08	17,15	7,95	16,69	15,21	15,21	24,90	16,00
Farelo de amendoim	2,90	18,76	4,66	19,59	8,83	18,53	17,44	17,44	24,85	15,96
Farelinho de trigo	1,12	7,25	1,57	6,60	3,86	8,10	10,72	10,72	12,80	8,22
Farinha de carne	4,08	26,40	9,12	38,33	17,24	36,19	23,65	23,65	34,49	22,16
Farinha de sangue	5,39	34,87	9,39	39,46	16,11	33,81	24,05	24,05	35,64	22,90
Farinha de ossos	4,55	29,44	11,04	46,40	21,84	45,84	27,18	27,18	37,39	24,02
Farinha de ostras	0,75	4,85	1,28	5,38	3,12	6,55	6,14	6,14	7,98	5,13

(¹) Média até maio.

(²) Preço em cruzeiro de 1981 corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

QUADRO 127. - Relação de Preços Frango/Ração ⁽¹⁾, Estado de São Paulo, 1978-82

Mês	1978	1979	1980	1981	1982
Jan.	4,18	3,30	3,80	2,95	2,68
Fev.	4,26	3,22	3,32	2,54	2,83
Mar.	4,50	3,18	3,09	2,39	3,05
Abr.	3,63	3,23	2,95	2,37	2,82
Mai.	3,48	3,06	2,72	2,33	2,33
Jun.	3,35	2,69	2,71	2,47	...
Jul.	3,21	3,11	2,84	2,74	...
Ago.	3,31	3,76	2,89	2,94	...
Set.	3,23	3,96	2,65	2,94	...
Out.	3,59	3,50	2,34	2,91	...
Nov.	4,14	3,34	2,73	2,80	...
Dez.	3,89	3,34	3,41	2,54	...
Média anual	3,73	3,31	2,95	2,67	...

⁽¹⁾ Quantidade que se pode adquirir de ração para frango (1/3 corte inicial e 2/3 corte final), em quilograma com o preço recebido por um quilograma de frango vivo.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 128. - Preço de Ovos Recebido pelo Produtor, Estado de São Paulo, 1978-82 ⁽¹⁾
(em Cr\$/dz.)

Mês	1978		1979		1980		1981		1982	
	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾
Jan.	7,47	57,58	8,82	47,82	14,41	43,01	28,54	40,39	51,03	37,10
Fev.	7,84	58,43	10,20	53,31	15,51	44,42	33,65	43,90	64,50	43,88
Mar.	8,24	59,48	11,62	57,42	20,69	55,60	37,28	45,30	82,78	52,52
Abr.	8,80	61,45	12,37	58,88	21,20	53,89	40,99	47,23	83,19	50,10
Mai.	9,09	59,89	11,33	52,70	21,12	50,47	38,30	41,55	72,85	41,37
Jun.	9,40	61,39	11,50	51,70	17,99	40,61	40,48	42,04
Jul.	9,83	62,42	12,72	54,79	20,45	42,56	40,69	40,21
Ago.	10,02	61,96	13,87	56,47	21,78	42,40	43,34	40,13
Set.	9,71	58,55	13,77	52,05	21,19	39,18	44,87	39,54
Out.	8,60	50,40	13,87	49,82	23,85	40,96	41,74	35,25
Nov.	7,73	44,10	14,43	49,10	26,62	42,52	47,64	38,21
Dez.	8,40	47,20	15,17	48,10	28,49	42,97	52,73	40,74
Média anual	8,76	56,67	12,47	52,45	21,11	44,31	40,85	40,85

⁽¹⁾ Ponderado segundo os tipos.

⁽²⁾ Preço em cruzeiro de 1981 corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 129. - Relação de Preço Ovo/Ração (¹), Estado de São Paulo, 1978-82

Mês	1978	1979	1980	1981	1982
Jan.	3,41	2,05	2,06	1,68	1,84
Fev.	3,52	2,35	1,96	1,78	2,16
Mar.	3,70	2,56	2,38	1,84	2,75
Abr.	3,19	2,74	2,33	2,01	2,67
Mai.	3,09	2,39	2,22	1,87	2,13
Jun.	3,20	2,21	1,89	1,97	...
Jul.	3,34	2,43	2,11	1,96	...
Ago.	3,01	2,52	1,94	2,10	...
Set.	2,64	2,27	1,64	2,12	...
Out.	2,34	2,12	1,77	1,91	...
Nov.	1,96	2,16	1,97	2,05	...
Dez.	1,97	2,20	1,85	1,92	...
Média anual	2,95	2,33	2,01	1,93	...

(¹) Quantidade de ração para postura, em quilograma, que pode ser adquirida com o preço recebido por uma dúzia de ovos.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- PECUÁRIA DE CORTE

- Panorama Internacional

Segundo a Organização de Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO), a produção mundial de carnes em geral, em 1981, aumentou apenas 1% em relação ao ano precedente, em função da maior oferta de carne de aves (6% a mais que em 1980), uma vez que ocorreu declínio de 0,2% na produção mundial de carne bovina, estimada em 46,7 milhões de toneladas. Esta queda, embora menos acentuada do que a ocorrida em anos anteriores, ainda é consequência da recomposição dos rebanhos nos principais países produtores.

Nos países desenvolvidos a recessão econômica, contraindo a demanda de carne bovina, com consequente queda nos preços contrapondo-se à alta nas cotações de rações, não tem possibilitado a reversão do ciclo de produção da carne bovina, que deveria ter ocorrido já em 1981.

As expectativas, entretanto, são de que a produção mundial de carne bovina entre em fase de expansão, ainda que lenta, a partir de 1982. Isoladamente, nos Estados Unidos, maior produtor mundial, espera-se ligeiro aumento da produção, o mesmo se verificando na Nova Zelândia. Também na Austrália e países membros da Comunidade Econômica Européia (CEE), deve-se interromper a retração na produção verificada nos últimos anos. Apesar da redução dos estoques acumulados desde 1980, espera-se que ainda sejam significativas as exportações líquidas da CEE. Por outro lado, na Argentina, tradicional exportadora, são poucas as perspectivas de recuperação da produção.

Na URSS, apesar da escassez de ração, a produção de carne foi maior que em 1980, mas, mesmo assim, as previsões são de aumento na importação de carne. São esperadas reduções nas aquisições por parte do Japão e Estados Unidos, maiores importadores no comércio internacional.

- Situação Interna

A oferta nacional de carne bovina, em 1981, segundo o IBGE, aumentou aproximadamente 4% em relação ao ano anterior, passando de 9,58 milhões de cabeças abatidas para 9,95 milhões, como resultado de um maior abate de fêmeas.

Para 1982, as perspectivas são de decréscimo da produção total, a despeito do aumento do abate de matrizes no início do ano, inclusive oriundas de rebanhos leiteiros. Ressalte-se que os quatro primeiros meses mostram um abate médio de vacas 55% superior ao do mesmo período de 1981.

Em São Paulo, o rebanho bovino para corte, estimado em 6,64 milhões de cabeças, vem mostrando taxas de crescimento negativas nos últimos anos, com decréscimo de 3% em 1981 em relação a 1980.

Quanto à produção de carne, dados do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SERPA-SP) mostram que, em 1981, nos estabelecimentos com fiscalização federal em São Paulo, foram produzidas 583 mil toneladas de carne bovina (de 2,25 milhões de cabeças), observando-se acréscimo de 5% em relação a 1980. O aumento da produção proveniente de fêmeas foi em

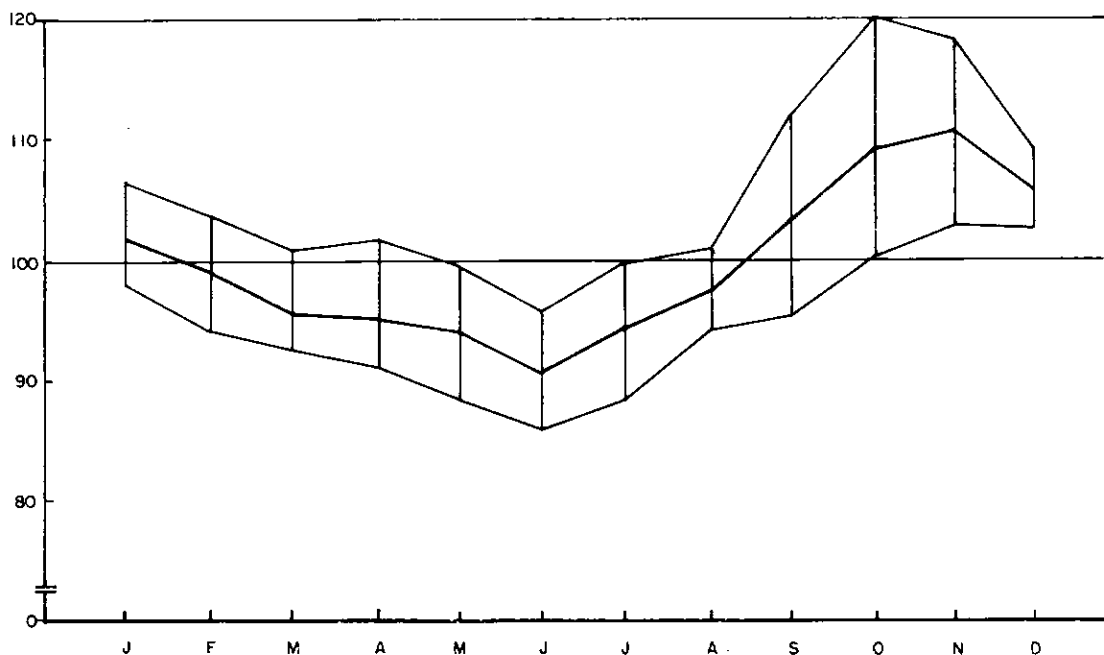


FIGURA 16. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Produtores, Boi Gordo, Estado de São Paulo, 1971-80.

torno de 30%, e de bois em torno de 3%.

O elevado abate de fêmeas para cria, pressionado pelo baixo preço de bezerras, resultou na maior participação dessa categoria no abate total, que passou de menos de 9%, em 1980, para 11% em 1981.

Em 1982, espera-se uma diminuição nos abates realizados sob inspeção federal. Segundo o SERPA-SP, no primeiro quadrimestre de 1982 teriam sido abatidas 806 mil cabeças nos estabelecimentos fiscalizados, 5% a menos que no ano anterior; verificou-se, no entanto, que o abate de fêmeas cresceu 90% neste período. O total de carne bovina, resultante dos abates inspeccionados, foi de 184 mil toneladas, 41% inferior a igual período de 1980.

Por outro lado, a elevação da alíquota do ICM a partir de 1981, que passou de 4,5% para 15,5%, num período de baixa rentabilidade para o setor, provocou o incremento do abate clandestino.

A mudança na política de estocagem de carne a partir do primeiro semestre de 1982, com a retirada da COBAL, passando a responsabilidade do abastecimento na entressafra para os frigoríficos, e o aumento do abate de matrizes são fatores que poderão contribuir para a alta de preços da carne bovina a partir do segundo semestre de 1982.

No entanto, uma avaliação dos estoques de carne bovina com financiamento governamental, para esta entressafra, realizada pela SEPLAN no início de julho, divulgou a existência de 390 mil toneladas - 228 mil em poder dos frigoríficos e 165 mil referentes a financiamentos de boi em pé -, o que sugere que as altas neste ano ainda não deverão ser drásticas.

A exportação de carne industrializada nos primeiros quatro meses de 1982 chegou a 35 mil toneladas, quantidade 4,7% superior à do mesmo período de 1981, mas quando esta comparação é feita em termos de divisas observa-se queda de 20% no primeiro quadrimestre de 1982

em relação a 1981, significando preços internacionais mais desfavoráveis.

Nas regiões produtoras, durante o mês de julho, muitos produtores estão retendo o rebanho, face às condições favoráveis das pastagens, havendo grande procura por parte dos frigoríficos, com as cotações situando-se entre Cr\$3.800,00 e Cr\$4.000,00/arroba de boi gordo. A cotação média no primeiro semestre de 1982 para o boi gordo foi de Cr\$2.514,50, cerca de 29% inferior, em valores reais à vigente há um ano atrás (quadro 130).

O padrão de variação estacional do preço médio recebido pelos produtores de boi gordo no Estado de São Paulo pode ser visto na figura 16.

No mercado de reposição, os preços reais de bezerro e boi magro se retraíram 41% e 32%, respectivamente, em relação a junho de 1981, demonstrando o enfraquecimento deste mercado.

Da mesma forma, no varejo o preço nominal foi apenas 66% superior ao vigente no ano passado, não acompanhando, portanto, a taxa de inflação verificada no mesmo período.

Para 1982, espera-se que os preços médios anuais a níveis de produtor, atacado e varejo acompanhem, pelo menos, a inflação. Se houver elevações nos preços reais, poderá reduzir mais ainda a demanda de carne bovina a nível de consumidor, como consequência da crescente queda no poder aquisitivo.

(IEA, 23/07/82)

QUADRO 130.- Preços Médios Anuais, Recebidos pelos Produtores do Estado e no Mercado Varejista da Cidade de São Paulo, 1977-82

Ano	Boi gordo		Boi magro		Bezerro		Carne bovina no varejo	
	(Cr\$/arroba)		(Cr\$/cabeça)		(Cr\$/cabeça)		(Cr\$/kg)	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
1977	198,00	1.776,65	1.654,73	14.847,89	653,14	5.860,62	22,53	202,16
1978	348,00	2.251,35	3.384,88	21.898,14	1.589,37	10.282,27	40,61	262,72
1979	754,32	3.170,26	7.753,00	32.584,31	4.275,00	17.966,97	76,75	322,56
1980	1.214,00	2.548,06	13.813,00	28.992,10	8.043,00	16.881,45	141,00	295,94
1981	1.942,27	1.942,27	17.581,53	17.581,53	9.491,92	9.491,92	234,51	234,51
1981 ⁽²⁾	1.686,63	2.026,99	16.675,13	20.040,17	9.244,43	11.109,96	201,41	242,05
1982 ⁽²⁾	2.514,53	1.566,05	21.940,42	13.664,49	10.486,47	6.530,97	333,95	207,98

(¹) Corrigidos pelo índice "2" de Conjuntura Econômica: 1981 = 100.

(²) Média até junho.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- PECUÁRIA DE LEITE

- Panorama Internacional

Em 1981, a produção mundial de leite de vaca manteve seu crescimento de forma muito lenta, sendo estimada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) em 386 milhões de toneladas, superior menos de 1% à de 1980.

Dentre os principais produtores, verificou-se continuidade na expansão da produção estadunidense (3,2%), decorrente de ganhos em produtividade e incremento no número de vacas em lactação, enquanto que nos países da Comunidade Econômica Européia (CEE) o crescimento da produção foi bem menor (0,8%) e deu-se em consequência de aumento da produtividade, uma vez que o número de vacas em produção continuou em retração. As adversidades climáticas afetaram a qualidade da forragem e grãos para alimentação animal, redundando em quedas nas produções leiteiras na URSS e Polônia. Também o clima desfavorável foi responsável pelas reduções verificadas nas ofertas da Austrália, Nova Zelândia e Índia.

O ano de 1981 caracterizou-se também pela persistência de abundante disponibilidade do produto na CEE e nos Estados Unidos, defrontando-se com lento crescimento da demanda, levando, por conseguinte, à estabilização nos preços de derivados lácteos. De forma geral, o comércio internacional de produtos lácteos se estabilizou e as importações de leite permaneceram praticamente nos mesmos níveis de 1980. Programas de ajuda alimentar absorveram cerca de dois milhões de toneladas de equivalente em leite, principalmente da CEE e dos EUA.

As perspectivas para 1982 são de aumento na produção mundial de leite, com acréscimos na oferta nos Estados Unidos (2%), no Canadá (1%), nos países da CEE (1%) e na Índia (3%). Em contrapartida, a limitada oferta de alimentos para animais poderá prejudicar a recuperação da produção da URSS e dos países da Europa Oriental.

A expansão da oferta de leite deverá reverter em incremento na produção de queijo e leite em pó desnatado, uma vez que o mercado de leite fluido, nos principais países produtores, se encontra equilibrado e com a demanda por manteiga, declinante há dois anos.

Dessa forma, o comércio internacional deverá se manter nos mesmos níveis de 1981, com possível debilitação nos preços dos derivados, dado o aumento nos estoques de manteiga e leite em pó desnatado, que deverão exceder em 6% e 18% seus respectivos valores no final de 1981.

- Situação Interna

A produção brasileira de leite, que desde junho de 1980 apresentava-se em crescimento, sofreu sérios revezes no decorrer de 1981, refletindo a difícil conjuntura econômica do País.

Ao mesmo tempo em que a pecuária leiteira respondia aos razoáveis reajuste de preços, a queda nominal da cotação do boi gordo e a conseqüente redução da relação de preços carne/leite reforçavam a oferta total de leite, no primeiro quadrimestre de 1981. No entanto, essa expansão defrontou-se com a retração no consumo do leite e seus derivados, em conseqüência da diminuição do poder aquisitivo da população.

A séria situação do mercado de queijos e derivados levou ao não recebimento de parte da produção de matéria-prima e atrasos de pagamento aos produtores.

Tentando promover a absorção da produção, várias medidas foram acionadas pelo Governo Federal (vide Prognóstico Centro-Sul 81/82), culminando na inusitada redução de Cr\$3,00 no preço do litro de leite a nível de varejo e na transferência do encargo do pagamento do 2º percurso para os produtores.

Esta última medida veio desestimular seriamente o setor, uma vez que implicou redução nominal na remuneração do produtor, quando, apenas considerando-se o intervalo de tempo decorrido entre os reajustes (junho a setembro de 1981), verificaram-se aumentos nos preços pagos do farelo de soja (18%), farelo de caroço de algodão (11%), sal mineral (16%), rações (13%) e medicamentos (37%).

Dessa forma, a produção nacional, que em 1981 conseguira se elevar cerca de 6% em relação ao ano anterior, passa novamente a ser refreada nos primeiros quatro meses de 1982, situando-se em nível 9% inferior ao do ano passado, segundo as estimativas do IBGE.

Da mesma forma, o Estado de São Paulo, que segundo os dados do Serviço de Inspeção de Produtos Animais (SERPA-SP) mostrou aumento de 4% no total de leite recebido em 1981, com incremento na oferta inspecionada de leite em pó, leite condensado, queijos e principalmente de leite Especial, registra no 1º quadrimestre de 1982 uma retração de 3,5% no recebimento total de leite, em relação ao mesmo período de 1981.

A continuidade da gravidade da situação foi principalmente sentida pelos produtores de leite B, que passaram a aumentar o descarte de vacas e a reduzir sua produção mensal. No entanto, a medida do Governo Federal em abril p.p., de liberação no preço do leite B, veio suavizar os déficits desta atividade.

Por outro lado, para os produtores de leite especial, a situação torna-se cada vez mais crítica, com a soma dos reajustes concedidos em abril e junho não cobrindo a alta verificada nos preços pagos. O reajuste total de 51,7% no preço recebido contrapõe-se às altas nos preços de farelo de soja (89,2%), farelo de caroço de algodão (77,3%), sal grosso (178,1%), sal mineral (60,9%), rações (72,80%) e vacinas (102%), verificadas de junho de 1981 a junho de 1982.

O custo operacional, em junho de 1982, foi estimado pelo IEA para a região do Vale do Paraíba, em torno de Cr\$47,50 por litro para o leite especial e de Cr\$61,10 por litro para o leite B. Confrontando-se com os novos preços de Cr\$44,00 por litro do leite especial quando destinado a consumo direto, de Cr\$41,00 por litro quando destinado à industrialização e de Cr\$60,30 por litro para o B, a nível de produtor, visualiza-se o quadro atual da situação dos produtores.

No setor de derivados, também registrou-se decréscimo na produção de leite em pó, manteiga, queijo prato e iogurte com frutas, enquanto a de queijo "petit suisse" continuou em forte expansão (77%) no primeiro quadrimestre de 1982 em relação ao mesmo período do ano anterior.

As indicações são de que, na entressafra deverá ocorrer déficit na oferta de lei

te Especial, haja vista a tendência desfavorável ao produto frente à relação de preços carne/leite. No entanto, as atuais condições excepcionais de clima - chuvas e temperatura amena - têm favorecido as pastagens, o que, juntamente, com o período de formação de quotas, tem possibilitado certa melhora na oferta de leite no abastecimento da Capital em julho, mascarando a tendência de queda verificada desde o início do ano. Ressalte-se que, em junho p.p., verificou-se a menor quantidade ofertada pelas seis principais firmas na Grande São Paulo, desde abril de 1980, chegando a ser 13% inferior à de um ano atrás (quadro 131),

Dessa forma, ainda que a liberação de financiamentos para estocagem de leite em pó, manteiga e queijos tenha ocorrido só em fevereiro p.p. e, portanto, possibilitado menor estoque governamental de derivados, não se tem verificado graves problemas de abastecimento, graças às boas condições de pastagem nesta entressafra

Também a liberação do preço de leite B possibilitou melhores condições para o produtor, e veio garantir maior oferta do produto. Entretanto, sua excessiva margem de comercialização, elevando os preços a nível de varejo, não tem permitido a total absorção da produção, levando o excedente a ser comercializado como especial.

O abastecimento da população não deve ficar, no entanto, dependente só de condições climáticas favoráveis. Mais uma vez fica patente a necessidade de uma revisão na política adotada para o leite, objetivando-se o alcance efetivo da auto-suficiência no abastecimento do produto com preços compatíveis com o poder aquisitivo da população. A continuidade nas medidas a serem adotadas e a manutenção da paridade entre os preços recebidos e pagos pelos insumos evitariam o clima de insegurança criado por reversões nas políticas adotadas, como se verificou nos últimos anos. É necessário também que o preço recebido pelo produtor seja vinculado à sua qualidade e que as fiscalizações e punições sobre fraudes sejam efetivas até o varejo, uma vez que a importância nutricional do leite fica seriamente comprometida, caso não se observem as necessárias condições físico-químicas e higiênico-sanitárias durante sua produção e comercialização.

(IEA, 27/07/82)

QUADRO 131 - Distribuição de Leite (Tipos B e C), na Grande São Paulo, 1977-82

(em 1.000 litros)

Mês	1977		1978		1979		1980		1981		1982	
	B+C	B	B+C	B	B+C	B	B+C	B	B+C	B	B+C	B
Jan.	47.285	13.688	51.280	15.544	55.473	14.536	55.633	18.761	52.132	19.462	51.696	17.571
Fev.	37.855	13.822	58.057	18.555	51.763	13.441	42.284	17.651	49.457	17.300	47.337	15.201
Mar.	43.703	16.214	55.670	16.603	57.928	16.018	48.623	20.698	54.395	18.914	54.185	17.085
Abr.	44.933	17.202	46.684	16.240	54.769	14.632	44.012	18.295	52.011	18.905	51.165	16.796
Mai.	49.943	19.032	53.776	16.956	57.000	17.491	49.179	16.918	54.617	19.462	48.883	16.596
Jun.	45.151	17.958	57.062	19.500	51.538	18.398	47.877	17.695	51.826	18.101	44.810	16.898
Jul.	48.758	19.604	52.296	14.939	53.083	20.417	46.862	16.553	51.392	17.741
Ago.	51.192	20.388	65.716	21.209	50.944	20.280	55.204	18.077	53.130	18.664
Set.	49.907	19.518	56.504	15.412	51.083	18.190	55.688	17.519	51.727	18.632
Out.	54.430	18.976	66.334	15.680	54.512	18.591	56.828	18.136	51.932	18.553
Nov.	52.740	16.418	55.667	14.938	52.164	18.172	52.073	16.073	52.369	18.150
Dez.	53.260	16.195	55.285	14.896	67.405	21.392	53.674	19.822	57.948	22.313
Total	579.157	209.015	674.331	200.472	657.662	212.098	607.937	216.198	632.936	226.161

Fonte: Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB).

- SUINOCULTURA

- Panorama Internacional

Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), após uma fase de firme expansão, desde 1976, a produção mundial de carne suína em 1981 apresentou decréscimo, como reflexo da baixa lucratividade do setor, devido aos altos custos dos insumos, à concorrência da carne de boi e de aves e à crise econômica geral.

De acordo com estimativas da mesma fonte, a produção mundial de carne suína em 1981, em equivalente carcaça, foi de 54,1 milhões de toneladas, 1,64% inferior à cifra obtida em 1980. Entre os mercados produtores de interesse internacional constatou-se decréscimo no Canadá (-1,37%), Estados Unidos (-4,47%), Polônia (-19,12%) e Japão (-5,42%). Na Comunidade Econômica Européia (CEE) e na União Soviética, houve expansão de, respectivamente, 1,59% e 2,12%.

As reduções sistêmicas nos plantéis das principais áreas de produção, durante os dois últimos anos, com o conseqüente declínio na oferta de carne suína, acarretaram aumentos nos níveis de importações do Japão e da Europa Oriental, onde particularmente a Polônia obteve o produto a preços reduzidos na CEE.

O esperado recorde na oferta mundial de cereais, na safra de 1981/82, poderá implicar baixa no custo dos insumos básicos da alimentação dos suínos, determinando, conseqüentemente, uma melhora na rentabilidade do setor. Contudo, este panorama, até certo ponto otimista, esbarra na incerta evolução da demanda, tendo em vista as condições negativas da economia que têm afetado o poder aquisitivo dos consumidores.

Nestas condições, a previsão para 1982 é de queda ao redor de 2% na produção mundial de carne suína, com os Estados Unidos sofrendo provável decréscimo de 13% em relação à própria produção de 1981.

- Situação Interna

A retração verificada na atividade suinícola durante 1981 determinou, como era esperado, uma baixa oferta de animais terminados em 1982.

Os suinocultores que permaneceram no setor desfrutaram hoje de situação de preços estimulantes, que perdura desde outubro p.p., e que deverá se estender até setembro-outubro, quando se dará a recomposição do plantel e, conseqüentemente, os preços pagos ao suíno deverão evoluir moderadamente, sofrendo quedas em valores reais.

Segundo o Ministério da Agricultura, os abates inspecionados de suínos no Brasil, durante 1981, totalizaram 8,9 milhões de cabeças, 1,3% superior aos do ano anterior; já os abates totais, incluindo os inspecionados, clandestinos e os para autoconsumo, de acordo com estimativas da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola de Santa Catarina, perfizeram 18 milhões de cabeças, 1,1% acima do estimado para 1980.

Os Estados de Santa Catarina (3 milhões de cabeças abatidas, das quais 100 mil fêmeas), Rio Grande do Sul (2,6 milhões), Paraná (1,97 milhão), São Paulo (0,89 milhão) e Minas Gerais responderam por 98% dos abates fiscalizados no Brasil.

Os resultados dos levantamentos efetuados pelo Instituto de Economia Agrícola nos

tram que, em São Paulo, o abate em 1981 atingiu 1 milhão de porcos, 15% superior ao de 1980, fato que pode ser explicado pelas reduções nos plantéis de algumas regiões do Estado, principalmente São José do Rio Preto e Presidente Prudente, pois não se sabe de nenhuma mortandade.

Os efeitos da retração do setor se fizeram sentir com mais intensidade no final de 1981, época em que normalmente a indústria expande suas compras, estendendo-se até os dias atuais, tanto que os dados do Serviço de Inspeção de Produtos Animais (SERPA-SP), referentes ao período janeiro-abril de 1982, mostram abate de cerca de 229 mil cabeças de suínos, com produção correspondente em carcaça de 15,4 mil toneladas, representando quedas de, respectivamente, 18,4% e 14,3% em relação a dados de igual período de 1981 (quadro 132).

Da comparação entre as médias mensais de abate pode-se, igualmente, detectar a visível queda na produção, já que de 73.950 cabeças abatidas por mês em 1981, passou-se a 58.340 cabeças em 1982, com decréscimo de 21%. Também Santa Catarina e Rio Grande do Sul acusaram de crêscimos, respectivamente, de 48% e 20%.

Tendo em vista a atual reação favorável nos preços, a produção de suínos em São Paulo, assim como no Brasil, deverá se estabilizar em torno das cifras obtidas em 1981, pois o impacto de melhora nos preços pagos ao suinocultores e baixo custo de milho servirão de estímulo para os produtores que permaneceram na atividade, dado que a escassez de crédito é fator impeditivo não só para a entrada de novos produtores no mercado, como para aqueles que tiveram que desativar suas granjas.

Um dos principais termômetros da tendência da exploração é o comércio de reprodutores, o qual se encontrava paralisado não só devido à baixa capacidade de investimento do suinocultor como à inexistência de linha de crédito nos bancos no término de 1981; no entanto, desde o início de 1982, se mostra bastante ativado.

Como dito anteriormente, a suinocultura vive hoje uma conjuntura propícia, com os preços pagos ao animal terminado evoluindo acima dos índices inflacionários (quadro 133). A produção de milho do Centro-Sul estimada para 1982 em 22.455 mil toneladas, coincidindo com a demanda reprimida, está acarretando quedas nos preços do cereal, com certas transações ocorrendo abaixo do mínimo fixado pelo Governo, permitindo com isso que as relações porco/milho e porco/ração se situem dentro de nível considerado lucrativo para o suinocultor.

Segundo o Sindicato Nacional das Indústrias de Rações, a maior disponibilidade de milho no ano passado fez com que produtores, buscando menores custos, procedessem ao preparo das rações nas próprias fazendas, determinando, em consequência aumento da produção de concentrados e decréscimo na de rações.

Outra alternativa encontrada pelos suinocultores para minimizar os desembolsos efetivos foi o uso, em maior frequência, de matérias-primas alternativas mais baratas no arraçamento animal, principalmente resíduos da indústria de alimento, como fermento, víceras de aves e outros.

Comparando-se os preços nominais referentes a janeiro-maio de 1982 com os de 1981, obtém-se, em média, variação positiva de 119,31%, o que equivale, em termos reais, a 13,67% de acréscimo. O aumento do preço da carne suína a nível de consumidor foi menos acentuado, tendo sido de 96,68% em termos correntes, e de 2,10% quando corrigido; já o presunto apresentou crescimento nominal de 127% no mesmo período (quadros 133 e 134).

A variação estacional de preços recebidos pelos produtores de suínos gordo pode ser vista na figura 17.

O setor industrial enfrentou sérios problemas na aquisição de animal terminado, com os abates perfazendo de 60% a 70% da capacidade instalada dos abatedouros. Neste aspecto, as perspectivas são de que, até o final do ano, a indústria tenha de operar com elevada capacidade ociosa, que somada às altas cotações da matéria-prima poderão determinar elevações nos custos dos produtos finais, com o consequente repasse aos consumidores.

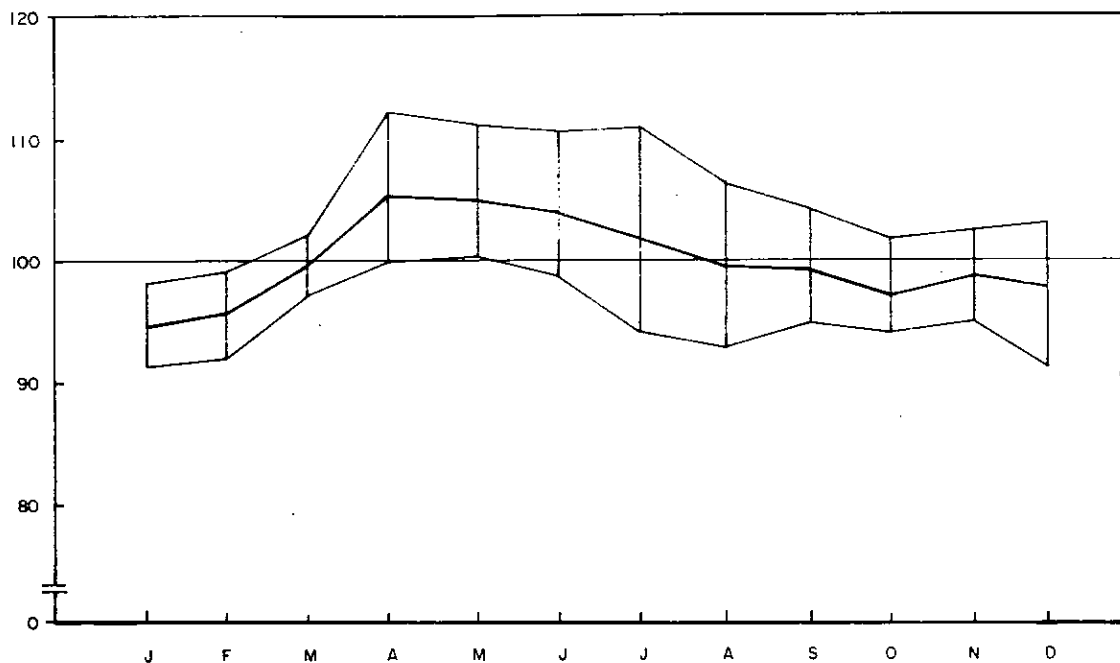


FIGURA 17.- Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Produtores, Suíno Gordo, Estado de São Paulo, 1971-80.

QUADRO 132- Abates e Produção de Carcaça de Suínos nos Estabelecimentos com Inspeção Federal em São Paulo, 1980-82

Mês	1980		1981		1982	
	Cabeça	kg	Cabeça	kg	Cabeça	kg
Jan.	70.663	4.231.256	75.634	4.809.962	61.311	4.104.345
Fev.	58.338	3.805.629	65.275	4.327.182	50.396	3.336.883
Mar.	69.917	3.863.421	70.960	4.159.624	63.314	4.245.592
Abr.	69.917	4.911.710	69.023	4.667.698	54.108	3.711.360
Mai.	72.626	5.024.306	65.956	4.581.516
Jun.	74.114	5.314.623	71.054	4.986.823
Jul.	76.337	5.343.590	75.783	5.286.272
Ago.	74.806	5.236.420	73.921	5.107.243
Set.	81.815	5.727.050	72.925	4.929.913
Out.	89.759	6.283.146	81.428	5.520.618
Nov.	93.062	6.514.349	73.733	5.139.249
Dez.	92.182	5.345.503	91.716	5.565.671
Total	923.536	61.601.003	887.408	59.081.771

Fonte: Serviço de Inspeção de Produtos Animais (SERPA/SP).

QUADRO 133 - Preços Médios Mensais Recebidos pelos Produtores de Suínos Terminados no Estado de São Paulo e Relações de Preços Porco/Milho e Porco/Ração, 1980/1982.

Mês	Suíno ¹ (Cr\$/kg (1))			Relação de preço ² porco/milho ()			Relação de preço ³ porco/ração ()		
	1980	1981	1982	1980	1981	1982	1980	1981	1982
	Jan.	47,31	69,71	131,76	8,32	4,00	6,47	5,81	4,36
Fev.	50,13	70,54	154,52	9,92	4,50	8,06	5,74	3,21	4,91
Mar.	51,86	74,39	174,56	10,05	5,41	8,93	5,70	3,45	5,03
Abr.	54,96	80,38	186,88	9,88	6,06	9,15	6,06	3,72	5,41
Mai.	54,82	87,52	191,24	9,27	6,60	9,70	5,83	3,96	5,54
Jun.	56,41	87,81	...	9,04	6,63	...	5,60	3,97	...
Jul.	56,94	90,65	...	7,85	6,84	...	4,93	4,00	...
Ago.	60,39	94,51	...	7,48	6,69	...	4,71	4,50	...
Set.	60,69	100,59	...	7,21	6,59	...	4,38	4,79	...
Out.	64,32	103,28	...	5,60	6,77	...	3,98	4,40	...
Nov.	64,35	109,57	...	4,58	5,98	...	3,98	3,81	...
Dez.	65,94	115,49	...	4,37	5,77	...	3,59	3,82	...

(1) Preços referentes ao suíno tipo carne.

(2) Quilogramas de milho que podem ser adquiridos com o valor de um quilograma de porco terminado.

(3) Quilogramas de ração completa que podem ser adquiridos com o valor de um quilograma de porco terminado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 134 - Evolução dos Preços Médios Mensais Reais (1) de Suínos a Nível de Produtor e Varejo, São Paulo, 1980/82

Mês	Produtor (Cr\$/kg) (2)			Varejo (Cr\$/kg) (3)		
	1980	1981	1982	1980	1981	1982
Jan.	141,22	98,65	95,78	354,29	258,77	242,57
Fev.	143,57	92,02	105,12	343,22	245,08	246,40
Mar.	139,36	90,39	110,74	336,61	230,04	253,32
Abr.	139,70	92,61	112,54	314,87	238,30	243,89
Mai.	131,00	94,94	108,53	295,71	229,23	240,48
Jun.	127,33	91,19	...	286,05	219,74	...
Jul.	118,51	89,59	...	279,51	215,51	...
Ago.	117,57	87,52	...	259,18	214,23	...
Set.	112,21	88,65	...	255,26	196,83	...
Out.	110,48	87,22	...	237,63	204,44	...
Nov.	102,77	87,88	...	231,42	225,63	...
Dez.	99,44	89,23	...	261,58	235,87	...

(1) Preços corrigidos pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica (base: 1981 = 100).

(2) Preços recebidos pelos suinocultores no Estado de São Paulo, referentes ao suíno tipo carne.

(3) Preços de venda de carne suína na Cidade de São Paulo.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

5 - PROJEÇÕES DE OFERTA AGRÍCOLA

As projeções de oferta dos produtos agropecuários para 1982/83 foram estimadas buscando captar as tendências de produção por meio da área plantada, do preço do produto e dos preços de produtos competitivos no ano agrícola 1981/82.

As séries históricas dos dados do IEA, período 1963-82, foram utilizadas para estimar funções de oferta de produtos agrícolas, de acordo com o modelo de defasagens distribuídas proposto por Nerlove (¹), que basicamente se constitui de uma função na qual a área plantada de um determinado produto, em determinado ano, é dependente da área e do preço desse produto com defasagem de um ou dois períodos e de uma variável tendência, cujos coeficientes são estimados pelo método dos mínimos quadrados ordinários. Dessa forma, a área a ser cultivada no próximo ano pode ser estimada pela inserção dos dados do ano atual na função ajustada.

Para se obter estimativas de produção, foram utilizados três níveis diferentes de rendimento agrícola, a fim de que pudessem ser levadas em consideração as incertezas que caracterizam esse indicador de produtividade. Tem-se, então, as estimativas pessimista, média e otimista, conforme o rendimento considerado: baixo (o menor dos últimos cinco anos), médio (a média dos últimos cinco anos) e alto (o maior dos últimos cinco anos), respectivamente. Entretanto para os seguintes produtos: banana, café, cana-de-açúcar, laranja e mandioca, que incluem área onde não se fará colheita (área nova ou sem produção), calcularam-se as projeções de oferta a partir da área a ser colhida, admitindo-se que será mantida a mesma proporção entre as áreas plantada e colhida do levantamento de abril de 1982.

Quanto à área projetada para 1982/83, pode-se esperar acréscimos para as culturas de: arroz, 4,9%; café, 4,2%; cana-de-açúcar, 6,8%; cebola, 8,0%; feijão, 2,3%; laranja, 7,9%; mamona, 7,3%; mandioca, 13,7%; soja, 18,9%; tomate envarado, 5,6% e tomate rasteiro, 2,0%; e diminuição para: algodão, -3,3%; amendoim, -9,3%; banana, -9,5%; batata, -8,9% e milho -8,9%.

Baseando-se nas projeções médias de oferta para o ano agrícola 1982/83, com relação a 1981/82, esperam-se acréscimos na produção para: algodão, 3,2%; café beneficiado, 21,5%; cana-de-açúcar, 4,1%; cebola, 4,1%; laranja, 0,9%; mamona, 5,5%; mandioca, 8,4%; soja, 2,4%; tomate envarado, 1,0%; e carne bovina, 8,9%. Esperam-se decréscimos para: amendoim, -13,0%; arroz, -22,4%; banana, -2,6%; batata, -15,2%; feijão, -17,6%; milho, -20,7%; tomate rasteiro, -23,8%; carne suína, -0,2%; leite, -7,5% e ovos, -8,3%.

(¹) Os modelos de oferta desenvolvidos por Nerlove pertencem à categoria dos modelos de "defasagens distribuídas". Quando uma variável aparece em função de valores de uma variável x em um momento anterior, diz-se que x influencia y com uma defasagem. Quando y parece em função de x em vários momentos anteriores, diz-se que essas defasagens são distribuídas.

Agregando-se esses produtos, a área cultivada do Estado de São Paulo deverá apresentar acréscimo de 2,5% no ano agrícola 1982/83, atingindo o total de 6.491,8 mil hectares.

Observa-se que os dados utilizados (projeção de área) para as projeções de oferta são provenientes do modelo de Nerlove, o qual, por tratar-se de um modelo teórico, possui limitações; embora, após uma comparação entre projeções de áreas publicadas nos prognósticos anteriores e as áreas estimadas no final do ano agrícola pelas previsões e estimativas das safras agrícolas do Estado de São Paulo, verifique-se que este modelo econômico está, para a maioria das culturas, retratando a realidade.

As estimativas para os produtos animais foram, também, obtidas pelo modelo de defasagens distribuídas de Nerlove, sendo a variável dependente a quantidade produzida. Assim, são previstos aumentos na produção de carne bovina e carne suína e reduções para leite e ovos, (quadro 135).

QUADRO 135 . - Projeções de Oferta Agrícola, Estado de São Paulo, Ano Agrícola 1982/83

Produto	1981/82			1982/83			1982/83			
	Área (1)	Produção(1)	Rendimento(1)	Projeção de área (1.000ha)	Rendimento estimado(kg/ha)			Projeção de oferta (1.000t)		
					Baixo(2)	Médio(2)	Alto(2)	Pessimista(3)	Média(3)	Otimista(3)
Algodão	310,5	471,0	1.517	300,3	1.117	1.619	1.851	335,4	486,2	555,9
Amendoim(4)	220,5	358,3	1.625	200,0	1.319	1.559	1.641	263,8	311,8	328,2
Arroz em casca	308,9	498,0	1.612	324,1	720	1.193	1.612	233,4	386,7	522,4
Banana (5)	43,0	711,0	17.249	38,9	17.249	18.566	20.357	643,2	692,3	759,1
Batata (6)	30,5	559,2	18.334	27,8	14.626	17.052	18.334	406,6	474,0	509,7
Cafê beneficiado (5)	905,6	340,6	520	943,4	520	606	677	355,1	413,8	462,3
Cana-de-açúcar (7)	1.481,0	82.030,0	70.063	1.581,4	64.897	68.326	70.347	81.132,2	85.419,0	87.945,6
Cebola (8)	16,2	255,6	15.778	17,5	13.394	15.203	15.983	234,4	266,1	279,7
Feijão (2)	553,0	432,0	781	565,6	463	629	781	261,9	355,8	441,7
Laranja (5)	539,0	7.488,0	17.051	581,7	14.592	15.937	17.051	6.915,8	7.553,2	8.081,2
Mamona	20,5	23,8	1.161	22,0	1.067	1.142	1.202	23,5	25,1	26,4
Mandioca (9)	51,2	725,0	21.772	58,2	19.370	20.763	21.772	733,2	785,9	824,1
Milho	1.325,4	3.391,2	2.559	1.207,0	1.750	2.228	2.559	2.112,3	2.689,2	3.088,7
Soja	505,6	1.116,0	2.207	601,1	1.334	1.902	2.232	801,9	1.143,3	1.341,7
Tomate envarado	7,2	371,0	51.528	7,6	47.066	49.303	51.528	357,7	374,7	391,6
Tomate rasteiro	14,9	455,0	30.537	15,2	12.204	22.810	30.537	185,5	346,7	464,2
Carne bovina	-	437,0	-	-	-	-	-	466,1	475,7	485,3
Carne suína	-	65,1	-	-	-	-	-	60,0	65,0	72,3
Leite (10)	-	1.780,0	-	-	-	-	-	1.594,3	1.646,5	1.744,3
Ovos (11)	-	698,0	-	-	-	-	-	608,2	640,3	655,0

(1) Baseado no 4º Levantamento, IEA-CATI, abril de 1982, com exceção dos produtos animais que correspondem ao final do ano.

(2) Menor rendimento, rendimento médio e maior rendimento nos cinco últimos anos.

(3) Considerando-se o menor, o médio e o maior rendimentos dos cinco últimos anos para projeção pessimista, média e otimista.

(4) Das águas e da seca.

(5) Projeção de oferta para 1982/83, calculada a partir da área a ser colhida.

(6) Incluída a produção de inverno em volume semelhante a 1980/81.

(7) Para indústria. A projeção da oferta para 1982/83 calculada a partir da área a ser colhida.

(8) De muda e de soqueira.

(9) Para indústria e para mesa. A projeção da oferta para 1982/83 calculada a partir da área a ser colhida.

(10) Oferta estimada em milhão de litros.

(11) Oferta estimada em milhão de dúzias.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

6 - DESEMPENHO DA AGRICULTURA PAULISTA

- VALOR E PRODUÇÃO AGRÍCOLAS

Estimativas de preço e produção de 26 dos principais produtos da agricultura paulista, referentes a 1981/82, indicam decréscimo do valor bruto real da produção de 5,20% em relação a 1980/81 (quadro 136). Ao se excluir o café, tal decréscimo passa para 0,35%. Exclusivamente em termos físicos, ou seja, considerando somente a variação quantitativa da produção entre 1980/81 e 1981/82, a preços de 1980/81, a agricultura paulista apresentou decréscimo de 0,60%; subtraindo-se o café, essa taxa tornou-se positiva (6,49%), uma vez que tal produto mostra queda na produção de 39,74% (quadros 137 e 138).

Os 20 produtos vegetais, que representam 70,41% do valor da produção do grupo analisado, apresentaram, em termos reais, decréscimo de 6,13% em relação a 1980/81. Em termos físicos, esses produtos quase que se mantiveram nos mesmos níveis de 1980/81 (variação de -0,25%), e excluindo-se o café experimentaram acréscimo de 10,60% (quadro 137).

Os produtos de origem animal, em número de seis, que participam com 29,59% do valor do referido grupo, mostraram em termos reais decréscimo de 2,90%. Em termos físicos, a queda desses produtos é da ordem de 1,45% (quadro 137).

Os produtos alimentícios de origem vegetal registraram, em termos reais, queda de 8,09% e, em termos físicos, crescimento de 21,56%. Os de origem animal decresceram 1,51% em valores reais e 2,09% em termos físicos. Em consequência dessas variações, o grupo dos produtos alimentícios, como um todo, evoluiu positivamente 8,24% em termos físicos e negativamente 4,38% em termos reais.

Os amparados pela política de preços mínimos, responsáveis por 21,18% do valor dos 26 principais produtos, experimentaram queda real de 6,26% e acréscimo de 12,71% em termos quantitativos (quadro 137).

Os produtos de expressão no mercado externo decresceram 15,64% e 21,75%, respectivamente em valores reais e valores quantitativos.

Os produtos destinados, basicamente, ao consumo interno, quantitativamente, cresceram 7,82%, em virtude do acréscimo de 13,72% dos produtos vegetais e da diminuição de 2,09% dos produtos animais constantes do referido grupo. Em valores reais, tal grupo apresentou quase que o mesmo desempenho do ano anterior, assim como o grupo dos produtos de mercado interno de origem vegetal, enquanto os de mercado interno de origem animal, decresceram 1,51%.

Globalmente, o valor da produção agrícola é avaliado em mais de Cr\$980 bilhões, 73,50% acima do valor gerado em 1980/81, que foi de Cr\$565,4 bilhões.

Quanto à importância relativa dos diferentes produtos, em termos de valor (quadro 137), verifica-se que a cana-de-açúcar ocupa a primeira posição com destaque (21,42%), seguindo-se o café (11,00%), a carne bovina (10,93%) e aves e ovos (9,32%). Nesta safra, esses produtos

e o leite (7,83%) respondem por 60,50% do valor dos 26 produtos. Desses, apresentaram ganhos em valores reais a cana-de-açúcar (13,94%) e a carne bovina (7,93%); outros aumentos foram registrados para o arroz (66,87%), trigo (62,79%), tomate rasteiro (55,87%), cebola (43,04%), carne suína (19,62%), chá (16,29%), laranja (8,90%), uva de mesa (8,37%) e soja (7,50%). Entre os que registraram perdas de valor em termos reais, citam-se: batata (54,00%), limão (45,09%), mandioca (32,47%), café (32,00%), feijão (22,60%), algodão (22,38%), casulo (20,89%), aves para corte (19,09%), tomate envarado (15,60%) e amendoim (14,00%).

- ÁREA PLANTADA

Quanto à área plantada no Estado de São Paulo, com seus 26 principais produtos, esta situa-se em torno dos 6.600,0 mil hectares, 3,30% acima da do ano anterior, que atingiu a casa dos 6.391,0 mil hectares (quadro 139). Subtraindo-se o café, a área cultivada nesse ano de 1981/82 passa a ser de 5.694,0 mil hectares, 5,0% acima da de 1980/81.

Os produtos alimentícios de origem vegetal apresentaram expansão de 8,4% em sua área nesse ano agrícola; os produtos destinados ao mercado interno cresceram 7,9%, enquanto que os destinados ao mercado externo decresceram 3,7% em hectares cultivados; os produtos beneficiados com preços mínimos passaram de 3.187,5 mil hectares em 1980/81 para 3.355,3 mil hectares em 1981/82, acusando um ganho de área da ordem de 5,3%.

- INDICADORES DE PREÇOS E DE QUANTIDADE

Esperam-se, para este ano, variações da ordem de -3,32% no índice geral de preços reais recebidos pelos agricultores paulistas e de -0,78% no índice geral de quantidade produzida pela agricultura paulista, considerando-se os 21 principais produtos constantes das séries históricas do IEA (quadro 140).

- Produtos de Origem Vegetal

Esse grupo apresenta decréscimos tanto em preços reais (-6,07%) quanto em quantidades produzidas (-0,18%). Excluindo-se o café, as quantidades aumentam 10,06% e os preços decrescem 13,66%. Dentro desse grupo, considerando-se somente os produtos alimentícios, ter-se-ia acréscimo de 22,35% em produção e decréscimo de 29,35% em preços reais. Já os produtos vegetais destinados ao mercado interno crescem 14,00% em quantidade e decrescem 15,59% em preços. Contribuíram para esses resultados:

a) os ganhos em produção experimentados por cana-de-açúcar, laranja, milho, arroz, feijão, tomate envarado e rasteiro, amendoim, batata, mamona e chá; e

b) as quedas em preços reais observadas para milho, algodão, feijão, tomate envarado, banana, amendoim, batata, mandioca e mamona.

- Produtos de Origem Animal

Esses produtos, no ano 1981/82, estão experimentando acréscimo de 2,76% em preços reais e decréscimo de 2,26% em quantidades produzidas. Dentro deles, considerando-se somente

os produtos alimentícios ou os destinados ao consumo interno (carne bovina, carne suína, leite e ovos), ter-se-iam variações da 2,79% e -2,29%, respectivamente, para preços reais e quantidades produzidas. Responsabilizam-se por esses resultados as quedas na produção de ovos (-6,16%) e leite (-2,02%); a estabilidade na produção de carne bovina, carne suína e casulo; as perdas em preços reais de leite (-1,07%), ovos (-13,7%) e casulo (-20,89%); e os ganhos em preços de carne bovina (7,93%) e carne suína (19,80%).

- Produtos de Preço Mínimo

Tais produtos apresentam ganho da ordem de 10,28% em volume produzido e perda de 20,08% em preços reais, em relação ao período anterior (1980/81). Esses resultados são devidos aos aumentos de produção observados para arroz (31,12%), feijão (7,08%), milho (23,19%), mandioca (7,89%) e amendoim (18,93%); e aos decréscimos em preços reais experimentados por milho (-17,13%), algodão (-8,93%), feijão (-44,00%), mandioca (-37,40%), amendoim (-27,50%) e mamona (-15,35%).

- Produtos de Mercado Externo

Esse grupo, constituído por soja, café, amendoim, laranja, mamona, chá e casulo, apresenta perda em volume (-19,78%) e ganho em preços reais (7,15%). Essas variações são reflexos das quedas de produção de café (-39,74%) e soja (-12,68%) e dos aumentos de preços verificados para café (12,85%), soja (23,11%) e laranja (4,08%).

- Produtos de Mercado Interno

Em vista do desempenho dos grupos de produtos destinados ao consumo interno, de origem animal e de origem vegetal, ter-se-iam ganhos da ordem de 7,31% em termos de volume produzido e perda de 7,57% em preços reais para os produtos considerados como de mercado interno como um todo.

- Composição dos Grupos de Produtos

1. Produtos de preço mínimo - 8 produtos.
arroz, feijão, milho, soja, mandioca, amendoim, algodão, mamona.
2. Produtos de mercado externo - 7 produtos.
soja, café, amendoim, laranja, mamona, chá, casulo.
3. Produtos de mercado interno - 14 produtos.
arroz, feijão, mandioca, milho, batata, cebola, tomate, banana, cana, algodão, carne bovina, carne suína, leite, ovos.
 - 3.1 - Produtos de mercado interno - vegetal - 10 produtos.
arroz, feijão, mandioca, milho, batata, cebola, tomate, banana, cana, algodão.
 - 3.2 - Produtos de mercado interno - animal - 4 produtos.
carne bovina, carne suína, leite, ovos.

4. Produtos de alimentação - total - 12 produtos.
arroz, feijão, mandioca, batata, cebola, tomate, milho, banana, carne bovina, carne suína, leite, ovos.
 - 4.1 - Produtos de alimentação - vegetal - 8 produtos.
arroz, feijão, mandioca, batata, cebola, tomate, milho, banana.
 - 4.2 - Produtos de alimentação - animal - 4 produtos.
carne bovina, carne suína, leite, ovos.
5. Produtos de origem vegetal - 16 produtos.
Todos os de mercado interno vegetal e todos os de mercado externo.
6. Produtos de origem animal - 5 produtos.
carne bovina, carne suína, leite, ovos e casulo.
7. Geral - 21 produtos.
Todos os produtos componentes dos grupos 2 e 3.

(IEA, 09/09/82)

QUADRO 136. - Valor da Produção de 26 dos Principais Produtos da Agricultura Paulista, Final do Ano Agrícola 1980/81 e Estimativa Preliminar 1981/82

Produto	Quantidade(1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)		Unidade	Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real de 1981/82 ⁽³⁾ (Cr\$1.000)
	1980/81	1981/82 ⁽¹⁾	1980/81	1981/82 ⁽²⁾		1980/81	1981/82	
Cana-de-açúcar	73.140,0	82.030,0	1.378,00	2.562,00	tonelada	100.786.912	210.160.848	114.836.080
Café	565,2	340,6	9.200,00	19.000,00	sc.60kg	86.663.904	107.856.544	58.934.960
Carne bovina	437,0	437,0	1.863,00	3.680,00	arroba	54.275.392	107.210.656	58.582.032
Leite ⁽⁴⁾	1.780,0	1.744,0	24,30	44,00	litro	43.253.968	76.736.000	41.930.080
Laranja	7.156,3	7.488,0	210,00	400,00	cx.40,8kg	36.833.872	73.411.776	40.113.648
Milho	2.752,8	3.391,2	635,00	963,00	sc.60kg	29.133.776	54.428.736	29.740.944
Ovos ⁽⁵⁾	698,0	655,0	45,00	71,00	dúzia	31.410.000	46.504.992	25.411.248
Aves para corte	425,0	432,0	64,00	104,00	quilograma	27.200.000	44.928.000	24.549.552
Soja	1.278,0	1.116,0	1.012,00	2.280,00	sc.60kg	21.555.584	42.408.000	23.172.576
Algodão	552,6	471,0	630,00	1.050,00	arroba	23.209.168	32.969.984	18.015.456
Arroz	379,8	498,0	994,00	2.315,00	sc.60kg	6.292.014	19.214.496	10.499.184
Feijão da seca	165,0	193,2	5.517,00	5.630,00	sc.60kg	15.171.746	18.128.576	9.905.816
Feijão das águas	138,0	238,8	4.387,00	4.480,00	sc.60kg	10.090.099	17.830.368	9.742.869
Tomate envarado	330,4	371,0	727,00	1.000,00	cx.28kg	8.578.595	13.249.993	7.240.060
Carne suína	65,1	65,0	1.382,00	3.030,00	arroba	5.997.874	13.130.000	7.174.494
Cebola	258,5	255,6	18,13	48,00	quilograma	4.686.601	12.268.796	6.703.915
Banana	710,0	711,0	9.668,00	16.000,00	tonelada	6.864.280	11.376.000	6.216.073
Trigo	120,8	183,7	1.710,00	3.350,00	sc.60kg	3.442.798	10.256.580	5.604.400
Amendoim das águas	201,3	241,8	661,00	876,00	sc.25kg	5.322.369	8.472.669	4.629.635
Tangerina	774,4	731,1	260,00	430,00	cx.40,8kg	4.934.901	7.705.219	4.210.285
Uva de mesa	130,6	135,4	230,00	440,00	cx.8kg	3.754.748	7.446.998	4.069.188
Tomate rasteiro	330,0	455,0	7,50	15,50	quilograma	2.475.000	7.052.500	3.853.626
Limão	347,2	329,3	755,00	800,00	cx.40,8kg	6.424.902	6.456.859	3.528.156
Batata da seca	172,2	184,8	1.778,00	2.040,00	sc.60kg	5.102.856	6.283.195	3.433.263
Amendoim da seca	99,3	116,5	868,00	1.150,00	sc.25kg	3.447.694	5.358.999	2.928.264
Batata das águas	192,6	208,8	1.601,00	1.270,00	sc.60kg	5.139.208	4.419.598	2.414.956
Batata de inverno ⁽⁶⁾	165,6	165,6	1.858,00	1.560,00	sc.60kg	5.128.076	4.305.598	2.352.664
Mandioca	672,0	725,0	4.853,00	5.560,00	tonelada	3.261.216	4.031.000	2.202.618
Feijão de inverno	27,3	36,1	5.850,00	5.970,00	sc.60kg	2.661.747	3.591.948	1.962.712
Casulo	4,0	4,0	297,00	430,00	quilograma	1.188.000	1.720.000	939.842
Mamona	21,8	23,8	35,50	55,00	quilograma	773.899	1.308.999	715.263
Chã	42,1	44,8	8,50	17,00	quilograma	357.850	761.600	416.153
Valor total da produção				(crescimento real = -5,20%)		565.416.448	980.981.760	536.027.392
Valor total da produção sem café				(crescimento real = -0,35%)		478.752.768	873.125.376	477.092.608
Valor total da produção de origem vegetal				(crescimento real = -6,13%)		402.091.776	690.752.512	377.440.768
Valor total da produção de origem vegetal sem café				(crescimento real = 0,98%)		315.428.096	582.896.128	318.505.984
Valor total da produção de origem animal				(crescimento real = -2,90%)		163.325.232	290.229.248	158.587.232
Valor total da produção a preços de 1980/81				(crescimento físico = -0,60%)		565.416.448	562.037.760	

⁽¹⁾ Quarta estimativa de safra, abril de 1982.

⁽²⁾ Estimativas preliminares, baseadas em informações disponíveis até junho de 1982.

⁽³⁾ Deflator estimado em função da variação do índice "2" de Conjuntura Econômica, de junho de 1981 a maio de 1982.

⁽⁴⁾ Milhões de litros.

⁽⁵⁾ Milhões de dúzias.

⁽⁶⁾ A safra de inverno de 1981/82 foi estimada como sendo igual à de 1980/81.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 137. - Valor da Produção, Crescimento Real e Físico, por Grupo de Produtos, Estado de São Paulo, Ano Agrícola 1980/81 e 1981/82

Grupo	Valor da produção (Cr\$1.000)		Valor real de 1981/82 ⁽³⁾	Crescimento	
	1980/81	1981/82 ⁽²⁾		Real ()	Físico ⁽⁴⁾ (%)
Produtos com preço mínimo ⁽¹⁾	120.919.312	207.743.775	113.349.159	- 6,26	12,71
Produtos de mercado externo ⁽¹⁾	154.955.172	239.578.587	130.718.869	-15,64	-21,75
Produtos de mercado interno - total ⁽¹⁾	363.518.528	662.893.284	361.687.834	- 0,05	7,92
Produtos de mercado interno vegetal ⁽¹⁾	228.581.294	419.311.636	228.784.815	0,09	13,72
Produtos de mercado interno animal ⁽¹⁾	134.937.234	243.581.648	132.903.019	- 1,51	- 2,09
Produtos de alimentação - total ⁽¹⁾	239.522.448	419.762.452	229.030.789	- 4,38	8,24
Produtos de alimentação vegetal ⁽¹⁾	104.585.214	176.180.804	96.127.770	- 8,09	21,56
Produtos de alimentação animal ⁽¹⁾	134.937.234	243.581.648	132.903.019	- 1,51	- 2,09
Produtos de origem vegetal	402.091.776	690.752.512	377.440.768	- 6,13	- 0,25
Produtos de origem vegetal sem café	315.428.096	582.896.128	318.505.984	0,98	10,60
Produtos de origem animal	163.325.232	290.229.248	158.587.232	- 2,90	- 1,45
Geral sem café	478.752.768	873.125.376	477.092.608	- 0,35	6,49
Geral	565.416.448	980.981.760	536.027.392	- 5,20	- 0,60

⁽¹⁾ A composição dos grupos de produtos estão definidos no texto.

⁽²⁾ Estimativas preliminares.

⁽³⁾ Deflator estimado em função do Índice "2" da Conjuntura Econômica.

⁽⁴⁾ Valor da produção calculado a preços de 1980/81.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 138. - Variação Percentual na Área Plantada, Produção, Rendimento, e Valor da Produção de 26 dos Principais Produtos da Agricultura Paulista entre os Anos Agrícolas 1980/81 e 1981/82 ⁽¹⁾
(em percentagem)

Produto	Participação percentual		Variação percentual entre 1980/81 e 1981/82						
	no valor		Área	Produção	Rendi- mento	Preço		Valor	
	1980/81	1981/82				Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾
Cana-de-açúcar	17,83	21,42	7,33	12,15	1,09	85,92	1,59	108,52	13,94
Café	15,34	11,00	- 6,41	-39,74	-21,88	106,52	12,85	24,45	-32,00
Carne bovina	9,61	10,93	-	0,00	-	97,53	7,93	97,53	7,93
Leite	7,47	7,83	-	- 2,02	-	81,07	- 1,07	77,41	- 3,06
Laranja	6,52	7,49	1,47	4,64	0,10	90,48	4,08	99,31	8,90
Milho	5,16	5,55	12,65	23,19	9,36	51,65	-17,13	86,82	2,08
Ovos	5,56	4,74	-	- 6,16	-	57,78	-13,78	48,06	-19,09
Aves para corte	4,82	4,58	-	1,65	-	62,50	-11,20	65,18	- 9,74
Soja	3,82	4,33	-11,70	-12,68	- 1,12	125,30	23,11	96,74	7,50
Aígodão	4,11	3,36	5,94	-14,78	-19,52	66,67	- 8,93	42,05	-22,38
Arroz	1,12	1,96	- 1,94	31,12	33,67	132,90	27,26	205,38	66,87
Feijão da seca	2,69	1,85	- 0,72	17,09	17,92	2,05	-44,24	19,49	-34,71
Feijão das águas	1,78	1,82	36,97	73,04	26,26	2,12	-44,20	76,71	- 3,44
Tomate envarado	1,53	1,35	7,46	12,29	4,49	37,55	-24,84	54,45	-15,60
Carne suína	1,07	1,34	-	- 0,15	-	119,25	19,80	118,91	19,62
Cebola	0,83	1,25	- 5,26	- 1,12	4,37	164,75	44,68	161,78	43,04
Banana	1,22	1,16	14,97	0,14	-14,16	65,49	- 9,58	65,73	- 9,44
Trigo	0,62	1,05	- 7,82	52,07	64,98	95,91	7,05	197,91	62,79
Amendoim das águas	0,94	0,87	27,64	20,12	- 5,90	32,53	-27,59	59,19	-13,02
Tangerina	0,88	0,79	- 2,85	- 5,59	- 2,82	65,38	- 9,63	56,14	-14,68
Uva de mesa	0,66	0,76	2,22	3,68	0,94	91,30	4,53	98,34	8,37
Tomate rasteiro	0,45	0,72	2,76	37,88	34,18	106,67	16,53	185,76	55,70
Limão	1,14	0,66	- 1,98	- 5,16	- 3,24	5,96	-42,10	0,50	-45,09
Batata da seca	0,91	0,64	5,38	7,32	1,87	14,74	-37,31	23,13	-32,72
Amendoim da seca	0,61	0,55	7,30	17,42	9,27	32,49	-27,61	55,44	-15,07
Batata das águas	0,92	0,45	3,67	8,41	4,57	-20,67	-56,66	-14,00	-53,01
Batata de inverno ⁽³⁾	0,91	0,44	0,00	0,00	0,00	-16,04	-54,12	-16,04	-54,12
Mandioca	0,58	0,41	- 3,94	7,89	2,70	14,57	-37,40	23,60	-32,47
Feijão de inverno	0,48	0,37	-40,36	32,23	112,25	2,05	-44,24	34,95	-26,26
Casulo	0,22	0,18	-	0,00	-	44,78	-20,89	44,78	-20,89
Mamona	0,14	0,14	6,22	9,17	2,74	54,93	-15,35	69,14	- 7,58
Chá	0,06	0,01	4,26	6,41	2,08	100,00	9,29	112,83	16,29

⁽¹⁾ Quarta estimativa de safra, abril de 1982.

⁽²⁾ Deflator estimado em função da variação do Índice "2" da Conjuntura Econômica.

⁽³⁾ A safra de inverno de 1981/82 foi estimada como igual a de 1980/81.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 139. - Área Plantada, Quantidade Produzida e Evolução Percentual dos 26 Principais Produtos da Agricultura Paulista, Anos Agrícolas 1980/81 e 1981/82

Produto	Área (1.000ha)		Evolução percentual da área	Quantidade (1.000t)		Evolução percentual da produção
	1980/81	1981/82 ⁽¹⁾		1980/81	1981/82 ⁽¹⁾	
Cana-de-açúcar	1.379,8	1.481,0	7,3	73.140,0	82.030,0	12,2
Cafê beneficiado	967,6	905,6	- 6,4	565,2	340,6	- 39,7
Carne bovina	-	-	-	437,0	437,0	0,0
Leite	-	-	-	1.780,0	1.744,0	- 2,0
Laranja	531,2	539,0	1,5	7.156,3	7.488,0	4,6
Milho	1.176,6	1.325,4	12,6	2.752,8	3.391,2	23,2
Ovos	-	-	-	698,0	655,0	- 6,2
Aves para corte	-	-	-	425,0	432,0	1,6
Soja	572,6	505,6	-11,7	1.278,0	1.116,0	- 12,7
Algodão em caroço	293,1	310,5	5,9	552,6	471,0	- 14,8
Arroz em casca	315,0	308,9	- 1,9	379,8	498,0	31,1
Feijão da seca	248,4	246,6	- 0,7	165,0	193,2	17,1
Feijão das águas	223,7	306,4	37,0	138,0	238,0	73,0
Tomate envarado	6,7	7,2	7,5	330,4	371,0	12,3
Carne suína	-	-	-	65,1	65,0	- 0,2
Cebola	17,1	16,2	- 5,3	258,5	255,6	- 1,1
Banana	37,4	43,0	15,0	710,0	711,0	0,1
Trigo	141,9	130,8	- 7,8	120,8	183,7	52,1
Amendoim das águas	106,0	135,3	27,6	201,3	241,8	20,1
Tangerina	43,8	42,6	- 2,7	774,4	731,1	- 5,6
Uva de mesa	9,0	9,2	2,2	130,6	135,4	3,7
Tomate rasteiro	14,5	14,9	2,8	330,0	455,0	37,9
Limão	20,2	19,8	- 2,0	347,2	329,3	- 5,2
Batata da seca	9,3	9,8	5,4	172,2	184,8	7,3
Amendoim da seca	79,4	85,2	7,3	99,3	116,5	17,3
Batata das águas	10,9	11,3	3,7	192,6	208,8	8,4
Batata de inverno ⁽²⁾	9,4	9,4	0,0	165,6	165,6 ⁽²⁾	0,0
Mandioca	53,3	51,2	- 3,9	672,0	725,0	7,9
Feijão de inverno	100,1	59,4	-40,4	27,3	36,1	32,2
Casulo	-	-	-	4,0	4,0	0,0
Mamona	19,3	20,5	6,2	21,8	23,8	9,2
Chá	4,7	4,9	4,3	42,1	44,8	6,4
Área produtos vegetais	6.391,0	6.600,0	3,3	-	-	-
Área produtos vegetais sem café	5.423,4	5.694,0	5,0	-	-	-
Área produtos com preço mínimo ⁽³⁾	3.187,5	3.355,3	5,3	-	-	-
Área produtos mercado externo ⁽³⁾	2.280,0	2.196,1	- 3,7	-	-	-
Área produtos mercado interno vegetal ⁽³⁾	3.895,3	4.201,5	7,9	-	-	-
Área produtos alimentícios vegetais ⁽³⁾	2.222,4	2.410,0	8,4	-	-	-

⁽¹⁾ Quarta estimativa de Safra, Abril de 1982.

⁽²⁾ Safra de 1981/82 estimada como sendo igual a 1980/81.

⁽³⁾ Grupos definidos no texto.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 140. - Índices de Preços Reais e de Quantidade Produzida, por Grupo de Produtos e Evolução Percentual, Estado de São Paulo, Anos Agrícolas 1979/80 a 1981/82 (1)

Grupo (2)	Índice de preço real					Índice de quantidade				
	1979/80	1980/81	1981/82 (3)	Evolução (%)		1979/80	1980/81	1981/82 (4)	Evolução (%)	
				1980/81	1981/82				1980/81	1981/82
Produtos com preço mínimo	93,81	91,54	73,16	- 2,42	-20,08	106,13	119,49	131,77	12,59	10,28
Produtos de mercado externo	116,86	107,52	115,21	- 7,99	7,15	121,96	142,85	114,60	17,13	-19,78
Produtos de mercado interno - total	112,47	97,94	90,53	-12,92	- 7,57	119,89	123,74	132,79	3,21	7,31
Produtos de mercado interno vegetal	115,02	102,18	86,25	-11,16	-15,59	127,34	135,06	153,97	6,06	14,00
Produtos de mercado interno animal	109,48	92,96	95,55	-15,09	2,79	111,14	110,47	107,94	- 0,60	- 2,29
Produtos de alimentação - total	107,84	93,81	84,56	-13,01	- 9,86	112,45	114,74	123,73	2,04	7,84
Produtos de alimentação vegetal	105,24	95,14	67,22	- 9,60	-29,35	114,51	121,48	148,63	6,09	22,35
Produtos de alimentação animal	109,48	92,96	95,55	-15,09	2,79	111,14	110,47	107,94	- 0,60	- 2,29
Produtos de origem vegetal	116,24	104,76	98,40	- 9,88	- 6,07	125,16	138,39	138,14	10,57	- 0,18
Produtos de origem vegetal s/café	108,39	100,88	87,10	- 6,93	-13,66	140,52	148,38	163,31	5,59	10,06
Produtos de origem animal	108,62	92,25	94,80	-15,07	2,76	111,25	110,39	107,89	- 0,70	- 2,26
Geral sem café	108,49	97,35	90,25	-10,27	- 7,29	128,55	132,84	140,64	3,34	5,87
Geral	113,66	100,52	97,18	-11,56	- 3,32	120,45	128,89	127,89	7,01	- 0,78

(1) Índices construídos pelo método de Laspeyres. Base 1971-75 = 100.

(2) A composição dos grupos de produtos estão definidos no texto.

(3) Preços e deflatores preliminares.

(4) Baseados na 4ª estimativa de safras, abril de 1982.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

7 - POLÍTICA AGRÍCOLA

O ano agrícola de 1981/82, no Brasil, apresentou uma oferta agrícola levemente superior à do ano anterior, repetindo-se assim o terceiro ano consecutivo de crescimento da produção, principalmente de alimentos. Mas, neste ano agrícola, os preços de diversos produtos se comportaram de maneira pouco satisfatória aos produtores. Esta redução nos preços reais do setor constituiu-se numa ajuda substancial da agricultura para a redução do ritmo do processo inflacionário. É evidente que a baixa dos preços agrícolas, em termos reais, originou-se principalmente da boa colheita. Em alguns casos, esta baixa de preços foi devida a conjuntura recessiva da economia, à queda registrada nas cotações externas de alguns produtos e ao controle creditício da política monetária implementada para o combate à inflação, principalmente no que se refere às restrições de crédito para a comercialização agrícola e também às limitações na execução da política de garantia dos preços mínimos.

Esta situação levou o setor agrícola paulista a uma crise que não se verificava desde meados da década de setenta. Pois, no último ano agrícola, para uma evolução dos preços dos produtos agrícolas de apenas 70%, nos últimos doze meses (julho 82 - junho 81), os custos de produção cresceram 145%, o INPC, 99,8% e o Índice 2 (FGV), 97,6%. Assim, sofrendo brutal elevação nos custos de produção e queda nos preços reais, o setor agrícola apresentou grande perda de rentabilidade dos seus produtos, com exceção do arroz, culminando numa crise de liquidez, que se agravou concomitantemente ao aumento das restrições de crédito à agricultura via política monetária implementada pelo Governo Federal.

A agricultura paulista no ano agrícola de 1981/82 apresentou expansão de 5,3% na área cultivada com produtos amparados pela política de preços mínimos e de 3,2% quando considerados os 20 principais produtos vegetais cultivados no Estado. O crescimento da área cultivada neste ano agrícola foi o maior observado nos últimos seis anos no Estado.

Tendo em vista a redução da rentabilidade agrícola nas últimas duas safras (1980/81 e 1981/82), como demonstram estudos desenvolvidos no âmbito do Governo Federal, e mais as reduções de cobertura do Valor Básico de Custeio (VBC) e as restrições de volume de crédito de custeio, o setor agrícola pode ter o seu desempenho fortemente comprometido no ano agrícola 1982/83, trazendo novamente problemas no abastecimento urbano e comprometendo as metas governamentais de obtenção de superávit na balança comercial.

Portanto, é neste contexto que serão discutidas as principais decisões governamentais de apoio ao setor agrícola e os prováveis efeitos na oferta futura dos produtos agrícolas amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

COMÉRCIO EXTERIOR

Em 1982, permanece o desafio à política econômica de se buscar maior equilíbrio no balanço de pagamentos e, por decorrência, a obtenção de superávit na balança comercial, para reduzir o déficit das transações correntes e diminuir a taxa de crescimento da dívida externa brasileira.

Neste sentido, em 1981, a balança comercial brasileira apresentou superávit de US\$1,2 bilhão, depois de mostrar-se deficitária em 1980 (US\$2,8 bilhões), 1979 (US\$2,8 bilhões) e 1978 (US\$1,0 bilhão). Este resultado foi alcançado em função do crescimento do valor das exportações (15,7%), que ficou em US\$23,5 bilhões, e ligeira queda (3,8%) nos gastos com importações, que permaneceram no nível de US\$22,3 bilhões (quadro 141).

Em que pese o resultado positivo na balança comercial, as exportações brasileiras cresceram, em valor, menos do que o previsto no início do ano de 1981 (25%). As causas apontadas referem-se a um quadro desfavorável na economia mundial, traduzido por pronunciada fase recessiva; recrudescimento das práticas protecionistas; elevação das taxas de juros; acen tuada valorização do dólar americano frente às principais moedas européias; e queda generalizada nos preços das "commodities" agrícolas, notadamente café e açúcar. Deste modo, evidencia-se que o superávit obtido deveu-se à queda nas importações, cujo valor deveria crescer, segundo previsões, 9% em 1981. Assim, a política de restrição monetária interna, de caráter recessivo, apresentou-se como instrumento importante na obtenção das metas governamentais para o setor externo.

Para 1982, previa-se inicialmente superávit de US\$3 bilhões na balança comercial, com as exportações atingindo US\$28 bilhões e crescimento de 19% em relação a 1981.

No primeiro semestre de 1982, a balança comercial registrou saldo positivo de US\$255 milhões, desempenho pouco animador diante das metas propostas. As exportações atingiram US\$9.930 milhões e as importações US\$9.675 milhões, declinando 8,5% e 13,4% respectivamente, em relação aos valores do primeiro semestre de 1981. Deste modo, a conjuntura interna de desaquecimento econômico e a consequente queda nas importações são as principais responsáveis pelo superávit obtido no primeiro semestre de 1982.

Dados mais detalhados até abril, os mais recentes publicados pelo Banco Central do Brasil, indicam que os produtos básicos tiveram queda de receita cambial de 11,9% em relação ao mesmo período anterior, enquanto os industrializados tiveram comportamento inferior em cerca de 5% (-26,6% referentes aos semimanufaturados e -0,7%, aos manufaturados).

O fato de todas as "commodities" estarem com preços reduzidos não é comum e reflete a prolongada recessão do mundo industrializado, com reflexos nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, havendo uma retração generalizada da demanda de matérias-primas. A expectativa até o final do ano é de estabilização nos preços, podendo haver alguma elevação nas de produtos cujas safras em andamento sejam afetadas desfavoravelmente por variações climáticas.

Diante deste quadro, as autoridades têm revisto suas metas em relação às exportações que, segundo os empresários ligados ao setor exportador, ficarão abaixo de US\$24 bilhões, mas o governo está confiante em relação à obtenção de um superávit na balança comercial de pelo menos US\$2 bilhões. A obtenção desse resultado é considerada fundamental para as necessidades de captação de recursos financeiros externos este ano e para manter a credibilidade do país junto aos agentes financeiros internacionais, tendo em vista as necessidades de captação em 1983.

Tudo indica que algum reajustamento da política comercial se tornará necessária

para alcançar esse superávit. É bem verdade que a tendência declinante das importações durante o primeiro semestre, consequência da redução de atividade econômica interna, pode facilitar o alcance desse objetivo. Não obstante, há motivos para que tal reajustamento vise principalmente a expansão das exportações e não apenas a contenção ainda maior das importações, pois esse último caminho fatalmente conduziria ao agravamento do quadro recessivo, já bastante sério, em que se encontra a economia brasileira, além de criar alguma complicação adicional do ponto de vista da negociação de recursos externos no futuro.

Certamente não se trata de tarefa fácil articular tais reajustes. Com respeito às importações, foram tomadas medidas para conter as das empresas estatais e exercer controle adicional sobre as importações do setor privado, que já vêm caindo espontaneamente. Com respeito às exportações, não foram definidas ainda as necessárias medidas de favorecimento. Aliás, não será fácil concebê-las, especialmente porque a situação mundial é muito desfavorável: prevalece um clima recessivo que induz o ressurgimento do protecionismo em larga escala e com inusitada intensidade. Além de contrabalançar os efeitos negativos dessa situação, as medidas de estímulo às exportações deverão compensar ainda a perda de eficácia dos instrumentos que vêm sendo utilizados.

Como se recorda, com respeito aos produtos industrializados (incluindo os de origem agrícola), o subsídio fiscal representado pelo crédito-prêmio do imposto sobre produtos industrializados (IPI) e o subsídio creditício embutido no programa de financiamento à produção para exportação foram os instrumentos usados, em conjugação com a política de minidesvalorizações cambiais mais intensas, para estimular as exportações em 1981. Não obstante, o crédito-prêmio vem sendo progressivamente reduzido e o subsídio creditício foi algo corroído pela leve redução da taxa de inflação. Além disso, a desvalorização do cruzeiro em relação a outras moedas que não o dólar tem sido insuficiente para manter o nível de competitividade das exportações brasileiras em países da Europa e no Japão. No momento, estão em discussão as formas de contrabalançar essas perdas de competitividade de nossas exportações. Minidesvalorizações mais frequentes e/ou de maior magnitude, desvalorização do cruzeiro em relação a um conjunto de moedas e não apenas em relação ao dólar, isenção fiscal em toda a produção de bens exportáveis, favorecimentos à importação de matérias-primas e produtos intermediários necessários à produção desses bens são algumas das alternativas cogitadas.

No que diz respeito especificamente à exportação de produtos agrícolas e de origem animal, as principais medidas a mencionar, tomadas durante o primeiro semestre, foram a liberação da exportação da soja em grão e seus derivados de qualquer contingenciamento e a redução do imposto de exportação que ainda incidia sobre os sucos de laranja e tangerina.

(IEA, 13/08/82)

QUADRO 141. - Saldos do Balanço de Pagamentos do Brasil, 1978-81

(em US\$ milhão)

Discriminação	1978	1979	1980	1981 ⁽²⁾
1. Balança Comercial	-1.024	-2.840	2.829	1.200
1.1 Exportações	12.659	15.244	20.132	23.500
1.2 Importações	13.683	18.084	22.961	22.300
1.2.1 Petróleo	4.485	6.698	9.899	10.300
1.2.2 Outros	9.198	11.263	13.062	12.000
2. Serviços (líquido) ⁽¹⁾	-6.037	-7.920	-10.212	-12.000
2.1 Juros	-2.696	-4.186	-6.311	-8.700
2.2 Outros	-3.341	-3.734	-3.901	-3.300
3. Transações correntes (inclusive transf. unilaterais)	-6.990	-10.742	-12.886	-10.600
4. Movimento líquido de capitais ⁽¹⁾	11.891	7.657	9.804	10.900
4.1 Investimentos (líquido)	1.071	1.491	1.146	1.500
4.2 Empréstimos a médio e longos prazos	13.811	11.228	11.070	...
4.3 Outros (líquido)	2.333	1.323	2.608	...
4.4 Amortizações	-5.324	-6.385	-5.020	-7.700
5. Erros e omissões	-639	-130	-408	-
6. Superávit(+)/Déficit(-)	+4.262	-3.215	-3.490	+300
Reservas internacionais	11.895	9.689	6.913	7.505
Dívida externa	43.511	49.904	53.847	61.400

⁽¹⁾ Exclusive reinvestimentos.

⁽²⁾ Estimativa.

Fonte: Banco Central do Brasil.

PREÇOS MÍNIMOS

Os novos preços-base, estabelecidos em reunião do Conselho Monetário Nacional em 12/08/82, tiveram reajuste médio de 91% em relação aos preços-base do ano anterior, sendo os maiores aumentos dirigidos ao algodão e amendoim das águas e o menor ao milho. Entretanto, esse aumento médio foi inferior à taxa de inflação acumulada nos últimos 12 meses (99,5%) e, também, inferior à taxa acumulada do INPC (101,4%), embora tenha sido superior ao aumento médio estimado para os custos variáveis dos nove principais produtos agrícolas paulistas garantidos pelo programa de preços mínimos, os quais, em relação à safra passada cresceram em 73%.

Entretanto, a medida dos prováveis estímulos ao plantio é melhor observada pela relação custos variáveis/preços mínimos estimada por produto, sendo interpretada como desestimuladora ao plantio caso os preços mínimos estimados pela provável variação do INPC não cubram pelo menos os custos variáveis, e estimuladora em graus variados, conforme os preços mínimos excedam aos custos, gerando margem de remuneração aos demais itens de custos embutidos no processo produtivo, tais como juros sobre investimento, depreciação, remuneração da capacidade gerencial, etc.

A constatação empírica disso pode ser verificada na coluna 14 do quadro 142, onde se percebe que o produto agrícola a ser mais estimulado é a mandioca, com margem de remuneração por volta de 70%, vindo em seguida o algodão e o milho, garantidos por margens de 33% e 30%, respectivamente. Numa faixa intermediária, com menores margens, classificam-se o feijão das águas com 26%, o sorgo com 23%, a soja com 22% e a mamona com margem de apenas 13%. Por último, e já desestimulados, na medida em que os prováveis preços mínimos são inferiores aos custos variáveis estimados, colocam-se com margem de remuneração negativas o amendoim das águas com 2% e o arroz de sequeiro com 6%.

Outra comparação que se faz necessária é aquela relativa aos preços-base estabelecidos aos preços de mercado recebidos pelos agricultores. Para o Estado de São Paulo, os preços-base são superiores aos preços recebidos em junho, conforme coluna 16 do quadro 142, para algodão, milho, feijão e amendoim; e inferiores para soja, arroz, mamona e mandioca. Porém, a medida de superioridade ou inferioridade dos preços, para ser melhor aquilatada deve ser analisada dentro da atual conjuntura que atravessa o setor. Como é do conhecimento dos interessados, os preços de mercado não têm sido, de modo geral, favoráveis aos agricultores; já no ano passado a taxa anual de crescimento desses preços esteve por volta de 75%, enquanto a inflação acumulada no ano ficou em 95%.

Essa situação agravou-se em função da queda na demanda efetiva, provocando baixa nos preços e aumentando a procura por AGF (Aquisições do Governo Federal) logo no início da colheita de 1980/81, obrigando a Comissão de Financiamento da Produção (CFP) a formar grandes estoques. Informações da CFP, relativas ao período de janeiro a abril de 1982, mostram que as compras de feijão em São Paulo estavam em 43.981t, contra 2.394t durante todo o ano de 1981, enquanto que para o país como um todo essas compras somavam 375.573t contra 16.143t em 1981. No caso do milho, as aquisições representaram, até abril, 17% da produção brasileira do ano anterior, o mesmo ocorrendo com o arroz. Esses dados confirmam o aumento do uso do instrumento do AGF devido aos baixos preços de mercado.

Um agravante adicional refere-se à política econômica de contenção da base monetária que passa a receber pressões expansionistas advindas da necessidade de ofertar mais recursos do que os previstos para o atendimento do setor. Conforme os boletins do Banco Cen

tral do Brasil, a expansão anual da base monetária e dos meios de pagamento, respectivamente de 83,1% e 74,5%, acumulada até junho deste ano, estourou a previsão de 50% de crescimento embora no mês de julho tenha sido contida, principalmente em função da queda nos depósitos bancários, comportamento esse sazonal e característico de fim de semestre, nada indicando, portanto, a continuidade da queda. Fundamentalmente, o crescimento de junho se deveu aos desembolsos efetuados onde o atendimento da política de preços mínimos representou 60% do total desembolsado, sendo 19% para AGF e 41% para EGF. Desse modo, evidencia-se um paradoxo na política recessionista praticada pelo Governo no que diz respeito ao combate a inflação, pois os preços mais baixos recebidos pelos agricultores provocados pela queda na demanda efetiva ocasionam aumento na demanda por AGF e EGF, os quais por sua vez geram pressões expansionistas na base monetária que, se não forem esterilizadas, provocam pressões inflacionárias.

Por outro lado, em termos de evolução entre as prováveis margens remunerativas para a próxima safra e a que se finda, observa-se, pela coluna 14 do quadro 142, que essas margens poderão crescer 189% para o feijão das águas e 155% para o sorgo. Em outro grupo de produtos com faixas intermediárias de menor crescimento mas ainda positivas, encontram-se o amendoim das águas com 86%, o milho com 76%, a mamona com 62%, o algodão com 22%, a soja com 16% e a mandioca com 13% de aumento. Por último, o arroz com margem remunerativa em queda, relativamente à obtida na safra passada, com decréscimo de uma vez e meia.

Em resumo, as observações contidas nas margens estimadas para 1982/83 e sua evolução percentual relativamente à safra passada permitem distinguir, para o grupo de produtos alimentares, acentuado incentivo para o feijão das águas, seguido pelo milho e mandioca, e de incentivo para o plantio de arroz de sequeiro. No grupo de oleaginosas, o incentivo está centrado na soja e algodão, enquanto para a mamona, embora sua margem em termos percentuais tenha crescido razoavelmente, é de certa forma pouco atraente. Para o amendoim, a margem continua negativa e, portanto, desestimulante. Finalmente, há incentivo para o sorgo, devido à evolução e ao percentual de remuneração garantidos.

Por outro lado, a recuperação dos preços de mercado é necessária e premente para um bom desempenho em termos de renda para o setor rural, pois caso isto não aconteça na próxima colheita o Governo enfrentará uma demanda por aquisições tão alta quanto a deste ano, aumentando ainda mais seus estoques, pressionando a base monetária. Nesse sentido, a recuperação da economia interna em condições não inflacionárias é a resposta adequada para os anseios do setor, já que é imprevisível o fim da recessão internacional.

Em relação à política de preços mínimos, particularmente no caso da agricultura paulista, ainda um aspecto merece destaque: a necessidade de se compensar a suposição implícita na política referente à homogeneidade entre produtores; isto é, a idéia de que todos reagirão da mesma forma aos estímulos pode penalizar fortemente algumas categorias de produtores, como é o caso daqueles menos aquinhoados tecnologicamente ou com maiores dificuldades de acesso ao crédito rural.

Evidentemente todos aqueles que conseguirem aumentos razoáveis em suas produtividades poderão conseguir margens de remuneração satisfatórias, sempre que contarem com vantagens comparativas. Isso, entretanto, pode não ser o caso geral, e se assim for, a oferta de produtos agrícolas poderá não crescer a taxas potencialmente possíveis, além de afetar a renda de categorias importantes como os pequenos produtores e arrendatários. Nesse sentido é preciso maior esforço do Governo em financiar investimentos que gerem economias externas (armazenamento, estradas para escoamento da produção, etc.) que atinjam largo espectro de produtos rurais, permitindo a adoção de técnicas mais produtivas e incorporando maior número de produtores no processo de modernização.

(IEA, 24/08/82)

QUADRO 142. - Custos Variáveis, Preços Mínimos, Relações de Preços e Custos para os Anos Agrícolas 1981/82 e 1982/83 Estado de São Paulo

Cultura	Unidade	Custo variável ⁽¹⁾ 1981/82 ⁽¹⁾ (Cr\$/ha)	Rendimento ⁽²⁾ (Unid./ha)	Custo variável unitário ⁽³⁾ 1981/82	Preço mínimo 1981/82 (Cr\$/unid.)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Algodão TM - DIRA Campinas	15kg	101.740,60	145	702,00	958,05
Soja TM - DIRA Rib. Preto	60kg	31.942,55	30	1.065,00	1.321,80
Milho TM - DIRA Rib. Preto	60kg	40.043,99	47	852,00	1.028,40
Arroz Seq. TM - DIRA Rib. Preto	50kg	34.785,20	28	1.242,00	1.399,00
Mamona TMA - DIRA P. Prudente	60kg	41.315,97	20	2.066,00	2.237,40
Mandioca TMA - DIRA Marília	t	47.188,09	25	1.887,50	4.813,62
Sorgo TM - DIRA Rib. Preto	60kg	40.948,44	52	787,50	860,40
Feijão Águas TMA - DIRA Sorocaba	60kg	54.074,58	16	3.380,00	3.709,80
Amendoim Águas TM - DIRA Rib. Preto	25kg	87.231,17	97	899,00	785,00

Cultura	Margem remunerativa garantida p/preços mínimos ⁽³⁾ 1981/82 ⁽³⁾	Custo variável estimado para 1982/83 (Cr\$/ha)	Custo variável unitário estimado para 1982/83	Preço base 1982/83 (Cr\$/unid)	Início da operação
	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
Algodão TM - DIRA Campinas	0,27	187.331,00	1.292,00	1.330,00	01/02
Soja TM - DIRA Rib. Preto	0,19	61.324,00	2.044,00	1.800,00	01/02
Milho TM - DIRA Rib. Preto	0,17	66.348,00	1.412,00	1.392,00	01/02
Arroz Seq. TM - DIRA Rib. Preto	0,11	55.298,40	1.975,00 ⁽⁴⁾	1.900,00	01/02
Mamona TMA - DIRA P. Prudente	0,08	78.770,00	3.938,00	2.746,00	01/04
Mandioca TMA - DIRA Marília	0,61	74.519,00	2.981,00	5.804,00	01/04
Sorgo TM - DIRA Rib. Preto	0,09	68.715,50	1.321,50	1.183,00	01/02
Feijão Águas TMA - DIRA Sorocaba	0,09	85.592,00	5.349,50	5.985,00	01/11
Amendoim Águas TM - DIRA Rib. Preto	-0,14	154.316,00	1.591,00	1.222,00	01/02

Cultura	Fator de correção	Preço mínimo estimado pela variação do INPC ⁽⁵⁾ 1982/83 ⁽⁵⁾ (Cr\$/unid)	Margem remunerativa garantida pelos preços mínimos para 1982/83	Evolução da margem 1982/83 1981/82 (%)
	(11)	(12)	(13)	(14)
Algodão TM - DIRA Campinas	INPC Jul/82 a Jan/83	1.930,00	0,33	22
Soja TM - DIRA Rib. Preto	INPC Jul/82 a Jan/83	2.612,00	0,22	16
Milho TM - DIRA Rib. Preto	INPC Jul/82 a Jan/83	2.020,00	0,30	76
Arroz Seq. TM - DIRA Rib. Preto	INPC Jul/82 a Jan/83	2.757,00	-0,06	-154
Mamona TMA - DIRA P. Prudente	INPC Jul/82 a Mar/83	4.511,00	0,13	62
Mandioca TMA - DIRA Marília	INPC Jul/82 a Mar/83	9.534,00	0,69	13
Sorgo TM - DIRA Rib. Preto	INPC Jul/82 a Jan/83	1.716,00	0,23	155
Feijão Águas TMA - DIRA Sorocaba	INPC Jul/82 a Out/82	7.209,00	0,26	189
Amendoim Águas TM - DIRA Rib. Preto	INPC Jul/82 a Nov/82	1.566,00	-0,02	86

Cultura	Preço médio recebido p/ agricultores em junho de 1982	Preço base/Preço/recebido (%)	Evolução do preço base 1982/83 1981/82 (%)	Evolução dos custos variáveis 1982/83 1981/82 (%)
	(15)	(16)	(17)	(18)
Algodão TM - DIRA Campinas	1.053,00	26	94	84
Soja TM - DIRA Rib. Preto	2.057,00	-12	90	92
Milho TM - DIRA Rib. Preto	947,00	47	89	66
Arroz Seq. TM - DIRA Rib. Preto	2.572,00	-26	90	59
Mamona TMA - DIRA P. Prudente	3.281,00	-16	93	91
Mandioca TMA - DIRA Marília	6.607,00	-12	90	58
Sorgo TM - DIRA Rib. Preto			92	68
Feijão Águas TMA - DIRA Sorocaba	4.661,00	28	90	58
Amendoim Águas TM - DIRA Rib. Preto	997,00	23	94	78

⁽¹⁾ Custo Variável = Custo Operacional - Juros sobre Investimento - Depreciação.

⁽²⁾ Usados os mesmos rendimentos da estimativa de custos para efeito de se estudar a evolução das margens via política de preços mínimos, isolando o efeito rendimento.

⁽³⁾ A margem remunerativa é o complemento da relação custo variável unitário/preço mínimo.

⁽⁴⁾ Usada a matriz de coeficientes do ano anterior.

⁽⁵⁾ Supondo taxa de 6,4% ao mês para o período da correção, idênticos à taxa média mensal do INPC do 1º semestre de 1982: 1,4509 para julho a janeiro, 1,6426 para julho a março, 1,2816 para julho a novembro e 1,2045 para julho a outubro.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Comissão de Financiamento da Produção (CFP).

CRÉDITO RURAL

O objetivo básico da "prioridade à agricultura", definido em meados de 1979 e conservado até hoje, é destacado na definição da política agrícola a ser praticada em 1982 ⁽⁴⁾, mas sempre relacionado e subordinado à estratégia fundamental das autoridades governamentais, de ajuste do balanço de pagamentos e de controle da inflação via política monetária em execução. Para isso, a agricultura deve cumprir os compromissos de exportação, a produção de alimentos e de matérias-primas, substituindo o máximo possível suas importações, até mesmo do petróleo. Esses objetivos, ressaltam as autoridades, são prioritários, mas sem prejuízo das medidas essenciais de controle monetário.

Já dentro desta opção de política, as medidas contidas na Resolução nº671 ⁽⁵⁾ tiveram o sentido mais geral de limitar o crédito rural, tanto no que diz respeito às operações de custeio agrícola, como às de investimento e comercialização ⁽⁶⁾. Desde então, o Conselho Monetário Nacional (CMN), considerando as preocupações dos diversos setores envolvidos na produção agrícola e o desempenho da política monetária, que levou inclusive ao fechamento das "contas em aberto" no Banco do Brasil ao custeio agrícola com o objetivo de "substituir" o financiamento das autoridades monetárias, ampliaram de 20% para um máximo de 25% das posições líquidas dos depósitos, a exigência de aplicação dos Bancos Comerciais nas operações rurais ⁽⁷⁾.

Para a próxima safra 1982/83, no mesmo sentido de não pressionar as contas do sistema monetário, revogam-se os itens III e IV da Resolução nº698, mantendo-se a obrigatoriedade de aplicação de 25% dos depósitos, durante todo o ano ⁽⁸⁾; garantindo que um mínimo de 70% do volume destes recursos seja destinado à aplicação de custeio agrícola, e a inclusão também desta obrigação aos empréstimos de comercialização agrícola, ao abrigo da Política de Garantia de Preços Mínimos (EGF) e ao custeio de pequeno porte.

O importante a se destacar desta alteração é que as operações de EGFs dos Bancos Comerciais passam a ser privilegiados como as de custeio agrícola, podendo expandir as aplicações e mesmo potencializá-las considerando que subsiste a norma ⁽⁹⁾ segundo a qual os saldos de financiamento excedentes às exigibilidades de 20% dos depósitos líquidos não se enquadram nos limites de expansão dos bancos ⁽¹⁰⁾, exceto nas aplicações à taxa de mercado.

Portanto, o Conselho Monetário Nacional prossegue em 1982 a política de "desoficialização" do crédito rural, buscando ampliar a participação dos bancos comerciais, tanto nas operações de custeio agrícolas, como nas de comercialização. O que se nota, em relação às novas medidas referentes à comercialização, é a tendência de assegurar uma maior flexibilidade aos diversos setores envolvidos. Ou seja, além de garantir a aplicação dos bancos co

⁽⁴⁾ Relatório 1981: Banco Central do Brasil, Vol. 18, nº 2, fev. 1982.

⁽⁵⁾ Resolução nº 671, de dezembro de 1980.

⁽⁶⁾ Prognóstico 81/82, São Paulo, V. 10, 1981.

⁽⁷⁾ Resolução nº 698, de 17/06/81.

⁽⁸⁾ Resolução nº 721, de 22/12/81.

⁽⁹⁾ Resolução nº 698, de 17/06/81, inciso VIII.

⁽¹⁰⁾ Limite de expansão dos empréstimos bancários fixados em 50%.

merciais nos EGFs, autoriza o uso desses recursos obrigatórios ⁽¹¹⁾ nos empréstimos realizados pelas indústrias, beneficiadores e comerciantes, fazendo prevalecer também para esses setores, da mesma forma que para os produtores rurais e suas cooperativas, a taxa de juros ⁽¹²⁾ de 35% a.a. ou 45% a.a. dependendo da região (quadro 143).

Essa flexibilidade pode ser verificada também na Circular nº 706 ⁽¹³⁾ cujo escalonamento da amortização dos empréstimos de custeio em quatro parcelas transformou-o praticamente num EGF. Destacam-se os mini e pequenos produtores que pelas normas anteriores tinham 90 dias de prazo após a colheita para realizarem o pagamento da dívida e que pela nova circular terão que antecipar o pagamento de 50% dos empréstimos, na medida em que deverão saldar a primeira parcela (20% do saldo devedor) em 30 dias e a segunda parcela (30% do saldo devedor) em 60 dias. Nesse sentido, esses pequenos produtores terão uma grande perda em relação à norma anterior.

O importante a se ressaltar é que essas medidas recentes que privilegiam os setores envolvidos na comercialização agrícola, o fazem de forma a não prejudicar o controle do sistema monetário. Ou mais, essas normas privilegiam a diminuição da demanda de EGFs no Banco do Brasil, através da disposição que assegura aos agentes financeiros operarem com mútuos de custeio agrícola de outra instituição financeira ⁽¹⁴⁾. Infere-se, ainda, que essas medidas têm o sentido de evitar a utilização, pelas autoridades monetárias, da Aquisição do Governo Federal (AGF), pois possibilitam aos setores industriais e comerciais, portadores de infra-estrutura de armazenamento e de transformação, a aquisição de matérias-primas, através de recursos obrigatórios destinados ao setor rural com taxas de juros preferenciais e sem limite de expansão.

No que diz respeito ao financiamento de investimentos agrícolas em continuidade à política de restrição aos diversos setores envolvidos, foram suspensos, através da Circular nº 666 ⁽¹⁵⁾, os refinanciamentos ou repasses do Banco Central nas seguintes linhas específicas e programas especiais: a) antecipação de recursos para integralização de quotas partes subscritas por cooperados; b) PROPEC-Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária; c) PRONAZEM/RURAL-Programa Nacional de Armazenagem; d) exposições e feiras de bezerros; e) PROCAL/RURAL-Programa Nacional de Calcário Agrícola; f) POLOCENTRO-Programa de Desenvolvimento de Cerrados; g) PROASE-Programa de Aplicações Seletivas; e h) PROEXPAN-Programa de Expansão de Áreas Agrícolas. Esses programas agora poderão ser financiados pelos recursos obrigatórios dos bancos, a serem aplicados em crédito rural.

Esta Circular vem constituir-se numa séria restrição à realização de investimentos na agricultura, tipo de aplicação que vem sofrendo drásticas reduções desde o início de 1980, e que deverá reduzir o potencial de crescimento da agricultura.

⁽¹¹⁾ Resolução nº 720, de 22/12/81 e Manual de Crédito Rural, 18.

⁽¹²⁾ Resolução nº 721, inciso II.

⁽¹³⁾ Circular nº 706 de 21/06/82

e) o reembolso dos empréstimos deverá efetuar-se em 4(quatro) prestações, em percentuais dos saldos devedores, nos seguintes prazos contados da época do término da colheita:

prestação	prazo	% do saldo devedor
1a.	30 dias	20%
2a.	60 dias	30%
3a.	90 dias	25%
4a.	120 dias	25%

⁽¹⁴⁾ Resolução nº 721, de 22/12/81, inciso III.

⁽¹⁵⁾ Circular nº 666 de 28/12/81.

Em relação à safra 1982/83, são conservadas ainda as políticas restritivas de financiamento às operações de investimentos rurais, contidas na Resolução nº671 de 1980. Assim sendo, a aquisição de máquinas e equipamentos, tratores, veículos, inclusive embarcações, a aquisição de bovinos e o florestamento ou reflorestamento permanecem excluídos dos benefícios das taxas de juros preferenciais (quadro 143). Cabe esclarecer que tais investimentos podem ser financiados até 100% do seu valor, porém, para esses empréstimos, deve vigorar a menor taxa de juros vigente para as operações bancárias com pessoas jurídicas (hoje em torno de 73,8%). De outro lado, continuam vigorando as exceções com as mesmas condições preferenciais relativas ao custeio, para os financiamentos de máquinas e equipamentos até o limite de 100 MVR⁽¹⁶⁾ por mutuário, por ano; máquinas e veículos de tração animal ou movidos por combustível não importado; máquinas e equipamentos de irrigação; matrizes e reprodutores bovinos, até 100 MVR; bezerros, em "Feiras de Bezerros", até 100 MVR; e aeronaves de fabricação nacional⁽¹⁷⁾.

Essa alteração, que restringiu o financiamento de máquinas, equipamentos e tratamentos, levou a uma queda de vendas das mais sérias no setor, segundo os Sindicatos das Indústrias de Máquinas Agrícolas de vários estados.

Outro setor industrial afetado por mudanças na política do crédito rural foi o de fertilizantes, que teve, através da Resolução nº671 de dezembro de 1980, a taxa de juros elevada de zero para as mesmas relativas aos demais componentes dos empréstimos de custeio (quadro 143). As recentes modificações para a safra 1982/83, condensadas na Circular nº706⁽¹⁸⁾, vêm afetar mais ainda as condições anteriormente favoráveis ao setor de insumos modernos. Ou seja, essa nova medida que dispensa o agricultor de formalizar sua proposta de financiamento através de projeto técnico — o que o desobriga de aplicação dos 15% do orçamento em insumos modernos e, portanto, dispensa a classificação do crédito em integral ou singular — deixa de garantir a utilização de fertilizantes, agrotóxicos e sementes melhoradas⁽¹⁹⁾.

Essa mesma Resolução, portanto, desobriga o produtor de entregar, e mesmo apresentar, ao agente financeiro, notas fiscais, recibos ou outros documentos que comprovem as suas aquisições de insumos. Simultaneamente, desobriga os bancos de efetuarem os pagamentos desses insumos diretamente às indústrias ou outros setores envolvidos. Daí, a grande diminuição da burocracia bancária no crédito rural de custeio.

Nessas condições, o volume de recursos para custeio do produtor passa a ser calculado mediante simples multiplicação do VBC pelo número de hectares a plantar, aplicando-se o limite de adiantamento segundo o porte do mutuário. Todo o recurso concedido ao produtor será liberado em três parcelas⁽²⁰⁾, não sendo mais canalizado diretamente dos bancos para os

(16) MVR = Cr\$7.768,00

(17) Resolução nº 720 de 21/12/81.

(18) Circular nº 706 de 21/06/82.

(19) Circular nº 706 de 21/06/82.

(20) Circular nº 706: d) os financiamentos serão liberados ao produtor, mediante lançamento em sua conta de depósitos ou em dinheiro, em três parcelas, nos percentuais e épocas constantes do quadro de VBCs ou, na falta dessa indicação, da seguinte forma:

I - a primeira parcela, correspondente a 40% do valor da operação: na data da assinatura da cédula;

II - a segunda parcela, correspondente a 30% do valor da operação: até 60 dias após a primeira;

III - a terceira parcela, correspondente a 30% do valor da operação: até 60 dias após a segunda ou à época da colheita.

produtores de insumos modernos. Coloca, portanto, o produtor de insumos modernos, que tinha garantido seu uso, via recursos do crédito rural com um grau de inadimplência zero, diretamente em contato com o produtor rural. Isto é, a decisão do pacote tecnológico caberá ao agricultor e o pagamento dos insumos adquiridos passa também a ser realizado por este. Ou seja, essas alterações darão ao agricultor maior independência na aplicação dos recursos do crédito rural de custeio.

O que deve ser analisado a seguir são as condições de financiamento para a safra 1982/83. O elemento a ser verificado diz respeito ao Valor Básico de Custeio (VBC) das principais culturas anuais do Estado e sua relação com as estimativas de gastos a serem realizados pelos produtores.

Ao analisar o volume de crédito recebido pelos produtores, tem-se que levar em consideração a sua condição de pequeno, médio ou grande produtor. Nesse sentido, destaca-se inicialmente que, através de modificações constantes nos limites de adiantamento dos Valores Básicos de Custeio relativos aos médios e grandes produtores, as autoridades monetárias conservam a disposição de prosseguir na política de adequação das taxas de juros preferenciais do custeio agrícola com as taxas normais de juros. Isto se dá pela necessidade de que os produtores passem a financiar partes da produção através de outras fontes.

Para a safra 1982/82, os grandes e médios produtores têm a possibilidade de obtenção de 50% e 70% dos VBCs, respectivamente, sendo que os limites dos recursos na safra anterior foram de 60% e 80%, respectivamente. Os mini e pequenos produtores continuam a receber adiantamentos correspondentes a 100% do VBC.

Os VBCs recentemente fixados asseguram uma expectativa de cobertura dos desembolsos monetários médios estimados, dos produtores, semelhantes aos da safra passada, para o algodão, mamona e soja (quadro 144). Devido à queda nos limites de adiantamento aos médios e grandes produtores, esses terão em 1982/83 coberturas inferiores à da safra 1981/82. Tomando-se como exemplo a soja, 70% da área cultivada em São Paulo deverá ser enquadrada nessas duas categorias, em 1982. Assim, a maior parte da produção do Estado sofrerá restrições de recursos à taxa de juros preferenciais nesta nova safra, em relação à passada.

No que diz respeito a amendoim, feijão, mandioca, milho e sorgo, os aumentos significativos dos VBCs, em relação aos aumentos dos gastos dos produtores, proporcionam uma expectativa de maiores coberturas para a safra 1982/83. Entretanto, com exceção do feijão, que tem limite de adiantamento de 100% do VBC independentemente do porte do produtor, e da mandioca, os demais produtos (milho, sorgo e amendoim) terão em relação aos médios e grandes produtores coberturas semelhantes ou menores às da safra de 1981/83 (quadro 144). Destaca-se o arroz de sequeiro que terá cobertura dos gastos de produção inferior a todas as categorias de produtores.

Cabe ainda ressaltar, em relação aos Valores Básicos de Custeio, que estes não cobrem os desembolsos dos produtores, sendo que apenas para o algodão e soja (para os mini e pequenos produtores) chegam a cobrir cerca de 90% das despesas (quadro 144).

Pode-se afirmar, portanto, através dessas informações que as perspectivas de financiamento para esta nova safra não são otimistas. Agrava-se essa situação, com a questão, colocada pelos produtores, do esgotamento dos estoques de fertilizantes na propriedade rural na safra 1981/82. Outro problema diz respeito à primeira parcela do crédito de custeio — de 40% ⁽²¹⁾ — do total do valor definido para este crédito, a que tem direito o produtor na li

(21) Circular nº 706.

beração dos recursos. Na realidade, segundo informações das agências bancárias e dos produtores, anteriormente, a primeira parcela correspondia a cerca de 50% a 60% do total do orçamento. Mesmo que o produtor possa adquirir os insumos modernos através de pagamento parcelado, deve-se considerar que isto levará a um aumento nos seus custos.

Todos esses elementos analisados, que são fatores importantes na decisão de plantio dos produtores, devem ser agregados à situação dos produtos agrícolas nos mercados interno e internacional, que não é nada promissora. A recessão interna tem provocado queda nos preços dos alimentos e matérias-primas agrícolas a nível do produtor e a difícil conjuntura internacional também tem afetado a comercialização desses produtos.

A situação enfrentada pela agricultura pode ser percebida através das dificuldades que vem encontrando o Governo na viabilização do Programa de Financiamento à Irrigação (PROFIR), um dos poucos programas especiais, conjuntamente com o Provaíza que contam com recursos do Banco Central. Inicialmente, lançado ⁽²²⁾ para as regiões do cerrado ⁽²³⁾, com ênfase no aumento da produção e produtividade da agricultura, em especial a do trigo, tornou-se inviável na prática devido a problemas de deficiência em eletrificação rural. Em virtude desta problemática, somada às reivindicações dos estados produtores de trigo - Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo - o PROFIR foi estendido a todo o território nacional. Entretanto, mesmo nos estados do Sul, a implantação do programa tem sido obstaculizada, segundo os produtores, devido aos altos custos dos equipamentos, à exigência de plantio de pelo menos uma safra de trigo ao ano na totalidade da área a ser irrigada, à inexistência de um programa que possa sustentar outras operações agrícolas, como o preparo da terra ⁽²⁴⁾, e mesmo ao problema da eletrificação rural que ainda subsiste nestes estados.

Buscando viabilizar o PROFIR as autoridades monetárias, através de Carta Circular nº719 do BACEN, passam a permitir em projetos de até 400MVR a utilização de qualquer fonte energética e a dispensa do plantio de trigo, sendo que o limite do crédito foi estendido para até 100% do orçamento do projeto para todos os produtores ⁽²⁵⁾. Para os projetos com valores acima de 400MVR, foi mantida a restrição ao uso dos derivados de petróleo como fonte energética e os limites de adiantamento aos financiamentos, de acordo com a Circular nº678. Entretanto, houve um relaxamento na exigência de plantio do trigo, passando a ser exigido o plantio de um mínimo de 25% da área irrigada por ano, durante o período de carência (dois anos), e 50% da área irrigada após a carência até a liquidação total do financiamento (seis anos). Os encargos financeiros aplicados ao programa são de 35% ao ano nas regiões da SUDAM, SUDENE, Espírito Santo e Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, e 45% nas demais regiões.

No mesmo sentido de viabilização do PROFIR, outra medida implementada foi a de expandir de 10% para 20% do valor do projeto global o financiamento com obras de instalação hidráulica e elétrica previstas, a todos os mutuários.

(IEA, 13/08/82)

⁽²²⁾ Decreto nº 86.912 e regulamentado pela Circular nº 678 de 12/02/82.

⁽²³⁾ Regiões de cerrado dos Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Bahia e Distrito Federal.

⁽²⁴⁾ O financiamento de equipamentos, máquinas e tratores pelo crédito rural encontra-se limitado em 100MVR.

⁽²⁵⁾ Pela Circular nº 678, a energia propulsora do sistema não poderia ser baseada em derivados do petróleo. Os limites de adiantamento dos financiamentos seriam de 100% e 80% para os mini/pequenos e médios/grandes produtores, respectivamente, do valor do projeto.

Finalidade	Beneficiário	Limite de adiantamento (%)	Taxa de Juros (%)	
			SUDAM/SUDENE	De Esp. Santo e mais Vale do Jequitinhonha e regiões
A - Custeio, investimento e pré-comercialização (1)	- miniprodutor e pequeno produtor	100		
	- médio produtor	70		
	- grande produtor	50	35	45
	- cooperativas com quadro social ativo constituído de 79%, pelo menos, de miniprodutores e pequenos produtores	100		
B - Descontos	- demais cooperativas	70		
	- produtores e cooperativas	100	(2)	(2)
C - Preços mínimos				
	- empréstimos (EGFs)			
	- produtores e cooperativas; indústrias, beneficiadores ou comerciantes, exclusivamente para matéria-prima rural	(3)	35	45
	- descontos	100	(2)	(2)
D - Créditos especiais				
	- adiantamento a cooperados		(2)	(2)
	- aquisição de bens para posterior fornecimento aos cooperados	100	35	45
	- antecipação de recursos de taxas de retenção			
	- antecipação de recursos para integralização de quotas-partes			
	- repasse (4)	(4)	(4)	(4)
E - Investimento (5)				
	- aquisição de máquinas			
	- aquisição de tratores			
	- aquisição de equipamentos			
	- aquisição de veículos, inclusive embarcações			
	- produtores, cooperativas e pessoas físicas ou jurídicas prestadoras de serviços mecanizados	100	(2)	(2)
	- produtores e cooperativas			
	- produtores, cooperativas e empresas especializadas			

(1) Nos municípios beneficiados pela Circular nº 653, de 27/10/81 referente aos estados do Nordeste atingidos pela seca, e por suas normas complementares, aplicam-se aos financiamentos de custeio agrícola as condições operacionais da Resolução nº 590, de 07/12/79, a saber:

Categoria de beneficiário	Juros	Limite de adiantamento
- miniprodutor, pequeno produtor e cooperativa	21%	100%
- médio produtor	30%	90%
- grande produtor	30%	80%

(2) A menor taxa vigente para as operações bancárias comuns com pessoas jurídicas.

(3) A ser fixado pela CFP, mediante entendimentos com MINIAGRI, SEPLAN e MINIFAZ.

(4) Repasse: a) as mesmas condições aplicáveis aos subempréstimos, menos a remuneração da cooperativa - 2 (dois) ou 4 (quatro) pontos percentuais;
b) aplica-se aos subempréstimos as condições do campo "A" ou "B", segundo o enquadramento operacional.

(5) Sujeita-se às condições do campo "A", quando se tratar de aquisição de:

- máquinas e equipamentos, até 100MVR por mutuário, por ano;
- máquinas e veículos de tração animal ou movidos por combustível não importado.
- máquinas e equipamentos de irrigação;
- matrizes e reprodutores bovinos, até o valor global de 100MVR por mutuário, por ano;
- bovinos de serviço, até 100MVR por mutuário, por ano;
- bezerros, em "Feiras de Bezerros" até 100MVR, por mutuário, por ano;
- aeronaves de fabricação nacional, bem como respectivos motores e peças de reposição, hangares e demais investimentos necessários à aviação agrícola.

QUADRO 144. - Comparação entre Valor Básico de Custeio e Desembolso Monetário para a Produção das Principais Culturas Anuais, Estado de São Paulo, 1981/82 e 1982/83

Cultura	Produtividade (kg/ha)	Desembolso monetário ⁽¹⁾ (Cr\$/ha)		Valor Básico de Custeio (Cr\$/ha)		
		1981/82	1982/83 ⁽⁵⁾	% 1981/82	1982/83	%
		Algodão (TM) (Reg. de Campinas)	2.200	82.889,59	151.143,64	82
Amendoim das águas (TM) (Reg. de Rib. Preto)	2.425	76.129,02	133.318,37	75	44.700	85.300 91
Arroz de sequeiro (TM) (Sub. Reg. de Barretos)	1.380	29.815,84	69.720,95	134	20.600	40.500 97
Feijão das águas (TM) (Sub. Reg. de Itapeva e Avaré) ⁽⁶⁾	960	48.973,18	76.936,72	57	24.900	49.600 99
Mamona (TMA) (Sub. Reg. de Pres. Venceslau)	1.200	31.986,56	59.907,96	87	20.000	37.800 88
Mandioca (TMA) (Região de Assis)	25.000	37.750,47	58.676,47	55	30.800	60.200 95
Milho (TM) (Reg. de Rib. Preto)	2.820	33.139,79	54.161,64	63	21.800	41.000 88
Soja (TM) (Reg. Rib. Preto)	1.800	27.877,06	52.979,92	90	25.200	46.900 86
Sorgo (TM) (Reg. Rib. Preto)	3.120	36.398,59	60.542,20	66	23.700	43.900 85

Cultura	Produtividade (kg/ha)	Relação entre o Adiantamento do VBC e o Desembolso monetário					
		Mini produtor ⁽²⁾		Médio produtor ⁽³⁾		Grande produtor ⁽⁴⁾	
		1981/82	1982/83	1981/82	1982/83	1981/82	1982/83
Algodão (TM) (Reg. de Campinas)	2.200	91,9	91,0	73,5	63,7	55,2	45,5
Amendoim das águas (TM) (Reg. de Rib. Preto)	2.425	58,7	64,0	47,0	44,8	35,2	32,0
Arroz de sequeiro (TM) (Sub. Reg. de Barretos)	1.380	69,1	58,1	55,3	40,7	41,5	29,0
Feijão das águas (TM) (Sub. Reg. de Itapeva e Avaré) ⁽⁶⁾	960	50,8	65,0	40,8	65,0	50,8	65,0
Mamona (TMA) (Sub. Reg. de Pres. Venceslau)	1.200	62,5	62,8	50,0	43,9	37,5	31,4
Mandioca (TMA) (Região de Assis)	25.000	81,6	102,6	65,3	71,8	49,0	51,3
Milho (TM) (Reg. de Rib. Preto)	2.820	65,8	75,7	52,6	53,0	39,5	37,8
Soja (TM) (Reg. Rib. Preto)	1.800	90,4	88,5	72,3	62,0	54,2	44,3
Sorgo (TM) (Reg. de Rib. Preto)	3.120	65,1	72,5	52,1	50,8	39,1	36,3

⁽¹⁾ Inclui os custos com combustível, lubrificantes, manutenção e reparos das máquinas e equipamentos, mão-de-obra e insumos utilizados no processo de produção.

⁽²⁾ Adiantamento de 100% do VBC.

⁽³⁾ Adiantamento de 80% do VBC em 1981/82 e de 70% em 1982/83.

⁽⁴⁾ Adiantamento de 60% do VBC em 1981/82 e de 50% em 1982/83.

⁽⁵⁾ Desembolso monetário estimado para 1982/83.

⁽⁶⁾ Os produtores de feijão com adiantamento de 100% do VBC, independentemente da classificação dos agricultores.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e BACEN.

- TRIBUTOS NA AGRICULTURA

Dentre as modificações introduzidas no ICM em 1981/82, destacam-se:

a) Pelo Comunicado CAT nº 60, de 2/10/81, foram isentas do ICM as saídas internas e interestaduais de coelhos e dos produtos comestíveis da respectiva matança ⁽²⁶⁾ até 31/12/81, desde que: tais mercadorias não fossem destinadas à industrialização, e os produtos comestíveis não tenham sido submetidos a qualquer processo de industrialização, ainda que primários, salvo simples acondicionamento e/ou congelamento para sua conservação. O inciso V do artigo 168 do Regulamento do ICM (RICM) prevê o diferimento para as sucessivas saídas de coelho, paralelamente à isenção prevista nas Disposições Transitórias do mesmo Regulamento. Assim, o diferimento até 31/12/81 beneficiou as operações não alcançadas pela isenção. A partir de 1º de janeiro de 1982, com a extinção da isenção, o diferimento aplica-se a todas as saídas previstas no referido inciso V. Como alcance desse diferimento, estabeleceu-se a ocasião de pagamento, quando: de sua saída para outra unidade da Federação; da saída para o exterior; e da saída dos produtos resultantes do abate;

b) Com relação ao café cru ⁽²⁶⁾, quando o produto for remetido para outra unidade da Federação e a saída ocorrer diretamente do estabelecimento em que tiver sido produzido, com destinação à cooperativa que esteja filiado ou a armazém geral para depósito em nome do remetente, o recolhimento do imposto será efetuado: antes do embarque de exportação, se a saída para o exterior for efetuada pelo próprio remetente ou pela cooperativa; até o quinto dia útil, contado da data em que ocorrer a primeira transmissão da propriedade da mercadoria; antes da saída do produto em devolução ao estabelecimento de origem; e até 180 dias contados da data da saída do produto com destino à cooperativa ou ao armazém geral, se nesse lapso de tempo não tiver ocorrido qualquer dos eventos previstos nos itens anteriores;

c) Até 31 de março de 1982, segundo o Convênio ICM nº 09, de 23/10/81, as saídas de algodão para o exterior, desde que produzidas nos Estados do Paraná e de São Paulo, estavam isentas do ICM, respeitada a quantidade máxima de cinquenta mil toneladas para cada estado, dispensando-se o estorno do crédito fiscal, ou o recolhimento do imposto diferido ou suspenso, relativamente às saídas promovidas pelo produtor ou exportador. Pelo Convênio ICM nº 04, de 12/02/82, o prazo foi prorrogado de 31 de março para 31 de dezembro de 1982, para o gozo deste benefício;

d) Pelo Convênio ICM nº 12, de 23/10/81, o CONFAZ revogou o inciso III, da Cláusula primeira do Convênio AE nº 2/73 (alterado pelo Convênio ICM nº 15/80), de conformidade com o qual era concedida isenção do ICM nas operações internas e interestaduais de insumos de qualquer natureza, para ração animal, concentrados e suplementos, exceto milho e sorgo, nas operações interestaduais. Pelo mesmo Convênio, a partir de 1º de janeiro de 1982, foi concedida isenção do ICM nas operações internas de milho e sorgo, desde que destinados à fabricação de ração ou alimentação animal;

e) Com a celebração do Convênio ICM nº 13, de 23/10/81, estabeleceu-se que, a partir de 1º de janeiro de 1982, ficaram isentas do ICM as saídas, para o território nacional, de sementes fiscalizadas destinadas ao plantio, desde que produzidas sob o controle de entidade fiscalizadora. Igualmente, foi dispensado o estorno do crédito fiscal ou o recolhimen

(26) Comunicado CAT (Secretaria da Fazenda) nº 6, de 02/10/81.

to do imposto diferido ou suspenso, relativamente às aquisições de produtos agrícolas, efetuadas por produtores de sementes de seus cooperantes, cujas saídas subseqüentes, como semente fiscalizada, não gerarem débito do imposto;

f) O Convênio ICM nº 19, de 23/10/81, autorizou o Estado de São Paulo a cancelar os créditos tributários, constituídos ou não, correspondentes à exclusão indevida da base de cálculo do ICM das parcelas correspondentes ao custo da embalagem e congelamento, nas vendas de carne congelada à Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), ressaltando que o disposto não autoriza a restituição de importâncias já recolhidas;

g) O Convênio ICM nº 29, de 17/12/81, postergou de 19 de janeiro para 19 de abril de 1982 os termos iniciais de eficácia do inciso I da Cláusula primeira do Convênio ICM nº 20 e da Cláusula segunda do Convênio ICM nº 22, ambos de 05/11/81, que estatuíam, respectivamente: a revogação da isenção do ICM relativa às saídas de aves e de produtos comestíveis resultantes de sua matança, em estado natural, resfriados, congelados ou simplesmente temperados, promovidas pelos contribuintes estabelecidos nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, observada a proporção de 50%; e a redução de 50%, no exercício de 1982, do crédito presumido que os estados acima mencionados concederão nas saídas tributadas de aves e de produtos comestíveis resultantes de sua matança, em estado natural, resfriados, congelados ou simplesmente temperados, relativo à respectiva ração ou ingredientes desta, cujo montante será fixado em protocolo, firmado pelos referidos estados. Os três Convênios supra (20, 22 e 29/81) foram revogados⁽²⁷⁾ e o CONFAZ estabelece que as referidas isenções do ICM, dos produtos mencionados, ficam dilata-
tadas até 30 de abril de 1983, beneficiando, desta forma, o setor avícola, o que deverá provocar menor custo final ao consumidor. Pelo teor do Convênio ICM 08/82, ficam dispensados de pagamento os créditos tributários concernentes às operações de saída realizadas a partir de 19 de abril de 1982, até a data de sua ratificação, relativamente aos produtos referidos, não se autorizando a restituição de importâncias já recolhidas;

h) De acordo com a cláusula primeira do Convênio ICM nº 23, de 05/11/81, os estados e o Distrito Federal acordaram em não exigir o estorno do crédito fiscal ou o pagamento do ICM diferido ou suspenso, relativamente às entradas que corresponderem às saídas para o exterior dos seguintes produtos: de carnes e miúdos comestíveis de bovinos, ovinos e caprinos, resfriados, congelados ou preparados, bem como de charque; de carnes e miúdos comestíveis, de suínos, resfriados, congelados ou preparados; e de aves e produtos comestíveis resultantes de sua matança, resfriados congelados ou preparados. Posteriormente, o Convênio ICM nº 14, de 17/06/82, produzindo efeitos a partir de 19 de janeiro de 1982, determina que a disposição supra aplica-se também às entradas que corresponderem às saídas isentas para empresas comerciais que operem exclusivamente no comércio de exportação e empresas comerciais exportadoras;

i) A partir de 19 de janeiro até 31 de dezembro de 1982, conforme o teor do Convênio ICM nº 30, de 17/12/81, os estados e o Distrito Federal estavam autorizados a isentar do ICM as saídas de carne bovina, bubalina, ovina e caprina, promovidas por estabelecimento varejista no mesmo estado, desde que o imposto tivesse sido pago na operação anterior. Estabelecimento varejista é aquele que se dedica à venda a retalho das mercadorias relacionadas diretamente a consumidor, não perdendo essa condição, o estabelecimento que efetuar saídas com destino a hotéis, restaurantes, hospitais, colégios e pensões. Estão prorrogadas, também, até 31 de dezembro de 1982, as cláusulas de sétima a décima do Convênio ICM nº 35/77, que autorizam os estados e o Distrito Federal a isentar do ICM as saídas de carne suína verde, res-

(²⁷) Convênio ICM nº 08, de 17/07/82.

friada ou congelada, de coelhos e produtos comestíveis decorrentes de sua matança, em estado natural ou congelados, e de lâparos, assim como a conceder crédito presumido nas entradas para abate, em estabelecimento de contribuinte situado no respectivo território, e nas saídas interestaduais de suínos;

j) O Coordenador da Administração Tributária ⁽²⁸⁾ fixou a pauta fiscal, conforme valores adiante especificados, nas operações com gado, devendo o imposto ser calculado sobre o valor da operação quando este for superior ao mínimo fixado em pauta: j.1 - gado para abate - Valor boi gordo, Cr\$38.000,00; vaca gorda, Cr\$26.000,00; neo-mato (até 5 dias), Cr\$1.700,00; vitelo de leite (até 30kg), Cr\$3.900,00; vitelo desmamado (até 90kg) Cr\$10.500,00; vitelo grande (até 120kg), Cr\$13.500,00; suíno, Cr\$9.500,00; leitão, Cr\$2.000,00; ovino, Cr\$2.700,00; caprino, Cr\$2.500,00; eqüino, Cr\$8.000,00; asinino, Cr\$7.000,00; bufalino, Cr\$37.000,00; j.2 - Remessa de gado para fora do Estado: a) gado bovino registrado: reprodutor, Cr\$96.500,00; vaca parida com cria, Cr\$59.000,00; vaca solteira ou novilha, Cr\$45.000,00; garrote ou bezerro (até 24 meses), Cr\$45.000,00; e b) gado bovino de criar-comum: vaca parida com cria, Cr\$27.000,00; vaca solteira, Cr\$21.000,00; bezerra (até 12 meses), Cr\$10.500,00; novilha (de 12 a 18 meses), Cr\$12.500,00; novilha (de 18 a 24 meses), Cr\$14.500,00; novilha (de mais de 24 meses), Cr\$18.000,00; bezerro (até 12 meses), Cr\$12.000,00; garrote (de 12 a 18 meses), Cr\$14.500,00; garrote (de 18 a 24 meses), Cr\$17.500,00; novilho magro (de mais de 24 meses), Cr\$20.000,00, e tourinho, Cr\$28.000,00;

l) Pelas sucessivas saídas de cana utilizada na fabricação de açúcar e de álcool, destinadas ao exterior, bem como de álcool carburante destinado ao mercado interno, com lançamento diferido para o momento em que ocorrer a saída de produtos resultantes de sua moagem e industrialização, o ICM será conhecido com fundamento nos valores constantes no quadro 145;

m) Os Estados do Paraná e de São Paulo resolveram celebrar um acordo ⁽²⁹⁾, cujo fundamento foi o de conceder suspensão do pagamento do ICM nas saídas interestaduais de milho, entre os respectivos territórios, para depósito em armazém geral, em nome do remetente, observando-se, porém, que a mercadoria esteja vinculada ao sistema de Empréstimo do Governo Federal (EGF). A suspensão será recolhida, em cada caso, após prévia comunicação da Comissão de Financiamento da Produção (CFP) ao fisco da unidade federada do remetente, por meio de encaminhamento de cópia do contrato de EGF. Cada estado, com a referida comunicação, estabelecerá as obrigações acessórias a serem observadas, bem como fixará a formalidade de controle das operações e do pagamento do ICM. A suspensão do pagamento do ICM será encerrada, quando for constatada uma das seguintes situações: liquidação do EGF ou sua transformação em aquisição do Governo Federal (AGF); venda a terceiro; ou decurso do prazo de 120 dias;

n) Ao alterar o § 4 do artigo 182 do RICM, o Governo do Estado de São Paulo ⁽³⁰⁾ estabeleceu que nas saídas ao exterior de café cru, em coco ou beneficiado, o contribuinte que tiver firmado contrato de câmbio com agência bancária localizada em território paulista, o qual anteriormente teria de ser recolhido até o dia imediato à data mencionada como a de efetivo embarque no Conhecimento Marítimo, agora poderá ser pago até o 90º dia da data do efetivo embarque do café, desde que atenda às normas da Secretaria da Fazenda. Se as condições estabelecidas não forem observadas ou se faltar pagamento do tributo no prazo ora fixado, o

⁽²⁸⁾ Portaria CAT (Secretaria da Fazenda) nº 5, de 19/01/82.

⁽²⁹⁾ Protocolo ICM nº 04, de 17/03/82.

⁽³⁰⁾ Decreto Estadual nº 19.769, de 29/04/82.

ocorrerá a imediata exigência dos débitos de ICM, decorrentes de operações de saídas de café cru para exportação, favorecidas pelo prazo de pagamento supra e efetuadas por quaisquer dos estabelecimentos da empresa e, igualmente, implicará a sustação de concessões do prazo de pagamento do imposto até o 90º dia da data do efetivo embarque do café, para as exportações subseqüentes. Posteriormente ⁽³¹⁾, o Governo do Estado determinou que o prazo de 90 dias para recolhimento de uma só vez do ICM aplica-se também às saídas de café cru para o exterior, ocorridas até 31 de maio de 1982, ainda que o contrato de câmbio tenha sido firmado com agência bancária localizada em outra unidade da Federação no período de 15 a 30 de abril de 1982; e

o) Certas operações tiveram novas alíquotas do ICM em 1982, conforme o disposto na Resolução de nº 129, de 28/11/79, alterada pela Resolução nº 7, de 22/04/80, do Senado Federal. Assim, nas operações internas, bem como nas operações em que o destinatário esteja localizado em outra unidade da Federação, quando a mercadoria se destinar a não contribuinte do ICM, ou para usuário final, a alíquota aplicável será de 16% (dezesseis por cento). Nas operações interestaduais realizadas entre contribuintes do ICM, quando a mercadoria for destinada à comercialização ou industrialização, serão utilizadas as seguintes alíquotas: contribuintes localizados nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, 11% (onze por cento), qualquer que seja a região em que esteja localizado o destinatário; contribuintes localizados nas regiões Sudeste e Sul, 11% (onze por cento), tratando-se de destinatário localizados nas regiões Sudeste e Sul, e 9% (nove por cento) quando se tratar de destinatários localizados nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste. Finalmente, nas operações de exportação, será aplicada a alíquota de 13% (treze por cento).

O Banco Central do Brasil ⁽³²⁾ divulgou, em fins de abril de 1982, que o Conselho Monetário Nacional resolveu reduzir para 0 (zero) a alíquota do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários, incidentes sobre os Empréstimos do Governo Federal (EGFs) relativos à soja e seus derivados. Posteriormente, pela Circular nº 702, de 16/06/82, a Diretoria do Banco Central esclarece que a alíquota zero se aplica, a partir de 30/04/82, às bases de cálculo do imposto em todas as operações da espécie inclusive as contratadas anteriormente àquela decisão e ainda "em ser". A alíquota era de 25%, sendo, porém, aplicável a de 20% no âmbito da ALALC/ALAD, quando originárias e procedentes dos países-membros beneficiários da concessão.

Com referência à soja em grão, ficou estabelecido ⁽³³⁾ que, na liquidação de operações de câmbio, em pagamento de importações, igualmente a alíquota do IOF está reduzida a 0 (zero), a partir de 03/05/82.

No caminho da mesma política de se beneficiar o setor ⁽³⁴⁾, foi determinada a mesma redução para 0 (zero) da alíquota incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações de óleo de soja em bruto, com vigência a partir de 20/05/82.

⁽³¹⁾ Decreto Estadual nº 19.824, de 06/05/82.

⁽³²⁾ Resolução BACEN nº 732, de 28/04/82.

⁽³³⁾ Resolução BACEN nº 736, de 29/04/82.

⁽³⁴⁾ Resolução BACEN nº 739, de 19/05/82.

Objetivando estimular o setor agrícola, o Conselho Monetário Nacional ⁽³⁵⁾, reduziu para 0 (zero), desde 1º de junho de 1982, inclusive, a alíquota do imposto, incidente sobre as operações de crédito ao amparo da Política de Garantia de Preços Mínimos (Empréstimos do Governo Federal - EGFs), aplicando-se o benefício às bases de cálculo de todas as operações da espécie, inclusive as já contratadas e ainda "em ser".

Foi aprovada, pelo Ministério da Agricultura ⁽³⁶⁾, a Instrução Especial INCRA nº 7, de 01/03/82, que regulamenta a aplicação dos índices de multa, juros de mora e correção monetária incidentes sobre o Imposto Territorial Rural e outros tributos de lançamento e cobrança a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O prazo de cobrança sem multa do ITR e demais tributos lançados pelo INCRA, na mesma guia, não ultrapassarão de 120 dias, entre a data do lançamento e a data do vencimento. Disposição neste sentido está contida na Instrução Especial - INCRA nº 025, de 23/03/82, aprovada pelo Ministério da Agricultura ⁽³⁷⁾. Ao esgotar o prazo determinado nos editais, nas notificações ou nas guias de cobrança em poder dos contribuintes, os agentes arrecadadores continuarão recebendo os tributos acrescidos de multa de 10% (dez por cento) nos primeiros 30 (trinta) dias e 15% (quinze por cento) no período subsequente, além de 1% (um por cento) de juros de mora por mês.

O Ministro da Agricultura ⁽³⁸⁾, ao aprovar a Instrução Especial INCRA nº 24, de 18/03/82, fixou, para cada unidade da Federação, o coeficiente de atualização do valor da terra nua declarado pelo próprio contribuinte e não impugnado pelo INCRA e estabelece, para cada município, o valor mínimo por hectare da terra nua. Para o Estado de São Paulo, o coeficiente de atualização para o exercício de 1982 foi determinado em 2,351, equivalente a acréscimo de 135,10% do valor básico de tributação. Este acréscimo, sem dúvida elevado, acarretou alta acentuada nos respectivos valores do imposto, atingindo, em maiores proporções, o pequeno e o médio agricultor (proprietário rural). Assim, os novos valores máximo e mínimo são os consignados no quadro 146, para cada DIRA. A Instrução esclarece ainda que o valor da terra nua (VTN) declarado pelo contribuinte será impugnado pelo INCRA, quando inferior ao mínimo por hectare fixado para o município de situação do imóvel rural, prevalecendo, para todos os fins, este último valor ou o resultante de avaliação.

A fim de gozar dos estímulos fiscais, no exercício de 1983, previstos na redução de até 90% (noventa por cento) do ITR pelo Grau de Utilização da Terra (GUT) e pelo Grau de Eficiência (GEE), devem apresentar a Declaração Anual para Cadastro de Imóvel Rural (DA), os declarantes pessoa física, na qualidade de proprietário, condômino declarante, titular do mínimo útil ou detentor a qualquer título, desde que: possuam imóveis rurais com área total, isoladamente ou em conjunto, igual ou superior a 500,0ha; tenham apresentado ao INCRA, nos exercícios de 1980, 1981 e 1982, Pedido de Suspensão de Progressividade do ITR; e tenham sido especificamente notificados pelo INCRA sobre a obrigatoriedade de atualização das informações cadastrais de imóvel rural qualquer que seja a sua dimensão. No mesmo sentido, deve a

⁽³⁵⁾ Resolução BACEN nº 739, de 16/06/82.

⁽³⁶⁾ Portaria MA nº 54, de 05/03/82.

⁽³⁷⁾ Portaria MA nº 79, de 25/03/82.

⁽³⁸⁾ Portaria MA nº 75, de 19/03/82.

presentar a Declaração Anual (DA) o declarante pessoa jurídica detentor de imóvel rural a qualquer título, independentemente da dimensão do imóvel. O declarante pessoa física não o obrigado a prestar Declaração Anual (DA) poderá apresentá-la nas Unidades Municipais de Cadastramento (UMCs), instaladas nas prefeituras de cada município, nos órgãos de cadastro e tributação do INCRA, localizados nas capitais dos estados e territórios, nos Núcleos Regionais de Cadastramento (NRCs), localizados nas áreas de atuação de projetos ou unidades fundiárias e dos projetos de assentamento e ou colonização, ou nos postos de recepção, devidamente credenciados pelo INCRA e instalados nos sindicatos e cooperativas. Estas normas estão contidas na Instrução Especial INCRA nº 22/A, de 03/05/82, com aprovação ⁽³⁹⁾ do órgão. A mesma Instrução esclarece que, para efeito de concessão dos estímulos fiscais no lançamento dos tributos referentes ao exercício de 1983, somente serão consideradas as declarações entregues no período de 15 de julho a 15 de outubro de 1982.

a) A Coordenadoria do Sistema de Tributação, do Ministério da Fazenda, em caráter normativo, declara, com base no parágrafo único do art. 182 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 85.450, de 04/02/80, que o valor da contribuição ao FUNRURAL ⁽⁴⁰⁾, devida pelo produtor rural, pode ser considerado como integrante do custo das mercadorias adquiridas para revenda, quando a pessoa jurídica adquirente tenha assumido o ônus de seu pagamento;

b) Desde 22/12/81 está sem efeito ⁽⁴¹⁾ a Portaria Interministerial nº 381, de 11/12/80, cujo teor regulamentava que, com início do exercício financeiro de 1981, o declarante pessoa física, proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de imóvel rural, obrigado a apresentar Anexo 4 - Cédula G, da Declaração de Rendimentos, apresentaria simultaneamente, também, a Declaração Anual para Cadastro de Imóvel Rural (DA), na rede arrecadadora dos tributos federais. Esse procedimento não se aplicaria à Declaração Anual para Cadastro de Imóvel Rural referente ao imóvel não cadastrado no INCRA a partir de 1972, e ao alterado, no ano base da declaração, do nome do declarante ou a área total. Pela verificação dessas hipóteses, o declarante deveria providenciar a atualização cadastral do respectivo imóvel, segundo o estabelecido pelo INCRA. Agora, a Secretaria da Receita Federal e o próprio INCRA baixarão, em separado, respectivamente, as normas de apresentação da Declaração Anual para Cadastro de Imóvel Rural e do Anexo 4 - Cédula G, da Declaração de Rendimentos;

c) Pela Portaria Normativa nº 047, 01/03/82, foi prorrogado até 15/04/82, o prazo para que o IBDF se manifestasse a respeito das cartas-consulta apresentadas pelas empresas interessadas em descontar do valor do imposto de renda devido na declaração de rendimentos, o valor aplicado em empreendimentos florestais, cujos projetos tenham sido aprovados pelo mesmo IBDF. O prazo anteriormente estabelecido era de 30 dias contados da data de fixação do limite orçamentário de Fiset relativo a florestamento e reflorestamento, pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE).

Durante o exercício de 1982, os projetos protocolados no IBDF, que visem ao descon

⁽³⁹⁾ Portaria MA nº 104, de 05/05/82.

⁽⁴⁰⁾ Ato Declaratório CST (Ministério da Fazenda) nº 15, de 16/11/81.

⁽⁴¹⁾ Portaria Interministerial nº 297, de 18/12/81.

to do valor do imposto de renda devido na declaração de rendimentos, para aplicação em empreendimentos florestais, cujos projetos tenham sido aprovados pelo órgão em referência, deverão obedecer os custos constantes dos quadros 147 e 148, observadas a espécie, a classe de cobertura vegetal e a região de implantação; tais custos foram calculados com base no mês de outubro de 1981, sendo irreeajustáveis até 31 de março de 1982. Observe-se, porém, que nenhum projeto ⁽⁴²⁾ poderá ser objeto de incentivos fiscais, se as suas operações de plantio tiverem ocorrido em época anterior à da concessão da respectiva carta-consulta; e

d) A fim de dirimir dúvidas a respeito, a Coordenadoria do Sistema de Tributação do Ministério da Fazenda esclareceu ⁽⁴³⁾ que as empresas rurais constituídas juridicamente para a exploração agrícola ou pastoril pagarão o imposto de renda sobre o lucro real das atividades agrícolas e pastoris, mediante aplicação das seguintes alíquotas: 6% sobre o resultado das atividades próprias, inclusive sobre oriundos de receitas provenientes do giro normal do negócio, quando eventuais, e desde que estas não ultrapassem a 5% do montante das receitas próprias; e 35% mais adicional de 5%, se for o caso, sobre o resultado total da venda de imóveis e das receitas decorrentes do giro normal, quando estas ultrapassarem o limite de 5% do montante das receitas próprias, desde que auferidas em habitualidade.

Os concessionários de serviço público de energia elétrica, segundo estabelece o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), deverão conceder ⁽⁴⁴⁾ desconto de 35% nas tarifas aplicáveis aos consumidores do Grupo B enquadrados na classe rural, desde que satisfaçam, cumulativamente, as seguintes condições: a unidade consumidora esteja localizada fora da Região Nordeste do País; o atendimento seja feito por meio de sistema elétrico interligado; a energia elétrica seja utilizada, predominantemente, para fins de irrigação; e a energia elétrica seja utilizada para irrigação em horas fora do período de ponta de carga do respectivo concessionário. Se for constatada a inobservância desta última condição, o faturamento do mês do respectivo consumidor será feito sem o desconto de 35%. Segundo este dispositivo do DNAEE, caberá ao concessionário fiscalizar a utilização da energia pelo consumidor, bem como indicar o período de ponta de carga de seu sistema elétrico, que não poderá exceder a quatro horas diárias. Por outro lado, continua em vigor a Portaria DNAEE nº 059, de 17/07/81, cujo mandamento estabelece que os consumidores do Grupo "A", enquadrados na classe rural, podem solicitar fornecimentos especiais para utilização de energia elétrica exclusivamente fora do horário de ponta do sistema elétrico do concessionário, para fins de irrigação, sendo que a tarifa de demanda da energia fornecida terá redução de 50%, aplicável sobre o valor com desconto fixado nas portarias de tarifas.

(IEA, 13/08/82)

⁽⁴²⁾ Portaria Normativa IBDF/DR nº 135, de 23/04/82.

⁽⁴³⁾ Parecer Normativo CST nº 07, de 17/03/82.

⁽⁴⁴⁾ Portaria DNAEE nº 110, de 21/12/81.

QUADRO 145 . - Valores do ICM Relativo às Operações com Cana Utilizada na Fabricação de Açúcar e Alcool Destinados ao Exterior, bem como de Alcool Carburante ao Mercado Interno, Estado de São Paulo, 1982

(em cruzeiro)

Data da operação	Nº do Ato do IAA	ICM por saca de 50kg de açúcar			ICM por litro de álcool carburante e/ou destinado à exportação		
		Demerara	Cristal especial	Refinado Granulado	Anidro	Hidratado	Refinado
01 a 06/01/81	31/80	71,29	65,17	79,56	2,32	2,08	
07 a 28/01/81	1/81	65,59	67,00	67,02	2,13	2,05	
29/01 a 17/05/81	2/81	77,50	79,19	79,19	2,52	2,43	
18/05 a 01/10/81	11/81	98,66	100,81	100,81	3,21	3,09	
21/10/81 a 10/01/82	32/81	132,20	135,08	135,08	4,30	4,14	
11/01 a 19/03/82	3/82	137,28	140,29	140,28	4,46	4,30	
20/03/82 em diante	8/82	165,56	169,14	169,18	5,38	5,19	5,20

Fonte: Portaria CAT nº 19, de 07/04/82, da Secretaria da Fazenda.

QUADRO 146 . - Valores Máximo e Mínimo da Terra Nua, Estado de São Paulo, 1982

(em Cr\$/ha)

DIRA	Máximo		Mínimo	
	1981	1982	1981	1982
Araçatuba	10.680	25.108	7.920	18.620
Bauru	12.220	28.729	9.100	21.394
Campinas	24.310	57.153	7.280	17.115
Marília	10.660	25.061	7.280	17.115
Presidente Prudente	10.660	25.061	6.110	14.364
Ribeirão Preto	12.200	28.729	8.580	20.171
São José do Rio Preto	11.570	27.201	6.720	15.798
São Paulo	60.840	143.035	2.990	7.029
Sorocaba	20.020	47.067	2.990	7.029
Vale do Paraíba	16.800	39.497	3.360	7.899

Fonte: Dados elaborados pelo IEA, das Portarias nº 143 e 75, do Ministério de Agricultura.

QUADRO 147 . - Custos de Cobertura para Projetos de Reflorestamento com Incentivo Fiscal, Estado de São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro, 1982 ⁽¹⁾

(em Cr\$/ha)

Espécie	Classe II		Classe III	
	Implantação	Total	Implantação	Total
Eucalyptus	124.490,00	162.530,00	93.370,00	131.400,00
Pinus	108.930,00	150.420,00	77.800,00	119.300,00
Maçã (baixa densidade 800pl/ha)	497.950,00	861.040,00	466.830,00	829.920,00

⁽¹⁾ Para os projetos dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, localizados no Vale do Paraíba, poderá ser utilizada a Tabela de Custos do Sul.

Fonte: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

QUADRO 148. - Custos de Cobertura para Projetos de Reflorestamento com Incentivo Fiscal nos Estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, 1982 ⁽¹⁾

(em Cr\$/ha)

Espécie	Classe II		Classe III	
	Implantação	Total	Implantação	Total
Eucalyptus	145.240,00	197.970,00	89.910,00	163.390,00
Pinus	129.670,00	192.780,00	77.800,00	156.470,00
Acácia	145.240,00	197.970,00	89.910,00	163.390,00
Araucária	124.490,00	209.210,00	72.620,00	178.090,00
Erva-mate	290.470,00	380.380,00	248.980,00	331.970,00
Maçã (baixa densidade 800pl/ha)	518.700,00	881.790,00	466.830,00	829.920,00

⁽¹⁾ Pinus em Regiões Litorâneas
 Implantação - 100.970,00
 Total - 145.930,00

Fonte: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

- SEGURO RURAL E PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

- Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO)

De acordo com resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), os agricultores poderão, conforme a margem de cobertura desejada, obter do PROAGRO amparo para os financiamentos de suas atividades agropecuárias, mediante pagamento de adicionais progressivos (quadro 149).

Esses adicionais elevam-se em função da margem de cobertura do Valor Básico de Custeio (VBC) ou do orçamento vinculado ao financiamento e do número de indenizações já abonadas ao agricultor nos três últimos plantios ou ciclos agrícolas, consecutivos ou não, da mesma atividade agropecuária, na mesma área, ainda que em instituições financeiras diferentes (Carta Circular nº 670, de 30/10/81, Carta Circular nº 756, de 25/05/82, e Circular nº 706, de 21/06/82 - BACEN).

Essas indenizações anteriores não serão consideradas, para efeito de determinação do adicional, quando o financiamento destinar-se à eliminação de causas de perda associada à cultura ou atividade em períodos precedentes, como por exemplo, investimentos em irrigação, drenagem e sistematização de áreas (Carta Circular nº 735, de 24/03/82 - BACEN).

Como as recentes medidas do CMN, objetivando simplificar e acelerar a concessão de crédito de custeio da lavoura amparada por VBC da safra 1982/83, dispensam a classificação do crédito como de custeio singular ou integral, deixando a critério do produtor a escolha e a aquisição de insumos para suas lavouras, vale a pena lembrar que o programa não cobre qualquer perda oriunda de inadequação de tecnologia, pois o beneficiário do programa obriga-se a utilizar tecnologia testada e recomendada pela assistência técnica regional, capaz de assegurar a obtenção dos rendimentos programados (Carta Circular nº 675, de 09/11/81, e Circular nº 706, de 16/06/82 - BACEN).

Vale lembrar também que o programa cobre o saldo devedor do financiamento até o percentual sobre o qual incidiu o adicional, deduzindo-se desse saldo o valor de perdas por causas não amparadas pelo PROAGRO e o total das receitas das atividades enquadradas no programa; a cobertura se estende também à parcela de recursos próprios se esta estiver prevista no contrato de crédito e aos encargos financeiros incidentes sobre o valor de cobertura a partir da data da perda estabelecida no laudo pericial, quando houver perda total, a partir da data de recolhimento da receita obtida com a venda da produção restante, quando a perda for parcial, e a partir da data de comunicação das perdas pelo produtor, no caso de perda total causada por sinistro com início impreciso. Portanto, vale enfatizar para os agricultores a importância da comunicação da perda ao agente financeiro, pois só a partir dessa data é que os encargos financeiros referentes ao financiamento serão cobertos pelo programa (Carta Circular nº 756, de 25/05/82 - BACEN).

- Seguro Rural

O Departamento de Seguro Rural da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COSESP) operou, em 1981, com as seguintes modalidades de seguro: seguro agrícola para as culturas de algodão, amendoim, banana, milho, soja, videira e hortigranjeiros; seguro pecuário para as criações de eqüinos e bovinos; seguro para florestas de pinus e de eucalipto; e seguro temporário de vida para pequenos produtores mutuários do BANESPA.

O seguro agrícola para hortigranjeiros teve, em 1981, o seu primeiro ano de operação, tanto para a COBAL quanto para a Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB).

O seguro agrícola para as cultura do PROFEIJAÓ foi implantado em 1981, após aprovação de estudos da COSESP pelo Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e comunicado às instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional do Crédito Rural, pelo BACEN, por meio do Comunicado DERUR nº 357, de 27/07/81.

Para 1982/83, a COSESP estabeleceu as seguintes taxas de seguro: algodão, 2,5%; banana, 5%; videira, 5% e 7%; milho, soja e amendoim, 6,5%, incidindo sobre valores calculados para efeito de indenização, baseados em custos operacionais de produção; eqüinos, entre 6% e 8%; bovinos, entre 5% e 6%, sobre o valor do animal; florestas, entre 0,95% e 2,30%, sobre o seu valor estimado; culturas hortícolas, 3% sobre o valor convencional, por hectare, estabelecido por região; culturas irrigadas do PROFEIJAÓ, 2,5% sobre o valor convencional, por hectare, estabelecido de acordo com o estágio de custeio de cada cultura e de 3,5% quando for baseado em valor maior do que o Valor Básico de Custeio (VBC).

No ano agrícola 1980/81, o algodão foi a cultura que novamente apresentou o maior número de seguros, cerca de 77% do total, e 90% do total de prêmios arrecadados; o seguro nessa atividade é compulsório. O algodão apresentou também a maior ocorrência de sinistros, cerca de 74% do total (quadro 150).

Confrontando-se os prêmios arrecadados, Cr\$315.193.584,00, com as indenizações pagas, Cr\$192.204.686,00, verifica-se um saldo positivo de Cr\$122.988.898,00, o que constitui um fato não muito freqüente. O Relatório Anual da COSESP para 1981 mostra que, nos últimos dez anos, apenas em quatro deles o saldo foi positivo. O resultado deste ano se deve especialmente à cultura do algodão, que apresentou o mais baixo índice de sinistralidade, ou seja, do total de prêmio arrecadado, apenas 31% foram pagos como indenização.

Os resultados do seguro para hortigranjeiros, tanto da COBAL quanto da SAB, mostram um volume muito grande de indenizações pagas em relação aos prêmios arrecadados. Os índices de sinistralidade, respectivamente de 462 e 518, para COBAL e SAB, indicam que as indenizações pagas foram aproximadamente cinco vezes maiores que os prêmios arrecadados.

Quanto aos resultados do PROFEIJAÓ, o boletim da COSESP para o mês de maio dá a posição em 31 de maio de 1982 com relação apenas às propostas acolhidas que foram em número de oito, com prêmio arrecadado de Cr\$245.947,17. Apenas em julho é que estão sendo comunicados os sinistros ocorridos nestas culturas, não havendo, portanto, resultados numéricos.

(IEA, 13/08/82)

PROGNÓSTICO 82/83

COORDENAÇÃO:

Natanael Miranda dos Anjos, Fernando Antônio de Almeida Séver, Francisco Alberto Pino, Mauro de Souza Barros, Minoru Matsunaga, Nelson Batista Martin, Paul Frans Bemelmans, Paulo Edgard Nascimento de Toledo, Pérsio de Carvalho Junqueira, Sebastião Nogueira Júnior

COMISSÃO EDITORIAL:

Ismar Florêncio Pereira, Antônio Augusto Botelho Junqueira, José Ricardo Cardoso de Mello Junqueira, José Roberto Viana de Camargo, Rosa Maria Pescarin Pellegrini, Sebastião Nogueira Júnior, Yuly Ivete Miazaki de Toledo

EDITORIAÇÃO:

Antônio Augusto Botelho Junqueira, Celuta Moreira César Machado

DATILOGRAFIA:

Célia Rocha Marcucci, Deunice Aparecida Raymundo, Elaine Orso, Maria Ivanice Amaral Cutrim

CAPA:

Denise Pereira de Castro

EQUIPE TÉCNICA

ESTIMATIVA DE CUSTO OPERACIONAL:

Daniel Ribeiro Júnior, Denise Chabaribery, Hiroshige Okawa, José Roberto Viana de Camargo, Nilda Tereza Cardoso de Mello, Sílvia Toledo Arruda, Valquíria da Silva

MERCADO DE FATORES:

Defensivo, Terra e Trator: Antônio José Braga do Carmo

Fertilizante: Célia Regina R. P. Tavares Ferreira

Mão-de-obra: Ana Elisa Brito Garcia, Malimíria Norico Otani, Rosa Maria Pescarin Pellegrini, Sérgio Gomes Vassimon

Semente: Luiz Carlos Ayres Guidetti Zagatto

PROJEÇÕES DE OFERTA AGRÍCOLA:

Ana Maria Montragio Pires de Camargo, Denise Viani Caser, José Carlos Gomes dos Reis Filho

POLÍTICA AGRÍCOLA:

Alceu de Arruda Veiga Filho, Elcio Umberto Gatti, Gabriel L. S. P. da Silva, José Ricardo Cardoso de Mello Junqueira, José Sebastião de Lima, Luiz Carlos Assef, Maria Elisa Benetton Junqueira, Nelson Batista Martin, Sônia Martins Giordano.

DESEMPENHO AGRÍCOLA:

Fernando Antônio de Almeida Séver, Rosa Maria Pescarin Pellegrini

MERCADO DE PRODUTOS:

Algodão: Luiz Carlos Ayres Guidetti Zagatto

Alho: Nilce da Penha Migueles Panzutti

Arroz: Alfredo Tsunechiro

Batata e Cebola: Paulo Augusto Wiesel

Café: Maria de Lourdes do Canto Arruda

Cana-de-açúcar: Nelson Kazaki Toyama, Regina Junko Yoshii

Feijão: José Luiz Teixeira Marques Vieira

Milho: Marisilda Nabhan

Mandioca e Trigo: José Roberto da Silva

Oleaginosas: Soja, Amendoim e Mamona:

Domingos Desgualdo Netto, José Luiz Teixeira Marques Vieira, Marina Brasil Rocha

Tomate: Lídia Hatue Ueno

Banana e Outras Frutas: Vitória da Silva Pereira Biller

Laranja: Antônio Ambrósio Amaro

Avicultura: Nelson Giulietti

Pecuária de Corte: Eloísa Elena Bortoleto

Pecuária de Leite: Yuly Ivete Miazaki de Toledo

Suinocultura: Maura Maria Demétrio Santiago